

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Flexibilizar, vulnerabilizar e precarizar: efeitos da desestruturação da
vida dos trabalhadores brasileiros, sob as ordens do “mercado”**

Maria Isabel Pojo do Rego

Tese/Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para a obtenção do título de
Doutor.

Brasília, agosto 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

Flexibilizar, vulnerabilizar e precarizar: efeitos da desestruturação da vida dos trabalhadores brasileiros, sob as ordens do “mercado”

Maria Isabel Pojo do Rego

Orientador: Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Prof^ª. Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Prof. Doutor Márcio Pochmann (UNICAMP/IPEA)

Prof. Doutor Mário Lisboa Theodoro (UnB/IPEA)

Prof. Doutor Sadi Dal Rosso (UnB)

Prof^ª. Doutora Fernanda Antonia da Fonseca Sobral (UnB)

Prof^ª. Doutora Tânia Cristina Alves de Siqueira (UnB)

Je définirais la mondialisation comme la liberté pour mon groupe d'investir où il veut, le temps qu'il veut, pour produire ce qu'il veut, en s'approvisionnant et en vendant où il veut, et en ayant à supporter le moins de contraintes possible en matière de droit du travail et de conventions sociales.

Percy Barnevik¹

¹ Percy Barnevik é, segundo Ziegler, um príncipe de um império intercontinental do setor metalúrgico e eletrônico. Essa declaração foi dada em 1995, quando presidente da ABB. (ZIEGLER, 2002, p. 181).

Agradecimentos

À minha orientadora e amiga Prof^a Christiane Girard Nunes.

Ao meu co-orientador Prof. Bruno Lautier.

À Amaranta, Aureliano Buendía, Úrsula, Aureliano Babilônia, Remédios, José Arcádio, Rebeca Montiel, Arcádio, Renata Remédios, Aureliano José, Pilar Ternera, colaboradores da pesquisa.

Aos professores membros da Banca Márcio Pochmann, Mário Lisboa Theodoro, Fernanda Sobral, Sadi Dal Rosso e Tânia Siqueira.

Aos professores Brasilmar Nunes, Mariza Veloso, Carlos Benedito Martins, Arthur Trindade Maranhão, Frederic Vandenberghe, Wivian Weller, Pedro Demo e Afrânio Garcia.

Aos funcionários do Departamento de Sociologia da Unb Eivaldo, Abílio, Márcia e Educa.

À Capes, Universidade de Brasília, Université Paris I - Sorbonne e École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Ao livreiro Chiquinho.

Aos amigos e familiares, Rafael, Miguel, Roberto, Patrícia, Eduardo, Heloisa, Antonio, Ro, Pedro, Bolão, Marina, Luana, Joana, Ivan, Pedro, Kiko, João Pedro, Júlia, Clara, Silvia, Eloá, Magda, Valéria, Giuseppe, Karine, Marilde, Gabriel, Serge, Aida, Jana, Manoela, Benoit, Paulo Renato, Mônica, David, Teresa, Claude, Marilde, Silvana, Gustavo, Débora, Luis, Patrícia, Iran, José Eduardo, Iara, Dione, Wilson, Maria, Letícia, Alessandra, Elosia, Zilda, Rafael, Santiago, Rubens, Hέλvia, Suilan, Erlando, Agnaldo, Vitor, Cláudia, Magda, Raisa e Eugênio.

Obrigada,

sem vocês essa caminhada não teria sido possível!

RESUMO

A pesquisa se apoiou na hipótese central de que a incerteza vem sendo utilizada como uma técnica, um instrumento de poder do atual estágio do capitalismo especulativo, para produzir corpos dóceis sujeitos a uma mais intensa exploração do capital, na medida em que viver sob condições incertas produz uma clara sensação de medo do porvir. Medo, expressado na permanente ameaça de demissão, que as novas tecnologias de gestão do capital sabem bem explorar para submeter os trabalhadores a trabalho cujas jornadas são intensificadas, bem como estendidas em horas e horas a mais de trabalho não remunerado. O recorte analítico colocou em relevo a ameaça do desemprego experimentada pelos empregados ou desempregados que trabalham em Brasília, cujas subjetividades deixaram transparecer, ao analisarmos suas trajetórias profissionais. Verificou-se que a principal questão reveladora do medo que fragiliza o trabalhador de hoje está na contraposição entre o tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. Essa fragilização se apresenta nos campos cultural, jurídico, econômico, político e social. No campo econômico, o processo de mundialização provoca impactos negativos nas relações de assalariamento a partir da lógica adotada pela gestão baseada em valor (VBM); no campo cultural, as especificidades culturais, como a prática do comportamento clientelista, determinam a forma de se conseguir emprego no Brasil; no campo jurídico, a flexibilização da lei trabalhista brasileira em favor do empregador trazem novas modalidades de contratação com prejuízo para a classe trabalhadora; e no campo político, o desmonte promovido no sistema sindical brasileiro deixa o empregado ainda mais desprotegido. Por fim, no campo social, podemos afirmar que a ditadura do “mercado” nos coloca diante de um processo de flexibilização das relações de trabalho, bem como da vulnerabilidade da população economicamente ativa e da precarização social dos trabalhadores que inviabiliza a possibilidade de autonomia de si, promovendo com isso a intensificação da expropriação da mais valia.

Palavras-chave: Flexibilização, desemprego, jornada de trabalho, capitalismo especulativo, mais-valia, mercado, autonomia, precarização social.

ABSTRACT

The research was based on the assumption that the uncertainty has been used as a technique, an instrument of power of the current stage of speculative capitalism to manufacture a docile mass subject to the most intense exploitation of the capital, living under uncertain conditions that produce a strong sense of fear of the future. Fear, expressed in the permanent threat of dismissal, that the new technology for managing capital is well aware on how to exploit workers, submitting their working days to intensified and extended hours and hours of unpaid work. The analytical cut emphasized the threat of unemployment experienced by employees or unemployed people living in Brasilia, whose singularities become manifest while following their professional path. It was found that the main question which reveals the fear that weakens today's worker is the contrast between the working time and non-working time. This weakening is expressed in the culture, judicial, economic and social fields. In the economic field, the process of globalization causes negative impact on the wages relations from the adopted logic of value-based management (VBM), in the cultural field exclusive-customized-culture as the practice of favoritism behavior determines how to get a job in Brazil; in the legal field, relaxation of Brazilian labor law in favor of the employer brings new forms of hiring with enormous harm to the working class; in the political field, the disassembly carried out in the Brazilian Union level leave the employees even more unprotected. We face a process of relaxation of labor relations, and the vulnerability of the economically active population deteriorating social workers that precludes the possibility of autonomy of each other, promoting it with the intensification of expropriation of added value.

Keywords: Easing, unemployment, day of work, speculative capitalism, added value, autonomy,

RÉSUMÉ

L'étude s'appuie sur l'hypothèse selon laquelle l'incertitude devient une technique, un instrument de pouvoir du capitalisme spéculatif présent, dont l'objectif est la production de corps dociles soumis à l'exploitation encore plus intense du capital, car vivre dans des conditions incertaines produit une claire sensation de peur de l'avenir. La peur exprimée par la menace permanente de licenciement, que les nouvelles technologies de la gestion de capitaux savent bien exploiter, a fin de soumettre les employés à activités qui leurs obliges à des journées de travail intensifiées et étendues à des heures et des heures de plus travail non payé. La délimitation de l'analyse a placé l'accent sur la menace du chômage vécue par les salariés ou les chômeurs qui travaillent à Brasilia, dont les subjectivités nous dévoilent au moment de l'analyse des trajectoires professionnelles. On vérifie que la question principale de l'enquête, révélatrice de la peur qui fragilise celui qui travaille aujourd'hui, se place au contrepoint entre le temps de travail et le temps de non travail. Cette fragilisation se présente dans les champs culturel, juridique, économique, politique et social. Dans le champs économique, le procès de mondialisation entraîne des effets négatifs aux relations du salariat à partir de la logique adoptée par la gestion basée sur la valeur (VBM) ; dans le champs culturel, les distinctions culturelles comme la pratique du comportement clientéliste déterminent la façon dont on obtient un emploi au Brésil; dans le champs juridique, la flexibilisation de la loi du travail brésilienne en faveur de l'employeur amène à des nouvelles formes de recrutements en détriment de la classe ouvrière; et dans le champs politique, le démantèlement du système syndical brésilien laisse l'employer encore plus démuné. Bref, la dictature du "marché" nous laisse devant un processus de flexibilisation des relations de travail, de vulnérabilité de la population économiquement active et de précarisation sociale de tout ceux qui travaillent et non travaillent, les interdisant l'autonomie de soi, fait qui amène à l'intensification de l'expropriation de la plus-value.

Mots-clés : flexibilisation, chômage, journée de travail, capitalisme spéculatif, plus-value, autonomie, marché, précarisation sociale.

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Mundial
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição da República Federal do Brasil
CIA	Agência Central de Inteligência
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
EVA	Economic Value Added
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo do Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Serviço Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Mundial do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PME	Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do IBGE
PT	Partido dos Trabalhadores
VBM	Value Based Management
ZPE	Zona Franca de Exportação

Sumário

INTRODUÇÃO	12
A revolução promovida pela compressão do tempo e do espaço	12
<i>O american way of life: prenúncios da crise</i>	16
1. CAMINHOS METODOLÓGICOS: UMA CONSTRUÇÃO REFLEXIVA	28
1.1 O campo da pesquisa empírica	37
2. BRASÍLIA NÃO É UMA “ILHA DA FANTASIA”	43
2.1 O locus do Poder	43
2.2 Configuração espacial	45
2.3. Configuração demográfica	49
2.4. O Mercado de trabalho	59
3. LIBERALISMO E HAUTE FINANCE: ECONOMIA DE MERCADO	64
3.1 O trabalhador moderno	65
3.2 A fé no progresso científico	69
3.3 O fracasso do modelo liberal: equilíbrio econômico baseado na livre troca	71
3.4 O paradigma do desenvolvimento econômico: colonização in continuum	76
3.4.1 A colonização Africana: a garantia de novos mercados	76
3.4.2 Constitucionalismo e democracia ocidental: padrões a serem seguidos.	78
3.4.3 O imperialismo do comércio internacional.	80
4. MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA: FRÁGEIS RELAÇÕES DE ASSALARIAMENTO	84
4.1 Mundialização, como definir?	84
4.2 Quem e o quê circula livremente?	87
4.2.1 Escravidão contemporânea	88
4.3 Quem é o mercado?	95
4.4 A mundialização financeira: seus efeitos nas relações de assalariamento	98
5. IMPACTOS DA MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA: TRABALHADORES FRAGILIZADOS	116
5.1. O jeitinho político e o capitalismo brasileiro	116
5.2 Cidadania precarizada	125
5.3 A desregulamentação das regras trabalhistas	127

5.3	O desemprego	143
5.4	A economia informal: dois pólos	163
5.4.1	<i>A informalização do trabalhador: caminho inverso ao do assalariamento</i>	163
5.4.2	<i>Pólo negativo da informalidade</i>	166
5.4.2	<i>Pólo positivo da informalidade: o empreendedorismo</i>	170
6.	<i>SIM! ESTAMOS NOS TORNANDO AINDA MAIS PRECÁRIOS: A JORNADA NO CENTRO DO DEBATE NA LUTA CONTRA O DESEMPREGO</i>	177
6.1	Extensão das jornadas de trabalho: a mais-valia absoluta	177
6.1.1	<i>Jornadas extensivas e trabalho intensificado</i>	181
6.1.2	<i>Intensidade versus extensão</i>	189
6.2	O medo da demissão: estratégia de dominação e tática da gestão	201
6.2.1	<i>Flexíveis</i>	202
6.2.2	<i>Vulneráveis</i>	206
6.2.3	<i>Precários</i>	210
6.3	A falta de reconhecimento: falta de autonomia	215
7.	<i>CONCLUSÃO</i>	233
8.	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	240
8.1.	Referências bibliográficas	240
8.1.1.	<i>Jornais, Revistas e Sites</i>	247
8.2	Bibliografia consultada	247
ANEXO 1		254

INTRODUÇÃO

Sabemos que o novo não é o processo de mundialização em si mesmo, mas a intensidade que este adquire ao final do século XX, em razão da aceleração do processo de circulação de pessoas, idéias e coisas jamais antes vivida pela humanidade. Essa transformação se operacionaliza com ajuda das novas descobertas tecnológicas, ou melhor, do salto que a microeletrônica e a robótica promoveram, na década de 1980.

A revolução promovida pela compressão do tempo e do espaço

Se antes, o poder disciplinar, salientado por Foucault (1997), podia organizar os espaços e definir os ocupantes de cada lugar ou condição, assim como também conseguia controlar o tempo cotidiano dos indivíduos, hoje, na era da globalização, tempo e espaço se comprimem, se confundem, se transformam, adquirem materialidade ou imaterialidade sob lógicas diferentes fazendo com que as antigas formas de controle social deixem de ser eficazes:

O surto vertiginoso das transformações tecnológicas não apenas abole a percepção do tempo: ele obscurece as referências do espaço. Foi esse efeito que levou os técnicos a formular o conceito de globalização, implicando que, pela densa conectividade de toda a rede de comunicações e informações envolvendo o conjunto do planeta, tudo se tornou uma coisa só (SEVCENKO, 2001, p.21).

Essa transformação abrupta nos modos de produção se reflete violentamente nas relações de trabalho. O controle social exercido sobre o trabalhador, durante o período de intensa industrialização, final do XIX, se operava guiado pelo modelo panóptico e por instituições totais, próprias ao sistema fordista. Atualmente, novas tecnologias permitem métodos diferenciados. No modelo panóptico de Bentham (2000) a lógica do controle social se apoiava na arquitetura dos prédios, no planejamento e na construção dos espaços físicos e geográficos, na verticalização dos controles sociais. Entretanto, a revolução tecnológica dos anos 1980 promove uma radical mudança nos métodos de controle social,

na medida em que exerce o poder fazendo uso de invenções micro-eletrônicas tais como: computadores, telefones celulares, GPS, redes de internet, câmeras fotográficas, filmadoras escondidas indiscriminadamente por toda parte nos grandes centros urbanos, chips inseridos subcutaneamente que armazenam as informações necessárias sobre a pessoa que o carrega, reconhecimento individual por meio da leitura da íris ou das marcas das impressões digitais, analisadas eletronicamente como se código de barra fossem, *softwares* que armazenam, sigilosamente ou não, dados pessoais, mesmo os mais íntimos, dos internautas que pelo mundo virtual navegam. Não existem lugares específicos de onde os membros da escala superior da hierarquia social possam tudo observar, controlar.

Como no filme “Um show de Trumann”, do diretor Peter Weir, lançado no ano de 1998, ninguém consegue saber quando, onde, como e o quanto está sendo vigiado, monitorado, decodificado. Fruto da revolução tecnológica, vivemos num imenso *reality show*, que, há anos atrás, George Orwell (2003) tentou nos alertar, na sua famosa obra “1984”, publicada em 1948.

Nesse sentido, as novas tecnologias favoreceram ainda mais o mundo do trabalho se tornar um lugar privilegiado para o exercício do controle absoluto sobre o indivíduo. Os trabalhadores contemporâneos não mais trabalham exclusivamente num único espaço físico e num mesmo espaço de tempo. Eles continuam cada vez mais espoliados, trabalhando intensamente no tempo que melhor convier aos patrões ou aos clientes, na maioria das vezes em jornadas intermináveis de trabalho. O local do trabalho que o capitalismo industrial havia separado do local de moradia volta a se confundir. O *laptop* e o *Black Berry* permitem que o sujeito execute suas tarefas no escritório, no avião, ao ar livre num parque, em casa, no carro, enfim, o lugar pouco importa, o essencial é que o serviço não pode parar. O tempo diferenciado entre trabalho e não-trabalho, próprio ao modo de produção fordista, hoje não mais se distingue. As pessoas tanto trabalham quanto descansam nas mais diferentes horas do dia ou da noite², como comprova as trajetórias profissionais de quase todos os entrevistados desta pesquisa.

² Grifo nosso.

O momento atual é de fato caracterizado pela microfísica do poder. Como num imenso rizoma, todos controlam todos.

Para melhor ilustrar a nova conjuntura do trabalho, vale citar uma reportagem da revista *Época*³ — revista semanal de grande circulação nacional — que traz exemplos de novas modalidades de controle sobre determinados segmentos profissionais. Vale lembrar que o lema em voga, prega a busca pela “qualidade de vida” como essencial à felicidade individual. Para enfrentar as doenças do trabalho que vêm se intensificando e provocando constantes ausências do trabalho, os patrões começam a promover benefícios para amenizar tal situação. Sabedor das intermináveis horas de trabalho, muitas vezes não remuneradas, a que são submetidos seus empregados, o patrão, visto pelos seus subordinados como inimigo do bem-estar, da saúde e da harmonia familiar do trabalhador, vem promovendo momentos de lazer dentro da empresa. Segundo a matéria, a pesquisadora Úrsula Wetzel, do Instituto Coppead de Administração da UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro, acredita que “as pessoas estão estabelecendo uma nova relação de trabalho. [Uma relação onde] trabalho não é só fonte de dinheiro. Deve também trazer felicidade, contribuir com a comunidade, respeitar o meio ambiente — enfim, fazer um mundo melhor”. Nesse sentido a reportagem salienta:

Essa é a cultura que se implantou no Google, com suas salas de massagens, seus 17 restaurantes gratuitos, cada um com um tipo de comida, piscinas, quadras de voleibol de areia e clínica de saúde, fora o espírito descontraído e os horários flexíveis. O raciocínio é simples. A empresa exige resultados extraordinários, mas se dispõe a dar condições fantásticas para atingi-los. Um pouco dessa lógica guia Predicta, uma empresa de tecnologia especializada em medir a eficiência dos anúncios na internet [em São Paulo]. A primeira vista impressiona. As janelas são imensas, a vista é linda e os móveis têm design moderno. (...) Numa das salas, em cuja porta está escrito “descompressão”, avista-se um funcionário com fones de ouvido balançando em frente de um

³ Revista *Época* nr. 496, **O futuro do trabalho**, 19 novembro 2007.

computador. Outros dois jogam videogame numa TV de plasma. E um quarto funcionário abre a máquina de refrigerantes e retira... uma cerveja!” (Época, p.71).

É o que Béatrice Appay (2005) chama de “autonomia controlada”. Sem nenhuma consciência do que seja qualidade de vida, ele acredita nesses paliativos oferecidos pela empresa. A família continua distante do seu dia-a-dia. Aliás, mais distante do que nunca, pois com tantos atrativos dentro da empresa, por que sair de lá? A Google mais parece uma instituição total, *a la* Goffmann! (1999). Uma prisão em regime semi-aberto no sentido contrário: dorme-se em casa e passa-se o dia atrás das grades do patrão humanista. Quando chega em casa, com seu horário “flexível”, encontra-se fisicamente com sua família, mas, simultaneamente, segue trabalhando alucinadamente, graças ao seu computador portátil — um *laptop*, enquanto as crianças jantam, correm em volta, a mulher faz seus afazeres domésticos ou também continua sua jornada de trabalho, enfim... é a única maneira que tem para sentir-se participando da vida do lar.

Esta é a rotina de um dos empregados da empresa Google em Paris, com quem fiz uma entrevista sobre a rotina de trabalho: às 6h horas da manhã acorda, arruma o filho e o deixa na creche, enquanto a mulher se ocupa do mais velho e o leva para a escola; às 18h hora retorna, pega o filho na creche e se instala na sala com seu *lap top*, as crianças em volta, e trabalha até tarde da noite para completar o trabalho que não conseguiu finalizar, pois precisava buscar o filho e a empresa, supercompreensiva e humana lhe permite flexibilizar seu horário de trabalho. A tarefa, ou o produto tem que ser finalizado, a que horas? Pouco importa! Isso não é problema do empregador. Quem “decide” a que horas trabalha é o próprio empregado, mesmo que seja madrugada adentro. O importante é terminar o serviço que lhe foi solicitado. É o que hoje estão chamando de “trabalho 24x7”. O sujeito trabalha 24 horas por dia, 7 dias na semana: “graças à tecnologia digital, profissionais ficam ligados à empresa 24 horas por dia. É a vida frenética na era da globalização, que atropela fusos horários e derruba os muros entre o trabalho e o lar. Um símbolo dessa nova fase é o BlackBerry, aparelho multifuncional que reúne serviços de e-mail, internet e celular” (Época, p.71).

A mundialização, como bem ressalta Sevcenko (2001), pode ser comparada à aceleração de uma montanha russa, ou, como afirma Lautier (2006), um processo cada vez mais frenético. É a aceleração da velocidade com que as coisas, as pessoas, as idéias circulam no mundo, a principal característica para a compreensão do processo de mundialização, que conforma os indivíduos segundo essa mesma lógica.

Chaplin apertava parafusos freneticamente caricaturando o trabalhador dos tempos modernos que surgia com a revolução industrial. Quando, ao final do século XIX, Taylor e Ford, respectivamente, estabelecem um processo de produção baseado na rapidez da produção em cadeia, e na criação de um mercado consumidor, a necessidade de aceleração contínua da produção capitalista já estava colocada. O operário “torna-se um mero acessório da máquina ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender” dizia Marx (1982, p. 20).

Desde então, a aceleração da produção passou a exigir dos trabalhadores não só a aceleração de seus movimentos mecânicos, tão bem retratados por Chaplin em “Tempos Modernos”, mas, sobretudo, a aceleração intelectual. Intensifica-se hoje o ritmo do trabalho e simultaneamente se diversificam as operações que precisam ser executadas simultaneamente. Ao mesmo tempo em que se fala ao telefone com um cliente, operações são realizadas em computadores; mensagens instantâneas de outros clientes, colegas de trabalho ou chefe são recebidas; outras ligações telefônicas o aguardam, enfim, um ritmo de neurose completa. O cérebro precisa realizar várias ações e operações simultaneamente, instantaneamente. E tudo isso sem desconsiderar que além de trabalhador ele tem ainda outros papéis a cumprir durante a sua jornada: mulher ou marido; namorada(o); mãe ou pai; filha(o); administrador(a) da casa etc.

O american way of life: prenúncios da crise

A riqueza enquanto símbolo de realização social é a grande expectativa da sociedade contemporânea.

Em “A Morte do Caixeiro Viajante”, escrita em 1949, o dramaturgo Arthur Miller⁴ narra a história de uma típica família da classe média norte-americana, retrato fiel e atual da sociedade global do século XXI. A personagem principal, Willy Loman, é um típico cidadão norte-americano de classe média, que trabalha como caixeiro viajante buscando a conquista do sucesso pessoal através do esforço individual. Ele acredita nas receitas de sucesso, no poder de fazer amigos e de influenciar pessoas, na possibilidade de realizar o mesmo trajeto percorrido por centenas de homens, que começaram do nada e que, por seu esforço pessoal, puderam alçar-se aos grandes escalões. O sucesso pessoal que Willy busca é a riqueza material, o “dinheiro” enquanto símbolo de prestígio pessoal, espelhado no sucesso conseguido por um velho caixeiro viajante, Dave Singleman, que ele conheceu quando jovem e que, no final da vida, tinha tanto prestígio e dinheiro que não precisava mais sair do seu quarto de hotel para fechar os negócios. O velho caixeiro ficara rico.

Robert Merton, interessado em analisar os comportamentos ditos “desviantes” aponta que a cultura norte-americana induz o indivíduo a realizar o que ele chama de “o complexo de fins culturalmente aplaudidos”, ou seja, enfatiza os objetivos de êxito, sem, em contrapartida, enfatizar os meios institucionais que possibilitem esses objetivos. A força simbólica do “dinheiro” é tamanha, segundo ele, que mesmo que ela tenha uma origem fraudulenta, com o tempo, essa imagem negativa se apaga. Entretanto, Willy, não percebe que, para ser um homem de sucesso, não bastava ser um cidadão honesto, que corta a grama aos domingos, faz reparos na casa, enfim, trabalha árdua e honestamente para se tornar um homem de sucesso. Ele não percebe que a sociedade não dá as mesmas condições a todos os seus membros. Porque, segundo Merton, na sociedade norte-americana a “cultura dominante faz exigências incompatíveis para os indivíduos situados nas camadas inferiores da estrutura social” (MERTON, 1970, p. 219).

Willy Loman aceitou a imposição cultural de que ele poderia e deveria buscar ser um homem importante, um homem de sucesso como a idéia de Marden (*in* MERTON, 1970) de que “cada homem seja um rei”, porém não percebeu que na realidade lhe foi negado as oportunidades institucionais para tais objetivos. Diante disso, se sente um fracassado, fruto

⁴ Arthur Miller, dramaturgo norte-americano, nasceu em 1915 e faleceu em 2005, recebeu o prêmio Pulitzer pela peça “A morte do Caixeiro viajante”, em 1949.

da sua própria sorte. O fracasso é então visto como responsabilidade unicamente individual, posto que a intenção da elite dominante é de que o foco não seja a crítica da estrutura social e sim a crítica do próprio indivíduo.

Willy foi o seu próprio algoz e, em consequência de um estado de anomia social, na perspectiva de Durkheim (1996), Willy vai ao encontro da morte. Após 34 anos como caixeiro viajante, Willy começa a se dar conta que o seu sonho desmoronou, porque a cada viagem ele vende cada vez menos. É um homem angustiado que não suporta mais a vida de caixeiro viajante e, por isso, anseia voltar para casa e criar raízes no seio da sua família, sem contudo admitir o fracasso profissional. Ele chega perto da loucura, procurando a morte nos vários desastres de automóvel.

Como nos mostra Miller, o sonho de sucesso americano de Willy se transformou num grande pesadelo. Apesar dos seus dois filhos terem sido bons garotos na escola, nenhum dos dois tinha se tornado “homens de sucesso”.

O mais velho, Biff, depois de ter sido reprovado na escola e se decepcionado ao encontrar o pai com uma prostituta num hotel em Boston, torna-se um andarilho, um cleptomaníaco, um pequeno marginal. Ele adota, segundo a teoria mertoniana (1970), comportamento bastante comum naquela sociedade, onde os meios ilegítimos são admitidos para obter sucesso a qualquer custo — por exemplo: tentar ganhar o jogo, independente das regras do jogo. Este tipo de comportamento é também bastante comum aqui no Brasil, caracterizado pela expressão “gosto de levar vantagem em tudo”.

Happy, seu segundo filho, é um funcionário medíocre e frustrado, que só pensava em mulheres e bebidas. A única que permanece a mesma é a sua mulher Linda, bonita, carinhosa e muito dedicada à família. Ela sofre muito com os problemas que o marido passa e tenta fazer com que os filhos assumam as responsabilidades da casa como forma de ajudar o pai a sair da crise em que se encontra.

Diante da situação de declínio profissional, Willy tenta convencer seu patrão que o deixe trabalhar no escritório de Nova York porque não quer mais viajar e, afinal de contas,

sempre foi um excelente funcionário, leal e eficiente. No entanto, é despedido pois está velho e não mais interessa à empresa. “Você não pode chupar uma laranja e jogar a casca fora, que um homem não é um pedaço de fruta”, diz Willy ao seu patrão.

Humilhado Willy volta para casa e ouve do seu filho Biff a dura verdade sobre si mesmo. Não tinha dinheiro nem para pagar a última prestação do seguro de vida. Ele vai então, na sua última viagem, ao encontro da morte. Morto, ele representava vinte mil dólares, dinheiro suficiente para a família reorganizar a vida financeira.

Willy era um típico americano que não percebeu os limites que o mercado impunha nem as regras de um sistema extremamente competitivo que não oferece nenhum tipo de proteção. Sistema que quando o sujeito deixa de ser produtivo é expurgado como se fosse uma coisa, um simples bagaço de laranja.

Numa brilhante visão vanguardista Arthur Miller, prenuncia a crise que vivenciamos na sociedade ocidental, moderna e globalizada, em fins do século XX, e que se recrudescerá cada vez mais na medida em que o século XXI avança. Miller aponta todos os males que viriam a nos afetar algumas décadas mais à frente: a riqueza como fonte única de sucesso individual; o enganoso discurso do empreendedorismo onde “tudo depende apenas de você, basta querer”; o desprezo do “mercado” para com os trabalhadores mais velhos e mais experientes, vistos e tratados como mão-de-obra obsoleta e descartável; a família desagregada pela precarização do trabalho; o sonho da casa própria frustrado pelo desemprego; o desemprego como recompensa após 34 anos de dedicação profissional; o suicídio como símbolo máximo da precarização social.

E, por fim, no cenário criado por Miller é possível antever a crise financeira dos Estados Unidos, que eclodiu em 2007, fruto da bolha especulativa criada a partir de empréstimos para o setor imobiliário, a trabalhadores da classe média que ofereciam poucas garantias de pagamento, os denominados *subprimes*. Empréstimos feitos à classe trabalhadora que continua acreditando na possibilidade da compra da casa própria, por desconhecer que essa prerrogativa é somente de quem tem emprego garantido, ou é rico. Como bem ilustra a vida do caixeiro viajante, o desemprego leva à inadimplência que por

sua vez pode quebrar uma estrutura de crédito baseada em apostas especulativas como foi o caso dos *subprimes*. Sem emprego, a corrente criada pelos fundos especulativos, juntamente com o sistema bancário internacional, quebra. Em alguma ponta dessa corrente alguém vai quebrar por falta de lastro financeiro. O desemprego é fator determinante dessa ruptura que, numa economia globalizada, pode vir a repercutir desastrosamente em fortes economias mundiais. Ao menos, esse é a temática diária dos jornais, desde a crise econômica norte-americana iniciada em meados de 2007.

São cenários como esse que levaram um grupo de cientistas sociais franceses, sob a organização de Jacques Attali, a derramar uma avalanche de perguntas quanto ao futuro do trabalho:

Os alunos de todas as escolas atuais ainda terão trabalho em 2050? Quais profissões irão exercer? Desejarão exercê-las? Para quais profissões é preciso prepará-los? Com quais tecnologias? Para quais empresas? Durante quanto tempo? Segundo que regras? Com qual direito do trabalho? Teremos mais robôs ou mais empregados, ou os dois ao mesmo tempo? Estamos caminhando para uma sociedade de serviços ou uma sociedade hiperindustrial? Como a globalização, e o deslocamento da produção, que dela decorre, influenciarão a natureza das profissões, os salários, o sofrimento do trabalho? Quais conseqüências terão as lutas sociais sobre a duração e as condições de trabalho, sobre a proteção dos desempregados? Teremos mais precariedade ou proteção? Saberemos convencer os jovens a exercer as profissões que serão necessárias? O desemprego pode desaparecer? Poderemos reduzir a zero todo o sofrimento do trabalho? Poderemos definir hoje as reformas referentes à formação inicial e permanente, que serão necessárias para que os ativos de amanhã exerçam um trabalho interessante e valorizante? (ATTALLI (org.), 2007, p. 9)⁵

⁵ « Les élèves de tous les lycées d'aujourd'hui travailleront encore en 2050. Quels métiers exerceront-ils? Voudront-ils les exercer? À quels métiers faut-il les préparer? Avec quelles technologies? Dans quelles entreprises? Pendant combien de temps? Selon quelles règles? Avec quel droit du travail? Aura-t-on plus de robots ou plus d'employés, ou les deux à la fois? Va-t-on vers une société de services ou une société hyperindustrielle? Comment la globalisation, et la délocalisation qu'elle entraîne, influenceront-elles sur la nature des professions, sur les revenus, sur la pénibilité du travail? Quelles conséquences auront les luttes sociales sur la durée et les conditions de travail, sur la protection des chômeurs? Aura-t-on plus de précarité

São experiências como a de Willy que nos colocam diariamente cara a cara com as incertezas do cotidiano das grandes cidades. Os meios de comunicação não se esquecem, nem um dia sequer, de lembrar-nos que a vida atual é cheia de riscos, perigos, incertezas, verdadeiramente vulnerável e precária. Mas, segundo eles, cabe somente ao indivíduo a responsabilidade plena de decidir, solitariamente, os caminhos a trilhar, como se proteger, enfim, sobre tudo que diz respeito à sua própria vida. É necessário dominar todas as respostas para as perguntas que a vida coloca cotidianamente.

O medo tornou-se parte constituinte das nossas sensações diárias. O estresse virou doença banal, que todo mundo tem em maior ou menor intensidade. Livros de auto-ajuda proliferam igual coelho. Na nossa sociedade de risco (Beck, 1999), nada mais importante que os manuais de como enfrentar, vencer, superar as incertezas, dúvidas ou fraquezas, nos ensina livros tais como: “O poder do agora”; “Nunca desista dos seus sonhos”; “Superdicas para viver bem e ser mais feliz”; “Peça e será atendido”; “O monge e o executivo”; “Como se tornar um líder servidor”; “Casais inteligentes enriquecem juntos”; “Manual do Hedonista”; “O Incrível Poder da Motivação”; “O Poder da Confiança”. Publicações que figuram na lista dos mais vendidos das grandes livrarias no Brasil e que nos dão a exata medida do quanto as pessoas se vêem perdidas no mundo contemporâneo, onde “ter sucesso” é sinônimo apenas de “ser rico”, ganhar dinheiro. Felicidade, realização pessoal e profissional se medem exclusivamente pela quantidade de acumulação de riqueza.

Quem mais lança mão dessa literatura de cunho moralista e religioso, são especialistas da área de Administração de Empresa. Aliás, administrar está na ordem do dia. Devemos saber tudo administrar, ou melhor, gerenciar: a casa, os filhos, a família, o casamento, os gastos, os momentos “livres”, os conflitos, os medos, o estresse etc... enfim, se autogerenciar. Ter as rédeas da sua vida em suas mãos, sob o seu exclusivo controle. Hoje nada mais escapa à racionalidade do sistema capitalista, desde os aspectos mais objetivos aos mais subjetivos do indivíduo. Daí esse tsunami de soluções milagrosas

ou plus de protection? Saura-t-on convaincre les jeunes d'exercer les métiers qui seront nécessaires? Le chômage peut-il disparaître? Peut-on réduire à néant toute pénibilité au travail? Peut-on définir aujourd'hui les réformes en manière de formation initiale et permanente, qui seraient nécessaires pour que les actifs d'après-demain exercent un travail intéressant et valorisant? » (tradução livre).

tiradas de experiências individuais que os administradores acreditam poderem universalizar.

Um bom exemplo é o livro “O melhor de Max Gehringer na CBN: 120 conselhos sobre carreira, currículo, comportamento e liderança” que, seguindo a mesma linha de auto-ajuda, traz uma seleção das melhores “receitas de bolo” que o autor apresenta no seu programa diário, na rádio CBN-Central Brasileira de Notícias, cuja intenção é a de ajudar, aconselhar as pessoas em situação de vulnerabilidade, a enfrentar as incertezas do mundo do trabalho. Na verdade, em doses homeopáticas, ele passa, de forma subliminar, as mensagens que o sistema de produção deseja incutir na cabeça da população economicamente ativa. A racionalidade capitalista precisa conformar o cérebro do trabalhador, fazê-lo assimilar a lógica mais propícia à acumulação capitalista, levando em conta o processo permanente de mudanças ou mesmo de paradigmas. É preciso torná-lo “apto” ao mundo do trabalho, para não dizer, dócil e adaptável às novas regras de exploração do trabalho.

Seus conselhos versam sobre: a importância de ser um empreendedor ao invés de ser apenas um bom empregado; a arte de negociar em apenas três regras; como enganar o cliente; a necessidade do empregado encarar o trabalho como algo positivo; como criar uma “imagem positiva” que demonstre a importância da tarefa que realiza, mesmo que não seja verdade; como ser um bom empregado cioso de seu lugar na empresa... e por aí seguem os seus conselhos. Mas não dá para não citar uma das pérolas dos seus comentários, a receita de como se preparar para ser demitido. Segundo ele “Funcionários bons e eficientes que passaram anos recebendo elogios por seu desempenho, de uma hora para outra podem se ver sem emprego” (GEHRINGER, 2006, p.30), fato que todos nós já sabemos, aliás, talvez a única certeza que podemos ter nos dias atuais. Mas o interessante é: como evitar a sensação de incerteza que essa certeza irá nos impor? Para Gehringer basta seguir os quatro seguintes passos: ter um currículo atualizado; ter uma lista de contatos com telefones e e-mails; ter um fundo de reserva; e ter um plano B para se tornar autônomo. Nada mais simples, não? O mais surpreendente é que se tudo é tão fácil como Gehringer diz, por que então as pessoas ainda não conseguiram por em prática essas soluções tão simples e objetivas?

E assim os meios de comunicação, no Brasil, a serviço da elite econômica e política, fazem passar a idéia de que: primeiro, o desemprego é um fato e temos que aprender a conviver com essa situação de incerteza; segundo, saber correr risco é uma característica do empreendedor, daqueles que têm sucesso na vida.

É, pois, esse contexto de vulnerabilidade e precariedade do trabalhador, instado todo tempo a adotar posturas cínicas para sobreviver, que me instigou em buscar conhecer as estratégias profissionais de trabalhadores empregados ou subempregados, levando em consideração a diferença entre ser e estar desempregado. Este aspecto, acredito ser fundamental para conhecer os impactos das múltiplas lógicas da nova racionalidade da gestão capitalista, mais especificamente da lógica do medo do desemprego, imposta pelas incertezas que Bauman define como próprias à modernidade líquida.

Nesse sentido, e partindo do pressuposto de Zygmund Bauman, quando assinala que:

Tudo é temporário. É por isso que sugeri a metáfora da ‘liquidez’ para caracterizar o estado da sociedade moderna, que, como os líquidos, se caracteriza por uma incapacidade de manter a forma. Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades ‘auto-evidentes’⁶.

Levanto a seguinte hipótese de trabalho:

Com base na afirmação de Richard Sennett de que atualmente a “instabilidade pretende ser normal”, a incerteza das relações de trabalho se apresenta como um instrumento ou técnica de uma microfísica do poder, expressa na ameaça permanente do desemprego, que inviabiliza a possibilidade de autonomia do sujeito, promovendo assim a intensificação da expropriação da mais-valia, essencial ao fortalecimento do atual estágio do capitalismo especulativo.

⁶ BAUMAN, Z. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, caderno Mais, em 19 de outubro de 2003.

A problemática acima exposta, sobre as incertezas do mundo contemporâneo, nos leva, portanto, a refletir sobre a nova lógica de manutenção do sistema capitalista e suas conseqüências sociais. Sujeito da história, o indivíduo de fins do século XX e início do XXI, descrito por Lipovetsty (2004), está submetido a duas lógicas paradoxais de comportamento: a pós-modernidade tanto estimula a autonomia individual quanto potencializa a dependência. A nova ordem, por meio da comunicação, incita o processo de tomada de consciência individual se apoiando na idéia de risco. A era do vazio não impõe regras, dissemina o medo que paralisa as pessoas.

Os indivíduos hipermodernos são ao mesmo tempo mais informados e mais desestruturados, mais adultos e mais instáveis, menos ideologizados e mais tributários das modas, mais abertos e mais influenciáveis, mais críticos e mais superficiais, mais céticos e menos profundos (LIPOVETSKY, 2004, p. 36)⁷.

Isso posto, o seguinte problema de pesquisa se coloca:

Pode-se afirmar que a incerteza é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder do atual estágio do capitalismo especulativo, para produzir corpos dóceis sujeitos a uma maior exploração do capital?

Assim sendo, o estudo desenvolve os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a forma de organização do tempo de trabalho e não trabalho do trabalhador precarizado.
- Compreender o processo de constituição das identidades do trabalhador flexibilizado e informal.

⁷ “Les individus hypermodernes sont à la fois plus informés et plus déstructurés, plus adultes et plus instables, moins idéologisés et plus tributaires des modes, plus ouverts et plus influençables, plus critiques et plus superficiels, plus septiques et moins profonds” (LIPOVETSKY, 2004, p. 36) (tradução livre).

- Analisar as representações construídas acerca de seus valores e estilo de vida para compreensão da estruturação da vida em torno de relações efêmeras e incertas.
- Verificar quais são os mecanismos de proteção dos indivíduos submetidos a relações incertas e instáveis;
- Observar as estratégias pessoais e profissionais de sobrevivência no mundo do trabalho precarizado, a fim de compreender as transformações da intimidade desse indivíduo.

Será, pois, nosso interesse aprofundar a análise sobre as relações de trabalho formal e informal, a fim de apreender a subjetividade decorrente da insegurança gerada pelos modelos flexíveis de acumulação. A escolha do desemprego como foco do trabalho empírico se justifica por ser o local por excelência das relações instáveis, onde a experiência da incerteza é vivida cotidianamente, pois, como nos ensina Bauman: “a qualidade de uma sociedade também não se mede pelo PIB (Produto Interno Bruto), pela renda média da população, mas pela qualidade de vida dos seus membros mais fracos”⁸.

Nesse sentido, o conhecimento do processo de socialização do indivíduo só interessa à Sociologia quando este aponta também para o conhecimento da sociedade em que vive o indivíduo. Penetrar na sua trajetória profissional, na formação do seu *habitus* (BOURDIEU, 1997) a partir da interação com o mundo social, no qual o indivíduo vai sendo moldado e remodelado, desde a infância até à morte, tem por fim conhecer esse mundo coletivo, essa sociedade onde ele se insere.

Portanto, partindo da fundamentação teórica acima, será nosso objeto de estudo:

A desregulamentação do trabalho e seus reflexos nas trajetórias profissionais dos agentes sociais empregados, subempregados, precarizados ou mesmo desempregados, na era do capitalismo especulativo. Mais especificamente, buscamos compreender as dinâmicas

⁸ BAUMAN, Z. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, caderno Mais, em 19 de outubro de 2003. Grifo nosso.

sociais credoras das disposições que conformam um *habitus* segundo a lógica da incerteza.

Representação daqueles que vivem no mundo do trabalho precarizado fazem de si mesmos, revelada no discurso cotidiano de quem sofre a crise de expectativas de futuro, ou ainda, os impactos causados pelas incertezas do futuro.

Assim, no primeiro capítulo discorro sobre os caminhos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa que se realizou na região de Brasília (DF), com base nas perspectivas teóricas de Bourdieu e Martuccelli. Ressalto ainda as técnicas utilizadas onde privilegiei os procedimentos adotados por Bardin para a utilização da técnica de análise de conteúdo.

No segundo capítulo fiz uma apresentação, por meio de dados estatísticos e das perspectivas de Milton Santos, dos sociólogos Marcel Burtszyn e Brasilmar Nunes; dos arquitetos Luis Alberto Gouvêa e Aldo Paviani; bem como do cineasta Wladimir de Carvalho do espaço socioeconômico e político de Brasília, *locus da pesquisa*. Ao mesmo tempo discorro metodologicamente sobre a pertinência da sociologia do trabalho para o presente estudo, confrontando o olhar da sociologia urbana com o da sociologia do trabalho.

Por entender que a ideologia credora das configurações socioeconômicas políticas e culturais do momento em que vivemos se fundamenta nos ideais do liberalismo econômico, e aí se inclui também Brasília, trago no capítulo terceiro, uma análise teórica onde privilegiei a perspectiva de Karl Polanyi sobre a experiência do século XIX de uma economia de mercado, pois importante para refletir sobre o fenômeno contemporâneo da globalização.

Dedico o capítulo quarto para uma explanação sobre aspectos do processo de mundialização/globalização que importam na compreensão das relações de trabalho submetidas à lógica do processo de financeirização econômica, onde o “mercado” se tornou único protagonista. Recorri a vários autores contemporâneos, mas, sobretudo ao

sociólogo Bruno Lautier, para a compreensão do que seja o processo de mundialização e sua relação com o mundo do trabalho e ao economista Frédéric Lordon para entender os reflexos devastadores da financeirização do capital nas relações de assalariamento.

O quinto capítulo desenvolve a problemática da precarização do trabalho no Brasil fruto do processo de mundialização financeira a fim de conhecer o desmonte da estrutura de proteção da classe trabalhadora. Discuto a precariedade do exercício efetivo de cidadania do trabalhador brasileiro submetido à lógica do clientelismo, com base em Florestan Fernandes, Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e José Murilo de Carvalho; levanto os principais pontos já em curso da desregulamentação das regras trabalhistas; a fragilidade do movimento sindical; o fenômeno do desemprego e do trabalho informal característico dos países em desenvolvimento, apoiada nas análises de Márcio Pochmann sobre a temática do desemprego e em Bruno Lautier, Christiane Girard e Mário Theodoro no que tange a compreensão teórico-metodológica do setor informal.

No sexto e último capítulo, e seguindo a idéia principal, centrei o debate num fenômeno ainda pouco estudado, mas fundamental para a comprovação da minha hipótese, o processo ilegal de extensão máxima da jornada de trabalho; além é claro da sua intensividade já praticada, que só é possível por meio da disseminação do medo da demissão que transforma o trabalhador num ser flexível, vulnerável, precário e alienado. O debate teórico sobre a jornada de trabalho se apoiou na teoria de Karl Marx, e nas análises de Sadi Dal Rosso. A análise empírica dos relatos dos entrevistados se sustenta metodologicamente, sobretudo, em Christophe Dejours, Danilo Martuccelli e Pierre Bourdieu.

1. CAMINHOS METODOLÓGICOS: UMA CONSTRUÇÃO REFLEXIVA

Certamente a etapa mais sensível, complexa e difícil de uma pesquisa, que requer uma grande experiência de conhecimento da lógica prática, ou melhor dizendo, que requer um conhecimento prático do sentido prático da realidade, como ensina Bourdieu, é a da construção de uma metodologia que de fato dê conta de desvelar a realidade contida no objeto de análise.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa fiz algumas escolhas teórico-metodológicas que o exercício da reflexividade, no decorrer da análise empírica, me fizeram percebê-las insuficientes ou mesmo equivocadas para a compreensão da realidade que o estudo tinha por objetivo perseguir e realizar. Escolhas que já haviam sofrido críticas na qualificação do projeto, por parte dos professores Mário Theodoro e Sadi Dal Rosso, sobre alguns aspectos, sobretudo no que se referia à abrangência da temática e do conteúdo proposto, bem como à necessidade de uma maior delimitação do objeto de pesquisa. Também, a rica experiência do estágio — pelo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), da CAPES —, junto à Université Paris I – Sorbonne-Panthéon, sob a co-orientação do Prof. Bruno Lautier, trouxe novos aportes teórico-metodológicos que me obrigaram a rever o conteúdo e a estrutura da tese.

Assim, e por entender que uma tese de doutorado é um momento privilegiado de aprendizado teórico-metodológico do campo, me permiti também fazer os ajustes que o meu ponto de vista revisado e renovado exigia. A leitura de *Méditations Pascaliennes*, de Bourdieu, me fez ver que as categorias **indivíduo e identidade** limitavam o meu olhar e, conseqüentemente a minha compreensão do campo de análise que eu havia delimitado, qual seja, a subjetividade de trabalhadores no novo modelo de gestão do trabalho.

Não é sem razão que Norbert Elias se preocupou em bem definir a relação indivíduo e sociedade e mostrar a dificuldade que as pessoas têm em deixar de ver o mundo como uma oposição entre indivíduo/sociedade. A sociedade ocidental acredita no *self-made man* ou no empreendedor como modelo ideal a ser seguido pelas pessoas. Segundo Elias “(...) no

estágio atual de desenvolvimento da autoconsciência, o indivíduo deriva especial satisfação na idéia de que deve tudo o que considera único e essencial em sua pessoa apenas a si mesmo, a sua ‘natureza’, e a mais ninguém” (ELIAS, 1994, p.53). É pois, essa dicotomia limitadora da compreensão da real relação entre indivíduo e sociedade, hoje cada vez mais presente quanto mais a sociedade é produto e produtora da hiperindividualização do sujeito por meio da promoção de uma competitividade excludente, distintiva e, em última instância predadora, que me fez optar pela categoria teórica desenvolvida por Bourdieu, a de agente ou, agente social.

Contrário à perspectiva teórica credora do individualismo metodológico, que preconiza a ação individual como um agir racional determinado conscientemente pela razão, pelo pensar a priori, Bourdieu explica a constituição do processo de individualização e do indivíduo, ou melhor, do agente social, como um movimento dialético por meio do qual a ordem social se inscreve nos corpos “(...) os agentes sociais são dotados de *habitus* inscritos em seus corpos por experiências passadas”⁹ As suas ações não são nunca determinadas apenas por uma escolha individual. O agente tem seu poder de decisão e escolha toda vez que há uma defasagem entre as disposições, próprias a um *habitus* específico que ele possui, e as posições que ele ocupa em determinado campo. Caso ele seja totalmente adaptado a um determinado campo, quando suas disposições estão plenamente de acordo com a posição que ocupa no jogo daquele campo, age apenas para a manutenção do *status quo*, o que denota para Bourdieu que ele age de forma autômata. Nesse caso o agente age apenas para conservar a ordem do jogo. Já aqueles que não conseguiram assimilar as disposições necessárias à posição que ocupa ou pretende ocupar no campo possuem maior liberdade de criar ou improvisar no jogo, o que caracteriza certa autonomia de ação. Mas ele salienta que o agente não age de maneira livre, consciente, pois ele “(...) não é nunca totalmente senhor de suas práticas” (BOURDIEU, 1997, p.166)¹⁰.

Em conseqüência desse questionamento sobre a operacionalidade da categoria indivíduo neste estudo, a aplicabilidade do conceito identidade se mostrou ainda mais

⁹ “(...) les agents sociaux sont dotés d’habitus, inscrits dans les corps par les expériences passés” (BOURDIEU, 1997, p.166) (tradução livre).

¹⁰ (...) n’est jamais complètement le sujet de ses pratiques. (tradução livre).

problemática, porque ambíguo sob o meu ponto de vista. A terminologia utilizada, inclusive por autores da Sociologia, para se referirem ou definirem o conceito já demonstra a dificuldade de operacioná-lo: o indivíduo “adquire” uma identidade; ele já nasce com uma identidade; possui identidades múltiplas; perda de identidade etc. Sem falar na diferenciação entre a noção de identidade que o campo jurídico atribui aos sujeitos de forma explicitamente impositiva, arbitrária, classificatória e a noção de identidade com suas características tanto objetiva quanto subjetiva, onde o poder arbitrário do controle social está implícito. Com isso, e em razão dessa imprecisão conceitual, preferi adotar a noção de *habitus*, campo e agente social em Bourdieu, como categorias centrais nesta pesquisa, por permitirem trabalhar com essas imprecisões conceituais de forma bem mais precisa:

(...) é, portanto em todos os casos onde os agentes perpetuam disposições que se tornaram obsoletas pelas transformações das condições objetivas (envelhecimento social), ou ocupam posições que exigem disposições diferentes das que são devidas a sua condição de origem, que seja durável como a dos emergentes, ou conjuntural, como a dos despossuídos quando confrontados a situações regidas por normas dominantes, como em alguns mercados econômicos ou culturais. Em situações de crise ou de mudança rápida alguns agentes, geralmente aqueles que, precisamente eram os mais adaptados ao estado anterior do jogo, têm dificuldade de se ajustar à nova ordem estabelecida: suas disposições se tornam disfuncionais e os esforços que eles podem fazer para perpetuá-las contribuem a os afundar ainda mais no fracasso (BOURDIEU, 1997, p.191)¹¹.

Bourdieu propõe que se perceba, por meio da compreensão do sentido prático da ação dos agentes, a expressão dos desajustes disposicionais em relação ao jogo.

¹¹ (...) il est ainsi notamment dans tous les cas où les agents perpétuent des dispositions rendues obsolètes par les transformations des conditions objectives (vieillesse sociale), ou occupent des positions exigeant des dispositions différentes de celles qu'ils doivent à leur condition d'origine, que ce soit durablement, comme les parvenus, ou conjoncturellement, comme les plus démunis lorsqu'ils ont à affronter des situations régies par les normes dominantes, comme certains marchés économiques ou culturels. Dans les situations de crise ou de changement rapide, certains agents, souvent ceux qui, précisément, étaient les mieux adaptés à l'état antérieur du jeu, ont peine à s'ajuster au nouvel ordre établi : leurs dispositions deviennent dysfonctionnelles et les efforts qu'ils peuvent faire pour les perpétuer contribuent à les enfoncer plus profondément dans l'échec (tradução livre).

Disposições que podem se tornar disfuncionais em momentos de crise em determinado campo e em determinado momento histórico do agente social.

Próximo à perspectiva de Bourdieu, Martucelli vê também que a problemática dos estudos sociológicos sobre o indivíduo, apesar de extremamente atual, apresenta certa ambigüidade analítica. Se as abordagens teóricas situam o indivíduo na origem da modernidade, ele não é a causa desta, mas tanto a raiz quanto as conseqüências do mundo moderno (MARTUCELLI, 2002). Para o autor a identidade sempre foi uma ilusão moderna, “(...) uma máquina a fabricar uma unidade graças a um relato que permite articular aquilo que aparece como dividido” (MARTUCELLI, 2002, p.370)¹².

No entanto a identidade não é uma narrativa individual, uma construção solitária pois esse discurso se apóia em uma vivência social a um pertencimento cultural que forjam a história pessoal. A identidade é aquilo que por meio da semelhança com os outros traduz uma sensação de pertencimento social, explica Martucelli (2002).

Para a Sociologia o indivíduo é o resultado da ruptura entre o que denominamos de mundo feudal tradicional e comunitário e mundo moderno capitalista, individualista e competitivo. Entretanto, metodologicamente o indivíduo não é apenas um ator social, segundo nos informa Martucelli (2002), mas também um objeto empírico capaz de traduzir as práticas sociais. Na modernidade ele é tanto “um ator empírico [quanto] um sujeito que se apóia em uma representação histórica e normativa particular” (MARTUCELLI, 2002, p. 13)¹³.

Diferentes estudos sociológicos adotam, pois, um olhar comum sobre o indivíduo, como conseqüência do processo de modernização do mundo, aquele que é portador de suas características (MARTUCELLI, 2002). Porém, Martucelli levanta algumas dificuldades para a Sociologia no que tange o estudo do indivíduo. Cada vez menos o indivíduo consegue traduzir uma única posição social, pois cada vez mais a modernidade fragmenta a

¹²«Une machine à fabriquer de l'unité grâce a un récit permettant d'articuler ce qui apparaît como divisé» (tradução livre).

¹³«un acteur empirique [quanto] un sujet s'appuyant sur une représentation historique et normative particulière» (tradução livre).

ordem social, o sistema das relações sociais e a torna pouco consistente ou pouco delimitada, ou seja, de difícil apreensão pelo olhar do pesquisador.

Por isso ele percebe que os atuais estudos sociológicos estão priorizando as zonas marginais ou extremas da sociedade, onde as diferenças se sobressaem, isto é, ainda são bastante observáveis. De maneira geral, o núcleo da sociedade tem se mostrado indistinguível. Os atores se misturam entre si não permitindo classificá-los quanto à posição social.

No entanto, o que deve ser modificado é a própria questão do social que não pode mais ser analisada, exclusivamente, ou melhor, majoritariamente, a partir de uma estratégia que privilegia as posições sociais, isto é, a um sistema de relações sociais, na verdade uma certa concepção de ordem social, um papel imperativo único (MARTUCELLI, 2002, p.20)¹⁴.

Esses novos elementos que o processo da modernidade forja obrigam o pesquisador a repensar metodologicamente as análises das trajetórias individuais, a partir, por exemplo, do modelo de trajetórias profissionais. De que maneira podemos compreender a ordem social por meio da análise das experiências individuais? Como relacionar indivíduo e sociedade no atual estágio da modernidade, sem se esquecer de que “somos uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994). De que forma o agente capta o mundo fragmentado e desarmônico da modernidade tardia, pós-modernidade ou era da incerteza?

O sociólogo necessita, segundo Martucelli, caso queira buscar respostas a esse desafio, observar cinco dimensões do indivíduo ao invés de posições sociais, como categoria de análise: o suporte, o papel, o respeito, a identidade e a subjetividade. Essas dimensões, é claro, estão relacionadas a grupos sociais, traços profissionais e configurações históricas. Assim, “(...) o que define a unidade última, não são os lugares no sistema nem a comum injunção dirigida aos indivíduos modernos, mas os diferenciais de

¹⁴«Pourtant, ce qui doit être modifié est la question même du social qui ne peut être saisie, exclusivement, voire majoritairement, à partir d’une stratégie donnant d’emblée aux positions sociales, en fait à un système de rapports sociaux, en vérité à une certaine conception de l’ordre social, un rôle interprétatif unique» (tradução livre).

consistências por meio dos quais transita desde então nossas vidas” (MARTUCELLI, 2002, p.38)¹⁵.

A Sociologia clássica, sobretudo, as de abordagem marxista estrutural-funcionalista, negava a importância da subjetividade individual, e a dimensão psíquica, pois a descrevia como sendo uma ilusão. O que de fato importava analisar eram os papéis sociais. Somente aos poucos é que “(...) a acuidade interior se impõe ao olhar sociológico”¹⁶. Nietzsche e Freud promovem uma ruptura abrindo espaço para abordagens como as de Simmel e Weber. Assim, Martuccelli salienta que o sociólogo deve “(...) tomar para si o papel interpretativo, doravante mais, da subjetividade, sem se desprender dos significados sociais. A subjetividade tende a se exprimir por meio de formas mistas, evanescentes, contraditórias e fortemente desarticuladas” (MARTUCELLI, 2002, p.461)¹⁷. Análise que deve considerar sempre a existência de uma clivagem entre o interior e o exterior do indivíduo.

A subjetividade está dentro de um só e mesmo movimento, uma consequência da modernidade, a vontade de aprofundar essa aspiração, e a incapacidade radical de consegui-la na totalidade. Assim, ele não é nem uma plenitude interior, nem o fruto de uma topografia social, nem uma pura ilusão, mas um projeto, a raízes culturais diversas, visando uma expressão de si à distância do mundo social (MARTUCELLI, 2002, p.464)¹⁸.

Assim, devemos observar que a subjetividade só pode existir sob tensão. Ao mesmo tempo em que o indivíduo moderno toma para si a responsabilidade de seus atos, ele busca fugir dessa condição. Não podemos negar a sua existência, mas também não devemos

¹⁵«(...) ce qui donne l'unité ultime, ce ne sont ni les places dans le système ni la commune injonction adressée aux individus modernes, mais les différentiels de consistances par lesquels transite désormais nos vies» (tradução livre).

¹⁶«(...) l'acuité de 'l'intériorité' s'impose dans le regard sociologique» (tradução livre).

¹⁷«prende acte du rôle interprétatif, désormais majeur, de la subjectivité sans le détacher de ses significations sociales. La subjectivité tend à s'exprimer au travers de formes mixtes, évanescences, contradictoires et fortement désarticulées» (tradução livre).

¹⁸«La subjectivité est dans un seul et même mouvement une conséquence de la modernité, la volonté d'approfondir cette aspiration, et l'incapacité radicale d'y parvenir entièrement. En bref, elle n'est ni une plenitude intérieure, ni le fruit d'une topographie sociale, ni une pure illusion, mais un projet, à racines culturelles diverses, visant à une expression de soi à distance du monde social» (tradução livre).

considerá-la como sendo o pivô do indivíduo moderno. Ela é um processo, está em tudo e em toda parte, que se difere da noção de identidade. A identidade se exprime de forma positiva. A subjetividade se apresenta como algo não tangível. Ela diz respeito mais ao nível da reflexão que da linguagem. Ela não tem forma, mas se expressa de forma intermitente. “Ela se enuncia pela impossibilidade de sua enunciação” (MARTUCCELLI, 2002, p.469)¹⁹.

Nesse sentido, o recurso ao método da análise do discurso nos levou a conhecer como se constituiu o “quadro de referência pessoal” (THIOLLENT, 1987) dos entrevistados, a fim de permitir interpretar o significado das suas respostas, na tentativa, de desvelar aproximadamente a realidade, como ensina Bourdieu (1999).

Segundo Foucault o discurso é uma estrutura oculta sempre hierarquizada onde as interdições que o atingem revelam sua ligação com o desejo e com o poder. O discurso não é só o que manifesta o desejo, mas também o objeto do desejo. Do mesmo modo ele não traduz apenas as lutas pelo poder, mas, ainda, aquilo pelo que se luta. O discurso é pois “o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10). Portanto, o discurso não existe livremente, é controlado de modo indireto, pois está na ordem das leis e, historicamente, dentro dos paradigmas.

Desse modo, a pesquisa utilizou a técnica de entrevistas semi-estruturadas, em consonância com a de análise de conteúdo. A escolha dessas técnicas fez sentido neste estudo na medida em que cabe ao sociólogo criar as condições para o surgimento de um discurso que já existe dentro do pesquisado, mas ainda não foi objetivado. Algo ainda latente dentro do agente social. Cabe ao sociólogo/pesquisador, segundo Bourdieu (2001), fazer um trabalho análogo ao do parteiro, pois necessita trazer à tona coisas enterradas que as pessoas vivem, mas não conhecem. Assim, a principal função do sociólogo/pesquisador está na,

¹⁹“Elle doit s’énoncer par l’impossibilité de son énonciation” (tradução livre).

(...) verdadeira “disposição a perseguir a verdade”²⁰ (...) que leva a improvisar na hora, na urgência da situação da entrevista, as estratégias de apresentação de si e as respostas adaptadas, as aprovações e as perguntas oportunas etc. de maneira a ajudar o pesquisado a dar a sua verdade, ou melhor, a se livrar de sua verdade (BOURDIEU, 2001, p.709).

Considerando o caminho metodológico acima descrito, nosso objetivo foi, portanto, o de compreender, a partir da análise de diferentes trajetórias profissionais, e tendo como base teórico-metodológica tanto a perspectiva de Bourdieu quanto a de Martucelli, como os agentes sentem, representam e vivenciam:

- ✚ A nova organização do tempo e do espaço;
- ✚ Relações no trabalho;
- ✚ As exigências de flexibilização da formação profissional;
- ✚ Os mecanismos de proteção, mesmo que temporários;
- ✚ Suas crenças, convicções e valores;
- ✚ Suas relações de lealdade e compromisso;
- ✚ Relações de amizade e família;
- ✚ Seu tempo livre;
- ✚ As possibilidades de fracasso;
- ✚ Seus medos;
- ✚ Suas estratégias de sobrevivência.

É importante deixar claro que os dados que as entrevistas trazem não constituem prova única e última para a comprovação da hipótese. Esses dados, fornecidos pelo discurso objetivo e subjetivo dos entrevistados, se somam a uma extensa pesquisa bibliográfica de autores que nos fornecem dados qualitativos e quantitativos que permitem, associados aos dados estatísticos do IBGE, DIEESE, IPEA e CODEPLAN, fundamentar, justificar, argumentar e comprovar a tese aqui levantada.

²⁰ Grifo do autor.

A análise do conteúdo dos relatos se apóia na perspectiva teórica de BARDIN (1977), cuja técnica pressupõe diferentes fases e se organizam em torno de três etapas dispostas cronologicamente:

- ✚ A pré-análise;
- ✚ A exploração do material;
- ✚ O tratamento dos resultados, as inferências e interpretações.

Utilizando as variáveis/categorias de análise propostas por Martucelli, que redundam na matriz de pesquisa, anexo 1, bem como as próprias perguntas que as entrevistas levantam como fonte de manifestação do discurso, o trabalho preparatório buscou trazer à luz os indícios que este manifesta organizando-o de forma sistemática, por temas ou idéias centrais, cujo indicador correspondeu à frequência com que cada tema apareceu nas respostas.

Nosso recorte foi feito no nível semântico, isto é, a partir de temas, porque característico da análise de conteúdo. Um tema, segundo Berelson, é uma afirmação acerca de um assunto.

(...) uma unidade de significação complexa, de tamanho variável; sua realidade não é de ordem lingüística, mas de ordem psicológica: tanto uma afirmação quanto uma alusão podem constituir um tema; inversamente, um tema pode ser desdobrado em várias afirmações (ou proposições). Enfim, um fragmento qualquer pode remeter (e geralmente remete) a vários temas (D'URUNG, M.C. in BARDIN, L., 1977, p.136)²¹.

Fazer, pois, uma análise por meio da definição de temas consistiu em descobrir núcleos de sentido que, por sua vez, foram agrupados por campos semânticos. Os temas

²¹“(…) une unité de signification complexe, de longueur variable; sa réalité n'est pas d'ordre linguistique mais d'ordre psychologique: une affirmation mais aussi une allusion peuvent constituer un thème; inversement, un thème peut être développé em plusieurs affirmations (ou propositions). Enfin, un fragment quelconque peut renvoyer (et renvoie généralement) à plusieurs thèmes...” (tradução livre).

considerados na análise foram: jornada de trabalho; desemprego; direitos políticos e sociais; medo; flexibilização; vulnerabilização; precarização e autonomia. Vale ressaltar que na redação do relatório final considerei, ao longo da exposição do conteúdo da tese, os movimentos que dão corpo ao processo de precarização social, decorrentes da precarização das relações de trabalho e referentes aos campos: econômico, jurídico, político, social e cultural, como sugerido pelo meu co-orientador, o Prof. Bruno Lautier.

1.1 O campo da pesquisa empírica

Geralmente estamos mais habituados, quando fazemos pesquisa em Sociologia do trabalho, definir nosso campo de análise por categoria profissional. Entretanto, nos pareceu que o objeto de análise desta pesquisa pediu um olhar mais plural, mais fragmentado sobre diferentes categorias profissionais. Com base em duas entrevistas exploratórias com trabalhadores, do setor privado formal — que já perderam seus empregos por mais de uma vez — e, em conversas informais com funcionários de empresas privadas ou públicas e docentes do ensino superior privado, acreditamos que uma visão mais abrangente, do mundo do trabalho no Distrito Federal, sobre o impacto do medo da ameaça do desemprego tenha sido metodologicamente mais adequada.

Nesse sentido realizamos 13 entrevistas semi-estruturadas com profissionais empregados ou desempregados de distintas áreas, tanto do setor formal quanto do informal. A escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória, por solicitação minha a pessoas que eu já conhecia, ou por indicação de alguém. O critério adotado considerou a oportunidade de entrevistar pessoas dos dois sexos, com idades variadas, escolaridade também diferenciada e pertencendo a ramos profissionais distintos. As entrevistas foram gravadas e depois deglavadas, com a exceção de duas que infelizmente ficaram inaudíveis: a do pedreiro — realizada ao ar livre, no local da obra onde trabalhava — e a da estagiária — realizada no saguão do Ministério onde trabalha.

A fim de resguardar o anonimato dos entrevistados, escolhi utilizar como codinome, a denominação dada por Gabriel Garcia Marquez (1998) aos personagens na sua obra *Cem anos de solidão*. Os codinomes dos entrevistados aparecem sempre em negrito ao longo do

relatório para melhor identificá-los. Assim sendo, segue uma apresentação sucinta dos entrevistados para que se tenha uma noção do suporte social de cada um deles:

1. Aos 35 anos de idade e solteiro, **Aureliano Buendía**, católico não praticante, analista financeiro, exibe um rico currículo recheado com dois cursos superiores — Economia e Ciências Contábeis; pós-graduação em Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas; especialização em Mercado Financeiro na Bolsa de Valores de São Paulo e experiências de trabalho que começam quando ele tinha 19 anos, como estagiário do Ministério da Indústria e do Comércio. Oriundo de uma família da classe média alta brasileira, munida de significativo capital econômico e social, trabalha atualmente em uma grande empresa multinacional brasileira do setor de telecomunicações com salário superior a 20 mínimos.
2. **Aureliano Babilônia**, carioca de 40 anos, evangélico, é casado e pai de uma filha já formada em Direito. Filho de pai marceneiro, mãe que nunca trabalhou fora, possui um irmão, doutor em Pedagogia. “Pedevista” do Banco do Brasil, é formado em Administração de Empresa, tem duas pós-graduações (MBA) em Marketing e atualmente é economiário da Caixa Econômica e professor como atividade secundária. Mora em Brasília desde 2005. Seu salário mensal corresponde a 20 salários mínimos.
3. **José Arcádio** nasceu em Campo Grande (MS) e migrou para Brasília, com os pais, quando era ainda criança. Seus pais possuíam baixa escolaridade, mas o pai falava inglês e foi corretor de imóveis. A mãe trabalhou sempre na informalidade, sobretudo depois do alcoolismo e decadência econômica do pai. Ela também se tornou alcoólatra, mas nunca deixou de sustentar a casa. Ele tem ainda dois irmãos e uma irmã. Quando adolescente trabalhou de faxineiro, babá, lavava carro, fazia bico em hospital, cuidava de cachorro de professor, até fazer um curso técnico de eletrônica e ingressar no mercado de informática. Atualmente, solteiro, católico praticante, com 34 anos, é radialista de uma grande empresa de comunicações com salário acima de 10 mínimos e cursa o 3º grau em Relações Internacionais numa faculdade particular.

4. **Aureliano José** é originário de Belo Horizonte (MG), solteiro, com 46 anos, e se diz católico. Imigrou para Brasília quando tinha apenas 6 meses de idade, com os pais baianos que vieram em busca de melhores condições de vida. Instalaram-se em Girassóis (GO), mas atualmente vive sozinho em São Sebastião (DF). Pedreiro por profissão, possui 1º grau incompleto, trabalha informalmente como diarista, e ganha aproximadamente 2 salários mínimos.

5. **Arcádio** é um jovem, solteiro, católico, de 20 anos que está cursando o ensino médio no Colégio Paulo Freire. Nasceu e foi criado em Brasília e é morador da Vila Planalto (DF). Filho de pai caminhoneiro — analfabeto, ficou órfão de mãe quando tinha apenas dois anos de idade, por isso foi criado pela avó, mulher de 75 anos e trabalhadeira como ele próprio diz com orgulho e admiração. Desde os 15 anos aprendeu a jogar tênis e passou a trabalhar como “boleiro” — aquele que cata as bolinhas durante um jogo de tênis, função similar a de gandula no futebol. Ele se diz professor de tênis por já ter feito curso de qualificação de assistente de professor de tênis, mas efetivamente trabalha como boleiro. Seu pagamento mensal pode chegar a R\$ 150,00, ou seja, ½ salário mínimo, quando recebe dos jogadores para quem trabalha.

6. **Amaranta**, 34 anos, católica, funcionária pública, formada em Relações Internacionais, casada, pela segunda vez, é mãe de dois filhos de relações anteriores. Atualmente exerce a função de técnica em administração hospitalar de um hospital público de Brasília. Nos idos de 1973, junto com a mãe, recém-viúva, e seus treze irmãos, veio de Dianópolis (TO), quando ainda era um bebê de pouco mais de um ano de idade. A mãe decidiu migrar para Brasília porque havia ganhado uma casa para morar na atual região administrativa de Ceilândia. Ela mora na região administrativa de Sobradinho (DF), e seu salário é de aproximadamente 5 salários mínimos. Antes de se tornar funcionária pública trabalhou numa farmácia (demitida por corte de pessoal), na BrasilTelecom (atendente do setor de suporte de redes telefônicas, demitida por corte de pessoal), na CONAB (secretária, demitida ao retornar da licença maternidade), numa empresa transportadora (assistente no Departamento de Pessoal foi demitida, em processo de corte de pessoal, por não

ceder ao assédio sexual do chefe) e na Vara da Infância e da Juventude (guardete, pediu demissão para assumir o cargo público).

7. **Úrsula**, chefe de cozinha, nasceu em Uruguaiana (RS), pai militar, morou em várias regiões do país. Ela tem 35 anos, declara não possuir religião, é divorciada, mãe de duas filhas, mora no Plano Piloto, Brasília (DF), e está cursando gastronomia numa faculdade privada de Brasília. Sua trajetória profissional é bem variada: foi *baby sitter*, dona de uma loja de eventos infantis, professora de inglês, recepcionista e posteriormente produtora de eventos na Hípica de Brasília, relações públicas de uma empresa, vendedora de curso de inglês do ILAL - Instituto Latino Americano de Línguas, gerente de padaria (Pão de Minuto e depois a Pão Italiano), relações públicas da Ambiental, relações públicas de um consórcio de empresas de concessão de rodovias onde foi demitida após ter sido assediada sexualmente. Atualmente trabalha informalmente como chefe de cozinha e produtora de eventos. Declara ter uma renda mensal em torno de 20 salários mínimos.
8. **Rebeca Montiel**, empregada doméstica, tem 32 anos, solteira, católica, nasceu em Correntina (BA), e veio para Brasília aos 13 anos morar com a irmã, em busca de uma vida melhor porque não mais agüentava trabalhar na roça. Ela mora em São Sebastião (DF) com seus três filhos. Não é casada e só recebe pensão do pai de um deles. Ela possui ensino fundamental incompleto, mas espera quando as crianças crescerem poder estudar. Atualmente está desempregada, mas no último emprego recebia 1 salário mínimo mais o benefício de R\$ 120,00 do programa “Renda Minha”. Gosta muito de ser empregada doméstica, mas se ressentida da total falta de reconhecimento do trabalho da doméstica pelos patrões. Já conseguiu novo emprego, mas sonha em trabalhar numa empresa de limpeza, pois se ficar desempregada disse ter a garantia ao menos do seguro desemprego.
9. **Remédios tem** 46 anos, católica não praticante, é funcionária do Banco do Brasil, gerente executiva, casada e sem filhos, se formou em Administração de Empresa e tem curso de pós-graduação (MBA) em gestão empresarial. Ela nasceu em Abadia dos Dourados (MG), seus pais possuem o ensino fundamental e moram em Formosa (GO). Ela morava lá até passar no Banco do Brasil e vir para Brasília

cursar a faculdade. Seu salário é superior a 20 salários mínimos e mora no Lago Sul, Brasília (DF). Tem certeza de ser uma excelente funcionária, muito competente e muito bem relacionada na empresa. Já passou por diferentes áreas no banco tais como: agência (caixa e gerência média), setor de cartão de crédito, setor de auditoria, Banco Popular, e setor Varejo. Adora o que faz, mas está contando o tempo para se aposentar.

10. **Renata Remédios** nasceu em Brasília, tem 29 anos e trabalha numa grande multinacional de tecnologia da informação desde que se formou em tecnologia de processamento de dados (analista de sistemas), diz ela. Cursou um MBA em finanças e está cursando outro MBA, agora em gestão empresarial, além de alguns cursos de qualificação oferecidos pela própria empresa onde trabalha. Ela trabalha atualmente com vendas de software e recebe mais de 20 mínimos por mês, na modalidade de salário variável. É casada, sem filhos, mora em Taguatinga e diz não ter religião. Seu pai é aposentado do Ministério Público, formado em Administração de Empresa, sua mãe professora tem dois cursos superiores, Administração e Pedagogia, além do curso incompleto de Direito. Gosta muito do que faz, mas após sofrer os novos imperativos da gestão empresarial baseada no medo, que lhe rendeu algumas doenças (estresse, gastrite, distúrbio hormonal), mudou um pouco a sua visão sobre o atual mundo do trabalho.

11. **Pilar Ternera**, católica, tem 31 anos, solteira, nasceu em Resende (RJ), e veio para Brasília, onde reside seu irmão mais velho (são dois irmãos), quando cursava a faculdade de Direito. Advogada e Professora de Direito Civil está cursando uma pós-graduação em Direito Civil. Teve um avô farmacêutico, avó professora, pai engenheiro e mãe professora. Ainda muito jovem, com 13 anos perdeu a mãe e foi criada pela avó. Começou sua carreira profissional como professora de inglês, aos 15 anos, e depois de se formar advoga e leciona em faculdades particulares de Brasília. Sua renda mensal gira em torno de 10 salários mínimos. Vive atualmente no Guará (DF). Extremamente legalista sempre trabalhou com carteira assinada.

Considerando que os 11 entrevistados vivem na região do Distrito Federal, apresentamos, no capítulo que se segue, o espaço socioeconômico e político da Capital Federal, ao mesmo tempo em que estabelecemos uma discussão metodológica sobre a pertinência do olhar da sociologia do trabalho para o desenvolvimento da tese.

2. BRASÍLIA NÃO É UMA “ILHA DA FANTASIA”

2.1 O LOCUS DO PODER

Tem-se por hábito ouvir as pessoas dizerem que Brasília é uma cidade nova com seus 47 anos e que por essa razão não teria ainda história. Bem sabemos quem faz a história não são os monumentos nem os museus, mas sim agentes sociais, os verdadeiros sujeitos históricos. E essa cidade, assim como qualquer outra, guarda na sua memória, melhor dizendo, na memória de seus habitantes — os verdadeiros operários dessa construção chamada Brasília — as marcas de seus vários tempos, o traçado não linear de uma narrativa histórica da qual fazem parte abundantes personagens anônimos e, uns poucos famosos.

Assim, ao desejar apreender as diferentes conjunturas dessa formação histórica necessitamos primeiramente compreender que “(...) o espaço é a acumulação desigual de tempos”, como ensina Milton Santos (2004). Segundo a sua perspectiva teórica é importante ter claro que o espaço que interessa à análise é o espaço social que, em um constante movimento dialético ao mesmo tempo em que molda e configura o espaço físico ele é também por este moldado e configurado. Portanto, e ainda de acordo com o grande geógrafo, devemos considerar que:

O que se acha diante de nós é o agora e o aqui, a atualidade em sua dupla dimensão temporal e espacial. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. (SANTOS, 2004, p.14).

Dito isso cabe então levar em conta nesta análise que o espaço social é resultado da soma do trabalho morto e do trabalho vivo no sentido marxiano (MARX, 1988) dos termos, e assim perceber que ao longo do tempo os espaços urbanos vão sendo dotados de parcelas cada vez maiores de trabalho morto. Evidentemente a relação quantitativa entre trabalho morto e trabalho vivo é desigual, pois, à medida que o homem intervém na natureza transformando-a, ele a objetiva criando o que Santos denomina por espaços sociais: “(...) o espaço é a matéria trabalhada *por excelência*²²: a mais representativa das objetivações da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas” (SANTOS, 2004, p.33). O mesmo que dizer que o homem ao interferir na natureza para uso próprio ele cria os objetos a partir da sua subjetividade, deixando nestes a sua expressão, a sua marca individual e coletiva, isto é a sua realidade externa.

É nesse sentido também que a sociologia do trabalho analisa o espaço urbano e suas relações sociais como decorrentes dos diferentes processos de produção nele cristalizado. O que nos leva a afirmar que toda e qualquer formação citadina do mundo capitalista é criada para servir, da melhor forma possível, ao processo de exploração e acumulação do capital. Estudar, pois, o espaço de Brasília e suas relações sociais, cidade criada no auge do capitalismo industrial, é conhecer as relações de produção que dialeticamente o configuram.

Vale lembrar que a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para a região Centro-Oeste do país, nos anos 1960, veio para resolver problemas socioeconômicos e políticos concentrados na antiga capital, ou melhor e sobretudo, na região sudeste brasileira. Problemas estes que não só colocava em risco permanente a estabilidade do poder do então Presidente Juscelino Kubitschek, ameaçado constantemente por conchavos golpistas militares descontentes com o clima populista e nacionalista das massas trabalhadoras, deixado por Vargas, como também de certa forma freava a entrada do capital estrangeiro para o processo de industrialização do país. Tendo de enfrentar a resistência de parte dos segmentos militares para tomar posse, percebe que a melhor saída para governar, com certa tranquilidade, seria levar o centro do poder para bem longe do litoral carioca.

²² Grifo do autor.

Mantendo a grande distância os cidadãos brasileiros das instituições do Estado, ele promove uma separação não só física, mas, sobretudo, simbólica da relação que pressupõe uma dialética entre governante e governados. O modelo republicano democrático, no qual o povo deve ser soberano, cabendo governar a *res* pública, ou melhor, a ‘coisa pública’, e pressupondo uma relação direta e constante entre cidadão e Estado, deixa de existir. Como exercitar a democracia se o aparelho do Estado está a mais de mil quilômetros de distância das massas reivindicadoras de seus direitos?

Entretanto, o governo de Juscelino foi considerado historicamente o mais democrático de todos os governos brasileiros até então, apesar da incongruência em forjar um sistema democrático cujo povo fica à margem do poder. Sem o saber, nem o querer, Juscelino criou as condições objetivas e subjetivas para a implantação da ditadura militar, que se estabelece a partir de 1964. Por que digo isso?

2.2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

Porque Brasília, cidade moderna, própria à “era da arquitetura funcional” (SANTOS, 2004, p.36) e herdeira da revolução promovida pela escola alemã Bauhaus, reproduz, nas suas formas, as necessidades espaciais e sociais do modo de produção industrial. Arquitetura de formas frias e imponentes onde o poder político é expresso sempre de maneira monumental e na qual, a princípio, busca excluir o povo, o “cidadão”, desse belo espaço de modernidade. Todos que para aqui vieram logo perceberam a parte que lhes caberia na cidade do futuro, pois competia ao Estado designar quem, quando e como as pessoas ocupariam o espaço de esperança por dias melhores. Assim, trabalhar, morar, comprar, estudar e ter lazer, foi objetiva e planejadamente definido pelas novas racionalidades do trabalho, a do trabalho industrial.

Para cada categoria de funcionário público foi determinada uma específica área urbana. Cada segmento estava destinado a morar em uma superquadra de apartamentos que propiciava um comércio exclusivo de vizinhança, espaços interiores de lazer, escola no interior da quadra, clube social e até mesmo meio de transporte específico da repartição

que levava e trazia o morador do e para o trabalho. Funcionários da Presidência da República; funcionários do Banco do Brasil, funcionários do Banco Central, militares (cada arma tinha um endereço específico), funcionários de tribunais, enfim, funcionários de todos os setores públicos ocupavam a cidade que nascia segundo um critério de segregação do espaço social. As categorias profissionais eram segmentadas em subcategorias profissionais. A hierarquia intracategoria se reproduzia também na ocupação do espaço já que funcionários, por exemplo, os concursados do Banco do Brasil ou do Banco Central não habitavam as mesmas superquadras que seus colegas de trabalho de nível inferior, como os contratados para exercer a função de contínuos, as telefonistas etc. A estes eram reservadas as super-quadras consideradas menos nobres, as do setor 400, enquanto aqueles ocupavam apartamentos nos setores 100 e 300, e assim reificavam espacialmente a hierarquia socioprofissional.

Junto com o presidente Juscelino, o arquiteto de Brasília, Oscar Niemeyer acreditou estar construindo o sonho de ver uma cidade verdadeiramente democrática onde todos seriam tratados de forma igual, onde todos teriam as mesmas condições de acesso aos bens materiais e imateriais. Mas, o ponto de vista do geógrafo, sobre a arquitetura funcional, deixa nu o equívoco do arquiteto comunista, que sonhava em mudar seu país e o mundo desigual e mesmo cruel em que vive. Segundo Santos (2004) esse tipo de arquitetura deve ser vista tal qual:

(...) a arquitetura como mass-media, prene de intencionalidade e de simbolismo. Os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais (SANTOS, 2004, p.37).

Infelizmente Niemeyer se engana ao querer transformar, a partir da criação de novas formas arquitetônicas, de uma nova concepção espacial urbana as relações injustas desumanas do modo de produção capitalista. É no filme “Conterrâneos velhos de guerra”, de Wladimir de Carvalho, que podemos ouvi-lo em um momento de desabafo:

— Enfim, o sonho de Juscelino foi uma coisa muito importante para o Brasil, criando mesmo um clima assim de otimismo. Mas quando ela se inaugurou, nós sentimos assim essa transformação, nós vimos que Brasília não seria nunca uma cidade do futuro... mas uma cidade como qualquer outra. Então, nós sentimos com pesar esse desengano. Os que vieram construir Brasília... vieram de todos os pontos do país, do Nordeste, principalmente... esses nossos irmãos que vieram para Brasília, para nos ajudar, que construíram esses palácios, apartamentos, escolas, tudo isso e de nada disso usufruíram. E saíram de Brasília mais pobres ainda e foram morar longe da cidade que construíram, vendo-a de longe como um sonho frustrado, como Drummond dizia que via Itabira. De modo que esse é um aspecto negativo de Brasília, que nós devíamos ter compreendido desde o início. Quer dizer, Brasília não representa uma cidade do futuro. Uma cidade que nós pensávamos, uma cidade de homens iguais (CARVALHO, 1997, p.220-221).

O que o sociólogo pode retirar dessa experiência frustrada de Niemeyer é perceber que nenhuma formação espacial está livre da ideologia do poder dominante e, portanto, esta necessita ser considerada em qualquer análise que se proponha desejar apreender, com profundidade, as relações sociais que erguem e são erigidas no e por determinado espaço urbano. Não há como esquecer a lição de Foucault sobre a ordem do discurso. É indispensável realçar, trazer à luz o “não dito” (FOUCAULT, 2001) da comunidade urbana, que tanto pode ser percebido nos símbolos, nas marcas, nos rastros que os homens deixam ao se materializarem na cidade, o que significa dizer que devemos procurar nas relações de produção a chave para entender as adversidades desse espaço social, dessa sociedade hierarquizada e classificada que tem o espaço como importante instrumento de cristalização da ideologia dominante. É necessário esclarecer que aqui não nos interessa analisar Brasília como uma obra de arte, pelo seu viés estético, que também não deixa de ser uma expressão ideológica do pensamento das elites. Nosso enfoque se apóia no método sociológico que privilegia a análise das relações produtivas, que em última análise são as que definem a divisão e o modelo espacial rural/urbano, a estética, o conteúdo, a forma e o acesso cultural.

Se for o homem quem, a partir da sua ação de trabalhar a natureza, constrói o espaço onde vai morar, é, pois, a partir das relações de trabalho que conseguiremos conhecer a subjetividade dessa realidade objetiva. Quem, ao olhar o prédio do Congresso Nacional pode imaginar que na sua fundação existem provavelmente vários corpos de operários mortos durante a sua construção? (CARVALHO, 1997). Quem, ao visitar Brasília e olhar suas belas formas pode pensar que isso custou a vida de muitos brasileiros desconhecidos e esquecidos?

Para compreender a história que a memória de Brasília faz muitas vezes questão de esconder, recorremos ao cineasta Wladimir de Carvalho que aborda e denuncia, em seu filme/documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra”, as desumanas relações de trabalho dos operários que construíram a Capital Federal, a cidade futurista.

Durante o período da construção da cidade, e premidos pelo prazo imposto de quatro anos, para que Juscelino pudesse inaugurá-la antes do fim do seu mandato, os operários foram alocados em acampamentos situados bem perto das grandes obras, como o da Vila do IAPI. Esse enorme canteiro de obras era uma “espécie de favela” cheia de “barracos”, na realidade casas de madeiras, próxima ao Plano Piloto, que tão logo a cidade foi inaugurada os operários foram desalojados de forma violenta e jogados num descampado, a 35 km de Brasília, onde posteriormente se formou a cidade satélite Ceilândia. Mas o fato mais trágico dessa epopéia foi o massacre dos operários no acampamento da empresa que construiu o Palácio do Planalto, o Pacheco Fernandes Dantas. Segundo o depoimento do sindicalista e ex-deputado federal Geraldo Campos, no filme, o massacre aconteceu num domingo de carnaval de 1959, em resposta a reclamações feitas pelos operários às más condições de vida e trabalho:

(...) —... quantos trabalhadores foram chacinados ali. Houve um protesto contra comida estragada, falta d’água, atraso de pagamento e... reprimindo este protesto a polícia depois de ter ido uma vez, voltou... e metralhou, simplesmente metralhou os trabalhadores no acampamento. Nos alojamentos feitos de madeiras ficaram as balas cravadas... e na mesma hora, logo em seguida ao massacre, os corpos das vítimas, dos mortos, foram levados no caminhão basculante e enterrados em cova rasa

em local até hoje ainda não descoberto. Esse fato teve importância muito grande na vida de Brasília, porque foi desse massacre... que ... surgiu o primeiro sindicato organizado dos trabalhadores da construção civil na nova Capital (CARVALHO, 1997, p.296-297).

Apesar de presente na memória não só de Geraldo Campos, mas de todos os trabalhadores entrevistados para o filme, além também do ex-senador Pompeu de Souza, tanto Niemeyer quanto Lucio Costa disseram desconhecer o fato, embora a importante posição que ocupavam na realização da nova capital.

É com o olhar voltado para observar as relações de produção, numa clara escolha metodológica, que o cineasta consegue cavar, das entranhas do espaço urbano, as marcas não registradas, os rastros apagados que constroem a história do universo social de Brasília.

Refiro-me a esse momento histórico para mostrar a necessidade de refletir ainda hoje sobre as relações de trabalho na Brasília do início do século XXI, atenta para não esquecer de inserir neste estudo, todos os espaços sociais que formam o campo empírico, sem deixar-nos levar por delimitações impostas pelas categorias previamente definidas dos grandes institutos de pesquisa, tais como IBGE ou IPEA, e índices como o IDH.

2.3. CONFIGURAÇÃO DEMOGRÁFICA

Nesse sentido, o primeiro passo a considerar, na definição do campo empírico foi o levantamento e elaboração do perfil socioeconômico dessa região metropolitana que chamamos pelo nome de Brasília: isto é, a reunião dos dados estatísticos do Distrito Federal e das cidades ditas do Entorno²³. Metodologicamente, podemos afirmar que o

²³ O Entorno é o nome dado pelos moradores de Brasília à região formada por municípios do Estado de Goiás que circunda a fronteira do Distrito Federal. Segundo Burtszyn “A ocupação do Entorno se deu segundo um padrão intenso e desordenado. Tal tendência refletia, por um lado, um processo espontâneo de fuga às limitações do planejamento urbano da capital e do elevado custo da terra” (BURTSZYN, 1997, p. 27). E, para Gouvêa “Para além do DF, o setor privado, fez loteamentos - o Entorno – onde adotou o mesmo padrão de núcleos espalhados no território, por exemplo, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Céu Azul, Pedregal, compondo funcionalmente o que se denominou de área metropolitana de Brasília (AMB)” (PAVIANI, 2006, p.2).

IDHM²⁴ do Distrito Federal, por exemplo, de 0,844 em 2000 e o IDHM-renda de 0,842 não traduz a realidade do total das forças que produzem esse espaço social. A metodologia utilizada pelos grandes institutos de pesquisas segue uma delimitação geográfica artificialmente criada, que não corresponde à realidade do conjunto dos agentes que formam essa cidade/região metropolitana. Desde a divisão espacial imposta no Plano Diretor para a construção de Brasília, as populações carentes não são vistas e aceitas como parte produtora desse espaço social²⁵. Em seu estudo sobre populações excluídas de Brasília, o sociólogo Marcel Bursztyn identifica, em 1958, a primeira remoção de operários — em torno de 15.000 —, que viviam na “invasão”²⁶ Sarah Kubitschek, próxima à Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, para a região ainda deserta, denominada Taguatinga. Entretanto, o caso mais conhecido e emblemático foi o da remoção dos operários da Vila do IAPI:



Favela do IAPI (na época com 82.000 habitantes e que deram origem à Ceilândia, junho de 1971)²⁷

²⁴ IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Médio.

²⁵ Cfe. Luis Alberto Campos Gouvêa e Magda Lucio.

²⁶ Para o arquiteto Luiz Alberto de Campos Gouvêa “No Distrito Federal as favelas são chamadas pelo governo de ‘invasões’, tendendo a transmitir na própria denominação a idéia de transgressão” (GOUVÊA, L.A. Campos, 1995, p.12, nota de rodapé).

²⁷ PAVIANI, Aldo. Urbanização de Brasília. Revista Minha Cidade n° 169, setembro 2006 in: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc169/mc169.asp> .

Hermínio, um dos pioneiros entrevistados no filme de Wladimir de Carvalho, explica como viveu esta remoção forçada:

(...) — Bom aquela... mudança de lá para cá... que eles deram o nome de remoção...foi para deixar... a Capital livre para os turistas quando chegar a (sic) ter boa visão da Capital, e aquele pessoal que trabalhou, que fez a Capital, esse pessoal foi removido de lá para não servir de lixo. Foi removido aqui para a Ceilândia, jogado no mato, igual joga lixo, para cães, para os animais bravos comer. Aquilo lá, achavam eles que enfeava a cidade. Porque eles foram gente para construir a beleza da Capital, mas pra ficar, gozar do bem da Capital não serve (CARVALHO, 1997, p. 224).

A Vila do IAPI foi formada para receber os operários acampados em canteiros de obras, em barracos perto das principais construções da nova Capital Federal. Na medida em que estas iam ficando prontas, esses operários se tornavam figuras indesejáveis naquele espaço “nobre”. E assim eles iam sendo “transferidos” para a Vila do IAPI, local onde hoje está a cidade satélite Núcleo Bandeirante, atualmente uma região administrativa de Brasília. Mas, apesar da bem ordenada organização urbana do IAPI, reconhecida inclusive pelo Plano de Erradicação de Invasões do Governo local, como salienta Gouvêa (1997), quando chegada a hora... os habitantes pobres, construtores do “El Dourado” brasileiro, precisaram desocupar também aquela zona, excessivamente ameaçadora à aura de nobreza que deveria permanecer no Plano Piloto. O distanciamento geográfico era a melhor maneira de manter em segurança a zona nobre da cidade. As populações “perigosas” deveriam voltar para suas regiões de origem, quando muito poderiam ficar bem longe da Capital. O controle social seria mantido e garantido pela distância espacial. Foi assim que os operários e suas famílias foram jogados a 35 km do Plano Piloto, entre 1971-72, lugar

onde depois foi por eles erguida a cidade satélite de Ceilândia. Segundo Gouvêa o Plano Diretor de Lúcio Costa recomendava: “Deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital, promover, dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população” (GOUVÊA, 1997, p.68). Claro que para essa classe social não estava previsto “Superquadras”, “Blocos” de apartamentos, “Palácios”... apenas acomodações decentes e econômicas²⁸, nada mais.

Passado alguns anos, e em virtude da especulação imobiliária, atualmente é a região denominada Entorno que recebe essas populações indesejadas ao convívio de vizinhança no Plano Piloto ou nas outras regiões administrativas, onde vive a classe média brasileira. Entretanto, essas pessoas, ou melhor, esses “invasores” são úteis para a execução de trabalhos ditos “subalternos”: vistos como menos nobres pela sociedade culturalmente acostumada a separar trabalho intelectual — trabalho nobre, de trabalho braçal — o trabalho desvalorizado realizado pelas classes dos despossuídos, pois a condição de classe da população mais abastada ou dotada de maior capital social não admite fazê-lo. Historicamente tratamos o trabalho manual como sendo inferior, sublinha Antunes nessa passagem:

O ideal no Brasil não era o de tornar-se um trabalhador, mas o de ser comerciante autônomo, ter um negócio próprio, arranjar um emprego público, viver na malandragem, ou ter um bom patrão. Até hoje, o trabalhador — sobretudo o trabalhador manual — faz gigantesco esforço para se distinguir do indigente e para não ser confundido com o vagabundo e o bandido (ANTUNES, 2003, p. 24).

De fato, Brasília apresenta uma configuração geográfica extremamente planejada que se presta a um eficaz controle social, pois à menor ameaça de formação de novas “invasões” o Estado logo identifica o foco de perigo que se forma. Claro, outras “invasões” utilitárias a algumas grandes obras são admitidas até que estas sejam findas.

²⁸ Grifo meu.

No caso de “invasões” levadas a cabo por membros da classe média, estas deixam de ser chamadas de “invasões” e passam a ser classificadas de “condomínio”, legal ou ilegal. De qualquer forma o segmento classe média não é visto como “classe perigosa”, eles também “invadem”, ou melhor, se apropriam do espaço público, mas com um objetivo claro e realizável, construir a casa própria. Essa contradição entre “invasão” de classe média e “invasão” de classe baixa salta aos olhos de quem passa pela via Estrutural, a que liga o Plano Piloto a Taguatinga e Ceilândia: do lado direito da pista de quem sai do Plano Piloto em direção a Taguatinga percebe-se uma imensidão de casebres, casinhas de tijolo aparente — barracos — que chamamos de “invasão” da Estrutural; já do lado esquerdo observamos uma vasta área sendo ocupada dia-após-dia por grandes casas de alvenaria, de custo alto, e aí denominamos a região de Vicente Pires. Por que a diferença? Não são todas famílias em busca de um lugar para morar? A única distinção entre eles é a grande diferença econômica que os separa. Nada, além disso. Brasilmar Nunes, em sua pesquisa sobre a “invasão” da Estrutural, chama a atenção para a desigualdade social em que está submetida aquela população: “(...) em 2004, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) apontou na área uma população de 14.497 habitantes e uma renda média familiar mensal de R\$ 499, como a menor renda do DF, sendo que em Brasília a média era de R\$ 5.026” (NUNES, B., 2006, p.42).

Assim, uns vão construir belas casas para membros de uma elite econômica, e outros vão construir suas pequeninas casas ou casebres num padrão “antiestético” no dizer da elite, já que a estética é definida por aqueles que habitam a margem esquerda da rodovia Estrutural, e não os da direita. Mas, como a lei é essa, os da direita, os pobrezinhos devem partir. E partir significa para eles não ter aonde ir. Mas isso não é problema do Estado e sim do indivíduo. Então... “trator e polícia neles”, pois estão sujando, poluindo nossos mananciais de água. São uns desclassificados, não merecem viver naquele local. Não são suficientemente “civilizados” para tal. Os do outro lado sim! É claro! Em terra de emergentes, “civilizado” é quem tem dinheiro, assim é a ordem capitalista.

Essas considerações iniciais são importantes para compreender que desde a sua construção, Brasília nunca foi a cidade cirurgicamente planejada como é propalada aos quatro ventos. Apesar de um plano extremamente segregacionista as classes sociais foram

se instalando nos nichos que lhes eram possíveis ficar e assim foram configurando um espaço social bem diferente daquele desenhado na prancheta do urbanista. É nesse sentido que propomos associar os índices das cidades do Estado de Goiás que circundam a capital, o Entorno, aos do Distrito Federal, entendendo que lá se encontra grande parte da população economicamente ativa, essencial à formação do alto índice de IDH de Brasília, bem como do PIB. Para se ter uma noção das diferenças de níveis de desenvolvimento humano, apresento a seguir um quadro comparativo dos IDH médio das cidades do entorno e de Brasília. Essas cidades dormitórios são fornecedoras de mão-de-obra barata para Brasília, pois é lá que moram muitos dos trabalhadores que contribuem para o PIB/DF bem como para o elevado IDH da Capital brasileira.

Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000

Municípios de Brasília (DF) e da Microrregião Entorno de Brasília (Goiás)

Município	IDHM-1991	IDHM-2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000
Abadiânia (GO)	0,652	0,723	0,593	0,628
Alexânia (GO)	0,622	0,696	0,562	0,629
Água Fria de Goiás (GO)	0,6	0,695	0,565	0,601
Águas Lindas de Goiás (GO)	0,634	0,717	0,599	0,61
Cabeceiras (GO)	0,635	0,695	0,555	0,608
Cidade Ocidental (GO)	0,756	0,795	0,675	0,7
Cocalzinho de Goiás (GO)	0,614	0,704	0,576	0,596
Corumbá de Goiás (GO)	0,654	0,716	0,578	0,635
Cristalina (GO)	0,688	0,761	0,616	0,674
Formosa (GO)	0,698	0,75	0,682	0,681
Luziânia (GO)	0,678	0,756	0,636	0,665
Mimoso de Goiás (GO)	0,6	0,664	0,514	0,568
Novo Gama (GO)	0,662	0,742	0,621	0,646
Padre Bernardo (GO)	0,622	0,705	0,545	0,623
Pirenópolis (GO)	0,638	0,713	0,579	0,64
Planaltina (GO)	0,644	0,723	0,579	0,619
Santo Antônio do Descoberto (GO)	0,661	0,709	0,59	0,6
Valparaíso de Goiás (GO)	0,739	0,795	0,692	0,716
Vila Boa (GO)	0,585	0,674	0,536	0,582
Vila Propício (GO)	0,539	0,674	0,493	0,556
Brasília (DF)	0,799	0,844	0,801	0,842

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil²⁹

²⁹ Fonte: <http://www.pnud.org.br/atlas>

Brasília, ou o DF, alcançou um IDHM de 0,844, em 2000. Entretanto, se refizéssemos a média ponderada, incluindo os IDHM das cidades do Entorno, certamente ele cairia bastante. O mesmo se pode dizer do índice IDHM-renda cujo DF sozinho apresenta um IDHM-renda de 0.842 em 2000, bem superior ao dos seus vizinhos.

O grande problema de se conhecer os índices da região metropolitana de Brasília começa pelo fato de os principais institutos de pesquisa nacionais não analisarem o DF no contexto de Região Metropolitana como outras grandes cidades brasileiras, tais quais São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre etc. Esses grandes centros urbanos, como o DF, possuem uma forte concentração de população de baixa renda em suas fronteiras municipais que devem ser consideradas nos levantamentos oficiais para mensuração do PIB per capita, do IDH ou do índice de Gini (responsável pela mensuração da concentração de renda). O índice de Gini³⁰, calculado pelo IBGE, considerando a PIA – População em Idade Ativa, aponta Brasília como a cidade que possui um dos mais altos índices de concentração de renda do país, em 2006, só perdendo para os estados do Piauí e Alagoas, como mostra o quadro a seguir:

Gini Brasil 2006 – IBGE

Unidades da Federação	TOTAL	Unidades da Federação	TOTAL
BRASIL	0,547	Alagoas	0,592
Rondônia	0,536	Sergipe	0,542
Acre	0,560	Bahia	0,536
Amazonas	0,472	Minas Gerais	0,525
Roraima	0,560	Espírito Santo	0,525
Pará	0,504	Rio de Janeiro	0,535
Amapá	0,448	São Paulo	0,518
Tocantins	0,527	Paraná	0,524
Maranhão	0,587	Santa Catarina	0,486
Piauí	0,607	Rio Grande do Sul	0,510
Ceará	0,536	Mato Grosso do Sul	0,531
Rio Grande do Norte	0,549	Mato Grosso	0,520
Paraíba	0,559	Goiás	0,511
Pernambuco	0,559	Distrito Federal	0,589

Fonte: Pnad/IBGE³¹

³⁰ Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) fonte: <http://www.pnud.org.br>.

³¹ Fonte: www.ibge.gov.br

Brasília não é uma metrópole diferente das outras metrópoles brasileiras, entretanto toda região sudeste e sul apresenta uma concentração de renda bem inferior a do Distrito Federal. Nesse sentido, Alain Touraine enxerga que o grande problema brasileiro de pobreza não está no campo, mas nos subúrbios das grandes cidades.

Na América Latina, as classes e as relações de classe são mal definidas, já que os dois elementos centrais da situação são a dependência do capital estrangeiro e o papel de integração social desempenhado pelo Estado, que divide a população em integrados e outsiders (sic), como diz Norbert Elias, isto é, "excluídos". O que tem uma consequência da maior relevância: o campo de ação mais importante no Brasil não é o econômico e muito menos o político no sentido estrito. A grande meta que o Brasil deve perseguir é a da reconstrução — material, econômica e cultural — de uma parte das grandes cidades e, mais precisamente, das duas maiores metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, onde milhões de habitantes vivem em condições precárias e inaceitáveis de moradia, saneamento, fornecimento de energia, educação e saúde (TOURAINÉ, 2004).

Por isso, quando desconsideramos a massa de trabalhadores do entorno de Brasília na produção do PIB, na medição do IDH metropolitano ou no cálculo da concentração de renda do DF, estamos na verdade camuflando uma realidade que se mostra bem mais precária que a apresentada pelos índices oficiais. Brasília tem o maior IDH brasileiro, mas será de fato esta a realidade, ou temos aí uma realidade metodologicamente construída para ser apresentada ao público externo?

Preocupados com essa situação o governo de Joaquim Roriz, no Distrito Federal, realizou uma pesquisa cujo objetivo foi conhecer a relação de interdependência econômica da capital brasileira com os municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, em novembro 2003³². O relatório

³² O estudo, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, considerou os seguintes aspectos: características pessoais e do domicílio; equipamentos domésticos; trabalho e rendimento; razões que motivaram a opção

final “Brasília e sua Região Polarizada” salienta que “os resultados apurados espelham, de forma bastante clara, a relação de dependência entre os municípios pesquisados e o Distrito Federal e o estado de precariedade em que vive significativa parcela daquela população” (CODEPLAN, 2003, p.9).

O levantamento distribuiu os 22 municípios que formam o Entorno de Brasília em três diferentes regiões, por grau de polarização com a capital federal.

✚ Região I – Alta polarização

- Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

✚ Região II p Média polarização

- Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás.

✚ Região III – Baixa polarização

- Água fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unai e Vila Boa.

Desfazendo a pré-noção de que o Entorno foi povoado por pessoas de outros estados brasileiros que afluíam o Distrito Federal em busca de lote, a pesquisa destaca que 25% dos imigrantes do Entorno são naturais do DF e 30% residiam na capital federal e migraram premidos pela especulação imobiliária que os expulsa para a periferia das cidades. Ao verificar os dados da região de maior grau de polarização, a Região I, notamos que 41% migraram do DF para lá morar; 54% se deslocam todos os dias para trabalhar no DF gastando, em média, R\$ 12,00 de transporte (4 passagens de ônibus a R\$ 3,00 cada); 68% utilizam os hospitais da rede pública da capital federal; a renda per capita mensal é de R\$ 204,00; cada domicílio possui em média 1,05 pessoas com trabalho e o índice de desemprego chega a 35% numa população de 798.350 pessoas, dentre as quais 410.068 mulheres e 388.282 homens³³.

pela moradia no entorno; quantificação da população beneficiária de programas sociais do Governo Federal; mercado de trabalho; equipamentos públicos e relações comerciais.

³³ Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Sócio-econômico e Demográfico dos moradores da RIDE – 2003. A taxa de desemprego inclui desemprego aberto e oculto por trabalho precário.

O quadro a seguir mostra a disparidade existente, ou melhor, o fosso econômico que o PIB e o PIB *per capita* revelam entre Brasília e Municípios do entorno:

MUNICÍPIOS	PIB (R\$)	POPULAÇÃO (1 000 HAB.) (1)	PIB PER CAPITA ANO 2004 (R\$)
ABADIANIA	49 646	12 504	3 970
AGUAS LINDAS DE GOIAS	296 898	149 598	1 985
ALEXANIA	227 407	21 881	10 393
CABECEIRAS	77 748	6 909	11 253
CIDADE OCIDENTAL	122 031	46 209	2 641
COCALZINHO	60 224	16 815	3 582
CRISTALINA	383 118	38 825	9 868
FORMOSA GO	334 695	88 147	3 797
LUZIANIA	1 100 160	173 138	6 354
NOVO GAMA	189 979	89 694	2 118
P.BERNARDO	110 829	24 086	4 601
PLANALTINA GO	211 675	90 914	2 328
STO ANTONIO DESCOBERTO	150 957	70 707	2 135
UNAI	697 511	74 345	9 382
VALPARAISO	276 764	115 032	2 406
SUBTOTAL	4 289 642	1 018 804	4 210
BRASILIA - DF	43 521 629	2 282 049	19 071
TOTAL	47 811 271	3 300 853	14 485

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil³⁴.

2.4. O MERCADO DE TRABALHO

Dona do maior IDH do país, e de um dos piores índices de concentração de renda, Brasília possui um perfil de mercado de trabalho um pouco distinto das outras regiões metropolitanas nacionais. A população economicamente ativa do DF, que comporta 1.245.000 pessoas em 2006, se divide proporcionalmente entre 50,9% de homens e 49,1% de mulheres. Dentre as regiões metropolitanas estudadas pelo DIEESE: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre, o Distrito Federal é o que apresenta a melhor equidade urbana entre homens e mulheres que compõem a PEA. No Distrito Federal 73,0% dos homens são assalariados e somente 60,8% das mulheres são assalariadas, dados de 2006, conforme Anuário dos Trabalhadores de 2007 do DIEESE. As mulheres têm uma participação de mais de 13% inferior a dos homens, na categoria dos

³⁴ Fonte: <http://www.pnud.org.br/atlas>

trabalhadores assalariados. Vale ainda ressaltar que do total de mulheres ocupadas, 20% são empregadas doméstica, e no universo masculinos apenas 1,1% dos homens ocupados estão na categoria de empregado doméstico. O total de assalariados no DF correspondia a 67,2% dos ocupados, em 2006, segundo o mesmo instituto de pesquisa, não computados os empregados domésticos.

Enquanto São Paulo apresenta uma taxa de 19,1% da sua população de ocupados na indústria; Porto Alegre 18,8%; Belo Horizonte 14,4%; Salvador e Recife em torno de 9%; a participação da indústria no mercado de trabalho de Brasília é bastante pequena: 3,6%, dados de 2004³⁵. Por outro lado, a capital do país tem o maior contingente de pessoas trabalhando no setor de serviços, 65,9%. O restante dos ocupados está distribuído no comércio, 15,8% e 14,6% no quesito outros, que corresponde à construção civil, serviços domésticos etc. Vale salientar que serviços domésticos não deixa de ser também uma prestação de serviço, o que faz aumentar ainda mais o índice do setor. A participação do emprego no setor público está na ordem de 25,2% dos ocupados, e o setor privado emprega 42,1%. O emprego doméstico é responsável por 10,2% da mão-de-obra ocupada.

Com relação ao rendimento médio dos ocupados na região metropolitana do Distrito Federal, houve redução em todos os setores analisados no período 2001-2004 — indústria; comércio e serviços — tendência que não se verificou na região metropolitana de São Paulo que obteve aumento do rendimento médio. Apesar do índice de mão-de-obra ocupada ter se mantido em torno de 66% no período, o rendimento médio sofreu uma significativa contração de aproximadamente 17,5%:

³⁵ Fonte:DIEESE: Anuário dos Trabalhadores 2005, www.dieese.com.br

**Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal por setor
no Distrito Federal 2001-2004 (em R\$ de nov/04)**

Distrito Federal	2001	2002	2003	2004
Serviços	1.769	1.737	1.521	1.508
Comércio	955	919	790	769
Indústria	1.085	1.049	854	860
TOTAL³⁶	1.437	1.401	1.228	1.213

Fonte: Dieese: Anuário dos Trabalhadores 2005³⁷

A pesquisa aponta ainda que o rendimento médio foi reduzido tanto para os assalariados formais quanto para os informais, denotando um processo de precarização no quesito rendimento.

A jornada de trabalho é também um indicador significativo do nível de exploração da mão-de-obra ocupada do Distrito Federal. Enquanto a jornada média semanal do setor de serviços é de 40 horas, a da indústria é de 45 horas e o comércio chega a 48 horas de trabalho, configurando o descumprimento da jornada legal. Dos assalariados que trabalham no comércio, 67,2% vão além da jornada legal; na indústria eles correspondem a 43% e no setor de serviços 20,8%³⁸.

Os jovens com idade entre 16 e 24 anos, as mulheres e os negros são os que mais sofrem a precarização do mercado de trabalho de Brasília. A taxa total³⁹ de desemprego no Distrito Federal, incluindo desemprego aberto e oculto, foi estimada em 20,9%, segundo o Dieese⁴⁰, em 2004. A taxa de desemprego das mulheres é de 24% e a dos homens é de 17,8%. Comparativamente, a taxa total de desemprego entre os negros (pretos e pardos) corresponde a 22,5%, enquanto a dos não-negros (brancos e amarelos) é de 17,5%.

³⁶ No Total de ocupados a pesquisa do Dieese incluiu os serviços domésticos, construção civil e outros, apesar de não ter indicado os índices de rendimento médio específicos desse setor.

³⁷ Fonte: www.dieese.com.br

³⁸ Ibidem. Os serviços domésticos não foram computados.

³⁹ Para o Dieese a Taxa Total de desemprego corresponde à soma das taxas de desemprego aberto e desemprego oculto.

⁴⁰ Fonte: www.dieese.com.br

Outro dado importante se refere à situação de estudo e trabalho dos jovens entre 16 e 24 anos. É preocupante notar que apenas 19% desse contingente “só estuda”, enquanto 29,8% “estuda e trabalha” e 43% “somente trabalha ou procura emprego”⁴¹. Essa realidade demonstra a precarização social dos habitantes de Brasília cujos filhos desistem de estudar para trabalhar. É uma situação que contradiz os altos índices econômicos e sociais da capital federal. Quando a qualificação profissional é condição *sine qua non* para ingressar no mercado de trabalho, é desalentador verificar que a grande maioria dos jovens trilha o caminho inverso, se precarizam.

Os aspectos aqui esboçados, que configuram o espaço social de Brasília, denotam o recorte metodológico desta análise, bem como define o seu enfoque teórico. Não tem, de forma alguma, pretensão de retratar a realidade de Brasília, apenas forja, a partir de um enfoque particular, uma das realidades de Brasília. Entretanto busca-se questionar metodologias que se pretendem universalizantes, mas que na verdade são credoras de visões parciais do universo que configuram. Nesse sentido, o olhar da sociologia do trabalho permite desconstruir modelos pré-concebidos, pela sua característica metodológica precípua que nos obriga a enxergar o objeto dentro de um campo sempre relacional. O estudo do trabalho mostra que o trabalhador rompe as fronteiras imaginárias dos mapas estatísticos, que se apóiam nas formações regionais geopoliticamente constituídas. Quando se trata de sobreviver, o homem não se detém em fronteiras virtuais, demarcadas por estados federativos. O trânsito migratório diário entre Brasília e seu entorno o comprova. Como numa cidade medieval, pretende-se que a Capital Federal esteja protegida por altos muros, preservando assim sua imagem positiva recheada de bons índices econômicos e sociais, uma “ilha da fantasia”.

Trata-se de uma cidade vista como atípica, mas que na prática tem os mesmos problemas e contradições em razão de forte desigualdade e discriminação social. Circundada por um entorno pauperizado sofre dos mesmos males das grandes metrópoles brasileiras. A beleza de suas formas esconde a feiúra da pobreza e da violência urbana. É nesse universo que vivem os entrevistados desta pesquisa, que tem por objetivo apontar as conseqüências sociais do trabalho flexibilizado, precarizado, fato que podemos constatar

⁴¹ Grifo nosso.

pela intensificação da exploração da relação capital/trabalho, por meio de jornadas intensas e intermináveis de trabalho.

A ideologia credora do espaço social de Brasília e de suas relações de trabalho, fundamentada nos ideais do liberalismo econômico da ditadura do livre-mercado, é o tema que abordamos no capítulo a seguir, buscando uma melhor compreensão histórica.

3. LIBERALISMO E HAUTE FINANCE: ECONOMIA DE MERCADO

O contexto histórico que aqui apresentamos prioriza o estudo sobre a experiência de uma economia de mercado ocidental mundializada, estabelecida pelo modelo de mercado auto-regulável, no momento em que se intensificava a revolução industrial, ao final do século XIX e início do século XX. No “sistema de mercado” Polanyi entende que:

Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isso o que significa o simples termo “sistema de mercado”⁴² pela qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. (...) Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado (POLANYI, 2000, p. 60-62).

Um olhar retrospectivo histórico sobre a ênfase no aspecto econômico e sua relação com os campos políticos e sociais se justifica pelo fato de hoje estarmos vivendo a intensificação desse modelo, sob a lógica do capitalismo financeirizado, pois Polanyi (2000) observa que as conseqüências daquela experiência econômica foram desastrosas para a humanidade. Grandes guerras, ditaduras totalitárias e modelos econômicos sob o controle do Estado configuram a história de quase todo o século XX. Ele é mesmo bastante contundente na sua crítica ao sistema de mercado e seu poder destrutivo, chamando a nossa atenção para o fato de que “a sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (POLANYI, 2000, p.98). O primoroso estudo de Polanyi sobre

⁴² Grifo do autor.

uma sociedade regida por uma economia de mercado, nos ajuda, em muito, a refletir sobre o sistema de financeirização do capital cuja matriz fundante é, também, o sistema de mercado se impondo como regulador de todas as relações políticas e socioculturais do nosso século.

3.1 O TRABALHADOR MODERNO

As crises políticas, econômicas e sociais do século XIX seriam logo superadas, previa o pensamento da sociedade de então, pois o capitalismo iria produzir em quantidade suficiente para abastecer a todos sobre a terra. Tudo isso claro, em razão do progresso científico tecnológico que prosperava. Grandes transformações geravam um profundo otimismo no futuro: engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, zonas industriais, cidades que cresciam progressiva e desordenadamente, jornais diários, telégrafos e telefones, Estados Nacionais e conglomerados multinacionais de capital, bem como significativos movimentos sociais de massa.

Tanto ou mais transformador que a máquina foi a revolução que o sistema industrial promove ao forjar um novo homem, um indivíduo, o “homem operário”. A nova configuração das relações do trabalho fruto da revolução industrial, resultante da nova divisão do trabalho bem como da utilização da medida do tempo, pelo relógio, passam a ser os mecanismos mais eficazes de controle social. O operário tem hora para levantar, para trabalhar, para comer e para quiçá, se permitir momentos de ócio, de lazer ou de prazer. Ele passa a ser totalmente condicionado pelo tempo capitalista, sob a dominação absoluta da classe burguesa. A colonização ocidental do mundo:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (...) As criações intelectuais de uma nação tornaram-se propriedade comum de todas. (...) Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua semelhança. (MARX, 1961, p.25).

Tanto para Marx, Nietzsche, Tocqueville, Carlyle, Mill e Kierkegaard (ANDERSON, 1999), quanto para outros críticos do século XIX a tecnologia moderna e a decorrente organização social condicionaram o destino do homem.

Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica (MARX, 1961, p.27).

Desse modo, o sistema capitalista industrial criava o indivíduo e a individualidade, observa Foucault (1979). Se antes as sociedades feudais eram formadas por massas uniformes de pessoas que não se distinguiam entre si, a não ser quando membros da nobreza ou do clero, o capitalismo, ao contrário, individualizou os sujeitos, os forjou diferenciando-os uns dos outros, por meio do que o autor denominou de poder disciplinar. O poder disciplinar próprio à era do capitalismo industrial, atuando sobre uma massa confusa e desordenada, fez nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder, mais especificamente, o disciplinar próprio ao capitalismo industrial, caracterizado por três elementos essenciais: 1/ a organização do espaço; 2/ o controle do tempo e 3/ a vigilância panóptica. A sociedade industrial buscou assim transformar homens em força de trabalho capacitados a suportar as longas jornadas de trabalho nas fábricas, fazendo destes, indivíduos com utilidade econômica máxima (FOUCAULT, 1979). O homem moderno é, pois, produto das cidades modernas, do “mundo criado”, como o queria “Fausto”, na visionária obra de Goethe (BERMAN, 1986), na medida em que passa a viver em um ambiente por ele próprio criado, construído e destruído, cada vez menos natural.

Para Weber (1996), dois fatores foram importantes nesse processo. O primeiro se referiu à separação espacial entre o local de trabalho e o local de moradia, o lar, ou melhor, a família. Assim a empresa doméstica se desfez e com ela redesenharam-se todas as relações econômicas, políticas e sociais, como também observam Marx (1982) e Durkheim

(1995). O segundo fator, dizia respeito à existência de uma contabilidade racional, do cálculo racional e da “separação jurídica dos bens da empresa dos do indivíduo” (WEBER, 1996, p. 8). Ao mesmo tempo uma intensa utilização da “técnica”⁴³ dos conhecimentos científicos” (WEBER, 1996, p. 10) era requerida pelo mundo econômico.

Na visão de Marx (1988) a mais importante consequência do processo de divisão do trabalho foi a separação entre a cidade e o campo, como um reflexo da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material. É nas cidades onde se cristaliza a marcante diferença entre os proprietários privados e os expropriados, e a divisão entre indústria e comércio em razão de uma intensiva comunicação entre os centros urbanos. Além da formação das cidades e da instituição da propriedade privada, a divisão do trabalho promove o que Marx chamou de alienação [Entfremdung]. Este processo que se inicia quando a mercadoria “se transforma em coisa fisicamente metafísica” (MARX, 1988, p. 70), foi analisada em detalhe na sua obra “O Capital”. Na medida em que os homens produzem coisas e começam a trabalhar uns para os outros, de alguma maneira o trabalho do homem adquire também uma forma social. Isto é, uma relação entre os produtores de mercadorias em que são ativadas as características sociais de seus trabalhos assumindo assim a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. O que significa dizer que:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1988, p.71).

O fetichismo que se instaura nos produtos de trabalho, ou seja, o caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, segundo Marx, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria. É através do processo de troca das mercadorias que podemos perceber as características sociais do trabalho privado de cada produtor. O complexo do trabalho privado forma então o trabalho social total. Por isso, dizia ele que nesse processo o que

⁴³ Grifo do autor.

víamos não eram relações sociais diretas entre pessoas, mas relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre as coisas. Porque somente pelo processo de troca as mercadorias são socialmente equiparadas em termos de valor objetivo, perdendo com isso a sua objetividade de uso. “Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano” (MARX, 1988, p.72). Assim, na sua perspectiva teórica sobre o sistema capitalista, o trabalho em si mesmo não traz satisfação ao homem. As atividades produtivas perdem a função da mediação entre o homem e a natureza porque o trabalho “coisifica” o homem e suas relações, na medida em que o próprio homem se torna uma mercadoria, isto é, instrumento de produção. Ao invés do homem exercer o seu poder sobre a natureza, para transformá-la em seu proveito, ele usa o próprio homem como instrumento e meio de transformação, subjugando-o e dominando-o.

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob o controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, é o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (MARX, 1988, p.76).

Desse modo, os aspectos do sistema capitalista industrial serão determinantes para a consolidação da identidade social do trabalhador da fábrica forjada na condição salarial — prenhe de uma consciência operária, fruto da racionalização científica da produção, responsável pela fixação do operário no seu posto de trabalho, bem como pela mecanização e automação da produção. O tempo do trabalho e o tempo do não-trabalho passam a ser bem definidos e diferenciados.

Mas para o acúmulo do capital não bastava apenas produzir, era preciso vender. A massa de trabalhadores industriais era por demais grande e útil à racionalidade capitalista. Condiicionados à nova tecnologia industrial do trabalho e à vida nas cidades operárias, foram ainda socializados pelo acesso a novas formas de consumo, propiciado pela condição salarial, bem como pelo reconhecimento do operário como trabalhador

juridicamente inserido num grupo coletivo, respaldado por um contrato de trabalho. “Nível de vida, nível de instrução, modos de vida, relação com o trabalho, grau de participação na vida social, valores partilhados desenham uma configuração específica que constitui a condição operária em classe social” (CASTEL,1998, p.447). A condição operária, como reconhece Castel, se cristaliza por meio da relação fordista de assalariamento, no início do século XX, fundada na produção em série da concepção taylorista e associada a um forte estímulo ao consumo de massa. Essa identidade profissional se mantém influente durante algumas décadas do século passado.

3.2 A FÉ NO PROGRESSO CIENTÍFICO

Simultaneamente, e em razão das importantes descobertas tecnológicas cristalizava-se a concepção ideológica do poder científico que prometia a verdade comprovada pela empiria em oposição à verdade religiosa baseada na fé. O que a Igreja não conseguia comprovar — o mistério da vida — as ciências acreditavam estar a caminho de realizar. O método positivista tudo explicava, garantia veracidade às pesquisas científicas, atribuía verdades e, portanto, certezas. Tudo podia ser comprovado, tanto no mundo das ciências exatas quanto das ciências humanas. Para tanto bastava a neutralidade e a rigidez na aplicação do método científico. Tudo poderia ser previsto e, portanto, solucionado. Ao menos eram essas as expectativas do pensamento das ciências humanas, do século XIX, que buscava soluções para apaziguar os conflitos sociais e fazer com que a sociedade entrasse nos trilhos da ordem e, portanto, do progresso.

O final do século XIX foi marcado por um grande otimismo no se que refere ao futuro da humanidade, baseado na aliança entre os ideais da burguesia e as teorias científicas, aliançados nos ideais iluministas da Revolução Francesa, do século XVIII. A biologia foi instrumento essencial para assegurar o poder da burguesia referendando, por exemplo, aspectos racistas que explicavam as desigualdades “naturais” entre os homens:

(...) enquanto a tendência político-darwinista na Europa o via como um reforço para a perspectiva marxista, segundo a qual os processos evolucionistas na natureza e na sociedade ocorriam independente da vontade e da consciência dos homens – (...) nos EUA o “darwinismo

social” destacava a livre concorrência como lei fundamental da natureza (HOBSBAWN, 2001, p.354).

Hobsbawn (2001) chama ainda a atenção para o período que antecede a Primeira Guerra Mundial. Diz ele que este foi marcado por uma grande transformação na maneira de compreender e estruturar o universo, quase que exclusivamente no campo da física e da matemática. Para o historiador, a maioria da intelectualidade ainda não percebia as mudanças de paradigmas que se operavam. Para ilustrar, ele cita o campo da medicina, cuja percepção era de que o mundo estava em franco progresso, argumento que perdura até hoje no senso comum e, sobretudo, nos meios de comunicação de massa, quando pretende comprovar os avanços da ciência.

Mas nem todos pensavam igual. As contradições do progresso científico despertaram em Nietzsche a perspectiva niilista do mundo. “As ciências naturais, dizia ele, produziram sua própria desintegração interna, seus próprios inimigos, uma anticiência” (*in*:HOBSBAWN, 2001, p. 359). Apenas uma minoria de intelectuais se dava conta da crise das expectativas, que florescia. Até porque, nos informa Hobsbawn (2001), a comunidade científica, ao final do século XIX, estava restrita a uma comunidade geograficamente limitada a apenas alguns países da Europa: França, Alemanha e Grã-Bretanha, principalmente. Enquanto isso a grande massa acreditava no discurso positivista da burguesia.

A perspectiva extremamente otimista no progresso da humanidade era também calcada na experiência de uma certa paz mundial que caracterizou o final do século XIX. A sociedade europeia muito marcada pelos horrores que seguiram a Revolução Francesa (1789) ansiava pela paz, ressalta Polanyi:

Após 1815, a mudança é súbita e completa. A repercussão da Revolução Francesa reforçou a maré montante da Revolução Industrial, estabelecendo negócios pacíficos como um interesse universal. Metternich proclamava que o que os povos da Europa desejavam não era a liberdade mas a paz (POLANYI, 2000, p. 21).

A paz, segundo esse autor, só foi possível quando da instituição do sistema econômico baseado no livre mercado, a partir de uma aliança entre a política e o mundo das finanças, os banqueiros. Nesse sentido, um rápido olhar sobre essa experiência é o que desenvolvemos a seguir, pois nos parece interessante para pensarmos o momento atual do processo de mundialização.

3.3 O FRACASSO DO MODELO LIBERAL: EQUILÍBRIO ECONÔMICO BASEADO NA LIVRE TROCA

Estado liberal, economia de mercado, livre concorrência, mercados auto-reguláveis, *haute finance*, avanços tecnológicos, industrialização, processo de individualização, consolidação dos Estados-Nação, colonialismo, nacionalismo, busca do enriquecimento individual, mundialização dos mercados, lucro, progresso econômico, são elementos essenciais para se compreender o contexto histórico do século XIX.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela dinâmica do progresso em todas as áreas. “Os impérios otomano, egípcio e o xerifado ruíram” (POLANYI, 2000, p.20). A China abre as suas fronteiras. A Europa promove a partilha da África em seu próprio benefício e a colonializa. As constituições foram impostas pelos banqueiros aos déspotas de plantão. Ora em nome do progresso e da liberdade, ora em razão da autoridade do trono e do altar, ora graças às bolsas de valores, ora em razão do poder dos banqueiros, ora por meio da corrupção e do suborno, ora por argumentos morais e iluministas, ora pela força das armas. O objetivo era sempre o mesmo, a preservação da paz. O grande fenômeno histórico do século XIX, segundo Karl Polanyi (2000), foi os “cem anos de paz”, isto é, não houve nesse período nenhuma guerra em escala mundial, apenas conflitos bélicos circunscritos em determinadas regiões, nos conta o autor:

O século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos — 1815-1914. Além da Guerra da Criméia — um acontecimento mais ou menos colonial — a Inglaterra, a França, a Prússia, a Áustria, a Itália e a Rússia estiveram em guerra uns com os outros apenas durante dezoito meses. Computando as cifras comparativas dos dois séculos anteriores, temos

uma média de sessenta a setenta anos de grandes guerras para cada um. Entretanto, mesmo a mais violenta dentre as conflagrações do século XIX, a Guerra Franco-Prussiana, de 1870, 1871, terminou em menos de um ano, e a nação derrotada teve condições de pagar uma soma sem precedentes como indenização de guerra, sem que isto incidisse em qualquer perturbação para as moedas existentes (POLANYI, 2000, p. 19).

É preciso ressaltar que a primeira metade do século XIX vivenciou guerras civis, revoluções e contra-revoluções. No entanto, os Estados europeus buscavam por todos os meios dirimir os conflitos. Os imperativos categóricos de Kant, que balizaram o pensamento liberal iluminista da época, sustentavam a crença na capacidade e no dever dos Estados em pactuar a paz, visando uma comunidade de Estados livres. Os Estados eram vistos como pessoas morais e como tais deveriam realizar, fazendo uso da razão, acordos reais que estabelecessem um estado de paz, a “*pax universal*” (KANT, *in* WEFFORT, 2002). Assim sendo, as casas reinantes e instituições feudais apoiados pela Igreja formaram o que veio a se chamar Santa Aliança, uma entidade com força coercitiva para sufocar os conflitos, percorrendo a Europa, esmagando minorias e reprimindo maiorias entre 1846 e 1871.

Porém, com o fim da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) surge outra poderosa entidade, o Concerto da Europa, que teve como aliados a finança internacional e o sistema bancário nacional. Mas Polanyi acredita que para manter a paz, por cem anos, coube ao sistema financeiro internacional, a *haute finance*, se colocar à frente da cena. Ela funcionou como um elo entre a política e a economia: “Havia um contato íntimo entre a finança e a diplomacia; (...) Todavia, o segredo do sucesso da manutenção de uma paz geral repousava, sem dúvida, na posição, organização e técnicas de finança internacional” (POLANYI, 2000, p.25).

Esses banqueiros formavam uma dinastia de judeus que viviam nas capitais européias e tinham feito fortuna financiando guerras. Não eram pacifistas. Seu objetivo maior era o lucro. Mas apesar de ser uma organização internacional independente, como mostra a trajetória histórica dos Rothschilds — elite bancária que não estava submetida a governo algum —, a *haute finance* dependia das organizações nacionais na medida em que

eram estas os seus credores principais. Naquele momento, o poder político do Estado precedia o poder de obtenção do lucro econômico na medida em que era a guerra que estabelecia as leis dos negócios. Assim, “coube à *haute finance* impedir as guerras mais generalizadas” (POLANYI, 2000, p.28).

A tática utilizada pelos banqueiros se apoiava nos empréstimos e nas renovações dos empréstimos, condicionados ao cumprimento, pelo devedor, das regras de conduta impostas pelo credor. Fica então claro que a dependência financeira submete o devedor ao credor, isto é, o estado devedor devendo se submeter ao seu credor que define as regras político-econômica e cultural a serem seguidas. Logo, há quebra de soberania da nação em débito, e ainda hoje é assim. Foi assim depois da Segunda Guerra Mundial na Europa com o plano Marshall, que junto com o empréstimo financeiro para a reconstrução do continente europeu, os EUA, na condição de credor, impuseram de maneira subliminar o *american way of life* (modelo americano de vida) aos europeus. É a velha filosofia de jogo de que a banca é quem dá as cartas. Essa prática não caiu em desuso, ao contrário continua forte e presente nos acordos bilaterais denominados de “ajudas humanitárias”, por exemplo: aos países pobres africanos; nos empréstimos aos países “em desenvolvimento”; nos acordos de cooperação internacionais, nas políticas de “redução à pobreza”, protagonizados pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Sob a lógica utilitarista, onde apenas o lucro importa, a *City* de Londres impunha as suas regras aos países devedores: 1/ vigilância do câmbio evitando ao mínimo sua flutuação; 2/ adoção do padrão ouro e por fim, 3/ adoção do constitucionalismo. Na medida em que a instituição *haute finance* vai se fortalecendo durante aquele século, Polanyi observa que:

(...) orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. (...) Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana. Como o sistema precisava de paz para funcionar, o equilíbrio-de-poder (sic) era organizado para servi-lo. Se se retirasse esse sistema econômico, o interesse pela paz desapareceria da política (POLANYI, 2000, p. 33).

A imposição de adoção do sistema político constitucionalista foi também de extrema importância para, sob o manto da democracia e um rígido código de normas jurídicas, instituir um sistema legal, um sistema constitucional, que garantisse o cumprimento das regras impostas pelo mercado, no caso a *haute finance*. A “venda” da democracia, como regime político perfeito, foi e continua sendo instrumento fundamental das Nações ocidentais industrializadas como estratégia para impor as suas normas socioeconômicas, política e culturais às demais sociedades do mundo. Um tipo camuflado de colonização, uma modalidade de colonização contemporânea⁴⁴.

Portanto, por trás das regras econômicas e políticas impostas pela City, estava o real interesse dos banqueiros do século XIX. A *Haute Finance* conseguiu que,

O comércio se unira definitivamente à paz, [pois] (...) o comércio dependia agora de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada, [e] o capital financeiro, como organização-chave da indústria pesada, associava-se aos vários ramos da indústria de forma muito entrelaçada para permitir que um único grupo determinasse a sua política (POLANYI, 2000, p.30-31).

A organização da paz repousava sobre a organização econômica. O sistema econômico precisava da paz para funcionar. Mas a principal mudança não foi a Revolução Industrial, segundo Polanyi, e sim o estabelecimento da economia de mercado. Esta só foi possível pela internalização de uma nova lógica social. Se antes, nas sociedades tradicionais, os homens buscavam a subsistência, a sociedade industrial do século XIX é

⁴⁴ Por colonização estamos adotando a definição sugerida por René Gendarme: “(...) le colonialisme désigne aussi une forme plus floue de rapports de domination économique, constituée par l’exploitation des richesses d’un pays au bénéfice préférentiel d’un autre [e acrescenta que Tibor Mende] (...) donnait de ce colonialisme économique, une définition intéressante : ‘L’essence du colonialisme, écrivait-il, est la modification de l’économie et de la structure sociale d’un autre pays plus puissant capable d’imposer sa volonté’ », « (...) o colonialismo designa também uma forma mais imprecisa de relações de dominação econômica, constituídas pela exploração das riquezas de um país em benefício de um outro [e acrescenta que Tibor Mende] (...) dava uma definição interessante para esse colonialismo econômico : ‘A essência do colonialismo, escrevia ele, está na modificação da economia e da estrutura social de um país mais rico capaz de impor a sua vontade’ » (tradução livre). *Manière de Voir* nr. 87, juin-juillet 2006, Paris: SA Le Monde Diplomatique, p.19.

instada a buscar o lucro como finalidade última de sua ação. Entretanto Polanyi vê nessa imposição de comportamento uma contradição à condição humana. Discordando de Adam Smith quando este afirma que o homem tem propensão à barganha, permuta ou troca, ele identifica que essa propensão só aparece em escala considerável no capitalismo. O homem primitivo não era um homem econômico, como queria Smith, e a divisão do trabalho se deve às diferenças de sexo, diferenças geográficas, e as diferenças de capacidade individual:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social⁴⁵. Ele valoriza bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 2000, p.65).

Entretanto, o padrão de mercado não segue nem a lógica da simetria, própria ao sistema de reciprocidade, nem a da centralidade, própria ao da redistribuição e nem o da autarquia, própria ao da domesticidade. Uma economia de mercado depende da permuta ou da barganha e cria uma instituição específica, o mercado auto-regulável. Instituição essa que tem por objetivo submeter as relações sociais à economia, invertendo assim a ordem das sociedades tradicionais, onde a economia estava embutida nas relações sociais. É a ausência de uma dessas três lógicas — simétrica, centralizadora ou autárquica, numa economia de mercado, onde tudo é regulado pelo preço do mercado, a causa do insucesso da adoção desse modelo econômico durante o XIX, acredita Polanyi (2000). Os mercados auto-reguláveis levam inexoravelmente, segundo ele, ao extermínio da sociedade humana.

Os efeitos da adoção do modelo de mercado auto-regulável pelo liberalismo do século XIX serão então sentidos, já no início do século XX, na década de 1930, a partir do fim do padrão-ouro, com conseqüências socioeconômicas e políticas desastrosas tais como: crise nas moedas nacionais; classe média intelectual pauperizada e banqueiros com fortunas incalculáveis; “fuga do capital” como um fenômeno novo; moeda se tornando o

⁴⁵ Grifo nosso.

pivô da política nacional; fim da economia tradicional; estrangulamento do comércio, apesar da busca pela sua liberdade; economia autárquica; os banqueiros Rothschilds e Morgan desaparecem da política mundial.

Destruição completa das instituições do século XIX, estado liberal substituído por ditaduras totalitárias, fim da produção baseada em mercados livres, são algumas das conseqüências da economia de mercado implantada pela *haute finance*, para conseguir garantir alguns anos de paz. O novo quadro político econômico dos anos 1930, marcado pela quebra da bolsa de valores de Nova York, o *crash* de 1929, resulta dessa “tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado auto-regulável” (POLANYI, 2000, p.46), fundamentado essencialmente e exclusivamente no princípio do lucro.

3.4 O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COLONIZAÇÃO IN CONTINUM

Ainda que a tentativa de instituição de uma economia de mercado durante o século XIX tenha redundado em fracasso, as bases para uma economia de mercado estavam sendo plantadas por meio da defesa intransigente do regime político democrático, da instituição de leis nacionais — o modelo constitucional —, bem como da adoção da receita do desenvolvimento econômico, à moda ocidental.

3.4.1 A colonização Africana: a garantia de novos mercados

Vale lembrar que é nesse contexto histórico econômico que a Europa empreende uma nova empreitada de expansão colonial, essencial ao domínio capitalista dependente de matéria-prima e mão-de-obra barata. Nesse sentido, e completando o ciclo de colonização dos países do terceiro mundo, a Conferência de Berlin, fruto do tratado germano-britânico de 29 de abril de 1885, sobre o Golfo do Biafra, divide a África em colônias sob o poder de apenas alguns países europeus (BRUNSCHWIG, 2004). O método para proceder a tal divisão diferia do adotado alguns séculos antes, na conquista do continente americano, bem como o utilizado para subjugar os países do lado oriental do globo. Se antes essas colônias

sofreram a ocupação efetiva do colonizador em suas terras, as condições políticas econômicas e, sobretudo, geográficas não propiciavam a adoção do mesmo sistema no continente africano. A divisão territorial entre os países europeus se baseou então na adoção do critério que exigia a comprovação da esfera de influência do país europeu sobre um território ou nação africana. Cada país colonizador pleiteou para si o direito de exploração colonial de todos os territórios onde já haviam constituído pactos políticos com o poder local. Em troca da garantia de proteção ao “país” africano em relação aos possíveis inimigos de comunidades rivais, o país colonizador se arvorava no direito de exploração daquelas terras ricas em matéria-prima e mão-de-obra barata, conforme melhor lhe conviesse.

A promoção da partilha do continente africano estava inserida no contexto europeu de consolidação dos Estados-Nação alicerçada no sentimento nacionalista em sintonia com o progresso técnico-científico. Os projetos de construção de vias férreas, em particular a ferrovia transaariana francesa entre o Níger e o Tchad, e a inglesa entre a cidade do Cabo e o Cairo, figuram incontestavelmente entre os impulsionadores da “explosão colonial” dos anos 1890-1904. Juntou-se a isso o cuidado de assegurar à grande indústria européia em pleno desenvolvimento, mercados que, no futuro, poderiam lhes fazer falta. Para Edward Goldsmith:

Os esforços massivos para desenvolver o Terceiro Mundo não foram motivados pelas considerações puramente filantrópicas, mas pela necessidade de posicioná-lo na órbita do sistema comercial ocidental, a fim de enlarguecer o nosso mercado de bens e serviços e de disponibilizar às nossas indústrias uma mão-de-obra e matérias-primas com custo mínimo. Esse foi também o objetivo do colonialismo, sobretudo no seu último período, que teve início nos anos 1870. Existe, portanto, uma continuidade marcante entre a época colonial e a do desenvolvimento, tanto nos métodos utilizados para atingir um objetivo comum quanto nas conseqüências sociais e ecológicas de suas aplicações (GOLDSMITH, in : GOLDSMITH et MANDER, 2001, p. 51)⁴⁶.

⁴⁶«Les efforts massifs pour développer le Tiers Monde n’ont pas été motivés par des considérations purement philanthropiques mais par la nécessité de placer celui-ci dans l’orbite du système commercial occidental, afin d’élargir le marché de nos biens et services et de procurer à nos industries une main-d’œuvre et des matières

3.4.2 *Constitucionalismo e democracia ocidental: padrões a serem seguidos.*

Para Goldsmith (2001) a noção de desenvolvimento adotada pelas nações desenvolvidas como o caminho correto a ser seguido pelas nações subdesenvolvidas em nada se diferencia da noção de imperialismo — definida pelo pensamento marxista —, nem tampouco da noção de colonialismo — termo, segundo o autor, mais familiar e menos estigmatizado, portanto, mais palatável à elite ocidental. Fazendo menção ao pensamento de D.C. Platt, especialista no estudo do colonialismo do século XIX, Goldsmith sublinha que em caso de resistência local os colonizadores lançavam mão de ações militares para impor as condições necessárias ao desenvolvimento do sistema capitalista. O principal instrumento era a formação de um quadro jurídico garantidor das regras impostas internacionalmente. A imposição do sistema constitucionalista e do regime democrático aos países do “Sul” garantia, e ainda garante, aos países desenvolvidos, a legitimidade necessária à imposição de suas regras econômicas, políticas e socioculturais. O campo político-jurídico é essencial para a implantação e sustentação do modelo econômico do livre mercado, para o qual a noção de competitividade entre “iguais” é fator preponderante, não obstante essa regra de igualdade só existir no nível discursivo. São os famosos marcos regulatórios tão propalados na imprensa, a condição *sine qua non* para a realização de acordos internacionais.

No entanto, os países em desenvolvimento são geralmente acusados de não possuir quadros jurídicos confiáveis aos investidores externos. O caso do gás boliviano é um bom exemplo. Quando o Presidente Evo Morales, da Bolívia, em primeiro de maio de 2006, cumprindo promessa de campanha eleitoral, descumpre as cláusulas “leoninas” acordadas entre governos neoliberais que o antecederam e empresas multinacionais, e nacionaliza os campos de gás natural, é duramente criticado pela imprensa brasileira e mundial. Vale lembrar que naquela data “a indústria do gás da Bolívia [era] dominada pelos grupos internacionais de energia, incluindo a brasileira Petrobrás, a Repsol, da Espanha, a Total,

premières au moindre coût. C’était également l’objectif du colonialisme, surtout dans sa dernière période, commencé dans les années 1870. Il existe donc une continuité frappante entre l’époque coloniale et celle du développement, tant dans les méthodes utilisées pour atteindre un but commun que dans les conséquences sociales et écologiques de leur application»(tradução livre).

da França e a BP e a BG, do Reino Unido”⁴⁷. Entretanto no ano seguinte, em dezembro 2007, o Brasil cede e sela um novo acordo com a Bolívia em bases consideradas mais justas para o povo boliviano, permitindo novamente a exploração do gás natural pela Petrobrás.

Politicamente, o contexto histórico do século XX apresenta movimento contrário ao século XIX, aquele marcado pelos “cem anos de paz”. No século passado, a Europa aliada aos países ocidentais, sobretudo aos EUA, foi palco de duas grandes guerras mundiais. O desejo concreto de manutenção da paz universal, como demonstra Polanyi existente na sociedade do século XIX, não esteve presente até a metade do século XX. É certo que a segunda metade do século esteve sempre permeada de conflitos bélicos, mas estes foram e continuam sendo regionalizados. Com a dissolução da URSS uma onda de nacionalismos surge acompanhada de conflitos étnicos em várias partes do mundo, dando a tônica dos embates políticos. Entretanto, após a destruição do *World Trade Center*, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, por aviões comerciais pilotados por camicazes muçulmanos, denominados terroristas, a guerra contra o terrorismo é imediatamente lançada pelo governo norte-americano e encampada pelos países desenvolvidos. Desde então os EUA se arvoram no direito de intervir belicamente em países que consideram inimigos do povo norte-americano e do mundo ocidental, porque aliados em potencial dos “terroristas”: Afeganistão (2001), Iraque (2003) para citar os casos mais significativos.

Mas será que os argumentos de Polanyi (2000), quando diz que a paz é fundamental para uma economia de mercado, não podem servir para pensar o momento atual? Seria a instituição de uma economia baseada, mesmo que apenas discursivamente, no livre mercado, um freio para os conflitos em escala mundial? Hobsbawn tem visão discordante. Analisando o contexto histórico do século XIX ele comenta:

A simbiose entre a guerra e produção da guerra transformou inevitavelmente as relações entre governo e indústria, pois, como observou Friedrich Engels em 1892, ‘ como a guerra se tornou um setor da grande industrie... la grande industrie...* se tornou uma necessidade

⁴⁷ FINANCIAL TIME in FOLHA ONLINE, Dinheiro, 02.05.2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107311.shtml> - acessado em 06.02.2008.

política'. E, reciprocamente, o Estado se tornou essencial para certos setores da indústria, pois quem, senão o governo, constituía clientela dos armamentos? (HOBSBAWM, 2001, p.425).

Parece que também a prática vem demonstrando o oposto do que preconizou Polanyi. A guerra e a destruição tem sido sim um forte fator de revigoração econômico dos países dominantes, na medida em que, após a destruição do país agredido por uma aliança de forças ocidentais, com ou sem aval das Nações Unidas, as empresas privadas multinacionais entram com a rentável tarefa de reconstrução do país. A França, por exemplo, apesar de ter sido contra a invasão do Iraque em 2003, depois que os norte-americanos cometeram as barbáries que quiseram, transformando o país em um local de “terra arrasada”, e assim que começa o processo de reconstrução, ela capitula e se alinha aos invasores, os EUA e aliados⁴⁸. O capital não pode perder a chance de ganhar. Mesmo que para isso conflitos sejam criados, pois o capitalismo necessita de novos mercados, e tanto a indústria armamentista quanto a indústria da construção civil são os grandes beneficiários dessa estratégia econômica onde destruir vidas é um excelente negócio financeiro. Não nos esquecendo de observar que os conflitos atuais têm por função precípua instaurar sociedades “democráticas” submetidas às lógicas do “mercado”, e, portanto, processos de “colonização” visando transformá-las em sociedade de consumo capitalista *à la* ocidental, dependente do capital dos países ricos. É preciso fidelizar novos mercados, diz a linguagem do mundo corporativo.

3.4.3 *O imperialismo do comércio internacional.*

Não podemos deixar de lembrar que foi a partir da Segunda Guerra Mundial que os países do “primeiro mundo” estabelecem as regras necessárias à implantação de um modelo econômico no qual as grandes empresas norte-americanas formariam o poder econômico dominante. É a partir da conferência monetária e financeira das Nações Unidas, em julho de 1944, realizada na cidade de Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, que se dá a assinatura do acordo de mesmo nome. O Acordo de Bretton

⁴⁸ A invasão do Iraque, em 2002, foi realizada pelos EUA com o apoio de vários países. Entretanto, dentre os países que compõem a União Européia, somente a Alemanha e a França se posicionaram contra a invasão e não participaram do confronto bélico.

Woods foi responsável pela criação de duas instituições que seriam de grande valor para a implantação do novo modelo econômico cujo objetivo era submeter os países do “terceiro mundo” a aceitar as novas regras do mercado econômico por meio do endividamento externo dos Estados-Nação: o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BIRD – Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento. Em 1960, o BIRD cria a AID - Associação Internacional de Desenvolvimento com a finalidade de emprestar, sem juros, aos países pobres. O conjunto BIRD e AID adota então o nome Banco Mundial.

Logo após o Acordo de Bretton Wodds, foi consagrado, na cidade de Genebra, Suíça, em 1947, o Acordo geral sobre as tarifas aduaneiras e comércio – GATT, por 23 países, entre eles o Brasil, com a finalidade de abrir as fronteiras nacionais ao mercado mundial, sob leis aduaneiras mais flexíveis. Essas estruturas jurídicas constituídas no pós-guerra forjam as bases necessárias à implantação do sistema neoliberal cuja finalidade última é o domínio do econômico sobre o político, sob a alegação de que o mundo não suporta mais Estados fortes, por isso a necessidade de desregulamentação de leis que garantem a soberania dos Estados-Nação. As condições socioeconômicas exigiam, já nos anos 1970, o enfraquecimento da soberania dos Estados, pois os limites fronteiriços não mais respondiam às exigências da globalização econômica. Capital e mercadorias não podiam mais ser obstaculizados por fronteiras territoriais. O mundo precisava acelerar o processo de desenvolvimento porque este seria responsável pelo fim da pobreza no mundo. Somente o crescimento econômico, sob a égide do livre mercado mundial, seria capaz de promover o bem-estar futuro da população mundial acenando com um mundo de abundância, de fartura. Claro que para isso também as riquezas naturais não seriam poupadas. A intensificação da produção não vem dissociada de concomitante intensificação de extração de matéria-prima.

Porém, as crises econômicas e seus respectivos ajustes se sucederam ao longo da segunda metade do século passado. A década de 1990 sofreu intensamente os reflexos dessas crises e ajustes. Além do mais, a agilidade e a aceleração dos meios de comunicação, a tecnologia da internet, a robótica, as descobertas científicas na área da genética, demandavam a adoção de ajustes nos marcos regulatórios essenciais à manutenção de uma economia de mercado. Em 1º de abril de 1994, na reunião do GATT

em Marrakech, foi assinada a criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, em substituição ao Acordo do Gatt, já que este se restringia a um acordo sobre regras alfandegárias. A OMC — uma organização internacional formada por Estados nacionais — se faz necessária na medida em que amplia os poderes de coerção e de imposição de sanções, em relação ao acordo do GATT. Entretanto, Ziegler identifica que no poder dessa organização “(...) só contam de fato algumas 300 a 500 empresas norte-americanas, européias e japonesas, que juntas dominam o comércio” (ZIEGLER, 2002, p.180) ⁴⁹.

A afirmação de Ziegler desacredita o discurso neoliberal sobre a existência real de um mercado livre ou mercado auto-regulável da economia. Na prática ele inexistente. O que existe é um corpo jurídico político que, em sintonia fina com os poderes estatais, se sobrepõem à soberania dos povos e das nações não admitindo nenhum tipo de questionamento, por parte da sociedade civil, quanto à legitimidade das ações daquele grupo de empresas privadas transnacionais: “É graças às principais instituições nascidas da conferência de Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que os gestores das novas firmas mundiais mantiveram as nações e seus povos sob seu bastão” (CLARKE, 2001, p.138)⁵⁰. Foi a imposição pelo BIRD e FMI dos planos de ajustamento estrutural (PAS)⁵¹ aos países em desenvolvimento, em troca da renegociação da dívida externa, a maneira encontrada para submeter os países devedores às regras que melhor conviessem à liberdade de ação das transnacionais, nas suas buscas incessantes e exclusivas pelo lucro máximo. Segundo Clarke (2001) podemos destacar nesse corolário a desregulamentação em grande escala, a privatização, a desvalorização das moedas nacionais, a redução dos gastos públicos na área social, a redução da carga tributária das empresas, a abertura total do mercado interno aos investimentos estrangeiros, o maior incentivo à exportação de recursos naturais e agrícolas, transformando os Estados devedores em economias dependentes de importação de bens e serviços. “Os Pas – Planos

⁴⁹ «(...) seules comptent réellement les quelques 300 a 500 entreprises nord-américaines, européennes et japonaises, qui ensembles dominant le commerce» (tradução livre).

⁵⁰ “C’est grâce aux principales institutions issues de la conférence de Bretton Woods, la Banque mondiale et les Fonds Monétaire International, que les gestionnaires des nouvelles firmes mondiales ont maintenu les nations et les peuples sous leur coupe” (tradução livre).

⁵¹ Sigla em francês.

de ajustes estruturais se tornaram de fato instrumentos das empresas transnacionais e dos bancos” (CLARKE, 2001, p.139)⁵².

Por fim, podemos salientar que a análise de Polanyi é de grande contribuição para revelar que a experiência do sistema econômico baseado no livre mercado, ou no mercado auto-regulável, demonstra que o processo de globalização não é um fenômeno recente. A instituição da *haute finance* ou, do sistema financeiro internacional é prova de que as trocas internacionais eram fecundas. Multinacionais, tais como Singer, Westinghouse, Michelin, Standard Oil, OTIS, só para citar algumas, já existiam desde o século XIX. Assim, não é correto dizer que a internacionalização das trocas comerciais, a multinacionalização ou transnacionalização das empresas são o que caracteriza a concepção contemporânea de globalização⁵³.

Mas a percepção de Polanyi sobre o fracasso do sistema liberal baseado numa economia de mercado deixa pistas para pensar sobre os reflexos da atual experiência econômica baseada no livre comércio, que se impõe como aspecto fundamental do fenômeno contemporâneo da mundialização. Assim sendo, no capítulo seguinte analisaremos alguns aspectos do processo de mundialização, mais precisamente os que desenham o processo de financeirização econômica, entendendo o conceito como indissociável de seus diversos atributos constitutivos dos campos econômico, social, político e cultural.

⁵² “Les Pas sont en effet devenus les instruments des ETN et des banques” (tradução livre).

⁵³ Globalização é a palavra mais utilizada por cientistas anglosaxônicos ao passo que mundialização é adotada por cientistas francófonos, para designar o mesmo fenômeno.

4. MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA: FRÁGEIS RELAÇÕES DE ASSALARIAMENTO

O processo de mundialização financeira tem como uma de suas características a flexibilização dos modos de produção que, sabemos, atinge diretamente a segurança do trabalhador, por meio da desregulamentação dos direitos trabalhistas, ao fragilizar com isso a relação de assalariamento. Não há como negar que a segurança objetiva e subjetiva de todo trabalhador se apóia, prioritariamente na sua remuneração mensal, sem o que não consegue sobreviver. Na medida em que essa certeza é solapada, ele se torna vulnerável, impedido de planejar o amanhã. O ponto de vulnerabilidade, em uma sociedade globalmente mercantilizada, é o salário que vem sendo flexibilizado pela introdução de múltiplas modalidades de contratação de mão-de-obra.

A flexibilização produtiva está na base do projeto neoliberal ao promover as condições necessárias à estratégia econômica que prioriza a intensificação do processo de financeirização do capital em detrimento do capital produtivo. A ânsia pelo ganho fácil e rápido, paradigma do sistema, é a finalidade única e última da acumulação capitalista, cuja condição *sine qua non* é transformar o custo da mão-de-obra, antes um custo empresarial quase fixo, em custo variável. A mão-de-obra precisa ter caráter transitório, liquidável a curto prazo, como um título acionário no jogo do mercado das bolsas de valores.

Foi, portanto, a necessidade de conhecer a enigmática relação que se estabelece entre o senhor “mercado”, o processo de financeirização do capital e o processo de precarização do assalariamento, própria ao discurso da flexibilização produtiva que a apresenta como historicamente inexorável, os elementos determinantes da escolha temática desenvolvida neste capítulo. Essa relação mal definida e mal delimitada nos instiga a formular a seguinte pergunta: De que maneira o sistema da economia especulativa, atendendo às vontades do livre mercado, possui relação direta com o desmonte das relações de assalariamento?

4.1 MUNDIALIZAÇÃO, COMO DEFINIR?

A noção de mundialização ou globalização é abordada por uma infinidade de autores, cada um ressaltando aspectos que lhes pareceram os mais apropriados para a compreensão e a definição do fenômeno. Entretanto, neste capítulo não pretendemos apontar uma única definição conceitual, mas trabalhar a partir de algumas visões acadêmicas, às vezes discordantes entre si, com o objetivo de verificar as transformações que se fazem sentir no sistema produtivo, mais especificamente nas relações de trabalho, extremamente atingidas pelo aspecto da financeirização do capital. Vale ressaltar que o aspecto econômico da mundialização como a característica fundante do que atualmente se diz globalização é, em certa medida, praticamente consenso nas ciências sociais.

Mas, para melhor compreensão do fenômeno, devemos antes ter claro que mundialização não é um ser dotado de razão que age conforme lógicas racionais, mas um processo, ou melhor, um conjunto de processos. Nesse sentido, Lautier (2006) contesta a idéia corrente de que a mundialização possa significar, em si mesma, algo bom ou ruim. Não cabem julgamentos morais sobre os resultados que tal fenômeno provoca, diz ele, já que a única função do processo de mundialização é a de fazer com que as coisas circulem mundo afora, independentemente se as conseqüências serão negativas ou positivas. Portanto, o processo de mundialização tem por finalidade última e única intensificar a circulação no espaço mundial. Esse processo é multiforme, e a articulação entre as suas diversas formas se modifica permanentemente no bojo do seu próprio movimento.

Podemos dizer que ele resulta do intenso desenvolvimento tecnológico — o salto promovido pela microeletrônica e a robótica no último cartel do século XX —, pois promove uma vigorosa aceleração dos processos mundiais de circulação, em todos os aspectos: socioeconômico, político e cultural. No campo econômico, por exemplo, grupos econômicos modificam-se, multiplicam-se, intensificam-se, fusionam-se, destróiem-se, alterando incessantemente suas organizações e ações mundo afora. Em razão das peculiaridades de cada campo, os diferentes estudos sobre a mundialização/globalização delimitam suas análises a quadros específicos desse processo de circulação mundial, já que toda ação humana hoje tanto sofre quanto provoca conseqüências no interior do mesmo. Qualquer movimento reverbera nesse espaço dito global e, portanto, produz fatos ou fenômenos novos a serem ainda analisados e compreendidos pelas ciências sociais.

Lautier (2006) caracteriza a mundialização, sobretudo, pelos deslocamentos de produção e as migrações de dezenas de milhões de pessoas. Pessoas essas que podem ser tanto trabalhadores (marinheiros, empregados de unges etc.) em permanente circulação quanto desempregados em busca de melhores condições de sobrevivência (o setor de prestação de serviços é hoje o principal – o *care*⁵⁴). Existe ainda um número importante de populações que estão nesse processo de circulação buscando se proteger, como os refugiados políticos, caso típico da população de Dar four, no Sudão.

Entretanto, no que tange as relações de produção analisadas no processo de mundialização/globalização do trabalho, Lautier (2006) identifica quatro formas principais de circulação mundializadas, a saber:

1. O sul exportando matérias-primas e o norte produtos manufaturados;
2. A terceirização industrial internacional ► O sul ou o leste efetuam as partes do processo de produção caracterizadas por mão-de-obra pouco qualificada, e ao norte cabe a concepção e/ou criação além de, eventualmente, realizar certas atividades onde uma mão-de-obra mais qualificada é exigida, tal como o *designer* de roupas — p.ex. o estilista francês—, ou na produção de tecidos sintéticos especiais como na Alemanha.
3. Deslocamentos de todo processo produtivo: por exemplo, rádios e brinquedos concebidos e fabricados *in totem* na China e vendidos na Europa.
4. A terceirização internacional de prestação de serviço, tal como o serviço de *Help-Desk* — realizado na Índia ou Marrocos, por exemplo, por terem sido colônias inglesa e francesa respectivamente, onde as línguas das ex-metrópoles coloniais, ainda corrente nesses países, permitem que essa mão-de-obra barata possa ser contratada para fazer o atendimento a clientes via telefone, apesar de estarem longe da matriz da empresa para quem trabalham. São pessoas contratadas por baixos salários, ou melhor, pelo padrão de salário de seus países de origem, ainda “em desenvolvimento”, sob leis trabalhistas bem mais

⁵⁴ *Care* – “serviços personalizados”: babá, prostitutas, faxineiras ou diaristas, assistentes de enfermagem, acompanhantes de pessoas idosas ou enfermas etc. Segundo Lautier esse tipo de atividade é geralmente executado por mulheres.

precárias que a dos países onde estão sediadas as empresas transnacionais, mas a quem são exigidas que ofereçam um atendimento “de primeiro mundo”, isto é, de máxima qualidade, à altura dos clientes também “de primeiro mundo”. Menos custo de mão-de-obra, menos impostos, menos direitos trabalhistas, enfim, a otimização do capital no sistema de flexibilização.

4.2 QUEM E O QUÊ CIRCULA LIVREMENTE?

A imposição, pelos países ocidentais ditos “desenvolvidos” a todos os outros países do globo — os países “em desenvolvimento” ou os do “terceiro mundo”⁵⁵ — da adoção do regime democrático aliado ao modelo ocidental de desenvolvimento econômico estabelece as condições objetivas e subjetivas para a aceleração do que hoje se denomina globalização ou mundialização. Após a crise econômica mundial dos anos 1970, o papel das idéias se destaca na propagação de movimentos de democratização em países governados por duros regimes ditatoriais. “Em apenas uma década”, salienta Santiso, “do Peru ao Chile, passando pelo Paraguai, pela Argentina ou ainda pelo Brasil, a idéia e a realidade impuseram-se como quadro de referência política do continente” (2004, p.219). O fenômeno de democratização dos países latino-americanos acontece em consonância com os movimentos de democratização na Europa do Leste, após a queda do Muro de Berlin, em 1989, e o da África do Sul, em 1994 (SANTISO, 2004).

Vale lembrar a importância do papel do governo norte-americano e de seu braço de inteligência, a CIA - Agência Central de Inteligência, na organização do desmonte das

⁵⁵Segundo Wallerstein “terceiro mundo” foi um termo cunhado pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, no início dos anos 1950 e adotado pelo discurso intelectual para designar os países pobres, que colonizados ou semi-colonizados, estavam fora das preocupações entre EUA e URSS. Eles viviam à margem das questões levantadas pela guerra fria, pois a preocupação maior girava em torno dos movimentos de libertação nacional. Posteriormente, alguns países do terceiro mundo — Índia, Paquistão, Birmania, Indonésia e Ceilão — quando instados a se posicionar em favor dos EUA ou URSS, questionam o manequês das super potências e promovem a conferência de Bandung, que reúne países afro-asiáticos, em 1954, no qual fizeram parte a China e o Japão. O movimento logo toma corpo: “Autonome, le mouvement tiers-mondiste allait voir le vent en poupe tout au long des années 1960. Les pays afro-asiatiques nouaient des liens avec l’Amérique Latine sous l’étiquette de pays « non alignés », ou tricontinental après le succès de la révolution cubaine de Fidel Castro» (Autônomo, o movimento terceiro-mundista vai de vento em popa ao longo dos anos 1960. Os países afro-asiáticos estreitavam laços com a América Latina, sob a etiqueta de países “não-alinhados”, ou tricontinentais depois do sucesso da revolução cubana de Fidel Castro - tradução livre). Com a queda do muro de Berlin, em 1989, e o fim dos regimes comunistas o termo cai em desuso. (WALLERSTEIN, Immanuel. *Manière de Voir*, nr. 87, juin-juillet 2006. Paris : SA Le Monde Diplomatique, p. 8).

instituições político-democráticas por meio de golpes militares. As ditaduras brasileira (1964), chilena (1973) e argentina (1976), todas orquestradas pelas forças norte-americanas, ilustram essa época. No entanto, durante os anos 1980 essas forças militares latino-americanas de forte ideologia nacionalista, não mais serviam aos interesses dos países ricos, pois discordavam da proposta de abertura ampla de suas fronteiras ao capital estrangeiro.

Com base nesse contexto político econômico analisamos as condições do processo de globalização e suas conseqüências no mundo do trabalho, baseado na hipótese de que o processo de mundialização com ênfase no de democratização ao invés de libertar o homem, isto é, lhe dar maior autonomia, vem intensificando a alienação dos trabalhadores bem como a extração da mais-valia capitalista submetendo-os cada vez mais a condições desumanas de trabalho.

4.2.1 Escravidão contemporânea

Formas contemporâneas de trabalho escravo como o regime de escravidão por dívida se multiplica mundo afora. Mulheres, crianças e homens, em busca de melhores condições de vida, arriscam muitas vezes a vida, nos fluxos da imigração internacional ou mesmo nacional, em busca de trabalho que lhes permita sobreviver. Fruto da divisão social do trabalho as mulheres são atraídas para a prostituição. A OIT – Organização Mundial do Trabalho constatou que, em 2000, 40% dos migrantes internacionais eram mulheres (FALQUET, 2006). Um grande número delas, segundo Sassia Sasken (2006), são vítimas do tráfico que abastece a indústria do sexo, hoje em franco desenvolvimento. O forte crescimento do setor de serviço, sobretudo nas grandes cidades, em detrimento do setor industrial, promove uma expansão da demanda por mão-de-obra que, paradoxalmente, é mal remunerada cumprindo longas jornadas de trabalho, como é o caso das “classes serviçais” (SASKEN, 2006). Mulheres e homens dos países em desenvolvimento migram para “servir” às classes dominantes das grandes cidades dos países desenvolvidos atraídos pelo significativo aumento do mercado informal de prestação de serviço. Para Sasken os trabalhadores mal remunerados das grandes cidades mundializadas estão nos setores de ponta: “(...) constatei que 30 a 50% dos trabalhadores do setor de ponta percebiam baixos

salários”⁵⁶. Essa imensa rede de mão-de-obra barata é legitimada e estimulada pelo “mercado” mundial, isto é, pelos donos do capital, os principais beneficiários, implícita ou explicitamente, dos polpidos resultados dessa superexploração do homem.

A hipermobilidade é de fato uma das características da mundialização contemporânea. Autores, identificados pelo paradigma da “pós-modernidade” como Maffesoli, por exemplo, salientam, como resultado da aceleração das trocas mundiais, um expressivo movimento de pessoas que transitam hoje pelos diferentes países do globo. Esses processos de mobilidade podem ser identificados por migrações que se realizam diariamente, seja na esfera do trabalho ou na esfera do consumo, intensificando o processo de circulação social:

O certo é que a “circulação” recomeça. Desordenada, até mesmo em turbilhão, ela não deixa nada nem ninguém indene. Quebra os grilhões e os limites estabelecidos, e quaisquer que sejam seus domínios: político, ideológico, profissional, cultural e cultural, as barreiras desmoronam. Nada pode represar o seu fluxo. O movimento ou a efervescência está em todas as cabeças (MAFFESOLI, 2001, p.27).

É correto dizer que a mundialização trouxe consigo a intensificação do processo de circulação global, em todos os sentidos: socioeconômico, político, cultural, comercial etc. Mas é essencial saber o que, como e por que circula livremente. Essa é a pergunta que Maffesoli se esquece de formular. As barreiras só caíram para os cidadãos de primeira classe, os do “primeiro mundo”, os dos “países do Norte”. Para os cidadãos de segunda classe, habitantes dos lugares pobres ou desclassificados do planeta, os dos países do “terceiro mundo”, “PMA-países menos avançados”, “países em desenvolvimento”, ou “países do Sul” — mesmo que geograficamente estejam situados no hemisfério norte do globo terrestre, como o México — os acessos são totalmente restringidos como no caso da circulação da mão-de-obra — a exemplo do que denuncia Jean Ziegler, em relação a fluxos migrantes:

⁵⁶ “(...) j’ai constaté que 30 a 50% des travailleurs dans les seteurs de pointe percevaient de bas salaires” (SASKEN, 2006, p. 77).

Das terras da África negra, um fluxo quase ininterrupto de indigentes é derramado no Sahara. O sonho deles? Atingir as margens do Mediterrâneo, depois a Europa. Muitos perecem no estreito de Gibraltar. (...) As tragédias freiam o êxodo? De maneira nenhuma. A fome e o desespero são mestres implacáveis. Eles chicoteiam os corpos, excitam os sonhos, abrem caminhos. Desde 1999, o número de migrantes do Ténéré triplicou. (...) Milhares de clandestinos — os “sem documentos” — vivem em Genebra. Eles vêm do Peru, da Colômbia, do Tchad, do Brasil, de Kosovo, do Kurdistão, do Iraque, da Palestina... O governo lhes recusa qualquer status. A polícia os persegue. O crime deles? Corriam o risco de morrer de fome em seus países (ZIEGLER, 2002, p.79)⁵⁷.

Esses imigrantes são caracterizados por Ziegler como “os flagelados”⁵⁸ do mundo cujas fronteiras estão fechadas a eles, mesmo que garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito de todo ser humano à imigração.

Da mesma forma acontece com a circulação de mercadorias que, apesar do discurso neoliberal do livre mercado e da livre circulação, são rigorosamente controladas pelas regras desiguais da OMC - Organização Mundial do Comércio. Com base nos resultados da pesquisa realizada pela ONU, em 2000, Ziegler é contundente em dizer que a OMC é quase totalmente dominada pelas sociedades transcontinentais privadas que determinam o que deve ou não ser coibido na circulação das mercadorias, no fluxo do comércio internacional. Intransigentes com países que não estejam em sintonia com os objetivos da Organização — redução do poder do Estado e do setor público, desregulamentação e privatização etc. — são, no entanto, condescendentes com aqueles que lhes favorecem ganhar no jogo, isto é, que lhes sejam economicamente interessantes como no caso da

⁵⁷«Des terres d’Afrique noire, un flot presque ininterrompu de gueux se déverse dans le Sahara. Leur rêve? Atteindre les rives de la Méditerranée, puis l’Europe. Beaucoup périssent dans le détroit de Gibraltar. [...] Les tragédies freinent-elles l’exode? Pas le moins du monde. La faim et le désespoir sont des maîtres impitoyables. Ils fouettent les corps, excitent les rêves, jettent sur les pistes. Depuis 1999, le nombre de fuyards du Ténéré a triplé. [...] Plusieurs milliers de clandestins — des “sans papiers” — vivent à Genève. Ils viennent du Pérou, de Colombie, du Tchad, du Brésil, du Kosovo, du Kurdistan, d’Irak, de la Palestine... Le gouvernement leur refuse tout statut. La police les traque. Leur crime? Ils risquaient de crever de faim chez eux » (tradução livre).

⁵⁸ Grifo do autor. Ele usa a palavra em português.

China. Não podemos nos esquecer que esse país, não só é cortejado por todos os países, como também é o principal parceiro comercial dos países ricos, sobretudo dos EUA, praticando ainda hoje formas tradicionais de trabalho escravo com a conivência desses mesmos países, tão ciosos na preservação das instituições democráticas:

Na China, dizem, a burocracia no poder pratica uma política inspirada tanto pelo capitalismo selvagem quanto pelo antigo terror de Estado comunista. Centenas de milhares de prisioneiros políticos, pessoas que pertencem a movimentos religiosos como o “Falung Gong”, a minorias étnicas ou ao povo subjugado do Tibete são encarcerados em campos de trabalho forçado. (...) Graças à OMC, os produtos do trabalho escravo fazem jus portanto, eles também, a um livre acesso aos mercados mundiais (ZIEGLER, 2002, p.198)⁵⁹.

Entretanto a Cuba a troca internacional lhe é negada. Em certo sentido o Brasil, de maneira análoga, faz uso do que hoje se costuma chamar de forma contemporânea de trabalho escravo, também conhecido como servidão por dívida: situação na qual o trabalhador é mantido preso, numa fazenda ou mesmo numa casa, enquanto não consegue quitar a dívida que contraiu com seu empregador ao “aceitar” o serviço. O Ministério do Trabalho define esse tipo de trabalho forçado como “trabalho em condições análogas a do escravo”⁶⁰. A Convenção nº 29 da OIT assim o conceitua: “(...) todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (OIT, 2007, p.39). Não encontramos uma definição universal do conceito, mas todas se referem a formas restritivas de liberdade na relação de trabalho.

Sem desconsiderar os esforços do governo brasileiro que vem obtendo sucesso no combate ao trabalho escravo, persistem os casos em grandes propriedades rurais, sobretudo as situadas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Esse tipo de mão-de-obra vem sendo

⁵⁹ «En Chine, on l’a dit, la bureaucratie au pouvoir pratique une politique inspirée autant par le capitalisme de la jungle que par l’antique terreur d’État communiste. Des centaines de milliers de prisonniers politiques, de gens appartenant à des mouvements religieux tel le « Falung Gong », à des minorités ethniques ou au peuple asservi du Tibet sont enfermés dans des champs de travail forcé. [...] Grâce à l’OMC, les produits du travail esclave jouissent donc, eux aussi, d’un libre accès aux marchés mondial» (tradução livre).

⁶⁰ Fonte: www.mtb.gov.br

utilizado principalmente no desmatamento amazônico para a introdução de pastos destinados à produção de gado, como aponta o Cadastro dos Empregadores instituído pelo Ministério do Trabalho, por meio da Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004⁶¹. São migrantes brasileiros que se deslocam de uma região à outra em busca de trabalho.

De forma similar, verifica-se ainda a existência desse tipo de trabalho escravo no meio urbano. Em São Paulo imigrantes bolivianos chegam em grande número atraídos por vagas de trabalho em pequenos ateliês de confecção de roupa. O número de imigrantes pode chegar a 1500 ao mês. Eles trabalham em péssimas condições de trabalho, de forma ilegal, submetidos à lógica da servidão por dívida, como mostra a reportagem a seguir, da Folha de São Paulo:

[...] o repórter-fotográfico Antônio Gaudério, 49, foi à Bolívia munido de celular com câmera para descobrir como funciona o tráfico de mão-de-obra ilegal que alimenta a cadeia têxtil em São Paulo. Como um dos milhares de bolivianos que buscam emprego no Brasil para fugir da miséria em seu país, trabalhou no Brás (SP) até 17 horas por dia produzindo peças de roupas que abastecem grandes lojas do comércio brasileiro. Os bolivianos trabalham em troca de comida e moradia ou, no máximo, alguns centavos por hora⁶².

Esse tipo de imigração se repete em várias partes do mundo. Segundo a OIT, 12,3 milhões de pessoas são vítimas do trabalho forçado que incluem a servidão por dívida, o tráfico de seres humanos e outras formas modernas de escravidão⁶³.

Outra forma coetânea de racionalização da produção em busca da superexploração de mão-de-obra pode ser encontrada nas chamadas Zona Franca, ou Zona Franca de Exportação (ZPE), também conhecidas por “zonas especiais”. São espaços de produção destinados ao deslocamento de determinados setores da produção industrial em busca de

⁶¹ Fonte: www.mtb.gov.br

⁶² Folha de São Paulo de 16.12.2007: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1612200709.htm>

⁶³ Fonte: site OIT - http://www.ilo.org/global/Themes/Forced_Labour/lang--fr/index.htm, acessado em 16.01.2008.

mão-de-obra barata, isenção de impostos e tarifas alfandegárias, fatores primordiais para a redução dos custos de produção e conseqüente aumento da mais-valia produtiva.

Bem recebidas por governos dos países em desenvolvimento, indústrias terceirizadas, na maioria de capital privado, se estabelecem para produzir a custo bem mais barato para as multinacionais, produtos principalmente dos setores têxtil, confecção (roupas, equipamentos esportivos etc...) e eletrônico. Em 2001, 65% dos brinquedos importados pelos países da União Européia foram produzidos nessas zonas de exportação, com destaque para a empresa Mattel, fabricante da boneca Barbie e a empresa Hasbro, fabricante do jogo Monopólio, nos informa Ziegler (2002). A mesma Mattel foi responsável pela produção de brinquedos com alto grau de chumbo que a obrigou a recolher do mercado internacional — EUA, Europa, Brasil etc. —, no ano de 2007, mais de 20 milhões de seus produtos que colocavam em risco a saúde das crianças⁶⁴. Grande parte da produção de seus brinquedos, “Cerca de 65% dos produtos da Mattel são fabricados na China, dos quais metade em fábricas próprias. A outra parte é produzida em fábricas terceirizadas”⁶⁵. Esse tipo de produção se dá em conformidade com a lógica fordista, geralmente mão-de-obra jovem — tanto mulheres quanto homens — que, dependendo do setor industrial, trabalham sob condições desumanas para ganhar o minimamente suficiente para não morrer de fome. Se crianças podem sofrer sérios danos na saúde em razão do contato com a tinta dos brinquedos que possuem um alto teor de chumbo, então o que dizer dos trabalhadores expostos ao processo de fabricação?

Existe ainda outra modalidade de produção conhecida por *maquiladoras*. Essas indústrias também denominadas *sweatshop*⁶⁶ foram objeto de estudo da socióloga Natacha Borgeaud Garciandía (2006) que realizou uma rigorosa pesquisa de campo junto às operárias terceirizadas em algumas *maquiladoras* da Nicarágua. Mulheres trabalham no setor têxtil para patrões chineses de Taiwan, terceirizadores da produção de multinacionais, cujo produto final é depois exportado para os EUA, livre de impostos de importação das

⁶⁴Fonte:Estadão.com.br,caderno Economia, 05.09.2007, disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_economia46526.0.htm

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶Segundo o Concise Dictionary: “ Workshop where employees work long hours under bad conditions for low wages” — Oficinas onde empregados trabalham longas horas sob péssimas condições de trabalho em troca de baixos salários (tradução livre).

matérias-primas, bem como de carga fiscal de exportação. Elas produzem geralmente mercadorias de grandes marcas internacionais que serão comercializadas no mercado americano ou europeu por “n” vezes o custo de produção. O cotidiano dessas operárias em suas fábricas é assim descrito por Garciandía:

O espaço da usina está saturado. (...) As mesas de trabalho são muito próximas uma das outras, o calor é sufocante, a atmosfera muito barulhenta, o ar que não circula está constantemente saturado de partículas em suspensão. Não se pode falar, comer algo, e as visitas ao banheiro, bastante raras, são supervisionadas. As pausas são também raras, as revistas corporais numerosas e quotidianas. (...) A hora da saída é incerta, para umas às 17h15, para outras 19h, 21h, até mesmo no amanhecer, na alvorada. O trabalho nas maquilas é assim profundamente marcado pela ameaça de ser demitida, muitas vezes sem conhecer a razão, bem como pela ausência de reconhecimento de si tanto como trabalhador quanto como ser humano: “Para eles, somos máquinas” (GARCIANDÍA, 2006, pg. 115-136)⁶⁷.

As *maquiladoras* estão espalhadas por todo o globo onde existir mão-de-obra desqualificada e barata disponível. Na realidade essas fábricas não possuem a linha completa de produção da mercadoria, elas têm por função juntar peças que podem ter sido fabricadas em diferentes pontos do globo. São conhecidas como montadoras. Na indústria automobilística esse processo produtivo é muito comum.

Esse modelo de exploração teve início na América Latina primeiramente no México, no ano de 1975, com o intuito de reter na fronteira mexicana com os EUA, os imigrantes latino-americanos indesejados pelos norte-americanos. As *maquiladoras* mexicanas

⁶⁷ «L'espace de l'usine est saturé. [...] Les tables de travail sont très proches les unes des autres, la chaleur est étouffante, l'atmosphère très bruyante, l'air qui ne circule pas est constamment saturé de particules en suspension. On ne peut ni parler, ni grignoter, et les visites aux toilettes, forts rares, sont surveillés. Les pauses sont aussi rares, les fouilles corporelles nombreuses et quotidiennes. [...] L'heure de sortie est incertaine, pour certaines à 17h15, pour d'autres à 19h, 21h, voire le lendemain à l'aube. Le travail dans les *maquilas* est ainsi profondément marqué par la menace constante d'être renvoyée, souvent sans connaître la cause, et par l'absence de reconnaissance de soi tant comme travailleur que comme être humain : 'Pour eux, nous sommes des machines'» (tradução livre).

trabalham para Sony, Johnson & Johnson, General Motors, General Electric entre outras, segundo depoimento de Martha Ojeda ao jornal argentino “Página/12”, em dezembro de 2006⁶⁸. Submetidas a péssimas condições de trabalho, em ambiente insalubre manuseando muitas vezes materiais tóxicos, essas mulheres cumprem jornadas regulares de 12 horas, sem qualquer direito à reclamação trabalhista nem tampouco à sindicalização. Essas regiões são zonas livres de sindicatos.

Diante desse quadro de precarização das relações de trabalho como ainda acreditar na promessa de futuro mais farto e melhor para todos como acenava a perspectiva da revolução industrial, cuja perseguição do progresso econômico tudo garantiria? Por que o século XX não conseguiu atingir as promessas visionárias do movimento iluminista que previa um mundo cada vez melhor, mais próspero, mais abundante para todos? O que vem a ser a mundialização ou globalização, fenômeno sempre citado para justificar qualquer transformação seja no plano econômico, político, cultural e social, ao final do século XX?

4.3 QUEM É O MERCADO?

Há alguns anos, mais precisamente após a década de 1970, o mundo do trabalho se acostumou a ouvir como explicação e justificativa para qualquer mudança organizacional ou mesmo institucional que venha a realizar cortes de mão-de-obra, intensificação de jornada de trabalho, multiplicação de tarefas, só para citar algumas, a seguinte expressão “exigências do ‘mercado’!”. O grande vilão do trabalhador é sempre o “mercado”: “O ‘mercado’ está exigindo corte de pessoal”; “o ‘mercado’ exige tal perfil profissional”; “o ‘mercado’ exige que o trabalhador se mantenha sempre atualizado, se autoqualificando e se requalificando permanentemente”; “o ‘mercado’ exige profissionais polivalentes”; “o ‘mercado’ exige profissionais ousados, competitivos que gostem de correr risco,”; enfim... uma infinidade de novos ditames que nocauteiam o trabalhador no primeiro *round*. Como se contrapor a um ser metafísico? Diante de um ser tão poderoso, de quem se ouve falar todos os dias, mas nunca se sabe quem é, resta ao trabalhador se calar, se resignar, e por fim acreditar que de fato temos que nos curvar às vontades do “mercado” e aprender a

⁶⁸Fonte: Página/12, disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-3061-2006-12-14.html>, 08.12.2006.

viver na sua lógica competitiva e predadora. Adaptar-se para poder jogar o jogo. Jogo ideológico alienante no qual é difícil imaginar a possibilidade de conquista de autonomia de si.

Afinal, quem é mesmo esse tal “mercado”? Quem são os donos do “mercado”? Como, por que e para quem ele opera? Sabemos que ele adquiriu tamanho poder de dominação econômica a partir da crise do paradigma keynesiano e concomitante ascensão do paradigma monetarista fundamentado no pensamento liberal — o modelo neoliberal —, a partir dos anos 1970, que o promove a “super agente” do processo de financeirização do capital, o grande protagonista da cena econômica mundial. O não dito, diria Foucault, tem uma função importante nos discursos, cabe ao pesquisador objetivá-lo. Nesse sentido, Serge Latouche identifica por trás da “megamáquina sem rosto” seus principais representantes: o G7, o Clube de Paris, o complexo FMI - Banco Mundial - OMC, a OCDE, a Câmara de Comércio Internacional, o Fórum de Davos, além de instituições

Menos conhecidas das siglas esotéricas cuja influência é enorme: o Comitê de Bali para a supervisão bancária, o IOSCO (International Organization of Securities Commissions), a organização internacional das comissões nacionais emissoras de títulos obrigatórios, a ISMA (International Securities Market Association), que tem um papel equivalente para os mercados de títulos obrigatórios, o ISO (Industrial Standard Organization), encarregado de definir as normas industriais. Enfim, não se pode negligenciar as grandes empresas de auditoria e de consultoria, os grandes escritórios de advocacia e as fundações privadas. Sociedades como a Price Waterhouse, Peat Marwick, Ernst & Young ou Arthur Andersen são atores essenciais da mundialização, mesmo se a princípio seus papéis possam parecer puramente técnico, por exemplo, a certificação de contas das empresas. Evidentemente, que ao fazer crer que o fenômeno, bom ou ruim, é irresistível, nos tornamos cúmplices de sua constituição (LATOUCHE, 2001, p.9)⁶⁹.

⁶⁹«(...) moins connues aux sigles ésotériques dont l’influence est énorme : le Comité de Bâle sur la supervision bancaire, l’IOSCO (International Organization of Securities Commissions), qui est l’organisation internationale des commissions nationales émettrices de titres obligataires, l’ISMA (International Securities Market Association), qui joue un rôle équivalent pour les marchés de titres obligataires, l’ISO (Industrial Standard Organization), chargée de définir les normes industrielles. Enfin, il ne faut pas négliger les grandes

A estratégia deliberada dos mecanismos de dominação em lançar sempre mão de explicações e justificativas fluídas, ou mesmo inexplicações quando se trata de esclarecer os interesses que determinam e movimentam os processos atuais da reprodução capitalista nos obriga a refletir um pouco mais detalhadamente sobre o fenômeno da mundialização, que configura e reconfigura permanentemente as relações de trabalho. Não temos a pretensão de realizar uma análise macroeconômica, mas apenas levantar pontos importantes do contexto histórico atual, tanto econômico quanto político e social que contribua para o refinamento do nosso estudo sociológico. Assim sendo, a nossa abordagem não pretende fazer um recorte puramente econômico, ou político ou sociocultural. Ao contrário considera sempre essas diferentes esferas como indissociáveis e imbricadas. Também não analisamos os efeitos da mundialização como se um fenômeno universal fosse, pois estaríamos desconsiderando as singularidades de cada país ou região e seus diferentes impactos decorrentes dos processos de globalização. Buscamos problematizar teoricamente o tema para melhor analisar as conseqüências positivas ou negativas no que tange o nosso objeto de pesquisa: as desregulamentações dos direitos do trabalho e seus reflexos nas trajetórias profissionais de trabalhadores tanto formais quanto informais, empregados ou desempregados.

Nesse sentido, é que a Sociologia do trabalho se interessa sobretudo pelas causas e efeitos da financeirização do capital, característica central do atual modo de produção capitalista, nas relações de produção⁷⁰. Cabe então analisar os diferentes impactos que porventura se configuram nas relações de trabalho provenientes da circulação de pessoas, mercadorias e informações, bem como as conseqüências dos atuais cursos da

entreprises d'audit et de consultants, les grands cabinets d'avocats et les fondations privées. Des sociétés comme Price Waterhouse, Peat Marwick, Ernst et Young ou Arthur Andersen sont des acteurs essentiels de la mondialisation, même si au départ leur rôle peut sembler purement technique, par exemple la certification des comptes des entreprises. Bien évidemment, en faisant croire que le phénomène, bon ou mauvais, est irrésistible, on se rend complice de son avènement» (tradução livre).

⁷⁰Ao falarmos em modo de produção nos referimos à perspectiva teórica de Marx quando entende que o Estado não existe isoladamente do modo de produção que o caracteriza, porque para cada maneira do homem produzir, ou seja, transformar a natureza, haverá um tipo de sociedade. Por isso, ele enxergava o modo de produção como uma abordagem privilegiada na análise do social: “Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio um ‘força produtiva’, e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e portanto a ‘história da humanidade’ tem de sempre ser estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca” (MARX e ENGELS, 1982, p.71).

mundialização que geram efeitos positivos ou negativos na vida objetiva e subjetiva cotidiana dos trabalhadores.

Assim sendo, partimos do exame do processo de financeirização do capital, sustentado pelo regime político democrático, no qual o Estado assume prioridades que visam impulsionar e promover a acumulação privada, em detrimento das suas funções sociais. Podemos dizer que o Estado, tal qual os contratualistas o desenharam, isto é, uma instituição cujo objetivo é o de garantir a vida, a liberdade e a propriedade privada, por meio de um pacto, vem, cada vez mais, investindo apenas na garantia desta última, isto é, na da propriedade privada. Crítica que Hegel (2002) já fazia aos contratualistas ao destacar que estes confundiam o Estado com a sociedade civil, pois faziam do interesse particular do indivíduo o conteúdo do Estado. Interesses que configuram e reconfiguram as relações de produção e, portanto, se refletem diretamente na vida social de populações de diferentes camadas sociais que compõem os meios urbanos.

Interessa-nos especialmente compreender a mudança na sistemática, na lógica e no funcionamento do modelo econômico capitalista, na medida em que esta tem relação direta na precarização das relações de trabalho conduzindo, em última instância, os indivíduos a uma situação de precarização social.

4.4 A mundialização financeira: seus efeitos nas relações de assalariamento

O senso comum assimila a idéia de globalização construída pelos meios de comunicação em massa, que de maneira geral confere uma conotação econômica ao fenômeno deixando crer, propositadamente, que a circulação financeira se dá num espaço não materializado, isto é, virtual por assim dizer. Ora, sabemos que as transações financeiras possuem seu lugar próprio e real de troca, mercados específicos, os centros comerciais financeiros, também denominados por bolsas de valores, situados territorialmente em grandes metrópoles mundiais. A imagem construída de fluidez, imaterialidade, virtualidade do capital, dito especulativo, simula a noção de algo não contábil e, portanto, não materializável. Entretanto, a falta de conhecimento da realidade cotidiana do processo de mundialização financeira é fator importante para a não

compreensão, por muitos, das novas formas de exploração e expropriação capitalista. Ouvimos diariamente as mídias mundiais soltarem expressões como: “o mercado acordou nervoso”, “o mercado não vai gostar de...”, “o mercado está intranquilo”, como se o mercado fosse um ser metafísico, onipresente, mas ao mesmo tempo intangível.

De maneira bastante apropriada Lautier descreve o novo fenômeno econômico ressaltando que:

A mundialização financeira está em perpétuo estado de malabarismo, fugidio e ameaçador (“se os chineses param de comprar bônus do tesouro americano, é a crise mundial”, etc.). Ela tem um papel chave na representação da mundialização de modo geral como fatalidade: à mínima reivindicação salarial, ou mesmo a toda e qualquer demanda de simples respeito ao direito, os “capitais-andorinha” (como se diz em espanhol) alçam vôo. O poder de Estado, mesmo progressista, se inscreve nessa retórica da impotência, já que de maneira geral eles mesmos organizaram a própria impotência (LAUTIER, 2006, p. 43)⁷¹.

É fundamental perceber que por trás desse mundo das finanças de Londres ou Nova York, por exemplo, existem, principalmente, homens e mulheres que trabalham para que os donos do capital financeiro possam manter seu estilo produtivo “capitais-andorinha”. Essa figura de linguagem muito utilizada em espanhol, segundo Lautier, para designar o comportamento do capital no atual processo de mundialização, traduz bem a imagem de que o capital se move permanentemente em busca de maior produtividade. Ele só deseja pousar nos lugares mais prósperos do planeta, e assim que esses lugares já tiverem esgotado todas as suas fontes de produtividade, decola para pousar em novas paragens mais atraentes, ainda virgens da exploração de mão-de-obra e extração de matéria-prima baratas. Lugares onde ainda seja possível extrair a maior rentabilidade possível ao menor

⁷¹ «La mondialisation financière est en perpétuel état de funambulisme, insaisissable et menaçante (« si les chinois cessent d’acheter des bons du trésor américain, c’est la crise mondiale », etc.). Elle joue un rôle clé dans la représentation de la mondialisation en général comme *fatum* : à la moindre revendication salariale, ou même à toute demande du simple respect du droit, les « capitaux-hirondelles » (comme on dit en espagnol) s’envolent. Le pouvoir d’État, même progressiste, s’inscrit dans cette rhétorique de l’impuissance, alors qu’il a en général organisé sa propre impuissance» (tradução livre).

custo possível, não importando o nível de exploração da mão-de-obra, nem tampouco da natureza. Atualmente bem sabemos o quanto os reflexos dessa racionalidade de reprodução do capital, na extração de bens naturais, têm efeitos devastadores e conseqüências graves para a sobrevivência das futuras gerações.

O que o mundo econômico privado vem buscando é uma relação ótima entre capital, trabalho e matéria-prima. O importante é produzir bens e serviços de consumo da forma mais rentável possível, sob qualquer condição jurídica, social, política e cultural. Até porque mudar as condições político-jurídicas dos países cujo capital financeiro internacional tem interesse em investir é tarefa primordial do Banco Mundial. Os empréstimos internacionais, ou as “ajudas humanitárias” aos países ditos “em desenvolvimento” podem comprovar essas manobras. Desde 1996 os empréstimos internacionais do BIRD (Banco Mundial) sob controle do FMI são sempre condicionados a uma “carta de intenções” que deve ser cumprida sob pena do Estado devedor não conseguir novos créditos nem renovar antigas dívidas. Como exemplo recente podemos citar a política ditada pelo “Consenso de Washington”⁷² aos países ditos “em desenvolvimento” como a Argentina, que seguindo os ditames estabelecidos pelo FMI e BIRD, se tornou uma das vítimas da armadilha neoliberal, quando em 1998 viu seu sistema econômico ruir a custo de um desumano empobrecimento da sociedade argentina.

Antes dela, o México já havia provado o gosto amargo dos planos de ajuste econômico, em conformidade à política ditada pelo “Consenso de Washington”, após a grave crise econômica de 1982 que redundou em: abandono da política econômica baseada na estratégia de substituição de importação, desvalorização da moeda e liberalização econômica e financeira, só para citar as mais representativas. Entretanto, o remédio adotado tem efeito de curto prazo e uma nova crise econômica se instala, agravada pela crise política que a rebelião zapatista deflagra. Novos ajustes são estabelecidos, o principal deles, a privatização massiva do capital público industrial e financeiro (MARQUES-PEREIRA, 2004). Essas medidas conseguiram restabelecer o equilíbrio inflacionário às

⁷² A expressão “Consenso de Washington” foi cunhada pelo economista John Williamson, em 1989, para designar as novas condições impostas pelo FMI para autorizar empréstimos aos Estados Nacionais. As principais dessas condições impostas aos Estados devedores são: redução da carga fiscal, livre comércio, privatizações e desregulamentação financeira (*Manière de Voir*, nr. 91, Paris: Le Monde Diplomatique, février-mars 2007).

custas de importantes cortes sociais e redução salarial, como traz o editorial do jornal *The National*, de 1998, informa István Mészáros:

A economia do México pode parecer estar bem, mas seu povo está mal. Desde a operação de salvamento do FMI, as camadas médias foram esmagadas; 25 mil pequenos negócios foram à falência; 2 milhões de trabalhadores perderam os seus empregos no mesmo período. Em dólares, os salários caíram 40%. O FMI destruiu a economia interna a fim de salvá-la (MÉSZÁROS in ANTUNES (org.), 2006, p. 30).

Também, na opinião de Marques-Pereira (2004), essa estabilidade é frágil e temporária, na medida em que o modelo de financeirização econômica e de industrialização voltada para exportação, além de não abastecer o mercado interno com bens de consumo, reduz os direitos sociais e trabalhistas o que vem recrudescendo as tensões sociais.

O modelo liberal é, sem sombra de dúvida, um dos aspectos mais importante do atual processo de mundialização. Quem fala globalização diz modelo econômico liberal. Nesse modelo ideológico são as empresas privadas os principais atores mundiais. Os papéis se invertem e são elas que ditam as regras aos Estados-Nação. Do modelo econômico keynesiano dos anos 1950, passamos ao modelo neoliberal a partir da década de 1970, com o fim da conversibilidade da moeda norte-americana em ouro, durante o governo Nixon e, posteriormente nos anos 1980, a liberalização dos mercados financeiros no Reino Unido, sob o governo Thatcher.

Entretanto, como o mercado é cada vez mais ágil, graças às transformações tecnológicas produzidas neste final de século XX, vivencia-se cotidianamente o risco de se padecer crises irreversíveis. A cada momento *crash* (s) se enunciam no horizonte financeiro mundial. A economia norte-americana perde hoje posição, no que se refere a ativos líquidos no estrangeiro para o Japão, Ásia e países exportadores de petróleo (KOLKO, 2007).

Após importantes crises financeiras na Ásia oriental, Rússia e outros, entre 1997 e 2000, o FMI e o BIRD perdem também poder no contexto do financiamento de países em desenvolvimento, sendo ultrapassados pelos agentes operadores das bolsas de valores — os *trades* — dispostos a correr risco, em grau bem mais elevado. Existem atualmente ao menos dez mil *hedge funds* — fundos especulativos de alto risco, segundo informação do historiador Gabriel Kolko, e 80% deles estão localizados nas ilhas Caïmans. Operadores de bolsa de valores jogam com os títulos nas bolsas mundiais (Nasdaq, Dow Jones, CAC,) como se num cassino estivessem. Nem sempre o risco especulativo ganha, pois, vale lembrar uma das maiores crises econômicas mundiais do pós-guerra, que veio à tona em 1998, quando *Long Term Capital Management – LTCM*, um *hedge fund* mundialmente conhecido, abriu falência (KOLKO, 2007).

Os fundos especulativos, ou *hedge funds*, que operam nos bancos de investimentos, apostam em derivativos de crédito⁷³. Conforme divulga o *Financial Times*, em 17 de julho de 2006, Warren Buffet, investidor norte-americano, vê esse tipo de investimento especulativo como “armas financeiras de destruição em massa” (KOLKO, 2007, p.52)⁷⁴. O motivo desse pessimismo deve-se ao fato de que ao mesmo tempo em que os derivativos de crédito teoricamente são instrumentos de garantia contra riscos, eles estimulam ainda mais as apostas arriscadas e o aumento do volume de crédito disponível no mercado. *Enron*, conhecido conglomerado do setor energético norte-americano, foi um bom exemplo do uso abusivo desse tipo de instrumento especulativo até quebrar, deixando um rombo financeiro de 100 bilhões de dólares, além de inúmeras fraudes contábeis. Ilustrativo ainda desse jogo especulativo das finanças mundiais é o caso do *hedge fund* norte-americano *Amaranth Advisors*, de Connecticut que, ao especular sobre a evolução do preço do gás natural, teve uma perda de 4,6 bilhões de dólares, isto é, 66% do seu capital, em apenas um final de semana. Kolko alerta que, segundo o mesmo *Financial Times*,

⁷³ Os derivativos de crédito são instrumentos financeiros que têm como objectivo a transferência do risco de crédito de um activo financeiro/emissor entre duas partes. São operações negociadas individualmente (ou caso a caso) e podem adoptar várias formas tais como opções, swaps, forwards ou credit linked notes. Comprar um derivado de crédito não é mais do que comprar protecção para o risco de crédito associado a um investimento. A possibilidade de isolar e gerir este risco, de uma forma independente dos outros riscos existentes, é o grande benefício destes instrumentos. <http://www.growinvest.com/source/news14/news14.htm> acessado em 06.04.2008.

⁷⁴ “armes financières de destruction en masse” (tradução livre).

Vários desses « produtos » inovadores, segundo um diretor financeiro, só existem no ciberespaço e são somente meios que permitem aos ultra-ricos de fugir do fisco. (...) Na verdade, os altos executivos responsáveis pelos bancos e pela regularização financeira não compreendem nem mesmo eles próprios como funciona a rede de exposições ao risco, e eles desconhecem “quem possui o quê” (KOLKO, 2007, p.52)⁷⁵.

A recente crise norte-americana, de 2007, deflagrada pela falta de liquidez dos títulos atrelados aos empréstimos imobiliários, conhecido por *subprime*, é um exemplo típico.

Recentemente, também, o mundo se espantou com o caso do banco Société Générale. Um funcionário, que entrou na empresa no nível de gerência média, em 2000, ascende ao cargo de *trader* em 2005. Daí em diante ele decide, sem que ninguém na empresa soubesse, apostar no mercado financeiro com o capital do banco. Suas apostas eram ousadas, mas apesar de oficialmente a organização não ter conhecimento, como ele mesmo diz, ele ganhou grandes somas para a instituição que fechou os olhos para a obscuridade do processo. Durante o ano de 2007 suas apostas e ganhos foram crescendo. Entretanto, no início de janeiro 2008, quando investiu 4,5 bilhões de euros, a direção do banco se assustou e trouxe a público as jogadas de Kerviel. O resultado foi um rombo contábil de 4.5 bilhões de euros. Para justificar o prejuízo junto aos acionistas a Société Générale tentou responsabilizar única e exclusivamente o rapaz, que no entanto soube apontar a cumplicidade do banco nas suas experiências clandestinas no cassino especulativo.⁷⁶

Esse fato é bem ilustrativo de um aspecto interessante do processo de mundialização financeira: a contabilização do capital oriundo de operações derivadas de crédito. Segundo a *Swaps and Derivatives Association – ISDA* “mais de 90% de todos os contratos fechados nos Estados-Unidos estavam consignados por escrito, normalmente em pedaços de papel, e

⁷⁵«Nombre de ces ‘produits’ innovants, selon un directeur financier, n’existent que dans le cybermonde et sont seulement des moyens permettant aux ultra-riches d’échapper au fisc (...) En réalité, les hauts responsables des banques et de la régulation financière ne comprennent pas eux-mêmes comment fonctionne la chaîne d’expositions aux risques, et ils ne savent pas ‘qui possède quoi’» (tradução livre).

⁷⁶ LEMONDE. Economia, 29.01.2008, disponível em:

http://www.lemonde.fr/economie/article/2008/01/29/jerome-kerviel-ma-hierarchie-fermait-les-yeux_1005103_3234_1.html

não eram corretamente registrados” (KOLKO, 2007, pg, 52)⁷⁷. O alto nível de desregulamentação do sistema financeiro é fator primordial de risco, pois nem os banqueiros nem os Estados conhecem ao certo o quanto circula no jogo da especulação financeira. O investidor também se submete a um risco, pois, ele próprio desconhece os perigos que o aguardam. Para Kern Alexander, Rahul Dhumale et John Eatwell, *experts do establishment financial*, “A realidade foge a qualquer controle. (...) A extensão e o campo de operação dos mercados financeiros internacionais, (...) [e] a arquitetura do sistema evoluíram para o nível da sorte, e a regulação, praticamente inexistente é “ineficaz”⁷⁸ sublinha Kolko (2007, p. 53)⁷⁹.

Mas o que vem realmente a ser a mundialização financeira? Porque a teoria econômica liberal reaparece no final do século XX com toda pujança, como a única via capaz de resolver os males que o modelo intervencionista estatal keynesiano não conseguiu resolver? O que caracteriza de fato a noção de mundialização financeira?

Durante a década de 1980 os governos nacionais tanto de esquerda como de direita, confrontados a um significativo desequilíbrio das contas públicas, curvam-se à ideologia neoliberal e “aceitam” resignadamente, segundo LORDON (2000), a nova receita econômica, na medida em que são incapazes de dar respostas positivas ao problema do crescimento das despesas públicas, à fraca receita fiscal e ao baixo crescimento econômico.

Frente a um cenário econômico negativo, na visão dos empresários, que sucede a crise inflacionária dos anos 1970, os donos do capital vão buscar práticas econômicas inovadoras que visem preservar seus patrimônios da erosão monetária. A solução encontrada pelos intelectuais liberais prega a desregulamentação dos mercados financeiros. Esta se apóia na perspectiva ideológica de que a ação do Estado é ineficaz para resolver os problemas econômicos e que, portanto, somente a esfera privada é vista como capaz de promover gestões competitivas e competentes, critérios essenciais para deslanchar o

⁷⁷ «plus de 90% de tous les contrats conclus aux États-Unis étaient consignés par écrit, souvent dans des bouts de papiers, et n'étaient pas correctement enregistrés » (tradução livre).

⁷⁸ Grifo do autor.

⁷⁹ «La réalité échappe à tout contrôle. (...) L'étendue et le champ d'opération des marchés financiers internationaux, (...) l'architecture du système ont évolué au gré du hasard, et leur régulation, pratiquement inexistante, est 'inefficace'»(tradução livre).

crescimento econômico nacional. Ao contrário do período keynesiano dos anos 1960-70 marcado pela intervenção do Estado na economia, o poder político é instado a se deslocar da esfera pública, o Estado, para a esfera privada, as finanças. Somente o “mercado” é capaz de agir como regulador eficaz da economia globalizada, mundializada, propagandeia o neoliberalismo:

Assim começa o trabalho ideológico que guiará dez anos mais tarde à retomada da política monetária por um banco central independente, que colocará em debate uma proposta de constitucionalização do equilíbrio orçamentário, e que, desde 1895, faz nascer a idéia de que o mercado financeiro poder ser a instância externa, racional, severa mas justa, de supervisão da política econômica (LORDON, 2000. p. 22)⁸⁰.

Certo da necessidade de desregulamentação financeira como única saída para a crise econômica, o “mercado” encontra nos fundos de pensão a instituição financeira que melhor se molda ao regime de acumulação financeirizado com o intuito de produzir taxas de rentabilidade cada vez maiores, mas dentro de novo contexto de distribuição do risco, como sublinha LORDON:

Não somente a liberalização da rentabilidade exigida pelos investidores se efetua por meio da exclusão dos salários na divisão do valor agregado, mas o poder acionário está doravante em posição de exigir uma espécie de rendimento mínimo garantido ao capital. (...) é uma gigantesca redistribuição do risco que se pratica entre capitalistas e assalariados (LORDON, 2000. p.11)⁸¹.

⁸⁰ «Ainsi commence ce travail idéologique qui conduira dix ans plus tard à la remise de la politique monétaire à une banque centrale indépendante, qui mettra en débat une proposition de constitutionnalisation de l'équilibre budgétaire, et qui, dès 1895, fait surgir l'idée que le marché financier pourrait bien être l'instance extérieure, rationnelle, sévère mais juste, de surveillance de la politique économique» (tradução livre).

⁸¹ « Non seulement le dégagement de rentabilité exigé par les investisseurs s'effectue par l'éviction des salaires dans le partage de la valeur ajoutée, mais le pouvoir actionnarial est désormais en position de réclamer une sorte de revenu minimum garanti du capital. [...] c'est une gigantesque redistribution du risque qui s'opère entre capitalistes et salariés » (tradução livre).

Os fundos são formados por poupanças individuais dos trabalhadores administradas como uma poupança coletiva, também denominada de fundo de pensões porque pretendem garantir uma aposentadoria ou um complemento de aposentaria para seus investidores.

Os planos de aposentadoria por empresa, criados antes da Segunda Guerra Mundial, sofreram na carne os efeitos da entrada em crise dos anos 70. Esses planos, ditos “de prestação definida”, organizam, no seio da empresa, a aposentadoria dos assalariados sob financiamento e gestão do empregador. (...) um instrumento de fidelização da mão-de-obra, verdadeiramente um veículo de abrandamento fiscal. (...) Em lugar de um compromisso ligado no nível da “empresa-providência”, surge então uma fórmula de aposentadoria de fato individualizada, já que as cotizações são creditadas numa conta pessoal associada a cada assalariado e transferível de um empregador a outro (LORDON, 2000, p.33)⁸².

Aos poucos a gestão das poupanças individuais vai sendo transferida das mãos da empresa empregadora para as mãos de empresas financeiras especializadas: os fundos de pensão e os fundos mutuariais. No entanto, esse sistema previdenciário passa por mais outra transformação promovida pela desregulamentação financeira, na busca da desoneração fiscal. Os fundos perdem o vínculo com o empregador e se tornam empresas independentes da relação trabalhista entre os patrões e os trabalhadores. Individualizam por completo a cotização do empregado e a relação de mutualidade desaparece, fundos de pensão abertos em substituição aos fundos de pensão fechados.

Por outro lado, a necessidade de garantir o financiamento monetário da dívida pública, a garantia da liquidez do capital se faz urgente por exigência do mercado financeiro. Era preciso convencer os poupadores a aceitarem subscrever títulos públicos,

⁸²« Les plans de retraite entreprise, créés dès avant la Seconde Guerre, subissent de plein fouet les effets de l'entrée en crise des années 70. Ces plans, dits « à prestation définies », organisent au sein de l'entreprise la retraite des salariés sous financement et gestion de l'employeur. [...] un instrument de fidélisation de la main-d'œuvre, voire un véhicule d'allègement fiscal. [...] En lieu et place d'un compromis noué au niveau de « l'entreprise-providence », émerge donc une formule de retraite de fait individualisée puisque les cotisations sont versées sur un compte personnel associé à chaque salarié et transférable d'un employeur à l'autre » (tradução livre).

isto é, refinar a dívida pública. Em contrapartida, os investidores exigiam a garantia da condição de reversibilidade desses títulos públicos.

Somente um mercado financeiro vasto, animado permanentemente por um importante volume de transações, oferece aos seus interventores a certeza de encontrar a cada instante uma contrapartida, isto é, a possibilidade de sair sem nenhuma perda de capital. Essa propriedade tem um nome: a liquidez (LORDON, 2000, p.23)⁸³.

Concomitantemente, vivencia-se o processo de esvaziamento do poder do Estado que se concretiza por meio das privatizações das empresas e bancos estatais, recrudescendo o processo de desregulamentação econômica, marcada pela supressão, no Brasil, de significativo número de postos de trabalho, sobretudo, durante a gestão dos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto, o novo modelo exige a transformação dos bancos centrais em “instituições independentes” — do poder político do Estado — afirma o discurso neoliberal. Mas, na prática, os bancos centrais, quando é de interesse da esfera econômica privada, agem em nome do Estado interferindo no mercado para estancar crises econômicas e salvar os donos do poder econômico. A ação dos bancos centrais se constitui na verdade em totalmente dependente do poder político dos donos da economia. A “independência” dos bancos centrais, o desatrelamento institucional do banco central do Estado é condição precípua para o bom funcionamento do novo regime de capitalização, segundo os liberais, pois caberá a esta instituição normativa bancária intervir na economia sempre que necessário for aos donos da política econômica mundial. Quando o mercado financeiro “auto-regulável” não conseguir se auto-regular em momentos de crises — *crash* — caberá ao banco central “independente” intervir no funcionamento do “livre mercado”, regulando as taxas de juros, para garantir o reequilíbrio e a volta à normalidade do seu processo de “auto-regulação”. O melhor exemplo tem sido o papel do FED-Federal Reserve, o banco central norte-americano, na recente crise dos *subprimes*.

⁸³ « Seul un marché financier vaste, profond, animé en permanence par un important volume de transactions, offre aux intervenants la certitude de trouver à chaque instant une contrepartie, c'est-à-dire la possibilité de sortir sans perte en capital. Cette propriété a un nom: la liquidité » (tradução livre).

Vale ressaltar ainda, que enquanto planos empresa/aposentadoria existiam nos EUA desde os anos 1950, a Europa vivia sob o regime do Estado do bem-estar social. Por outro lado, o que atualmente se chama de regime de capitalização financeira, própria aos fundos de pensão, só foi possível com o advento da desregulamentação dos mercados financeiros e sob o efeito da concentração da gestão institucional. Concentração do poder político-econômico nas mãos de número bastante reduzido de fundos de pensão, mercados desregulamentados e “corporate governance” — gestão corporativa — são instrumentos essenciais para a busca do lucro⁸⁴, sempre e cada vez maior. Nada mais importa, só o lucro (LORDON,2000).

O exercício do poder acionário dos fundos de pensão, apossados do legítimo instrumento de intervenção nas gestões empresariais, se tornam práticas corriqueiras, e são legitimadas pela condição de serem os representantes legítimos dos acionistas. É o poder reunido dos acionistas, na pessoa de seu representante (s), os verdadeiros mandatários das empresas, pois são eles os seus proprietários. Assim, coagidos por esse poder acionário, as empresas se vêem obrigadas a se submeter às novas fórmulas de gestão, que visam única e exclusivamente o crescimento, o desenvolvimento e a acumulação do capital, fazendo uso de práticas tais como:

- *Spin-off* ► manutenção apenas das áreas afins à vocação principal da empresa⁸⁵;
- *Downsizing* ► instados a aplicar o imperativo da moda, “criação de valor”, o modelo preconiza a redução dos custos associada à política de demissão em massa⁸⁶.
- Fusões-aquisições ► prática sugerida por Stephen Roach, economista do Morgan Stanley, com o intuito de instituir sinergia, economia em escala e fortalecimento do poder de mercado para fazer frente à concorrência instaurada pela integração internacional dos mercados.

⁸⁴ Grifo nosso.

⁸⁵ O caso, por exemplo, da empresa Rhône-Poulenc obrigada a separar seu setor químico do setor farmácia, com a criação da empresa Rhodia, com vocação exclusiva para o setor químico, em 1998 (LORDON, 2000).

⁸⁶ As políticas no Brasil das “demissões voluntárias” dos anos 1990, os PDV-Política de Demissão Voluntária.

No entanto, Lordon tece críticas à prática desenfreada de fusão e aquisição de empresas, que nem sempre se apóia em objetivos econômicos sérios baseados na busca de estratégias visando competitividade produtiva no mercado, por exemplo. Ele percebe que muitos desses processos de fusão são movidos apenas por uma lógica predadora e economicamente “irracional”, cuja palavra de ordem é “crescer ou perecer”. Lógica que denota antes uma posição política, uma vontade de poder no campo econômico, que apenas uma estrita atitude orientada pela racionalidade econômica, redundando muitas vezes a resultados desastrosos para os acionistas das empresas aquisidoras. A prática vem mostrando que um sobre dois desses processos de fusão empresarial não logram êxito (LORDON, 2000).

A palavra de ordem, que tudo justifica, é “criação de valor”. A corrida para agregar valor determina qualquer ação da gestão empresarial. Se a ação for “criadora de valor” a decisão administrativa será sempre favorável, caso contrário não. As ações empresariais só adquirem sentido se capazes de “criar valor”. Em nome dessa noção feitichizada: “Demite-se pela criação valor, fusiona-se pela criação de valor, inova-se pela criação de valor, recorre-se ao spin-off pela criação de valor, e se fizéssemos o contrário de tudo isso seria ainda em nome da criação de valor. Enquanto isso, o ‘conceito reina’” (LORDON, 2000, p. 54)⁸⁷.

Entretanto, a jogada de mestre dos mentores desse modelo econômico flexibilizado, desregulamentado e financeirizado é a distribuição do risco do capital entre capitalistas e classe trabalhadora. Mas como conseguem tal façanha? A resposta está na constituição, ou melhor, na reformulação de um índice econômico antigo, mas de cara nova – o EVA - *Economic Value Added* (Valor econômico agregado), indicador piloto da gestão, ou melhor, da “VBM⁸⁸ - gestão baseada em valor”, para usar o jargão do momento. “O EVA poderia ser definido como uma espécie de benefício econômico generalizado” (LORDON, 2000, p. 56)⁸⁹.

⁸⁷ «On licencie pour la valeur, on fusionne pour la valeur, on innove pour la valeur, on spin-off pour la valeur, et si on faisait le contraire de tout ça ce serait encore au nom de la valeur. Et pendant ce temps, le ‘concept batifole’» (tradução livre).

⁸⁸ Sigla em inglês.

⁸⁹ «L’EVA pourrait être définie comme une sorte de profit économique généralisé » (tradução livre).

Haverá criação de valor quando o exercício contábil da empresa apresentar um EVA positivo. Esse índice promove “(...) uma revolução social e política ao trazer de volta os dados mais fundamentais da repartição dos rendimentos e da distribuição dos riscos que estão implicitamente associados”⁹⁰ (LORDON, 2000, p.57). Ela garante aos acionistas uma espécie de « renda acionária mínima », ou seja, a verdadeira noção de lucro, segundo o autor.

Antes da instituição do EVA, os rendimentos obtidos pelas empresas, findo o exercício contábil, eram repassados aos seus acionistas em forma de crédito de dividendos “ex post”. Caso a instituição não atingisse um bom resultado, não era obrigada a distribuir dividendos aos acionistas, ou qualquer outro tipo de benefício. Para Assaf Neto, o EVA “pode ser entendido como o resultado apurado pela sociedade que excede à remuneração mínima exigida pelos proprietários de capital (credores e acionistas)” (2003, p.174).

A entrada em cena dos fundos privados de pensão modifica essa prática, ao instituir o EVA, que determina a priori, o custo do capital. Os acionistas exigem a garantia de um mínimo de benefício, independente da produtividade da empresa. Os donos do capital se protegem de eventuais riscos do mercado, pois com a aplicação do EVA qualquer risco será de responsabilidade da gestão empresarial, que por sua vez irá repassar aos assalariados, parte mais frágil do sistema de produção⁹¹. A respeito do tema, Lordon observa que:

(...) o valor acionário traduz sobretudo um deslocamento considerável da divisão do risco entre assalariados e capitalistas. Classicamente, a legitimidade do capitalismo em se apropriar da mais-valia repousava no endosso do risco econômico, e é a aversão diferencial do risco que definiria, em teoria, os lugares estruturais respectivos dos assalariados e dos capitalistas (LORDON, 2000, p. 59)⁹².

⁹⁰ « (...) une révolution sociale et politique en revenant sur les données les plus fondamentales de la répartition des revenus et de la distribution des risques que y est implicitement associée » (tradução livre).

⁹¹ Grifo nosso.

⁹² « (...) la valeur actionnariale traduit surtout un déplacement considérable du partage du risque entre salariés et capitalistes. Classiquement, la légitimité du capitalisme à accaparer la plus-value reposait sur l’endossement du risque économique, et c’est l’aversion différentielle du risque qui définirait, en théorie, les places structurales respectives des salariés et des capitalistes » (tradução livre).

Quem antes corria risco eram os donos do capital, e por isso mesmo justificavam a extração da mais-valia, ao passo que os trabalhadores sempre foram remunerados independentemente do resultado da empresa, pois o salário era considerado algo essencial à reprodução da mão-de-obra, como frisou (Marx 1988).

Na lógica atual do capitalismo especulativo, novas práticas de remuneração salarial precarizadas são adotadas, em conformidade às exigências do “mercado”, considerando a divisão do risco entre empregados e empregadores, sob a técnica da “VBM - gestão baseada em valor”. A título ilustrativo, algumas dessas práticas que impulsionam esse novo modelo de gestão são:

- Possibilidade de redução salarial, antes proibida por lei trabalhista;
- Salário com parte fixa e outra variável conforme o desenvolvimento da empresa;
- Salário com parte fixa e outra variável conforme o resultado obtido, pelo empregado, das metas estipuladas pelo empregador;
- Sem salário fixo, remuneração conforme resultado obtido nas vendas, ou remuneração por comissão;

Um bom exemplo da prática dessas flexibilizações de salário é o caso de **Renata Remédios**. Ela trabalha em uma grande multinacional de TI – Tecnologia da Informação⁹³, e seu salário é composto de parte fixa e parte variável conforme o cumprimento das metas estipuladas pela empresa para aquele ano, como explica em seu depoimento:

— Quando eu voltei pra (empresa atual), é... Eu tinha plano de saúde, um plano de aposentadoria, um... o fixo e o variável⁹⁴, né? O variável é em cima do seu atingimento, e esse atingimento você recebe em cima da sua cota. Eu, por exemplo, eles te dão uma cota se você fechar aquela cota você recebe, um exemplo 50% a mais no salário anual na sua cota, se você não fechar você perde 25% do seu salário normal, É!

⁹³ A TI não se restringe a equipamentos hardware, software e comunicação de dados. Existem tecnologia relativas ao planejamento de informática, ao desenvolvimento de sistemas, ao suporte ao software, aos processos de produção e operação, ao suporte de hardware, etc.

⁹⁴ Grifo nosso.

“Digamos que na carteira você ganha R\$ 1.000.00, todo mês.”

— Na realidade você tem R\$ 1.000.00, o seu salário é R\$ 1.000.00, você recebe todo mês R\$ 750.00.

— “Sempre?”

— Sempre! Aí R\$ 250.00 você aposta em você mesma, aí você aposta R\$ 250.00 e a empresa aposta mais R\$ 250.00⁹⁵, se você fechar você leva os R\$ 500.00, o seu e mais R\$ 250.00.

— “Mas na sua carteira está assinalado R\$ 1.000.00?”

— Por erro da empresa eles assinam, tem um monte de...

— “Mas esse caras são malucos porque se tem um contra-cheque, se ele não te der... No contra-cheque sai menor que sua carteira.”

— Mas é porque no final do ano você acaba recebendo de volta, é muito difícil você, tipo assim, tem anos difíceis já teve ano de fechar 40% da minha cota.

“Mas você só recebe se fechar sua cota?”

— Isso, você não recebe, o que acontecia era o seguinte, num ano ruim se você fechasse 40% do teu resultado, aí tu não recebe nada só os seus 750, mas é difícil acontecer isso, porque como você sabe que você precisa...⁹⁶

— “Porque se você não cumprir as metas você é mandado embora?”

— Teoricamente não existe essa regra, mas... Se você teve um ano difícil e não cumpriu a meta, teve outro ano difícil e não cumpriu a meta, a avaliação que você recebe é em cima da sua performance, então se a sua performance não é boa dois, três anos seguidos, você vai ter uma avaliação menor, e quando você chega numa avaliação três, você pode ser mandado embora.

— “Eles vão baixando até poder despedir aquele funcionário?”

— Isso! Exatamente.

Além de não se preocupar por infringir a lei trabalhista brasileira essa multinacional de tecnologia da informação desafia o funcionário a provar se ele de fato acredita na sua própria capacidade de produção. Estimulados pela competitividade, por que não aceitar apostar as suas fichas em si mesma? Se sou capaz, eu me garanto, não? Assim o capitalista transfere o risco do capital para o empregado. Faz das relações de trabalho um verdadeiro jogo de pôquer, no qual ele blefa e ao trabalhador só lhe resta pagar para ver. Na gestão baseada em valor, parte do salário se transforma numa aposta, como afirma **Renata**

⁹⁵ Grifo nosso.

⁹⁶ Grifo nosso.

Remédios, pois o objetivo principal das empresas é garantir a maior liquidez possível ao capital. Para tanto, não só os títulos acionários, como o capital imobilizado e a mão-de-obra devem ser dotados da propriedade de reversibilidade, isto é, todos os fatores da produção precisam ser liquidáveis⁹⁷, sempre que necessário à gestão empresarial, que busca por sua vez alcançar o lucro ansiado pelos acionistas.

A liquidez é um paradigma do êxito. A flexibilização salarial não é outra coisa senão a aplicação ao fator trabalho dessa busca obsessiva de reversibilidade, do momento de inércia o mais baixo possível. Fascinados pelo modelo da liquidez as empresas não querem mais que poder se livrar de seus assalariados com a mesma facilidade com que cedem seus títulos ao mercado financeiro. (...) expressar o “capital humano” em títulos negociáveis em um mercado ad hoc (LORDON, 2000, p. 63)⁹⁸.

É, pois, condição *sine qua non* a desregulamentação das leis trabalhistas, deixando os trabalhadores carentes de qualquer tipo de proteção social. Cabe a eles se protegerem de qualquer risco que porventura o “mercado” lhes imponha. Para isso existem os fundos privados de pensão. Fica à inteira escolha individual de cada trabalhador decidir se quer ou não pagar para se autoprotger das intempéries do mundo do trabalho, ou se autogarantir uma aposentadoria para, na velhice, poder não mais ter que brigar a cada dia pela sua subsistência. O futuro do trabalhador passa a ser única e exclusivamente responsabilidade dele, o que o torna socialmente desprotegido, sempre incerto, vulnerável, precarizado. A palavra de ordem é “se adaptar” salienta Ramonet:

A mundialização constitui portanto uma imensa ruptura econômica, política e cultural. Ela submete os cidadãos a um ditado único: ‘se

⁹⁷ Grifo nosso.

⁹⁸ « La liquidité est un paradigme de l’exit. La flexibilisation salariale n’est d’autre chose que l’application au facteur travail de cette recherche obsessionnelle de la réversibilité, du moment d’inertie le plus bas possible. Fascinées, par le modèle de la liquidité, les entreprises ne voudraient rien tant que pouvoir se débarrasser de leurs salariés avec la même facilité qu’on cède des titres sur le marché financier. (...) exprimer le « capital humain » en titres négociables sur un marché *ad hoc* » (tradução livre).

adaptar'. Abdicar de toda vontade para melhor obedecer às injunções anônimas dos mercados (RAMONET, 2007, p.5)⁹⁹.

De fato, ao trabalhador só lhe resta se adaptar, abdicar de toda vontade, se curvar, se submeter, abrir mão da possibilidade de se construir enquanto sujeito autônomo, consciente de si. A contradição está justamente aí. Ao mesmo tempo em que o mercado exige que cada agente seja o autor e único responsável por sua biografia, ele não é reconhecido como sujeito autônomo, consciente de si, provido de consciência crítica e capacitado a assumir posições nos diferentes campos que constituem a organização social. Ao contrário, quanto mais incapaz de discernir, de decidir, melhor, pois mais flexível e adaptável às ordens do mercado.

A condição de (des)proteção do trabalhador no modelo do capitalismo financeirizado, faz parte do instrumental necessário ao êxito da nova gestão corporativa, a “gestão baseada em valor”. Ela se caracteriza também pela (des) proteção sindical. O desmonte, ou flexibilização, como querem chamar os gestores desse modelo, das relações de assalariamento, passa necessariamente pelo desmonte do movimento sindical. Sob o manto da noção de gestão participativa, co-gestão e outras modalidades similares, os dirigentes sindicais foram aos poucos sendo cooptados a aderir e defender o modelo da flexibilização produtiva. Inebriados pela possibilidade de participação das instâncias de poder das empresas, na condição de diretor representante dos funcionários eleito pela categoria, por exemplo, eram facilmente convencidos das exigências que a nova realidade econômica impunha, e passavam a comungar do discurso dominante. A precarização do trabalho e do trabalhador não pode deixar, portanto, de ser percebida também como responsabilidade da direção do movimento sindical. Segundo Lordon (2000), o processo de financeirização econômica se deu com a anuência conformista dos dirigentes sindicais, que se aliaram ao capital financeirizado, por razões as mais diversas, sendo a principal delas: participar do poder, usufruir ou fruir das benesses do poder.

⁹⁹« La mondialisation constitue donc une immense rupture économique, politique et culturelle. Elle soumet les citoyens à un diktat unique : ‘s’adapter’. Abdiquer toute volonté, pour mieux obéir aux injonctions anonymes des marchés » (tradução livre).

Em resumo o processo de financeirização do capital vem precarizando, em maior ou menor grau de intensidade, a vida dos trabalhadores de todas as regiões do mundo, fruto dos processos de mundialização que disseminam a ideologia da inexorabilidade do processo de flexibilização produtiva. Na prática, o capitalismo especulativo vem concentrando riquezas e espoliando ainda mais os assalariados, obrigando-os, pela primeira vez na história do capitalismo, a arcar financeiramente com os riscos que os donos do capital decidem, sozinhos, assumir. Por isso a palavra de ordem é “se adaptar ou cair fora”, pois a reserva de mão-de-obra é enorme. Desemprego é o que não falta no mundo globalizado.

Portanto, a análise do complexo processo de globalização, com especial interesse na relação entre o modelo de financeirização do capital e as relações de produção, estas cada vez mais precarizadas, impõem, seguindo o fio condutor estabelecido pela hipótese principal desta pesquisa — **a incerteza nas relações de trabalho como um instrumento estratégico de dominação capitalista, expressa na ameaça permanente de demissão, inviabilizando a possibilidade de autonomia do sujeito, flexibilizando-o e curvando-o a uma maior expropriação da mais-valia produtiva, essencial ao fortalecimento do atual estágio do capitalismo especulativo** —, uma discussão, nos capítulos que seguem, do processo de precarização das relações de produção no Brasil. A problemática buscará responder à seguinte questão: Quais são as implicações desse movimento mundial no quadro produtivo brasileiro, e de que maneira a adoção do modelo de flexibilização produtiva vem atingindo a organização trabalhista e precarizando ainda mais a vida do trabalhador brasileiro?

5. IMPACTOS DA MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA: TRABALHADORES FRAGILIZADOS

No capítulo anterior observamos como foi importante para o processo de financeirização econômica — modelo econômico característico do final do século XX que não só prevalece mas se intensifica — a imposição da flexibilização das relações de produção que atinge diretamente as relações de assalariamento, provocando forte precarização dos contratos de trabalho, por meio da desregulamentação das regras trabalhistas. Deixando, com isso, todos aqueles, que dependem do trabalho para sobreviver, desprovidos de qualquer tipo de proteção social e coletiva.

Assim sendo, destacaremos neste capítulo, e no próximo os principais aspectos econômico, político-social e cultural da precarização da classe trabalhadora que predominam no sistema econômico brasileiro, considerado mundialmente, como país emergente, isto é, aquele que se destaca positivamente dentre o conjunto das economias ditas “em desenvolvimento”. Para tanto, faz-se importante, preliminarmente, esboçar a conjuntura histórica da introdução do modelo econômico capitalista no Brasil, cujas características são peculiares ao tipo de formação do Estado brasileiro, peça chave para a compreensão das transformações hoje exigidas pelo “mercado” que, em nome da mundialização financeira, exige práticas flexibilizantes das relações de trabalho.

5.1. O JEITINHO POLÍTICO E O CAPITALISMO BRASILEIRO

O capitalismo no Brasil, sabemos, começou com bastante atraso em relação aos países ricos. Nas suas análises sobre os aspectos da emergência e do desenvolvimento das estruturas da revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes observa que nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial como a brasileira, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Por ordem competitiva ele entende “aquela que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico inerente à integração, funcionamento e diferenciação do sistema capitalista e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes” (FERNANDES, 2002, p. 1624).

Entretanto, a racionalidade competitiva própria ao sistema capitalista não se coaduna com o modelo patrimonialista e a hierarquia social baseada em critérios estamentais, porque segundo o autor,

A ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômico, social, cultural e jurídico-político do capitalismo. [Por isso], (...) a emergência e o desenvolvimento da ordem social competitiva ocorreram paulatinamente, à medida que a desintegração da ordem social escravocrata e senhorial forneceu pontos de partida realmente consistentes para a reorganização das relações de produção e de mercado em bases genuinamente capitalistas (FERNANDES, 2002, p. 1625-6).

Por outro lado, na opinião de Florestan, se as estruturas herdadas do sistema colonial exerceram, ainda por um século, influências sobre os dinamismos dos mercados mundiais, restringindo o impacto dos efeitos positivos no crescimento econômico interno, tiveram, no entanto, como resultado, a função histórica de preservar o controle político de decisões econômicas vitais em mãos nacionais. Todavia, ele próprio verifica que a falta de elasticidade da sociedade escravocrata e senhorial impediu a passagem do padrão colonial de crescimento econômico para o padrão de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que promoveu um modelo híbrido,

(...) uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente” (FERNANDES, 2002, p.1648).

A economia capitalista brasileira, de formato híbrido como salienta Florestan Fernandes, foi forjada por um sistema hierárquico social baseado em privilégios promovidos pelo Estado português, acrescenta Buarque de Holanda: “No fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios” (HOLANDA, 1987, p.6). Prevalece entre os

brasileiros uma mentalidade onde a entidade privada precede sempre a entidade pública¹⁰⁰, aspecto cultural do comportamento do povo, essencial quando se deseja compreender o papel do Estado na aplicação de políticas públicas face às exigências políticas e econômicas.

Complementar a essa explicação, encontramos em Roberto DaMatta, no clássico texto “Carnavais, malandros e heróis”, registros, extraídos do cotidiano brasileiro, sobre o comportamento de cunho clientelista revelador no uso da expressão “sabe com quem está falando?”. Na sua perspectiva teórica esse tipo de comportamento é um rito de autoridade com valor negativo. A hierarquia é, dessa forma, baseada em relações de intimidade social, por se tratar de instrumento social, utilizado nas relações sociais, que permite elos personalizados em atividades impessoais. “Trata-se, parece-me, de um modo de estabelecer diferenças e hierarquias em todos os grupos, em todas as categorias, em todas as situações, sobretudo entre pessoas iguais” (DAMATTA, 1997, p.205), afirma o autor, reforçando o argumento de que a lógica clientelista é, de maneira geral e não somente no campo político, um forte traço presente na cultura das relações sociais no Brasil.

Dessa forma, verifica-se que o processo de construção da cidadania se deu sob lógica inversa à inglesa, ressalta Murilo de Carvalho, baseado nas análises de T.H. Marshall (CARVALHO, 2004). Na Inglaterra, salienta o sociólogo inglês, a cidadania tem início na luta pelas liberdades civis e somente depois os direitos políticos foram conquistados, vindo por último os direitos sociais. No Brasil, ao contrário, a formação do cidadão adquiriu direção oposta, observa Carvalho:

Aqui primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis (...) continuam inacessíveis à maioria da população.

¹⁰⁰ Grifo nosso.

A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2004, p.220).

Fato que não impediu o Brasil desenvolver uma democracia representativa, nos lembra o referido autor, mas certamente esta tem feições peculiares assim como as teve a colonização. Na verdade, o cidadão que daí resulta é de um tipo também peculiar, já que a prática dos direitos sociais precedeu a dos direitos civis. Com essa configuração jurídica, o brasileiro experimentou primeiro a proteção de um Estado forte, denotando a existência de uma excessiva valorização do Estado Executivo:

(...) o governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se. (...) Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor como um distribuidor paternalista de emprego e favores (CARVALHO, 2004, p.221).

Carvalho também concorda que o homem público brasileiro nunca teve clara diferença entre o domínio público e o privado. Basta lembrar-nos do recente escândalo (março 2008) sobre o uso pessoal indevido de verbas públicas, por meio de cartões de crédito corporativos, instituídos pelo Estado para possibilitar um melhor desempenho da função pública. O que se verificou foi a privatização do dinheiro público por autoridades da administração pública, comportamento que vem sendo praticado desde a implantação desse sistema, durante o governo Fernando Henrique, e que se estende ao governo Lula da Silva. Procedimento característico do padrão da administração patrimonialista, e nada típico ao modelo burocrático onde as relações entre cidadãos e Estado são relações impessoais (Weber, 1972). Aspecto central na formação do Estado brasileiro, segundo Buarque de Holanda :

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro

Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias¹⁰¹ (HOLANDA, 1987, p.106).

Na perspectiva de Holanda só excepcionalmente o Brasil teve um sistema administrativo e um corpo de funcionários baseados na concepção da moderna racionalidade burocrática, pois o brasileiro é movido mais pelo coração que pela razão. Ele dá mais importância aos laços de sangue, de amizade e intimidade. Na verdade, o brasileiro é, segundo ele, um “homem cordial”¹⁰², aquele que age sempre movido pelo coração, ao invés de agir de forma racional final própria à racionalidade moderna do capitalismo e do Estado burocrata. É aquele que constrói todas as suas relações, pessoais ou profissionais, com base no sistema do compadrio.

Comportamento que verifica-se comumente nas relações de trabalho. Conseguir um emprego no Brasil geralmente está associado a relações de cordialidade, como vemos nos depoimentos de **Aureliano José** (diarista), **Aureliano Babilônia** (economiário), **Aureliano Buendía** (analista de finanças) e **Rebeca Montiel** (doméstica), **Renata Remédios** (analista de tecnologia da informação) e **Remédios** (bancária).

Aureliano José (diarista), quando perguntado:

¹⁰¹ Grifo nosso

¹⁰² Buarque de Holanda chama a atenção para o fato de que o “homem cordial” não significa em absoluto um homem bom. A cordialidade, no sentido que ele atribui ao brasileiro pode se manifestar tanto em relações de amizade quanto de inimizade: “a inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. [...] A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não *cordial*, se chamará mais precisamente hostilidade (HOLANDA, 1987, P. 107).

— “alguma vez você procurou emprego através de agências de emprego?”

— já, já... procurei em agência. (...) Inclusive, muitas vezes me inscrevi lá, deixei lá... mais nunca... fui chamado.(...) O emprego que eu consegui foi através de amizade, de amigo. Indicação de alguém¹⁰³.

Aureliano Babilônia (economiário) e ex-funcionário do Banco do Brasil obteve o mesmo resultado que Aureliano José, quando desempregado se encontrava:

— Esses empregos que você conseguiu, você conseguiu como?

— (...) tenho uma experiência interessante. Eu mandei 398 currículos na minha vida. Eu contei 398 currículos. É... é... Tirando aquelas mensagens automáticas dizendo que seu currículo, ‘não precisa responder, pelo amor de Deus, essa mensagem é para dizer que seu currículo ficou no banco de dados’, assim... eu acho que não chegou a 1% ou 2% alguém falando assim: ‘olha, cara, recebi seu currículo, ele está sendo analisado e se tiver alguma chance a gente te chama’. Nunca tive um feedback deles, nunca... Nunca me ligaram para nada... Assim... até que é interessante, porque assim... um cara com uma certa formação, um certo estudo, não se adaptar, não servir para nada, né? Tive experiências do tipo... fui procurar emprego em uma obra... tinha um amigo meu, um primo meu, que ele trabalhava com negócio de concreto, esquema de concreteira, é concreteira que chama, aí ele me apresentou um cara que queria contratar alguém que entendesse de contabilidade para fazer o pagamento dos peões, gerenciar o escritório. Aí, eu fui lá na obra. Aí, eu falei com o cara que era o chefe da obra. O cara falou que não ia me contratar porque assim... eu não me encaixava no emprego. É... aí, eu falei: ‘cara, você me desculpe, mas assim... eu acho que quem tem que falar se encaixa ou não...’ e ele falou: ‘cara, não tem condição, você fala corretamente, você fala um pouco de inglês... não tem assim...’. Então... você, você... as pessoas te restringem o acesso pelo mais ou pelo menos... impressionante isso...

— “Então, esses empregos que você arrumou, como foi? Foi alguém?”

— Indicação, a maioria indicação. Aí ele me apresentou alguém, que conhecia alguém, que me apresentou para alguém... entendeu?

¹⁰³ Grifo nosso.

Aureliano Buendía (analista de finanças), dos cinco empregos que relatou na sua trajetória profissional, três foram intermediados por pessoas conhecidas, amigos ou mesmo seu pai:

— Aí... meu pai já tinha trabalhado lá né, na Eletronorte e na Previnorte. Então meu currículo tava lá meio que por indicação. E ficou um bom tempo até que me chamaram. E eu cheguei... assim... ”ah ele tá trabalhando aqui porque é filho de fulano”. Só que depois de dois ou três meses “não, ele tá aqui porque ele é competente”. Aí a Poupex foi assim... Foi indicação de um amigo meu. Aí... “tô precisando de uma pessoa com esse perfil”... deixei meu currículo lá...fui selecionado.

— “E na atual empresa de telecomunicações onde trabalha”?

— mas aí foi assim: “Ah! Tem uma vaga lá. Quer participar da...” ah quero. Deixei meu currículo também... através de amigo que trabalhava lá...

Rebeca Montiel (doméstica) observa que gostaria de largar a profissão de doméstica e trabalhar em empresas de limpeza, entretanto:

— Eu pretendo trocar... mas até agora eu não tive oportunidade. Eu queria trabalhar de limpeza. Porque ali você vai e faz o seu serviço. Mas para conseguir você tem que ter peixada. Não é mole não. Essas grandes empresas tipo Fiança, Dinâmica...

Renata Remédios (executiva de venda de TI)

— Tem, tem... Tem apadrinhamento, porque o que acontece é o seguinte a regra é se você é... Fechou cota muito bem num ano, e você tem uma avaliação muito boa, e você sobe num quadrante, e fecha muito bem no outro você sobe num quadrante então você é promovida, só que o que acontece, eu fechei um ano muito bem, fui avaliada muito bem no quadrante, no outro ano que eu fechei muito bem, fui avaliada no quadrante, no outro ano eu troquei de gerente aí o cara faz outra avaliação porque ele tem sete funcionários. Não existe uma regra, então... A pessoa que ele conhece, os amigos deles são outros, e ele quer promover o ‘fulano’ e não você, ele te avalia de uma forma que não te encaixa, te dá uma cota muito maior que você não vai atingir, e alguém é promovido, então assim... Não existe regra... Não existe!

Remédios (executiva bancária), todas as vezes que sentiu a necessidade ou a vontade de mudar de setor ou galgar uma comissão/posto mais alto na hierarquia da empresa lançou mão de sua rede de amigos e conhecidos dentro do Banco do Brasil. Apesar de existir

concorrência interna para ocupar cargos de comissão, supostamente baseada em critérios democráticos de igualdade, sua trajetória mostra que somente um bom currículo não basta, é preciso ter apadrinhamentos.

— Uma coisa é certa nesse mundo de Banco do Brasil: você tem que querer, você tem que correr atrás, porque foi toda história que te contei. Mas, também se você não tiver alguém que te apóie, você esquece, não tem jeito. E hoje, cada dia mais, a Administração ela se volta pra relacionamento. E faço uma correlação... é uma bobagem que falo muito com P (o marido): toda vez que aquele cara autor de novela... enfim, tem um autor de novela, e você pode ver, que toda vez em que ele é autor tem a Malu Mader e sempre aparece alguns atores que não aparece nunca. Então, o que eu digo pra você é o seguinte: embora o Banco seja uma instituição, as empresas, de uma forma geral e até as novelas, e eu cheguei na novela agora, elas buscam pessoas de relacionamentos. A gente tem que conhecer. Eu tenho dúvida se é só no Brasil. Se você fosse eleita presidente da República, quem você escolheria pra estar junto contigo? Então, no mínimo você vai dizer assim: eu quero o cara porque ele é bom em finanças, mas antes eu conhecia. Então, infelizmente, eu não teria chegado lá se não fosse o relacionamento. Inicialmente isso me trouxe um drama, né? (...) Então, essa é a regra. É a regra.

Os relatos acima mostram o papel que as relações de trabalho exercem na reprodução da cultura do comportamento cordial brasileiro. É no mundo do trabalho que esses agentes sociais se familiarizam com o sistema de compadrio, como determinante para a conquista de um posto ou cargo profissional. Verifica-se aqui a ausência da racionalidade competitiva, própria ao moderno sistema capitalista. O caso de Aureliano Babilônia é quase paradigmático. Após ter saído do Banco do Brasil, ter montado um restaurante e ter falido, saiu em busca de emprego pelo meio mais racional do sistema, o envio de currículos. As suas 398 tentativas fracassaram. Como ele mesmo comenta, nunca serviu para nada. É de fato surpreendente. Sua trajetória profissional de bancário de nada adiantou como qualificação profissional para novos empregos. Teria o funcionário do Banco do Brasil um perfil tão específico, tão particular, que inviabiliza seu aproveitamento em outro setor produtivo? Aos 31 anos, 14 de carreira bancária, curso superior, conhecimento da língua inglesa, levou três anos para se reinserir no mercado de trabalho. Isso somente foi possível após ter feito dois cursos de MBA na área de marketing. Nesse meio tempo

aceitava qualquer tipo de trabalho, para ganhar a quantia que fosse, pois precisava trabalhar. Foi representante de fábrica de balas e bebidas energéticas, sem carteira assinada e salário por comissão, e trabalhou também no SESI, em tempo parcial, ganhando R\$ 178,00. Como não tinha condição financeira, se dispôs trabalhar gratuitamente na instituição CEFET – Centro Federal de Avaliação Tecnológica, em troca do valor a ser pago pelo curso de MBA.

O sistema de relações profissionais dependentes do comportamento baseado na lógica do homem cordial, acima exemplificado, foi, segundo Holanda, herdado do mundo rural patriarcal, que denota ser um traço incompatível da personalidade brasileira com o moderno sistema de produção que requer atividades impessoais. Fato esse responsável por uma configuração tardia da vida urbana nos moldes do moderno sistema burguês capitalista, cujos efeitos se fazem sentir no retardamento do desenvolvimento de uma sociedade liberal democrática.

Por conseguinte, podemos destacar o desenvolvimento de uma mentalidade regida por comportamentos clientelistas. É bastante corriqueira, no Brasil, a prática de realizar favores para constituir alianças. É comum utilizar-se da coisa pública para conseguir benefícios privados: em troca de um lote, por exemplo, paga-se com um voto. O clientelismo geralmente se expressa por meio de relações personalizadas.

Exemplo interessante sobre relações clientelistas podemos retirar ainda do depoimento de **Aureliano Babilônia** (economiário). Aos 15 anos ingressou como “menor estagiário” no Banco do Brasil, condição que lhe permitia fazer concurso interno para ingressar na carreira de bancário. Entretanto, ele não conseguia ser aprovado, pois sempre era reprovado em alguma das matérias exigidas, até que, uma das candidatas em situação análoga a sua, era filha do então presidente do banco. Para facilitar a entrada da filha, que também era “menor estagiária” na carreira bancária, o pai mudou as regras do concurso, permitindo que os concursados pudessem ingressar como funcionários do banco, mesmo devendo matérias, pois em concursos posteriores seriam eliminadas. Daí surgiu a categoria funcional “B zero”, o nível “Básico zero”, sem ascensão dentro da carreira, diferenciado

do nível “Básico” que de dois em dois anos, em média, previa promoções (B1, B2, B3 etc.), nos revela ele:

— Eu só passei porque a filha do presidente do banco era mais burra do que eu. Aí o que aconteceu? Eu fiz concurso interno e se você não passasse, ficasse devendo uma era reprovado, só que no ano que a filha do (presidente) fez ela ficou devendo três e eu fiquei devendo só contabilidade, aí eu fiz o outro concurso e passei. Até 17 (anos incompletos) eu trabalhei como menor, dos 18 e 1 dia eu trabalhei como carreira administrativa no Banco do Brasil.

Desse modo, nota-se que a democracia brasileira se constitui num sistema incipiente. Não é por acaso que a representatividade do eleitor traduz-se no voto em troca de favores pessoais. Os políticos assumem este papel de intermediador de favores entre o eleitorado e o Estado, mas, para Murilo de Carvalho, se o Brasil aspira consolidar um sistema democrático representativo é necessário “democratizar o poder”. “A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado”, desabafa (CARVALHO, 2004, p. 227).

Em resumo, podemos dizer que o processo de formação da democracia representativa brasileira seguiu caminhos distintos a de outros países e assim possui aspectos que necessitam ser considerados para uma melhor compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Um desses aspectos é a prática clientelista nas relações entre o setor público e o setor privado. Tivemos um sistema colonial patrimonialista, subordinado ao Estado português absolutista, portanto centralizador. Uma sociedade urbana que se constituiu a partir de fortes relações patriarcais, cujos valores foram marcados pelo mundo rural. Um Estado nacional que representava essencialmente os anseios do latifúndio até bem pouco tempo. Um liberalismo associado ao escravismo. Fizemos, como diz Florestan Fernandes, uma “revolução dentro da ordem”, que desejava a supressão da escravidão, mas mantinha a desigualdade racial — uma revolução “pelos costumes” (FERNANDES, 2002).

5.2 CIDADANIA PRECARIZADA

O exercício da cidadania no Brasil é, pois, resultado de um sistema representativo que vem mostrando-se incapaz de reduzir as desigualdades de todas as matizes, facilmente distinguidas pela renda, gênero, faixa etária, educação e cor da pele. O déficit de cidadania que percebe-se na democracia brasileira tem relação direta com um sistema economicamente desigual, onde são considerados cidadãos apenas aqueles detentores de posses materiais ou trabalhadores reconhecidos pelo sistema regulatório das relações trabalhistas. Todos os demais que se situam à margem desse campo — os precarizados, os flexibilizados, os informais — aqueles que formam as camadas mais pobres da população, são destituídos de grande parte do conjunto dos direitos garantidos constitucionalmente a “todo” brasileiro.

Cidadão foi um conceito cunhado, durante a Baixa Idade Média, para designar o indivíduo que vivia na cidade, no burgo, em contraposição àquele que habitava o feudo. Mas foi com o advento dos ideais da Revolução Francesa, no século XVIII, que o significado de cidadão assumiu a conotação que ainda hoje atribuímos à palavra. A partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão se universaliza a noção de cidadania, instituindo um padrão ético de respeito às liberdades fundamentais de todo ser humano. Porém, dependendo dos interesses políticos e econômicos de cada país essas liberdades são respeitadas em maior ou menor grau.

Somente após sete constituições e quase nenhuma garantia social, a oitava Constituição Federal da República brasileira, promulgada em 1988, institui no capítulo II – Dos Direitos Sociais: os direitos dos trabalhadores no artigo 7º; os direitos sociais que compõem o artigo 6º, garantindo direito à saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social etc.; e, os direitos de livre associação sindical e direito de greve, entre outros, no artigo 8º. Nesse sentido ela reúne não só direitos civis e políticos como também direitos sociais. Por isso, à época de sua promulgação ela foi denominada “Constituição Cidadã”, pelo deputado Ulysses Guimarães.

Apesar de legalmente instituídos, os direitos sociais não são automaticamente garantidos a todos os cidadãos brasileiros. Nas economias capitalistas dependentes, como a brasileira, somente aqueles que possuem vínculos jurídicos empregatícios de

assalariamento, isto é, emprego formal, conseguem usufruir desses direitos. Os demais, os trabalhadores informais, os desempregados, os inativos estão excluídos das garantias que o trabalho com carteira assinada proporciona. Condição de vulnerabilidade que favorece a aplicação do receituário neoliberal para flexibilizar as leis trabalhistas.

5.3 A DESREGULAMENTAÇÃO DAS REGRAS TRABALHISTAS

A desregulamentação das relações de trabalho, ou melhor, a necessidade de ajustar as normas trabalhistas às novas configurações das relações de produção é exigência imposta pelos empregadores que buscam sempre flexibilizar as leis, mas em favor deles e nunca do empregado. Por trás do discurso de que a flexibilização é essencial para a criação de novos empregos, se esconde o real interesse do capitalista, o de precarizar a relação capital/trabalho com ônus apenas para a parte mais frágil e vulnerável, o trabalhador. Flexibilizar normas trabalhistas bem poderia significar alterar a regra atual para melhor resguardar os direitos de proteção da classe trabalhadora. Dejours enxerga a possibilidade de se pensar numa flexibilização positiva: “A flexibilização não é nociva quando regulada pelo direito do trabalho e pela justiça, de um lado, e pelas necessidades de fidelização dos empregados qualificados por outro, enfim, pelas solidariedades” (DEJOURS, 2006, p. 63)¹⁰⁴. Entretanto, adota-se o termo sempre no sentido oposto, o de deixá-lo cada vez mais desprotegido, apesar do *caput* do artigo 7º da Constituição Federal estabelecer um rol de direitos do trabalhador urbano e rural que visam “à melhoria de sua condição social”¹⁰⁵ (CF, 2000, p.19).

O processo de desregulamentação das leis trabalhistas e sociais brasileiras, no que se refere aos contratos normatizados pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pelo Decreto Lei 5452/1943 de Getúlio Vargas, em 1 de maio de 1943, começa a tomar corpo a partir do Projeto de Lei 5.483/2001, enviado em 03 de outubro de 2001 ao Congresso Nacional, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, para apreciação e aprovação. O projeto em questão propunha a alteração do artigo nº 618 da CLT, que na opinião do juiz José Otávio de Souza Ferreira,

¹⁰⁴ «La flexibilité n'est pas nocive, quand elle est régulée par le droit du travail et la justice, d'une part, par les besoins de fidélisation des employés qualifiés d'autre part, par les solidarités enfin». (tradução livre).

¹⁰⁵ Grifo nosso.

[...] o governo propôs a alteração do art.618 da CLT, para que o ‘negociado’ prevalecesse sobre o ‘legislado’ na esperança de que o exercício dos direitos sociais esculpido no art. 7º da Constituição Federal e daqueles direitos trabalhistas regulados pela CLT, pudessem ser amplamente flexibilizados pelas negociações coletivas de trabalho (FERREIRA, in Krein et alii, 2006, p.162).

A idéia não é de todo rejeitada pelos trabalhadores. Categorias cujo sindicato é inexpressivo são terrenos férteis para frutificar o desmonte da associação coletiva, e os patrões sabem disso. **José Arcádio** é um desses que, enxergando a fragilidade da sua associação sindical, acredita no poder da negociação individual:

— Por exemplo, esse projeto, reforma trabalhista... a da reforma trabalhista e eu vou ter que negociar o meu contrato de trabalho, eu prefiro assim.

Matéria bastante polêmica, foi aprovada na Câmara e enviada ao Senado Federal em 2001. A maior crítica sobre a alteração do art.618 da CLT é que a nova redação permite a “prevalência do acordo individual ao invés da negociação coletiva”¹⁰⁶ e com isso, muitos direitos trabalhistas poderão se tornar letra morta como aponta documento elaborado pela CUT-Central Única dos Trabalhadores :

O governo Federal, em desacordo com a imensa maioria do movimento sindical brasileiro, propõe alterações no artigo 618 da CLT. Essa não é primeira iniciativa, ainda que seja a mais grave, do executivo federal em flexibilizar direitos trabalhistas e sociais no Brasil. Desde a adoção do Plano Real, o governo promoveu sensíveis mudanças por meio de projetos de lei, leis complementares, medidas provisórias, portarias, entre outras modalidades de ação do poder público, que já promoveram flexibilização ainda maior da alocação do trabalho (trabalho por prazo determinado, denúncia da Convenção 158 da OIT, flexibilização da legislação para a formação de cooperativas, suspensão temporária do

¹⁰⁶ SALVADOR, Luis, “Nova CLT Vaccarezza reconhece erro técnico em seu projeto e afirma mudanças”. Fonte: http://www.lex.com.br/noticias/artigos/default.asp?artigo_id=1261895 acessado em 24.06.2008

contrato de trabalho, flexibilização da legislação existente sobre o trabalho em tempo parcial e trabalho temporário e demissão de servidores). Além disso, introduziram a flexibilização no tempo de trabalho e na remuneração (banco de horas, liberação do trabalho aos domingos e remuneração variável - PLR), e por meio de portaria do MTE (nº865/95) restringiu-se o poder de atuação da própria fiscalização do Ministério¹⁰⁷.

Diante de manifestações contrárias, o Senado Federal, em 2003, acata o pedido de retirada da pauta, enviado pelo Presidente Lula da Silva, e o projeto é arquivado. Porém, quatro anos depois, o assunto volta à pauta com a apresentação do Projeto de Lei 1987/2007, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Desde então opiniões divergentes tanto na área jurídica quanto sindical vêm se multiplicando. Segundo a ABRAT-Associação Brasileira de Direitos Trabalhistas¹⁰⁸, a proposta cria novo direito que fere o preceito constitucional.

Apesar de não ter conseguido a aprovação final do Projeto de Lei 5.483/2001, o governo Fernando Henrique promoveu ações que flexibilizam a CLT, sob o argumento da necessidade de adaptação da relação capital/trabalho aos novos tempos, produzindo algumas modificações significativas e negativas para a classe trabalhadora:

- I. Instituição do contrato de trabalho por tempo determinado (Lei 9.601, de 1.01.1998):
 - o art. 2º permite o pagamento de horas extras por meio compensatório em jornada subsequente, não necessariamente em moeda corrente, conforme acordo coletivo entre as partes. Esse artigo legitima a instituição da criação do banco de horas, muito utilizado no meio bancário. Por essa modalidade, o empregado trabalha por dia 10 horas e em outro apenas 6 horas para compensar as horas a mais dispensadas em jornada anterior. Com isso os patrões economizam o pagamento de horas extras. Na verdade, eles roubam ainda mais a mais-valia produzida pelos empregados. Empresas que possuem épocas de produção mais intensa, momentos

¹⁰⁷ Texto da CUT para a Audiência Pública sobre o PLC 134/01 no Senado Federal, em 26.02.2002. Fonte: <http://www.dieese.org.br/esp/segdes/cut.xml>, acessado em 24.06.2008.

¹⁰⁸ Fonte: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30382>, acessado em 23.06.2008.

de picos de produção, como o sistema bancário, muito se beneficiam dessa modalidade.

Outra possibilidade é pagar os trabalhadores com “moeda podre”, como foi tentado ser feito durante o governo Collor de Mello, no dissídio coletivo dos bancários, em 1990. Depois de um período de greve, o Banco do Brasil propôs, durante as negociações para por fim ao conflito, quitar a quantia referente aos ganhos retroativos em cruzado novo, moeda que havia sido substituída pelo cruzeiro. Isto é, dinheiro que ficaria bloqueado por tempo determinado pelo governo. Naquele momento a CLT ainda não permitia tal proeza e o acordo não pode ser concretizado nesses termos.

II. Contrato em tempo parcial (Medida Provisória 2.164-41, de 24.08.2001):

- Institui o regime de trabalho em tempo parcial desde que não exceda 25 horas semanais;
- Salário e férias proporcionais ao tempo trabalhado tendo como parâmetro a jornada integral e o salário respectivamente adotados pela empresa para pagamento de funcionário em mesma função.
- Possibilidade de suspensão temporária do contrato de trabalho, não remunerado, por duração de até 5 meses, para permitir ao empregado a participação em cursos de qualificação profissional.
- Os trabalhadores em regime de tempo parcial não têm direito a “horas extras”, mas caso haja necessidade as “horas suplementares podem ser compensadas em jornadas subseqüentes”, conforme prevê o art. 59 § 2º da CLT, desde que não ultrapassem a soma das jornadas semanais durante o ano, nem 10 horas diárias de trabalho.

Não podemos deixar de ressaltar ainda que foi a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que, apesar de garantir importantes direitos sociais à classe trabalhadora, responsável por abrir definitivamente o espaço para o fim da estabilidade no emprego ao definir como obrigatório a adesão ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, até então facultativo. Antes da Constituição de 1988 havia os trabalhadores “não

optantes” e os “optantes” do FGTS. Os primeiros tinham como prerrogativa a estabilidade no emprego: não podiam ser demitidos sem justa causa. Já os “optantes” estavam sujeitos à demissão sem justa causa mas com a garantia de ser indenizados pelo FGTS. Na verdade, o FGTS é um fundo no qual o empregador recolhe antecipadamente e em parcelas mensais a verba indenizatória para uma demissão futura de seu empregado. A noção de instabilidade está aí presente.

O contrato de trabalho na forma estágio, outra modalidade fartamente utilizada no Brasil para baratear os custos da mão-de-obra, foi instituído pelo presidente Ernesto Geisel, por meio da Lei 6.494/77, de 07.12.1977¹⁰⁹. Esta prevê:

- A contratação de alunos do ensino médio ou superior tanto do setor público quanto privado;
- O estágio não cria vínculo empregatício e o pagamento pelo serviço prestado poderá ser por meio de bolsa ou outro tipo de contraprestação dependendo do acordo realizado, diz o art. 4º da referida Lei.
- A única proteção que a lei prevê é o seguro do aluno contra acidentes pessoais.

Fora isso, os estagiários, alunos que passaram a substituir mão-de-obra qualificada, não têm direito a nada, nem férias, nem licença saúde, nem contagem de tempo para aposentadoria, enfim uma mão-de-obra totalmente descartável sem qualquer proteção jurídica, exceto a que diz respeito à proteção contra acidentes pessoais. São trabalhadores sem direitos. Totalmente precários.

Em um país onde a informalidade constitui aspecto central do mercado de trabalho, com tendência de crescimento, posto que o neoliberalismo impõe a flexibilização dos contratos de trabalho, fazendo com que cada vez mais o trabalhador assumira sozinho os riscos que o “mercado” provoca na empregabilidade e no assalariamento formal, as reformas da previdência social, impostas pelos governos Fernando Henrique e Lula da Silva, são fatores de recrudescimento ainda maiores da condição de precarização social do brasileiro. Basta pensar na mudança do regime geral: de regime de repartição — “os que

¹⁰⁹ Fonte : <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6494> acessada em 22.06.2008.

trabalham hoje sustentam os que trabalharam no passado e estão aposentados”¹¹⁰ — para regime contributivo, cujo trabalhador celetista precisa contribuir no mínimo durante 35 anos para ter direito à aposentadoria. Para o economista Dércio Munhoz o novo modelo vai se tornar inviável considerando o alto nível de informalidade no país — em torno de 50% de não contribuintes da previdência social —, e o índice de aproximadamente 20% de desempregados. Na visão do autor,

Você não pode exigir tempo de contribuição porque não é regime de capitalização. Além disso, essa exigência não tem sentido quando você sai na rua e encontra, entre cada 10 operários, trabalhadores ou assalariados, quatro sem carteira assinada. É preciso eliminar a regra do tempo de contribuição porque isso é uma excrescência, uma violência contra os trabalhadores, e contra a previdência também. Por quê? É o passo decisivo para a privatização futura da Previdência. (...) [O governo] está desmontando o setor público. O regime previdenciário é exatamente para o sujeito ter segurança¹¹¹.

Isso sem esquecer da instituição do fator previdenciário para o cálculo do benefício da aposentadoria, que exige tempo de contribuição mínimo associado à idade mínima para recebimento do benefício integral, fato que implica em rebaixamento das aposentadorias, com maior impacto no segmento mais pobre da população¹¹². Para chegar ao valor do benefício, o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social multiplica a média dos salários de contribuição pelo número do fator de acordo com idade e tempo de contribuição, condição que obriga os trabalhadores a trabalharem ainda mais para garantir a menor perda possível nas suas aposentadorias.

As principais mudanças nas regras da previdência social para os trabalhadores regidos pela CLT são:

¹¹⁰ JORNAL SINDJUS, Entrevista com Dércio Munhoz, “Os efeitos da reforma da Previdência”, Ano XII, nº 3, Abril de 2003, p.8.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² MUNHOZ, D. Revista Eletrônica “FENAE AGORA”, Edição 28 - ano 4 - nº 4 - dezembro de 2001. fonte : <http://www.fenae.org.br/fenaeagora/2001/28/direitos.htm>, acessado em 24.06.2008.

- a. A transformação do tempo de serviço necessário para a aposentadoria em tempo de contribuição, respeitado o período mínimo de 25 anos para as mulheres e de 30 para os homens, para a aposentadoria integral;
- b. A instituição da idade mínima (48 anos para as mulheres e 53 para os homens) para a aposentadoria proporcional, no caso dos atuais segurados, sem o necessário tempo de contribuição;
- c. Um acréscimo no tempo de contribuição para os atuais segurados, de 40% sobre o tempo que lhes faltava para a aposentadoria proporcional, no dia 16.12.98. Esse acréscimo é de 20% para a aposentadoria integral;
- d. O estabelecimento de um teto nominal para os benefícios e a desvinculação do valor do salário mínimo (DIEESE, 2001, p.250).

Com relação à reforma da previdência do serviço público, importantes mudanças foram feitas restringindo ou suprimindo direitos. Dentre elas destaca-se o fim das aposentadorias especiais; a instituição de idade mínima para a aposentadoria e a implantação de um regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, estaduais e municipais (DIEESE, 2001).

Apesar de ciente da situação cada vez maior de vulnerabilidade do trabalhador brasileiro, o chefe de governo, o presidente Lula da Silva, defende a constituição de fundos de pensão privados como instrumento de proteção para a classe trabalhadora, em palestra proferida por ocasião do 1º Seminário Internacional de Fundos de Pensão, no Rio de Janeiro, em maio 2003:

“Em função da globalização, (...) da reestruturação produtiva acontecida na maioria das empresas do mundo inteiro e muito mais dos avanços da tecnologia, o movimento sindical não pode mais agir ou não deveria mais agir como a minha turma na década de 80”, reconheceu o presidente. “Quando nós decidimos sobre os tributos, muitas vezes o representante de uma categoria acha que aquilo não interessa, que é coisa do Congresso Nacional. Na verdade as discussões sobre a política tributária podem resultar para ele aumento maior do que ele teria com uma greve”. Dentro

dessa lógica, Lula destacou a importância de trabalhadores constituírem seus próprios fundos de pensão¹¹³. “É preciso que os trabalhadores tenham um instrumento de pressão maior do que os instrumentos que historicamente nós tivemos, que eram o direito à nossa organização e o direito à greve”, disse ele, acrescentando que o poder econômico é um desses instrumentos de pressão. “Acredito que o movimento sindical e sobretudo os trabalhadores de todas as entidades começam a adquirir a consciência de que ter dinheiro é ter parte do poder no mundo globalizado e no mundo capitalista”¹¹⁴.

E termina a sua intervenção no evento fazendo uma *mea culpa* por ter condenado as privatizações levadas a termo durante o governo Fernando Henrique:

De olho na platéia de dirigentes de fundos de pensão estrangeiros, o presidente não perdeu a oportunidade de defender o investimento no país e frisou: "No caso das privatizações, na época, se me perguntassem, diria que era contra comprar ativos públicos para tirar emprego dos trabalhadores. Entretanto, muitas dessas intervenções deram resultados excelentes, como vimos hoje", completou, referindo-se às apresentações da Companhia Vale do Rio Doce, Perdigão e Embraer, onde vários fundos têm participação acionária¹¹⁵.

As declarações do Presidente da República brasileira, um ex-sindicalista, surpreendem. Fica clara a adesão brasileira aos ditames da política econômica neoliberal, onde a flexibilização das regras trabalhistas tem papel preponderante. Nesse modelo privativista, o acesso à proteção social é vinculado a apenas um tipo de trabalhador, o empregado do setor assalariado formal. Fora disso o trabalhador terá que se virar para fazer face à absurda rotatividade imposta pelos empregadores, como salientou Pochmann (2008).

¹¹³ Grifo nosso.

¹¹⁴ Valor Econômico, “*Não ajam como eu agi*”, diz Lula aos sindicalistas, reportagem de Rodrigo Carro, publicada em 29.05.2003, no site: www.valoreconomico.com.br, acessado em 27.04.2008.

¹¹⁵ Valor Econômico, *Lula defende a expansão da poupança por meio dos fundos de pensão*, reportagem de Renata Batista, publicada em 29.05.2003, no site: www.valoreconomico.com.br, acessada em 27.04.2008.

A publicação do IPEA-Instituto de Pesquisa Aplicada *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*, em sua 13ª edição, expõe a precária situação das políticas públicas de proteção social da classe trabalhadora brasileira:

Nas políticas da *Seguridade Social* destacam-se duas ordens de questões. Uma diz respeito à insegurança jurídica que desde a promulgação da Constituição de 1988 acomete esse sistema. Originalmente concebido para dispor de um Ministério único, aglutinador das políticas de previdência social, assistência e saúde, de um conselho de participação definidor das prioridades alocativas e de um orçamento próprio, autônomo da área fiscal, tal sistema nunca chegou a se estabelecer plenamente. Apenas tomou forma o Orçamento da Seguridade Social, a última daquelas instituições inicialmente previstas e, ainda assim, mais como parte contábil do orçamento público que como mecanismo específico de financiamento a compor uma estratégia mais ampla de efetivação das políticas de seguridade social. Não é à toa, portanto, que essa peça orçamentária tenha atravessado os últimos dez anos, pelo menos, sob ataque permanente daqueles que vislumbram a completa supressão dessa pequena autonomia, intenção esta explicitamente declarada nas “reformas” da seguridade social que o campo conservador pressiona para que sejam adotadas a partir de 2007.¹¹⁶

A condição de precariedade jurídica já havia sido estudada tanto por Simmel quanto, posteriormente, por Castel, que destacam a inexistência de reconhecimento do direito de cidadania em todos aqueles que se encontram fora do sistema produtivo. Simmel enxerga na condição de pobreza a ausência de provimento de direitos sociais, o mesmo que Castel percebe na condição de desfiliação dos indivíduos que não trabalham. Para esses autores, todo indivíduo que se encontra fora do sistema de proteção social que a condição de assalariamento garante, é visto pela sociedade como um estorvo, um perigo social, um vagabundo:

(...) a vagabundagem representa a essência negativa do assalariado. (...) porque possibilita evidenciar características da não-condição salarial. O

¹¹⁶ Fonte : www.ipea.com.br

vagabundo é um assalariado “puro”. (...) só possuía a força de seus braços. É a mão-de-obra em estado bruto (CASTEL,1998, p.149).

Diante das mudanças promovidas pela flexibilização das leis trabalhistas, o Dieese trabalha com dois grupos: o de contratação padrão¹¹⁷ e o de contratação flexibilizada¹¹⁸ nas suas pesquisas sobre emprego e desemprego. De acordo com a Pesquisa de Emprego e desemprego, de 2004 a 2006 tanto o percentual da contratação padrão quanto o da contratação flexibilizada se mantêm os mesmos 69,0% e 31,0% respectivamente¹¹⁹. Isso sem considerar os trabalhadores do entorno que trabalham em Brasília, já que os dados se referem a um levantamento domiciliar realizado no Distrito Federal.

O Dieese também investiga a quantidade de trabalhadores ocupados que se encontra em situação de trabalho vulnerável¹²⁰. Nessa condição de trabalho o Distrito Federal teve uma ligeira piora: Em 2004 os ocupados vulnerabilizados representavam 29,9% dos trabalhadores, enquanto que em 2006 esse número sobe para 31,1%.

O avanço da desregulamentação do mercado de trabalho; a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações sociais e trabalhistas; a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam, portanto, um maior grau de autonomia das empresas (Pochmann, 2000) e, conseqüentemente, a fragilidade do emprego e do trabalhador.

Conforme pesquisa também realizada pelo Dieese, entre 1992 e 1999 houve significativa redução dos movimentos de greve no país, bem como da participação de trabalhadores nessas manifestações, demonstram os dados da tabela abaixo.

¹¹⁷ Assalariados com carteira do setor público e privado e estatutários.

¹¹⁸ Assalariados sem carteira do setor público e privado, assalariados terceirizados e autônomos para uma empresa.

¹¹⁹ Fonte: www.dieese.org.br “Anuário do Trabalhador”.

¹²⁰ Por trabalho vulnerável o Dieese compreende ser os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos, analisados separadamente os negros dos não-negros (brancos e amarelos).

**Número de greves e média de trabalhadores por greve
Brasil – 1992-99**

Anos	Número de greves	Média de trabalhadores por greve
1992	557	4.600
1993	653	5.507
1994	1034	2.665
1995	1056	2.157
1996	1258	2.222
1997	630	1.284
1998	546	2.292
1999	508	2.598

Fonte: DIEESE, Banco do de Dados Sindicais (2001).

O declínio da participação da classe trabalhadora em movimentos grevistas denota a ausência dos trabalhadores de suas associações sindicais e o baixo grau de legitimidade institucional para intermediar conflitos entre capital/trabalho. Também a experiência dos entrevistados nas suas respectivas categorias sindicais não é das mais animadoras, como demonstram os relatos abaixo:

Úrsula (informal: chefe de cozinha)

— “Você nunca foi filiada a um sindicato?”

— nunca e não sei o que que é.

Renata Remédios (analista de TI) tem por atividade vender programas de TI de uma grande empresa multinacional.

— “Sindicato, você tem sindicato? Você já foi sindicalizada?”

— Sindicato é o sindicato dos vendedores. Sindicato...Sindvendas do DF, uma droga, nunca consegue... é o mesmo de lojista, de vendedor de padaria, de loja, então a nossa taxa de reajuste todo ano é muito baixa, não é um sindicato. Mas por ser vendedor já está aceito.

Remédios (executiva bancária)

— Eu sou sindicalizada...e... o que que eu acho, acho que o sindicato hoje tá perdendo espaço, ele não tá sabendo se posicionar como ele soube lá atrás, numa época sei lá 15 anos atrás talvez 10 anos... hoje o mundo é diferente, ou o sindicato se atualiza, não adianta subir lá em cima e falar errado, e chamar companheiiiiros! Falar bobagem que não vai adiantar. Tem um movimento hoje muito diferente no banco, acontecendo no banco, só do ambiente que eu conheço. É o seguinte, os jovens que entraram no banco. Primeiro o banco partiu a carreira. Existem os antigos e os novos que têm uma relação trabalhista diferente... e esses caras eles hoje tão mandando no banco. Porque assim dos 80.000 funcionários, 55.000 são novos. E essa moçada são filhos nossos! são seus filhos, seus filhos do P. (marido) e eles não aprenderam, são contestadores. São individualistas, extremamente egoístas e outra coisa... eles também têm um respaldo. Então por exemplo, quando eu entrei no banco, eu não queria sair do banco...inicialmente não fazia questão tal de ficar no banco mas assim eu não queria perder aquele emprego porque ele significava pra mim a minha independência financeira. Mas esses garotos que tão hoje, se eles perderem o emprego eles vão voltar pra casinha do papai deles, e tá tudo bem pra eles, sabe por quê? Porque o papai vai continuar dando carro, vai continuar dando combustível e tudo mais. Coisa que o meu pai não daria. Então assim, o que que acontece, eles não têm medo. Eles não têm medo. E aí eles não respeitam algumas coisas. São extremamente agressivos. Por exemplo, lembra das nossas paralisações que a gente fazia aqueles corredores, falava que era bobagem...? Hoje eles agredem fisicamente, se você tentar furar um bloqueio daqueles agredem fisicamente você. (...) Eles fazem greve e eles agredem fisicamente. E falam palavras de baixo calão. É diferente. Uma coisa é falar “oh!, fura greve, pelega”, não... é fdp, é palavrão mesmo, um negócio horrível, horrível. Então não sei qual vai ser o futuro deles. Eu sempre fui sindicalizada. Eu sempre acompanhei, mas quando você chega a um cargo de gerência... eu não faço mais greve. Desde que eu fui gerente não faço mais greve. Antigamente não, é greve? Ah nem ía mais lá, ah é greve? Beleza! Mantida a greve? mantida a greve. Hoje não, hoje eu continuo indo lá porque tenho algumas responsabilidades... Não sei se também mudou porque eu fui gerente do Banco Popular. E o Banco Polular trabalha com correspondente bancário, é uma responsabilidade imensa, são milhões e milhões de dinheiro que você tá na mão, de quem? Do dono da farmácia que fica lá no interior de não sei das quantas. Então assim, é muito preocupante essa situação. Outra coisa é você saber que o dinheiro do

banco tá dentro de uma agência do banco... Mas Banco Popular, a gente teve muito prejuízo com greves, né? Então assim... e outra coisa, hoje eu não acho que os sindicatos tenham representatividade, tenham as competências necessárias... as pessoas hoje não têm assim, eu olho pra aquelas pessoas fazendo aqueles discursos lá, eu falo assim “gente, é tão antigo esses discursos”, tinha que mudar, tinha que botar uma empresa de advogado, empresas cara, gastar dinheiro que tá gastando com jornalzinho, com empresas de advogados fantásticas, você entendeu? Não é assim que funciona. Na verdade é isso que eu penso, mas continuo sindicalizada. Isso eu não abro mão.

Amaranta Buendía (técnica hospitalar-funcionária pública do DF)

— sou sindicalizada (...) a única coisa que participo é do clube e do lazer, não gosto de me meter naquelas brigas... e... eu não posso aderir à greve porque sou chefe. Quem tem comissão não pode fazer greve.

José Arcádio (radialista)

— Tenho de semi-alfabetizados (...) eu me desfiliei porque o primeiro dia que eu sentei com o povo do sindicato, que eu conversei eu falei “não!”, isso aqui... isso aqui não tem condição não, não existe, eu não sou filiado àquela porcaria, entendeu?

Rebeca Montiel (doméstica). Não fez menção ao seu sindicato, mas teve experiências negativas, segundo ela, ao recorrer à Justiça do Trabalho.

— você está em casa como se fosse uma família. Você tem que considerar como se fosse uma família. Eu trabalhava por exemplo em uma casa em um condomínio, Estância. Eu trabalhei na casa da mulher 9 meses. Até jardim eu limpava. Quando eu saí de lá minhas contas deu 1177 reais e ela não quis me pagar. Ela quis me dar 370 reais. Fui na delegacia do trabalho e ela me pagou 800, o restante ficou para ela. Ela mentiu que pediu minha carteira, ela mentiu... saí de lá como ruim. Eu dei meu telefone como referência e tenho certeza que ela não vai dar ela vai falar mal de mim.

— Seus patrões normalmente recolhem INSS seu?

— essa última não, mas as outras sim. Essa falou que vai, sim, essa aí não pagou não.

— Mas você tem que reclamar.

— eu fui na delegacia do trabalho e a mulher falou que se eu fosse colocar na justiça iria ser pior para mim porque o juiz iria mandar pagar parcelado. Porque se ela falar que não tem dinheiro o juiz manda pagar parcelado.

— Mas ela não pode deixar de te pagar o INSS não.

— não pagou. Quem ficou no prejuízo fui eu. (...) Ela falou que eu tenho que pagar a metade que ela paga a metade. Eu ficaria com quanto? Para quem paga 130 de aluguel 32 de água, 32 de luz?

Vale ressaltar que em pesquisa realizada na Justiça do Trabalho da 15ª Região, a juíza Maria Inês Targa salienta que os artigos 467 e 477 da CLT prevêem multa nas rescisões de contrato caso o patrão não pague as verbas rescisórias devidas. Entretanto ela observou, ao examinar os votos dos juízes em ações impetradas pelos empregados domésticos, que o referido direito, na sua maioria, é negado ao trabalhador. Ela afirma que:

O § 6º, do art. 477 da CLT, fixa prazos para o pagamento das verbas rescisórias que, se não cumpridas, implicam a multa de um salário, além das penalidades administrativas aplicada pela Fiscalização do Ministério do Trabalho, como previsto no § 8º, do mesmo dispositivo. Nos votos analisados há predominância pelo indeferimento do pedido, quando realizado pelo trabalhador doméstico ou assim caracterizado o vínculo de emprego (TARGA, *in*: KREIN *et al.*, 2006, p. 269).

A posição adotada pelo juízes demonstra que estes desconsideram a regra imposta pela CLT como norma do serviço doméstico. Fato que corrobora a resposta que Rebeca Montiel recebeu ao recorrer à justiça do trabalho.

Aureliano Buendía (analista de finanças). Sindicato?

— Não. Sei onde fica, sei o que faz, mas nunca tive um relacionamento direto. E assim...eh...ouço falar em sindicato uma vez por ano, na época do acordo coletivo. Porque assim...era pra ter sido fechado em novembro e tá... sendo empurrando até agora.

— Fazem greve?

— Não, sem greve... só piquetes lá fora com carro de som. Nada além disso.

Pilar Ternera (advogada) É ou já foi filiada a algum sindicato?

— Não. Daquele que você faz a filiação obrigatória. Todo mundo tem uma base sindical em toda categoria profissional regularizada. Todo profissional vai ter uma

representação obrigatória que vai representá-lo na negociação coletiva e, gratuitamente na rescisão trabalhista. Pra essas funções o empregado paga um contribuição um vez por ano. Um dia de trabalho por ano. Isso não é filiação sindical é obrigatório por lei. Agora, se o profissional quiser se sindicalizar, voluntariamente... Eu nunca fui filiada. (...) Porque eu nunca tive interesse de um grupo.... nunca tive interesse de participar coletivamente. Por que quando você se filia significa que você vai ser um membro ativo daquela categoria. Nunca quis fazer....

Aureliano Babilônia (economiário) Você é sindicalizado aqui?

— Sou sindicalizado no Rio de Janeiro, sou sindicalizado desde 1987, meu número no sindicato é 3.000, no Rio de Janeiro. Eu sempre fiz questão de manter o número. Sempre fui sindicalizado. Só no período que eu fiquei desempregado que eu não tinha como... Não tinha condição pagar de bancário se eu era de outra coisa, né? Aí eu voltei para a Caixa (Econômica) e me sindicalizei.

Arcádio (boleiro). Trabalhador informal cuja profissão inexistente no CBO-Classificação Brasileira de Ocupações.

Aureliano José (diarista, informal). Não pertence a nenhuma categoria profissional, pois só faz bicos.

A busca pela flexibilização das regras trabalhistas se estende também no campo sindical, sob a forma da reforma sindical por meio da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 369/05, apresentada pelo então Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini. O texto polêmico não agradou as entidades sindicais. Entre os pontos mais criticados estão: restrição ao direito de greve; fim da unicidade favorecendo a instituição de sindicatos por empresa e não mais por categorias profissionais; fim da contribuição sindical; representação por local de trabalho somente em empresas com mais de 30 empregados; atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, pois vincula a criação de sindicato à outorga do governo; e a representação derivada que inverte a relação entre sindicatos e centrais. Por esse tipo de representação o poder fica concentrado nas centrais sindicais ao invés de priorizar o poder das bases, o poder dos sindicatos. As centrais sindicais poderão, por exemplo, criar sindicatos. Segundo o Senador Paulo Paim (PT-RS): “A reforma é

polêmica, dividiu o movimento sindical, não encontrou entendimento nem dentro da CUT e muito menos nas outras centrais. Pior ainda nas confederações e nem entre os empregadores”¹²¹. Diante de tanta polêmica, tanto entre os legisladores quanto entre as entidades sindicais, o anteprojeto vem tramitando vagarosamente.

Não tendo tido sucesso com a apresentação da reforma sindical em 2005, o governo Lula acaba de propor um conjunto de novas regras a fim de dar nova cara às relações capital/trabalho, pretendendo instituir a representação sindical por tabela:

A terceira iniciativa é permitir aos trabalhadores permanentes de uma empresa representar os terceirizados daquela empresa desde que satisfeitas duas condições. A primeira condição é que os terceirizados não se hajam ainda organizado e feito representar diretamente. A segunda condição é que, por maioria simples, concordem com tal meio provisório de representação [afirma o Ministro Mangabeira Unger]¹²².

Ao invés de incluir todos aqueles que trabalham num determinado ramo profissional como parte da mesma base sindical e, portanto, membros do mesmo sindicato da categoria, o ministro propõe que os terceirizados sejam representados pelos trabalhadores formais. Ele oficializa então os terceirizados, os precarizados como trabalhadores de segunda categoria, relativamente incapazes de brigar por seus direitos. A proposta de inserção de todos na mesma categoria não serve porque consolida uma relação de classe que une os trabalhadores em torno de uma mesma causa. Por que não reconhecer todos aqueles que trabalham no serviço público, do segurança ao ministro de Estado como trabalhadores de uma mesma categoria, a de funcionário público? Por que não reconhecer que todos aqueles que trabalham em instituições financeiras como bancários? Por que não reconhecer todos aqueles que trabalham na indústria como industriários?

E na proposta apresentada pelo ministro de Assuntos Estratégicos ele propõe ainda uma nova perspectiva para a relação entre trabalho e capital, na qual os empregados devem

¹²¹ Fonte : <http://diap.ps5.com.br/file/210.pdf>, acessado em 20.07.2008.

¹²² UNGER, Mangabeira. “Diretrizes a respeito da reconstrução das relações entre trabalho e o capital no Brasil”. Fonte: www.valoronline.com.br , 29.04.2008.

compreender que irão se tornar sócios dos seus empregadores ao receberem a participação nos lucros ou resultados das empresas. Mudança comportamental importante pois não podemos nos esquecer que o trabalhador hoje deve assumir, juntamente com o capitalista, os riscos do capital. Mas, sugere o ministro que as empresas devem priorizar aqueles que estão no topo da pirâmide porque, mais flexíveis às novas modalidades da gestão baseada no valor, se tornarão bons colaboradores para disseminar a nova ideologia.

Já a partir do topo da pirâmide salarial, a iniciativa recomendada é a efetivação do princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas. Princípio que até hoje permanece letra morta. É natural começar a dar-lhe efetividade a partir dos níveis mais altos dos assalariados, em círculos concêntricos que incluam parcelas cada vez mais amplas da força de trabalho. É entre os assalariados melhor remunerados que se entende e se abraça com mais facilidade a idéia de que empresa e empregado podem e devem ser, de alguma maneira, sócios¹²³.

Mudanças que denotam o quanto o processo de vulnerabilização ou flexibilização da relação de assalariamento vem sendo responsável pelo recrudescimento da condição de pobreza e, portanto, pela origem de conflitos que afetam o equilíbrio social. Quando o trabalhador é coisificado ele é também facilmente liquidável, solvável ou solúvel, e o desemprego passa a ser a expressão mais concreta da estratégia do capital financeirizado visando à intensificação da extração da mais-valia produtiva e de um superlativo ganho capitalista.

5.3 O DESEMPREGO

O debate atual sobre a questão do desemprego requer maior atenção na medida em que especialistas acadêmicos possuem posições diferenciadas, até mesmo contraditórias a respeito da problemática.

¹²³ UNGER, Mangabeira. “Diretrizes a respeito da reconstrução das relações entre trabalho e o capital no Brasil”. Fonte: www.valoronline.com.br, 29.04.2008.

Os economistas franceses, CAHUC e ZYLBERBERG, levantam uma discussão nova e pioneira sobre a pertinência das políticas públicas no combate ao desemprego na obra “Le chômage, fatalité ou nécessité?”. Estudo esse que mereceu três prêmios na França, entre 2004 e 2005.

Uma das suas primeiras constatações foi perceber que a cada dia de trabalho na França são criados 10.000 novos pontos de trabalho ao mesmo tempo em que outros 10.000 deixam de existir. Apesar desse fluxo aparentemente complementar de destruição e criação de empregos,

(...) aqueles que perdem seu emprego se encontram geralmente numa situação de desemprego prolongado, sinônimo de fragilidade financeira e psicológica. Mesmo aqueles que conseguem conservar seu posto de trabalho devem se deparar com uma sensação de incerteza crescente do meio econômico e, portanto, com o risco de perder seu emprego (...) é aí que reside um dos principais desafios com os quais os modernos sistemas econômicos são confrontados: como podemos promover a mudança e o progresso limitando a incerteza da perda de seus empregos? (BLANCHARD *in*: CAHUC e ZYLBERBERG, 2005, p. 6)¹²⁴.

As soluções para o combate ao desemprego na Europa são contraditórias, na opinião desses dois autores. Alguns países europeus reduziram as suas taxas de subemprego, diminuindo também o nível da proteção social. Outros, como a Holanda e os países escandinavos conquistaram essa proeza justamente pelo caminho oposto, elevando o nível de proteção social. O que demonstra a falta de consenso entre os economistas, até mesmo no bloco europeu, no que se refere às medidas que visam solucionar a alta das taxas de desemprego ou subemprego.

¹²⁴ “Ceux qui perdent leur emploi tombent souvent dans une situation de chômage prolongée synonyme de détresse financière et psychologique. Même ceux qui parviennent à conserver leur poste de travail doivent faire face à une incertitude croissante de l’environnement économique et donc au risque de perdre leur emploi. C’est là que reside um des principaux défis auxquels les économies modernes sont confrontées: comment peut-on promouvoir le changement et le progrès tout en limitant l’incertitude et les pertes individuelles?” (tradução livre).

Essas observações são importantes, pois nos obrigam a refletir sobre as peculiaridades de cada modelo de Estado para a adoção de políticas públicas do setor. Segundo BLANCHARD, “(...) uma política capaz de ser vitoriosa deve reunir três elementos: [1] as reformas do mercado de trabalho, [2] uma melhora nas relações profissionais e [3] uma via clara, otimista e convincente do que o futuro poderá oferecer a cada um” (*in*: CAHUC e ZYLBERBERG, 2005, p. 9)¹²⁵. Tudo aquilo que a proposta de políticas públicas neoliberais não oferece.

Na perspectiva de CAHUC e ZYLBERBERG (2005) o fenômeno do desemprego não tem relação direta com o processo de mundialização, mas está sim intimamente ligado à forma como as economias de mercado criam as suas riquezas. Para que haja crescimento econômico no capitalismo é necessário ou mesmo indispensável o processo de destruição e criação de empregos como já havia pensado Shumpetter, nos anos 1940, salientam esses autores. São as inovações tecnológicas que produzem o progresso material, mas são elas também que, no processo de destruição e criação de empregos geram desemprego e criam desigualdades gritantes.

Nesse sentido, esses dois autores defendem a tese polêmica segundo a qual para construir um sistema justo e eficaz de combate ao desemprego, no modelo capitalista, devemos ter em mente que tanto a destruição de empregos como o próprio desemprego é útil ao crescimento econômico.

Eles afirmam ainda que não existe instituições capazes de avaliar de forma precisa os resultados da intervenção do Estado no mercado de trabalho. Assim, a questão gira em torno da definição do papel a adotar pelo Estado para fazer frente ao fenômeno do desemprego. Flexibilizar as relações de trabalho ou intervir?

Dessa forma, a redução do número de pessoas ativas devido ao envelhecimento da população, pode se transformar em crescimento – e não em uma queda – do desemprego, bem como a redução da jornada de

¹²⁵ « (...) une politique capable de réussir doit réunir trois éléments: des réformes du marché du travail, une amélioration des relations professionnelles et une vue claire, optimiste et convaincante de ce que l’avenir peut apporter a chacun » (tradução livre).

trabalho pode destruir ao invés de criar empregos, e, finalmente, um afluxo de imigração não se traduz obrigatoriamente por um aumento do desemprego (CAHUC e ZYLBERBERG, 2005, p. 15)¹²⁶.

O ponto de vista de Cahuc e Zylberberg é de que estudos feitos na França vêm mostrando que nos países industrializados os processos de destruição e criação de emprego estão equilibrados, pois, entre 1970 e 2000 foram reduzidos, aproximadamente 15% de postos de trabalho ao mesmo tempo em que foram gerados 15,5% novos postos, sinalizando um crescimento de 0,5%/ano (CAHUC e ZYLBERBERG, 2005). As pesquisas mostram também que as realocações de mão-de-obra acontecem no próprio setor que desempregou. Porém, é importante ressaltar que essas realocações não se dão mais nas atividades para as quais o trabalhador se qualificou, mas em setores que vão exigir dele “novas competências”¹²⁷. É esse processo contínuo de realocação que garante o crescimento econômico por meio de uma melhora constante na produtividade das empresas, segundo esses autores.

No entanto, verifica-se que 70% dessas realocações de mão-de-obra são prioritariamente por meio de contrato temporário, um terço apenas se transformam em emprego estável (CAHUC e ZYLBERBERG, 2005).

Por outro lado, estudos comparativos entre países são complexos já que o custo do trabalho, a proteção social, as políticas públicas para o emprego e o desemprego, os processos de demissão e de aposentadoria, as despesas públicas com os programas de emprego e o sistema de formação não se equivalem.

No Brasil, país que segundo Márcio Pochmann (2008) cresceu aproximadamente 5% em 2007, a questão da realocação da mão-de-obra desempregada ou de jovens ingressando no mercado é bastante complexa. Em primeiro lugar, ele resalta que o Estado não possui

¹²⁶ « Ainsi, la diminution du nombre d'actifs due au vieillissement de la population peut se solder par un accroissement – et non une baisse – du chômage, la réduction de la durée du travail peut aussi bien détruire que créer des emplois et, enfin, un afflux d'immigrants ne se traduit pas obligatoirement par une hausse du chômage » (Tradução livre).

¹²⁷ No processo de reestruturação produtiva das empresas, a noção de qualificação dá lugar à noção de competência.

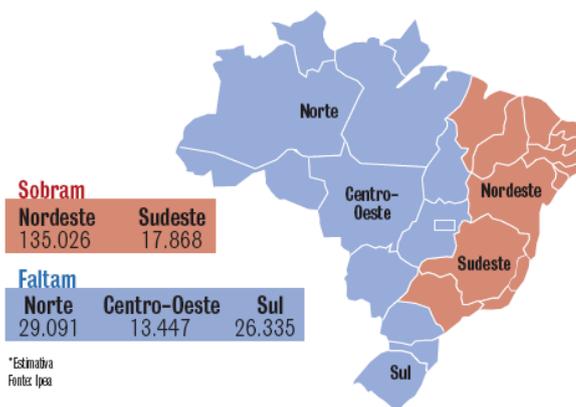
um sistema público de emprego eficaz e capaz de promover a intermediação entre vagas de trabalho criadas ou disponíveis e mão-de-obra a procura de emprego. O país possui mais de 5.500 municípios o que torna problemático esse arranjo no mercado de trabalho nacional. “Uma vaga, por exemplo, é gerada na cidade de Campo Grande, mas com trabalhador com o perfil exigido disponível em São Paulo”, observa Pochmann (2008, p.A15). A reprodução dos quadros abaixo, elaborados pelo IPEA-Instituto de Pesquisa Aplicada, referente ao ano de 2007, demonstra que sobra mão-de-obra nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste e falta mão-de-obra para as vagas de emprego nas regiões Sudeste e Nordeste, comprovando o desequilíbrio denunciado por Pochmann.

Saldo entre oferta de mão-de-obra e demanda de empregados qualificados e com experiência profissional – em 2007

Região	Oferta de mão-de obra qualificada	Demanda de empregados formais	Saldo entre oferta e demanda
Norte	69.940	99.031	- 29.091
Sul	227.817	254.152	- 26.335
Centro-Oeste	110.611	124.058	- 13.447
Sudeste	886.788	868.920	17.868
Nordeste	380.912	245.886	135.026
Brasil	1.676.068	1.592.047	84.021

Fonte: Balaorção Ipea a partir de microdados da Pnad/IBGE e Caged-Frais/MTE, excluiu a área rural dos estados da região Norte – exceto Tocantins

Onde falta e onde sobra mão-de-obra qualificada(*)



Fonte: IPEA, www.ipea.gov.br

Em segundo lugar, Pochmann aponta o método que as empresas vêm utilizando para selecionar novos funcionários como responsável também pelo desequilíbrio entre número de vagas disponíveis e o número de mão-de-obra qualificada disponível. Apoiadas em dois critérios, a qualificação profissional e a experiência profissional, as empresas adotam a prática do *turn over*, isto é, contratar e demitir de forma contínua, como técnica para testar as qualidades do candidato, que segundo Pochmann, vem gerando “uma absurda rotatividade da mão-de-obra, com mais de 10 milhões de demissões anuais no regime formal de emprego” (POCHMANN, 2008, p.A15). Prática que busca essencialmente contratos de curta duração ora para testar o novo empregado, ora para servir de instrumento de aprendizagem, com ônus para a parte mais fraca, o trabalhador. Em resumo, o autor avalia que

(...) a anomalia do baixo investimento patronal em preparação da mão-de-obra leva à exclusão social e previdenciária dos trabalhadores instáveis pela rotatividade. [Assim sendo,] (...) a repetição contínua desse vai-e-vem no mercado poderá postergar por 70 anos os requisitos necessários ao acesso do trabalhador à aposentadoria, já que, submetido à rotatividade, ele não consegue completar 12 meses de contribuição em um ano (POCHMANN, 2008, p.A15).

De acordo com os dados do Anuário dos Trabalhadores de 2007, do Dieese, representados na tabela abaixo, 64,0% da categoria dos empregados e trabalhadores domésticos pesquisados — incluindo parte pequena dos funcionários públicos — permanecem apenas de 5 meses a 4 anos no emprego. É nessa faixa de tempo que se verifica a maior presença de trabalhadores informais (sem carteira assinada), 74,7%, em contraposição a 63,9% de empregados e trabalhadores domésticos com carteira assinada, dentre os 64,0% que compõem esse intervalo. A rotatividade é maior entre os do setor informal do que entre os com carteira assinada na faixa de tempo onde se situam a maior parcela de trabalhadores do setor privado. Na faixa de permanência de 10 anos ou mais no emprego estão 20,1% dos empregados e trabalhadores domésticos. Desses, 57,9% são funcionários públicos estatutários e militares, conforme quadro a seguir.

Tempo de permanência no trabalho principal – Brasil 2005 (%)

Categoria	Até 5 meses	6 a 11 Meses	1 ano	2 a 4 Anos	5 a 9 Anos	10 anos ou mais	Total
Empregados e trabalhadores domésticos	15,2	10,3	14,2	24,3	15,9	20,1	100,0
Com carteira de trabalho assinada	10,7	9,9	15,5	27,8	18,2	17,8	100,0
Funcionários Públicos estatutários e militares	1,8	3,9	4,6	14,1	17,6	57,9	100,0
Sem carteira de trabalho assinada	25,1	12,5	15,0	22,1	12,2	13,0	100,0
Sem declaração	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Trabalhadores por conta própria	6,6	4,0	7,6	19,7	18,4	43,6	100,0
Empregadores	2,6	2,9	5,6	17,9	22,3	48,8	100,0
Trabalhadores não remunerados	6,1	4,2	9,2	27,1	23,1	30,4	100,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	5,9	3,3	7,0	20,8	18,6	44,4	100,0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	66,2	8,1	6,4	10,8	3,8	4,7	100,0
TOTAL	11,8	7,9	11,8	23,1	17,3	28,1	100,0

Fonte: DIEESE: Anuário dos Trabalhadores 2007.¹²⁸

A média de permanência na atividade principal é bastante alta também para os trabalhadores por conta própria; empregadores e trabalhadores na produção para o próprio consumo. São números que comprovam a prática do *turn over* denunciada por Pochmann.

Entretanto, ao estudar o fenômeno do desemprego é fundamental que saibamos conceitualmente do que se trata. Nesse sentido, Didier Demazière (1995) nos traz também significativa contribuição para o debate, ao observar que para o sociólogo que estuda o campo, ser desempregado não significa apenas não ter trabalho, mas pressupõe, sobretudo, alguém reconhecido como tal e que possa reivindicar seus direitos. Ser desempregado é pertencer a uma categoria social.

O desemprego não pode ser definido apenas por uma condição social objetiva (a privação de emprego), pois ele reflete uma situação subjetiva (vivida de forma variável pelos indivíduos), e também um status reconhecido (enquadrado por instituições e regras). Ser desempregado

¹²⁸ Fonte : www.dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br/anu/anuario2007.pdf>

não é, portanto, um estado em si mesmo, é uma condição que supõe uma dialética entre mecanismos socioeconômicos discriminantes, reivindicações individuais e lógicas institucionais (DEMAZIÈRE, 1995, p.4)¹²⁹.

Assim, o termo desemprego traduz uma forma de classificar, de denominar, de categorizar determinadas situações do mundo do trabalho. Para que um trabalhador, sem trabalho, seja classificado como desempregado, é necessário que ele se declare como tal e faça parte da contabilização das estatísticas oficiais. Caso contrário não adquire o status de desempregado e será visto apenas como alguém que não possui emprego, de quem o Estado não irá nem se ocupar, nem se preocupar.

No Brasil, país socioeconomicamente, politicamente e culturalmente bem distinto dos países desenvolvidos, existe metodologias divergentes para medir a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, o que redundava em resultados díspares e heterogêneos. Nacionalmente quem é responsável pelos dados sobre o desemprego é o IBGE através da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do censo demográfico. Considera-se desempregado apenas e tão-somente o trabalhador que, além de ter procurado emprego durante o período de referência da pesquisa, este se encontrava apto para o exercício imediato de uma vaga, sem ter trabalhado nem mesmo uma hora durante a semana da pesquisa (POCHMANN, 2001, p.100).

Essa é a situação de muitos jovens no Brasil que precisando trabalhar realizam tarefas sem contudo serem considerados pela sociedade trabalhador, como no caso do **Arcádio**, que desde os 15 anos trabalha como boleiro de tênis — função daquele que pega as de bola de tênis durante o jogo. Analogamente podemos citar o caso do gandula no futebol ou do *cad* no golfe. Sua remuneração é instável pois varia de acordo com a quantidade de jogos que for solicitado a catar bola. Por jogo recebe R\$ 3,00 e pode

¹²⁹ «Le chômage ne se définit pas seulement par une condition sociale objective (la privation d'emploi) il est une situation subjective (vécue de manière variable par les individus), est aussi un status reconnu (encadré par des institutions et règles). Être chômeur n'est donc pas un état qui va de soi, c'est une condition qui suppose une dialectique entre des mécanismes socio-économiques discriminants, des revendications individuelles et des logiques institutionnelles » (tradução livre).

conseguir ganhar até R\$ 150,00 por mês. Um jogo de tênis pode durar uma hora ou mais. Mas nem sempre os jogadores lhe pagam. No fundo, a atividade de boleiro é vista pelos beneficiários do serviço prestado como similar a de um guardador de carro para quem pode-se dar ou não uma gorjeta. Mas para as estatísticas do IBGE ele não é um desempregado, está na condição de ocupado.

É importante destacar que o IBGE não utiliza o termo desemprego para definir aquele que não tem uma ocupação laboral. Ele se refere a “pessoas desocupadas” em contraposição a “pessoas ocupadas”, segundo algumas definições necessárias para o estudo da questão, conforme segue:

Trabalho: Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:
1. Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.)na produção de bens e serviços.
2. Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.)no serviço doméstico.
3. Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
<ul style="list-style-type: none"> ➤ em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), contá-própria ou empregador; ➤ em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.
4. Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana: na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma)para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.
Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:
a) . trabalho remunerado (itens a e b);
b) . trabalho não-remunerado (item c);e
c) . trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).
Pessoas desocupadas: Foram classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência.
Pessoas ocupadas: Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.
Procura de trabalho: Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a

inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou através de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc¹³⁰.

O que significa dizer que todo trabalhador que não procurou emprego no período pesquisado é considerado pelo IBGE um inativo. Por outro lado, o trabalhador que exerceu qualquer atividade, mesmo que por período bem restrito de tempo — por exemplo: 60 minutos em um único dia da semana, fazendo algum tipo de “bico” —, é considerado, na análise, empregado, ou melhor, ocupado. É preciso salientar que todo aquele que se declara “autônomo”¹³¹ não é computado como desocupado pelos critérios metodológicos do IBGE.

O IBGE trabalha somente com a taxa de desemprego aberto, que no ano de 2004 correspondeu a 9,3% da população economicamente ativa, dos quais o universo masculino está proporcionalmente representado com 7,1%, e o universo feminino com 12,1% dos desocupados¹³². É preciso ainda salientar que o IBGE também adota um índice de desocupados calculado pela PME – Pesquisa mensal de emprego, que abrange apenas seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Por outro lado, o Dieese considera nas suas pesquisas, para o cômputo do desemprego total, as seguintes situações:

Desemprego aberto	Situação das pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.
Desemprego oculto pelo desalento e outros	Situação das pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por

¹³⁰ Site: <http://www.ibge.gov.br>

¹³¹ Fonte: www.mpas.gov.br: “CONTRIBUINTE INDIVIDUAL: Nesta categoria estão as pessoas que trabalham por conta própria (autônomos) e os trabalhadores que prestam serviços de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. São considerados contribuintes individuais, entre outros, os sacerdotes, os diretores que recebem remuneração decorrente de atividade em empresa urbana ou rural, os síndicos remunerados, os motoristas de táxi, os vendedores ambulantes, as diaristas, os pintores, os eletricitistas, os associados de cooperativas de trabalho e outros”.

¹³² Fonte: DISOP/IPEA com base nos dados da Pnad/IBGE 2004, Relatório Radar, www.ipea.gov.br.

	circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses.
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Situação das pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou das pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até doze meses atrás.

No que se refere ao conceito de população ocupada, também utilizado pelo DIEESE, este tem um entendimento um pouco distinto do IBGE, porque ele não inclui “as pessoas que de forma bastante excepcional fizeram algum tipo de trabalho”.

A pesquisa do Dieese — PED – Pesquisa de emprego e desemprego —compreende os dados relativos ao grupo de regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal, distinguindo-se do universo delimitado nas pesquisas do IBGE.

Percebe-se uma diferença metodológica na estruturação e análise das pesquisas sobre o desemprego, entre o IBGE e o Dieese. Ciente do problema, Pochmann admite que há uma deficiência no método para aqueles que estudam a problemática do desemprego no Brasil:

Diante da ausência de uma pesquisa nacional que utilize uma metodologia adequada para a medição do desemprego, o Brasil segue sem saber precisamente o volume de trabalhadores sem emprego. A pesquisa mais adequada para a avaliação do desemprego é a realizada pelo Dieese em convênio com a Fundação Seade e outras instituições regionais, mas que somente atinge seis regiões metropolitanas. A despeito dos problemas metodológicos que restringem o real dimensionamento do desemprego, optou-se por adotar a PNAD do IBGE como referência, por ser de dimensão nacional (POCHAMNN, 2002, p. 85).

Verifica-se o quanto é complexo para o pesquisador conhecer a realidade do desemprego no Brasil, pois os dados, que tiveram tratamentos metodológicos diferenciados, retratam uma condição muitas vezes não coincidente. Mesmo assim, estudos são levados a cabo continuamente com o intuito de buscar soluções para a redução do desemprego, já que as mudanças econômicas dos anos 1990 que se seguiram à crise econômica mundial dos anos 1970 e à revolução tecnológica dos anos 1980, apontam o desemprego como um fenômeno estrutural, e não mais uma situação esporádica ou eventual, com impacto negativo direto na população economicamente ativa. Até então, o sistema econômico nos países em desenvolvimento vinha acenando sempre com a possibilidade de que a tendência mundial caminhava no sentido de aumentar os empregos assalariados, os dito formais, com carteira assinada, a exemplo do que vivenciavam os países onde prevalecia a política do Estado do bem-estar social. A crença no pleno emprego estava na cabeça também dos brasileiros.

O sentimento de desilusão quanto à possibilidade da conquista do emprego formal denota, para Gorz, uma inversão de valores apontando para um atraso político em relação à importância e ao peso que o emprego típico tem na vida cotidiana da sociedade atual:

Enfim, uma mutação cultural aconteceu. *O problema não está portanto, ali onde se costuma crer que esteja.* Não está na dificuldade de fazer aceitar um estilo de vida no qual o trabalho emprego seria algo muito menos importante na vida *de todos*. Não está na identificação de cada um a seu emprego. Não está no “desejo imperioso” que têm todos de ocuparem em permanência um emprego de tempo integral. Não está no atraso das mentalidades incapazes de pensar uma vida mais distendida e multiativa. Está, ao contrário, *no atraso do político em relação ao avanço das mentalidades.* Está no fato de que a plenitude dos direitos econômicos (o direito ao rendimento integral), sociais (o direito à proteção social) e políticos (os direitos de ação, de representação e de organização coletivas) continua ligada apenas aos empregos, cada vez mais raros, ocupados de modo regular e em tempo integral. O problema está no risco de perder, junto com o emprego estável, qualquer rendimento, qualquer possibilidade de atividade, qualquer contato com o outro... Está no risco de considerar, por conseguinte, que *o emprego vale*

em si mesmo: não por conta das satisfações que traz *o trabalho*, mas pelos direitos e poderes ligados apenas à forma emprego do trabalho. Ora, assim que se torna fonte de direitos e, portanto de cidadania, o emprego transforma-se ele próprio em um direito que, em virtude do princípio da igualdade dos direitos, deve ser acessível a todos os cidadãos (GORZ, 2004, p.76).

Bastante ilustrativo dessa realidade, que se expressa na contradição entre o critério das estatísticas e a representação subjetiva do agente social sobre a sua condição de trabalho, constata-se no depoimento de **Aureliano José** (diarista), que trabalha no que ele chama de serviços gerais quase todos os dias na semana. Na sua visão, a atividade que exerce é apenas um “bico”, não significando emprego. Quando lhe perguntei se já havia ficado desempregado, respondeu prontamente, utilizando o verbo no presente:

— Já estou¹³³... É muito ruim, você não pode fazer prosa de nada, fica só torcendo pro colega indicar uma diária, ou tem um serviço ali... É... a única coisa que eu penso, é o que eu estava falando pra um irmão meu, é que eu tenho que arrumar um serviço, ‘num’ importa de que! (...) Sei lá, zelador de um prédio, vigia de alguma coisa, tem que assinar minha carteira aí, pelo ‘meno’ por uma temporada, (...) não posso nem ter família.

Ele não considera a atividade informal de “diarista” um emprego em razão da incerteza que provoca, por isso continua se inscrevendo nas agências de emprego, apesar de nunca ter conseguido um trabalho por esse meio. Tem consciência de que o emprego, como observa Gorz, é fonte de direito e de cidadania. Portanto, o persegue, o deseja. Nesse sentido o DIEESE tem uma classificação mais de acordo com que pensa **Aureliano José**. Para esse órgão de pesquisa a sua situação de trabalho é definida como desemprego oculto pelo trabalho precário¹³⁴.

¹³³ Grifo nosso.

¹³⁴ Fonte: www.dieese.org.br – Anuário do Trabalhador 2005: “Situação das pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou das pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuram trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período o fizeram até doze meses atrás”.

Assim como **Aureliano José** (diarista), Úrsula (informal-chefe de cozinha) passou por vários tipos de ocupação profissional tais como: *baby sitter*, professora de inglês, dona de loja, relações públicas, gerente de padaria, funcionária do comitê eleitoral nas eleições distritais de 2006, chefe de cozinha, quase todos sem carteira assinada e considera essas ocupações como sendo “bicos”.

— Comecei a trabalhar como baby sitter com 18 anos na embaixada americana. Não! Foi com 17 anos aqui. Com 18 anos era professora de inglês em Santa Rosa (RS). Mas sempre de bico, registrada mesmo só no consórcio de concessionária de rodovias. (...) Nunca fiquei desempregada.

Diferente de **Aureliano José** ela vê nos bicos um emprego, pois não se considera em absoluto uma desempregada. São duas visões distintas sobre o mesmo fenômeno, a informalidade e o desemprego. Para **Úrsula** os bicos valem como emprego, para **Aureliano José** não, como explicar? Talvez a condição econômica e social possa levantar algumas pistas para se encontrar uma resposta.

Ela é filha de militar e pertence à classe média brasileira. Morou em distintas regiões no país, casou-se com um rapaz rico e, mesmo depois de separada, nunca teve problemas sérios com moradia ou financeiro. Sempre recebeu apoio da família e pensão do ex-marido. Só teve contato com a pobreza ao circular pelo entorno de Brasília, recentemente, quando trabalhou em uma campanha política para um candidato a deputado distrital:

— (...) Caio numa campanha política para andar no entorno. Aquilo foi mortal! Eu tive uma crise existencial nesses dois meses. (...) viver uma experiência que eu nunca vivi. Eu não conhecia a pobreza! Eu entrei na casa da pobreza. Pisar em cocô, xixi, esgoto a céu aberto. (...) Conheci que tem muita gente humilde com muita opinião. É fantástico! Foi uma lição. Eu amei ir. Dois meses de pobreza. Você vendo que as pessoas te dão o que não têm para comer. É uma coisa impressionante. Eu fiquei impressionada.

Ela entra pela primeira vez na vida em contato com o universo de **Aureliano José** que vive em situação de extrema precariedade. Com experiências de vida, situações

socioeconômica, política e cultural totalmente diferentes expressam visões também heterogêneas sobre a problemática do emprego e do desemprego.

É de se perguntar como deve a Sociologia tratar a categoria desemprego? Seguindo os parâmetros das instituições estatísticas ou a definição de Demazière que percebe na condição de desempregado uma categoria que depende da autodenominação do indivíduo, pois consciente do estado de vulnerabilidade e precariedade em que se encontra, sofre discriminação socioeconômica que o impossibilita a reivindicar direitos? Porque sabemos que apesar de trabalhar com a noção de ocupação — atividade passível de receber pagamento pelo serviço prestado —, que difere da noção de emprego — atividade laboral regulada por lei trabalhista —, os órgãos governamentais quando anunciam os resultados das pesquisas sobre desemprego no Brasil, realizadas pelo IBGE, utilizam o termo desemprego em contraposição à noção de emprego. Ora, no consciente coletivo (DURKHEIM, 1995) emprego não é o mesmo que ocupação, o que forja uma falsa realidade do problema. Imaginar que o desemprego decresceu porque o sujeito fez uns bicos na semana ou no mês não é o mesmo que dizer que ele tenha conseguido um emprego que lhe permita, como diz **Aureliano José**, planejar seu futuro, adquirir bens de consumo a prazo, sem medo de não poder arcar com as prestações, enfim formar uma família! Trabalhar com a dubiedade do conceito adotado pelo governo não contribui para traçar um real perfil da condição do trabalho no Brasil. Para pensar políticas públicas de emprego seria mais importante considerar os dados sobre o nível de ocupação fornecido pelo IBGE ou a visão da realidade vivenciada e expressada pela população economicamente ativa? Podemos até conhecer o número de ocupados e desocupados no Brasil, mas estamos longe de conhecer a prática do desemprego e do desempregado.

Com a adoção, ou melhor, a imposição feita pelo FMI e Banco Mundial dos ditames neoliberais do “Consenso de Washington” está sendo enterrada de vez a esperança que vinha sendo gestada desde a instituição dos direitos trabalhistas, por Getúlio Vargas, em 1943. Em consequência da recessão econômica do início da década de 1990, o IBGE vem constatando que a partir de 1996:

Reduziu-se substancialmente o número de trabalhadores na indústria de transformação e, em contrapartida, expandiu-se o número de trabalhadores nos setores de "prestação de serviços" e do comércio. Assim como, declinou o número de pessoas trabalhando com carteira assinada e aumentou o número de pessoas trabalhando sem carteira assinada e por conta própria, como mostram os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego¹³⁵.

Entra em cena uma tendência à retração cada vez maior do emprego formal trazendo à tona o fenômeno hoje amplamente conhecido e discutido, o do desemprego estrutural. Com base nos dados apresentados por Pochmann verificamos essa mudança no mercado de trabalho brasileiro. Nos anos 1990 somente 62,5% dos 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado encontraram uma vaga, produzindo um excedente de mão-de-obra de 5,1 milhões de desempregados. “Na desaceleração econômica pós-1997, as taxas de desemprego passaram a assumir proporções sem paralelo na história recente do país” (POCHAMNN, 2001, p.95). Em seus estudos:

(...) ao contrário do que indica o senso comum, a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para as pessoas com escolaridade entre 4 e 7 anos do que para os trabalhadores com menos de 1 ano de acesso à educação. (...) Até a década de 1980, o desemprego concentrava-se mais entre os jovens e pessoas com pequena experiência profissional. (...) Atualmente, o perfil do desempregado encontra-se mais inclinado para as pessoas: com mais de 8 anos de escolaridade; com idade mais avançada (mais de 49 anos); do sexo feminino; chefes de família; brancas; que buscam reemprego e; que residem na região Sudeste. Em compensação, a situação tornou-se menos acentuada relativamente para aqueles: com menor grau de escolaridade; com menor faixa etária; do sexo masculino; não-chefes de família; não brancos; que buscam um primeiro emprego e; que moram na região Nordeste (POCHAMNN, 2001, p.106).

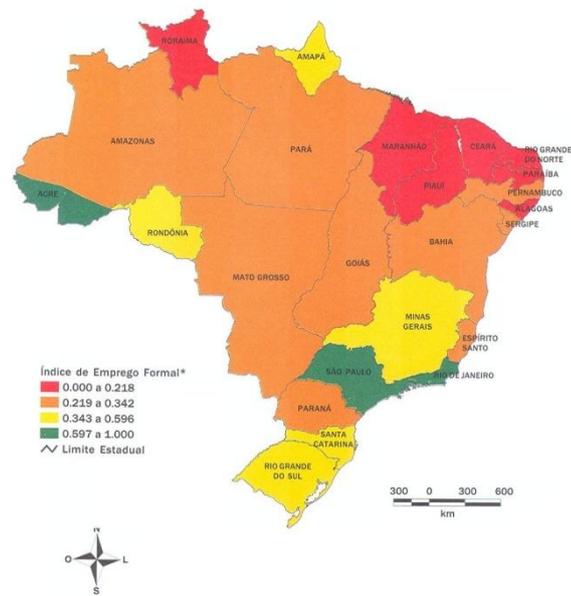
No período entre 1940 e 1970 a pesquisa de Pochmann mostra que o emprego formal assalariado era sempre superior ao informal. Informal ele define como sendo outras formas

¹³⁵ Fonte: www.ibge.gov.br (Educação e Trabalho).

de ocupação: “de cada 10 postos de trabalho criados apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal” (POCHAMNN, 2001, p.96).

Já durante a década de 1990, a situação é bem outra: “a cada 10 empregos criados somente 2 eram assalariados, porém sem registro formal” (POCHAMNN, 2001, p.97), mostrando uma nova realidade onde o trabalho informal se apresentava como a estratégia principal de trabalho no Brasil, com a expansão de postos de trabalho não-assalariados, em conformidade com os dados apresentados pelo IBGE.

Índice de Emprego Formal 1960



Índice de Emprego Formal*
0.000 a 0.218
0.219 a 0.342
0.343 a 0.596
0.597 a 1.000
∨ Limite Estadual



300 0 300 600
km

* Quanto maior o índice, melhor a situação social.

Fonte: Elaboração própria.

Índice de Emprego Formal 1980



* Quanto maior o índice, melhor a situação social.

Fonte: Elaboração própria.

Índice de Emprego Formal 2000



* Quanto maior o índice, melhor a situação social.

Fonte: Elaboração própria.

136

Os mapas acima, denotam um crescimento da informalidade no país, no período entre 1960 e 2000. Apenas no estado do Paraná e no Distrito Federal observa-se uma significativa melhora na condição do trabalho formal em 2000.

Estudo mais recente elaborado pelo IPEA, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, para o ano de 2004, revelam que durante o período de 8 anos, entre 1995 e 2003, a taxa de desemprego estava em ascensão no país. Entretanto a pesquisa mostra que a partir de 2004 percebe-se uma tendência de queda na taxa, atribuindo esse resultado ao crescimento do emprego no setor exportador; a ampliação do crédito pessoal para consumo e ao reforço da fiscalização das condições de trabalho por parte do Ministério do Trabalho e Emprego. Apesar dessa melhora, verificou-se que:

O resultado positivo observado na taxa de desemprego, (...) não se reproduziu para todas as unidades da Federação. Houve aumento do desemprego em alguns estados do Nordeste (Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), no Distrito Federal e em alguns estados da região Norte. Apesar disso, os estados com grandes regiões metropolitanas continuam a ser os que apresentam os maiores percentuais de desemprego, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal¹³⁷.

Os últimos resultados das pesquisas feita pelo IBGE sobre a situação do desemprego no Brasil vem confirmando a tendência de baixa, conforme dados publicados em reportagem no jornal Valor Econômico de 15 de julho de 2008 e aqui reproduzidos.

¹³⁷ Site : www.ipea.gov.br Relatório Radar 2006_Trabalho e renda.

Taxa média anual do desemprego em % - Série 2002-2008

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	11,65	12,32	11,47	9,82	9,97	9,29	8,20

Fonte: IBGE e Banco Central (BC). Projeção da LCA Consultores.¹³⁸

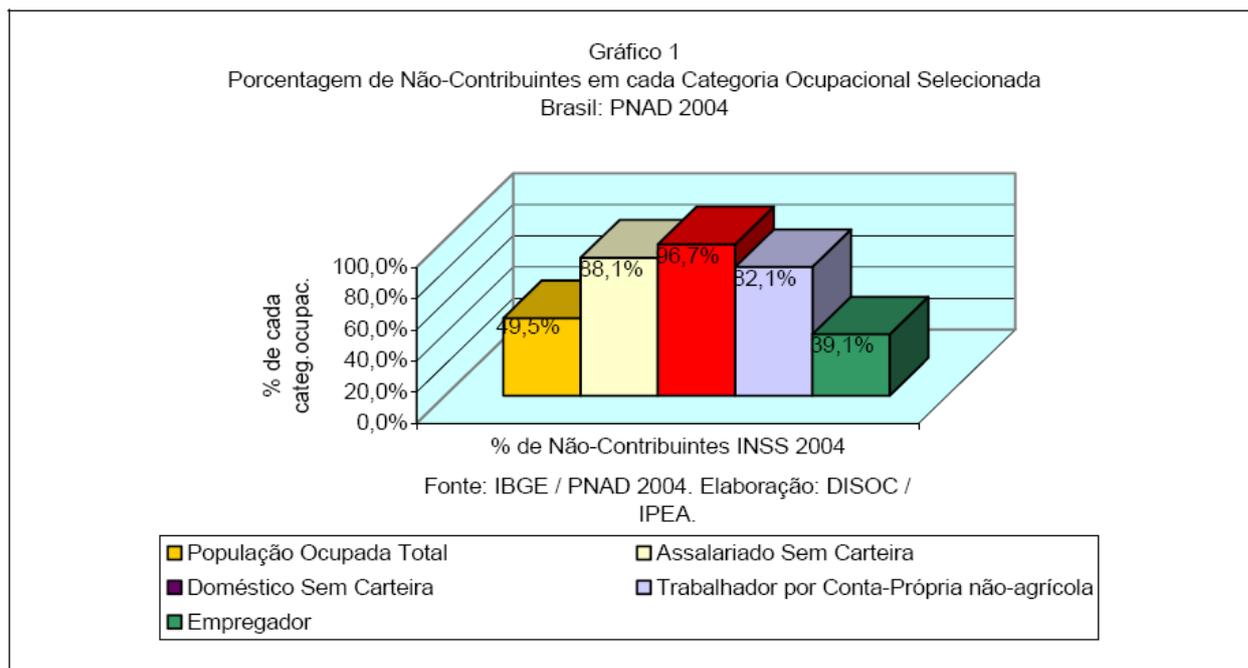
Entretanto, a pesquisa se refere apenas às seis regiões metropolitanas que compõem a PME-Pesquisa Mensal de Emprego. Vale ainda ressaltar que a matéria traz estampada a seguinte manchete: “Brasil revive debate do ‘pleno emprego’”. A mídia é também responsável pela confusão conceitual que se estabelece na cabeça da população brasileira quando trata do desemprego. A França, por exemplo, pode falar em ocupação no sentido de emprego, pois ainda possui mais de 90% da sua população economicamente ativa na condição de emprego formal. Mas o Brasil não pode querer adotar a mesma definição porque a nossa realidade é bem outra. Emprego aqui não é o mesmo que ocupação ou trabalho informal.

No campo do informal a pesquisa do IPEA¹³⁹ assinala que o grau de informalidade no Brasil, apesar de uma pequena queda em 2003, voltou a subir no ano de 2004. Somando-se o percentual dos trabalhadores sem carteira assinada aos trabalhadores por conta própria, chegamos a um índice de 46,3% de informalidade, considerando que foram excluídos da pesquisa a zona rural dos estados da região Norte, bem como os trabalhadores com renda não declarada. No grupo dos trabalhadores por conta própria, excluindo os segmentos acima citados, e ainda os trabalhadores por conta própria do setor agrícola, 82,1% não contribuíram para a previdência social, em 2004.

Fato que comprova ainda mais a incapacidade econômica do trabalhador informal brasileiro se comprometer com um plano de previdência social privado, como vem propondo o governo federal. A incerteza e a vulnerabilidade do trabalhador informal ou por conta própria é fator limitador para que ele tenha condições de se autogarantir contra as intempéries da flexibilização produtiva.

¹³⁸ Valor Econômico “Brasil revive debate do ‘pleno emprego’”, p.A16, 15.07.2008.

¹³⁹ Site : www.ipea.gov.br Relatório Radar 2006_Trabalho e renda.



Fonte: IPEA, RadarSocial (2004), www.ipea.gov.br

O gráfico apresentado no relatório do IPEA, e aqui reproduzido, espelha a pouca adesão à previdência social no Brasil, com especial atenção ao percentual de contribuição da categoria dos domésticos sem carteira assinada. Tomando como referência a população ocupada total, utilizada na pesquisa, e calculada em 75.334.694 de trabalhadores, os domésticos representam 8% desse universo, sendo 5,8% informalmente e 2,2% formalmente. Vale ressaltar que os domésticos compõem a segunda maior categoria de trabalhadores no Brasil.

5.4 A ECONOMIA INFORMAL: DOIS PÓLOS

5.4.1 A informalização do trabalhador: caminho inverso ao do assalariamento

Diversos estudos sobre o mundo do trabalho têm verificado uma evolução significativa do trabalho flexibilizado, precarizado: subemprego, trabalho em tempo parcial, trabalho com salário variável, trabalho terceirizado, em detrimento do trabalho assalariado formal, salienta o economista Márcio Pochmann (2000). O trabalho informal tanto é defendido como uma solução para a precarização das relações capital-trabalho,

como também é destacado por ser a expressão do empreendedor moderno, inteligente, criativo, que nada teme, que não só aceita como busca desafios.

A informalidade é geralmente analisada a partir do campo econômico, sobretudo a partir de suas funções econômicas. Para Lautier (1994) a noção de informalidade começa a ser identificada pelos cientistas sociais no século XX somente a partir dos anos 1970. Na medida em que se delineava, naquela década, o quadro de empobrecimento urbano e de subemprego, a economia informal surgia como sendo uma das soluções para o problema social. Mário Theodoro nos ensina que havia, naquele momento, uma concepção falsa sobre o papel a desempenhar pelo setor informal, com vistas a preencher lacunas teóricas para problemas no mercado de trabalho, que os economistas não estavam conseguindo explicar:

Em contraposição à visão estruturalista cada vez mais aferrada à idéia de marginalidade, a Oficina Internacional do Trabalho e, mais particularmente, o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe vão desenvolver, a partir de 1973, o conceito de setor informal, associado ao fenômeno da persistente proliferação do subemprego nas grandes cidades, mesmo num ambiente de crescimento econômico. A idéia de setor informal vinha, assim, preencher uma lacuna cada vez mais presente no arcabouço teórico de raízes cepalinas. Tratava-se, em resumo, da tentativa de se forjar uma categoria teórica para explicar uma realidade preexistente, até então focalizada pelos estruturalistas “da marginalidade”, e sem resposta da parte dos desenvolvimentistas. Essa resposta, em termos de SI [setor informal], trazia embutida a possibilidade de uma ação do Estado que transformasse a realidade do mercado de trabalho sem que para isso fosse preciso modificar as bases econômico-sociais, tal como preconizavam os teóricos da dependência (THEODORO, 2002, p.10).

O termo economia informal, cunhado para identificar as atividades informais de produção, foi uma criação de organismos internacionais, dentre eles o Banco Mundial, para nomear a multiplicidade de papéis da economia não regulada, nos países em desenvolvimento, muitos dos quais hoje denominados emergentes.

A expressão “economia informal” é uma invenção das instituições internacionais (Banco Mundial, BID...) para designar realidades diversas (comércio de rua, tráfico e droga, emprego não declarado nas grandes empresas e emprego doméstico...). Antes de 1985, as instituições internacionais viam, sobretudo, na economia informal o lugar do desenvolvimento das estratégias de sobrevivência. Mas, desde então, a pauperização urbana, o massivo subemprego e a catástrofe social que acompanham as políticas de «ajustes secundários» nos países do terceiro mundo tenderam a fazer da economia informal a solução para todos os problemas sociais. (LAUTIER, 1994, p. 128-contracapa)¹⁴⁰.

A economia informal pode então ser definida como o segmento da economia que abriga um imenso contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo o chamado setor informal.

A noção de setor informal está, portanto, relacionada à falta de regulamentação da atividade ou da mão-de-obra: se empresa, não se insere no regime legal vigente, não recolhe impostos, não mantém uma contabilidade declarada de suas atividades, utiliza-se geralmente de mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não possuem registro profissional; se trabalhador, carece de proteção social garantidas pelo direito trabalhista.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que a informalidade não existe como “setor informal” propriamente dito. É falso acreditar que se possa delimitar o informal como um setor, seja no campo do trabalho ou em qualquer outro. Porque setor pressupõe um campo específico de ação, uma seção, uma subdivisão, aspecto particular de um conjunto de atividades, esfera ou ramo de atividade. Ainda que profissões como a dos artesãos, das

¹⁴⁰ L'expression “économie informelle” est une invention des institutions internationales (Banque mondiale, BIT...) pour désigner des réalités très diverses (commerce de rue, trafic de drogue, emploi non déclaré dans de grandes firmes et emploi des domestiques...). Avant 1985, les institutions internationales voyaient surtout dans l'économie informelle le lieu de développement de stratégies de survie. Mais depuis lors, la paupérisation urbaine, le sous-emploi massif et la catastrophe sociale qui accompagnent les politiques d'ajustement structurel dans les pays du tiers monde ont eu tendance à faire de l'économie informelle la solution à tous les problèmes sociaux (tradução livre).

empregadas domésticas, dos vendedores ambulantes ou dos traficantes de droga se caracterizem por uma lógica da economia informal, não podemos afirmar que elas constituem o “setor informal”. Essas atividades não reúnem critérios comuns que possam agrupá-las num único setor.

Para os órgãos governamentais brasileiros, em especial o Ministério do Trabalho e Emprego, tudo que não está incluído no universo constituído pelas empresas registradas é considerado informal (SACHS, 2003). A instituição ministerial não contabiliza nem controla o contingente de mão-de-obra sem registro formal. Por outro lado, o IBGE se baseia na definição adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considera o setor informal como aquele composto pelas atividades econômicas não agrícolas, que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas, com até cinco empregados, moradores das áreas urbanas, excluindo todos aqueles que produzem apenas para o autoconsumo (SACHS, 2003). Diante da imprecisão conceitual, o Estado brasileiro tem dificuldades de construir bases de dados confiáveis que reflitam a real participação desse segmento na economia nacional.

Portanto, o trabalho por conta própria, terceirizado, em tempo parcial, o informal, são apenas algumas das classificações que são estabelecidas para a nomeação de um fenômeno crescente que é o de precarização das relações e condições de produção — desemprego, rotatividade ocupacional, debilidade da proteção salarial, desproteção social, etc.

Lautier assinala ainda que a economia informal possui dois pólos opostos: o positivo onde se encontra os agentes do empreendedorismo e, o negativo onde estão situados os sobreviventes da exclusão social, (1994).

5.4.2 Pólo negativo da informalidade

Esse campo congrega todos os que de uma maneira ou de outra buscam novas estratégias de sobrevivência que não pelo trabalho formal, isto é, buscam “se virar”. As atividades do trabalho informal são geralmente vistas de forma depreciativa, pois significa

um trabalho sem nenhuma exigência de qualificação profissional. O trabalho informal é, portanto, o lugar de “viração”, precariedade, trabalho eventual, “bico”. A informalidade vem servindo como alternativa para garantir a sobrevivência de uma parcela importante da população: dos desempregados, dos excluídos do mercado de trabalho formal, daqueles que não possuem qualificação necessária para nele ingressar, ou mesmo dos empregados cujo salário não é suficiente para garantir os custos da vida cotidiana.

Ao serem rejeitados pelos mais diversos motivos, do mercado de trabalho formal, mercado este composto pelos setores modernos da economia, os trabalhadores recorrem a atividades econômicas marginais, de pequena produtividade. Trabalham geralmente em atividades por conta própria, oferecendo serviços os mais variados possíveis, tanto no setor da economia legal quanto ilegal. De acordo com Paul Singer (2000), o trabalhador informal participa de uma luta constante onde as longas jornadas de trabalho, a baixa remuneração, a incerteza de ganho e uma maior exposição à violência são suas principais marcas.

De fato a informalidade abarca setores econômicos nos quais “as virações” podem se traduzir por experiências marcadas por relações de violência — disputas por pontos de venda, fiscalizações com batidas policiais etc. —, na medida em que não possuem o respaldo legal, redundando às vezes em outros tipos de conseqüências sociais desagregadoras.

Para se ter uma idéia do quanto o informal se insere nos mais diferentes espaços, basta um rápido passeio pelos subsolos dos ministérios de Brasília. Lá iremos nos deparar com um intenso comércio. São verdadeiras feiras, ou melhor, “camelódromos” instalados dentro dos prédios públicos. Chegando ao anexo do Ministério da Justiça, por exemplo, é só tomar o elevador e descer um andar. Quando a porta se abre, no primeiro subsolo, nos defrontamos com diversas bancas onde se vende um pouco de tudo. Roupas penduradas em cabideiros, edredons, bijuterias, pequenos presentes, bolsas, etc. Já no Ministério das Minas e Energia funcionam estabelecimentos como cabeleireiro, barbeiro e bancas onde pode-se adquirir inclusive cds e dvds piratas. São apenas dois exemplos que ilustram a promiscuidade entre a esfera pública e a esfera privada, entre o legal e o ilegal. A

Esplanada dos Ministérios está repleta de exemplos como esses em todos os órgãos governamentais, em todas as repartições.

Enquanto representantes do poder executivo e legislativo vão à televisão defender os rigores da lei para coibir a pirataria, promovendo ações de confisco das mercadorias ilegais nos locais de maior venda, como a “Feira do Paraguai”, em Brasília, bem pertinho dali, nas dependências do Estado, o ilícito é lícito. Não é à toa que somos useiros e vezeiros em lançar mão do ditado “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”.

Mas quem são esses comerciantes informais? Funcionários públicos que trabalham ou já trabalharam naquele órgão público. A prática do trabalho informal, extremamente comum em todo o serviço público brasileiro, é não só admitida, mas é principalmente realizada com a conivência do Estado. É evidente que o uso desse espaço público não é cobrado, ao menos oficialmente. Talvez o seja de forma indireta ou escusa. É de se questionar qual o critério adotado para conceder o direito de montar banca nesse espaço público? Quem distribui essas concessões? Por que o Estado permite mercados informais nos seus prédios? Será por reconhecer que o funcionalismo público é mal pago?

A ocupação informal e ilegal do espaço público brasileiro nos remete à histórica relação desregrada que predomina entre o público e o privado no Brasil. Como pensar em cidadania num país onde sempre prevaleceu e continua prevalecendo “a política do favor”?

Dessa forma, Lautier identifica que as relações formal e informal estão entremeadas, misturadas, baralhadas. Elas se constituem como faces de uma mesma moeda, uma não existindo sem a outra. Apesar de identificarmos o informal como sendo o campo das relações não reguladas pelo Estado não podemos deixar de notar que hoje as práticas socioeconômicas nunca estão totalmente fora ou dentro da lei. Elas se constituem numa rede complexa que mistura tanto economia formal quanto economia informal. Por isso, Mário Theodoro observa que o estudo do setor informal é determinante para a compreensão do mercado de trabalho, sobretudo, nos países em desenvolvimento (THEODORO, 2002).

Por outro lado, vale salientar que a abordagem da informalidade não é simples de ser desenvolvida justamente pela dificuldade em delimitar um “setor informal”. Dois critérios têm sido usados para definir o campo da economia informal:

- a. aquele que toma como base o tamanho das unidades de produção e,
- b. aquele que se apóia no desrespeito à lei.

O primeiro é criticado por Lautier pela impossibilidade de se definir um tamanho padrão que sirva de medida geral. E o segundo, apesar de permitir uma melhor apreensão da realidade também não deixa claro qual a lei ou as leis que balizam o critério? Quando falamos em descumprimento da lei, à qual delas nos referimos? É todo o conjunto das leis de um país, ou apenas um grupo específico delimitado a um determinado campo? Assim, para qualquer que seja o critério adotado em determinado estudo, tamanho da unidade ou desrespeito à lei, o pesquisador deve precisá-lo.

O critério do desrespeito à lei como instrumento identificador do setor informal, requer, por outro lado, a compreensão, antes de tudo, das relações formais *vis-à-vis* o Estado. Melhor dizendo, é no descumprimento de determinadas leis do Estado que as relações informais são percebidas. Esse tipo de relação permeia todos os níveis da esfera econômica, inclusive nas grandes empresas. A título de ilustração podemos citar o caso das empresas quando exigem de seus funcionários que trabalhem gratuitamente além do horário contratado; quando participam de esquemas de corrupção ou quando contratam mão-de-obra mais barata pela via da terceirização de estagiários.

Diante da possibilidade de não respeito à lei, Lautier propõe que ao invés de nos perguntarmos “por que o Estado não consegue aplicar suas leis?”, devemos nos perguntar “por que o Estado fabrica leis que são feitas para não serem cumpridas?” (LAUTIER, 1991, p.7)¹⁴¹. No Brasil, o senso comum tem uma resposta simples para essa pergunta: “essa lei não pegou”. Uma maneira de fugir do conflito. De não ter que se posicionar como

¹⁴¹“(…) pourquoi l’État ne parvient-il pas à appliquer les lois qu’il émet? (...)pourquoi l’État fabrique-t-il des lois qui sont faites pour ne pas être respectées?» (tradução livre).

cidadão. Quando na verdade precisamos indagar quais interesses movem o Estado quando apóia o descumprimento de determinadas leis, como as que protegem o trabalhador?

O termo “setor informal” sugere, pois, relações de trocas econômicas não reguladas pelo Estado. Existindo um setor formal, tudo aquilo que não pertence a este espaço estaria sendo denominado de informal. Porém, Lautier salienta que devemos analisar a formalidade e a informalidade como constitutivas de um mesmo campo. A abordagem deve mostrar,

(...) como e por que os que estão dentro e os que estão fora da lei se constituíram em conjunto, em simbiose. (...) por que foi imposta uma visão do terceiro mundo (pelos governos, instituições internacionais, pesquisadores), que desconsidera essa imbricação e opõe duas esferas de uma sociedade que é única (LAUTIER, 1991, p.8)¹⁴².

A quem interessa estabelecer essa dicotomia?

5.4.2 Pólo positivo da informalidade: o empreendedorismo

Por outro lado, verifica-se que, a partir da década de 1980, a concepção de informalidade nas relações de trabalho adquire um sinal positivo, como ressalta Lautier. De local de sobrevivência dos mais necessitados se transforma em lugar privilegiado da criatividade, do empreendedorismo, um modelo de desenvolvimento alternativo, segundo o Banco Mundial, útil ao projeto de flexibilização das leis trabalhistas, tão preconizado pelas economias neoliberais.

Constitui-se assim num importante instrumento para estimular o cidadão a formar sua própria empresa, ser o patrão de si mesmo. Esta perspectiva, agora louvada como positiva e útil ao sistema econômico, é por demais interessante ao capitalismo neoliberal, que visa à desregulamentação das relações de trabalho, como instrumento para promover a

¹⁴²« (...) comment et pourquoi ce qui est dans et ce qui est hors la loi se sont constitués ensemble, en symbiose. (...) pourquoi une vision du tiers-monde a été imposée (par les gouvernements, les institutions internationales, les chercheurs), qui évacue cette imbrication, et oppose deux sphères d’une société pourtant unique » (tradução livre).

redução da carga fiscal das empresas. “A informalidade não seria então o efeito da falta de observação da lei, mas o excesso de direito em relação ao que a economia pode observar” (LAUTIER, 1991, p.20)¹⁴³. Ao pensamento neoliberal não interessa mais um Estado forte como o do bem-estar social, característico, principalmente, da Europa Ocidental do pós-guerra. A flexibilização das relações de trabalho surge como uma possibilidade de livrar o capitalista do fardo dos impostos, permitindo-lhe uma maior acumulação. Uma saída para ampliar a mais-valia relativa.

Não podemos nos esquecer que a flexibilização torna-se então um atributo importante e positivo da racionalidade do trabalho. O trabalhador precisa agora internalizar a idéia de que ser flexível, versátil, performático, multifuncional, “pau pra toda obra” - expressão bem popular no Brasil — significa ser moderno, atual. Sabemos que sucumbir à ideologia da flexibilização do emprego é estar disposto a se curvar, a se submeter ainda mais à expropriação capitalista, a mergulhar no universo da precarização do trabalho e da precarização social, pois uma é decorrência da outra. No entanto, aqueles que resistem passam a ser vistos como estorvos do sistema produtivo.

As reestruturações produtivas, na maioria das vezes, postas em prática num falso clima de diálogo em ambiente de simulada democracia institucional, vão se impondo aos trabalhadores. À menor resistência às mudanças, os empregados escutam o mesmo sermão: “toda mudança assusta... é normal resistirmos... mas fiquem tranquilos, ela virá para o bem da empresa e da carreira de vocês”. Quem não aceitar cordeira e entusiasticamente estará fadado a ser demitido ou convidado a aderir a algum plano de demissão voluntária.

Os funcionários mais velhos são então estigmatizados como não afeitos e resistentes a mudanças, e os novos, novos também de idade, logo com pouca experiência profissional, são alçados aos cargos e comissões maiores, justamente por estarem “abertos” às mudanças e, sobretudo, pela facilidade com que podem ser moldados à luz da ideologia neoliberal e de acordo com as necessidades e interesses da empresa. Os mais antigos precisam ser expurgados, pois já criaram raízes na instituição e podem se organizar e

¹⁴³ « L’informalité ne serait pas alors l’effet du manque d’observation du droit, mais de l’excès de droit par rapport à ce que l’économie est en mesure d’observer » (tradução livre).

resistir, uma ameaça ao espírito colaboracionista que a empresa tanto precisa para impor suas novas regras. Já os novos, desprovidos de visão crítica sobre a relação capital/trabalho, são dóceis, cordatos, movidos pelo estímulo de competir ferozmente com seus colegas de trabalho. A fraqueza para resistir fazem deles fortes colaboracionistas para a implantação do modelo de reestruturação produtiva. “Os profissionais serão então “escanteados” para neutralizar o poder crítico e substituídos por gestores sem conhecimento técnico, jovens e maleáveis”¹⁴⁴ (DEJOURS *in* HUSSON (ORG.), 2006, p.60).

A partir dos anos 1990 as reestruturações nas empresas passam a ser uma constante no cotidiano profissional dos trabalhadores. Entretanto, para que essas mudanças tivessem êxito, a organização precisou adotar novas estratégias administrativas de recursos humanos: instaurar a insegurança; não permitir a formação de grupos solidários estimulando a disputa entre funcionários; promover a concorrência e a competição desenfreada entre os empregados; enfim, manter permanentemente o empregado sob o medo da demissão.

Ou aceita as novas regras ou não haverá mais condições para que continue na empresa. Assim, os planos de demissão voluntária tiveram grande aceitação no final dos anos 1990, inclusive com a anuência de muitos dirigentes sindicais. O plano instituído no Banco do Brasil, em 1995, foi um exemplo dessa aquiescência de dirigentes sindicais às propostas da empresa, sem a concomitante concordância dos trabalhadores da base, os únicos prejudicados com a medidas adotadas à época.

Após anos de dedicação à empresa, muitos trabalhadores acreditaram que seria melhor sair, aderir ao PDV, do que enfrentar a concorrência predatória que se instituía, pois a chance se abria para que eles se tornassem empreendedores, dono do seu próprio negócio. Montar a sua micro-empresa e trabalhar por conta própria, ser seu próprio patrão, era o sonho. Afinal de contas já tinham muitos anos de experiência profissional e com certeza teriam sucesso em qualquer outra atividade que exercessem. Ao menos era isso que

¹⁴⁴«Les gens de métier seront donc “mis au placard” pour neutraliser leur pouvoir critique et remplacés par des gestionnaires sans connaissances techniques, jeunes et malléables» (tradução livre).

o neoliberalismo os fazia crer. Infelizmente a realidade se mostrou outra. Depois de 14 anos como empregado do Banco do Brasil, **Aureliano Babilônia**, levado pelo discurso fácil do empreendedorismo, decidiu aderir ao PDV, em 1996, e montar um restaurante em Teresópolis (RJ):

— Eu estava de saco cheio, tava... cansado. Eu trabalhava trezentas horas por dia, achava que ganhava mal... Eu achava que aqui fora pela... achava assim... que eu poderia conseguir alguma coisa aqui fora, né? E é o primeiro erro porque eu não tinha feito nada que me... que justificasse essa opção. Eu não tinha feito a pós-graduação, eu não tinha histórico nenhum de vida extra-banco. (...) Saí, montei um restaurante em Teresópolis que foi a minha derradeira ruína porque assim... não sei... não tinha condição, não tinha “know how”, estava acostumado... a minha visão sempre foi de empregado, nunca de empregador, né? Então, assim, eu comecei o restaurante trabalhávamos 9 pessoas. Terminei o restaurante, terminamos eu e o ajudante de cozinha. Porque a situação do país ela é caótica, tem impostos... eu sempre escutei falar que “todo mundo come”, “todo mundo tem que comer”. O que é uma mentira (risos) porque todo mundo pode comer na rua, mas pode comer em casa.

— “Quanto tempo durou esta sua experiência?”

— Dois anos... entre tudo. Até o desespero total. Aí fiquei desempregado...

Na prática o discurso do trabalhador performático se desfaz. Após anos de socialização numa determinada profissão mudar e assimilar uma nova racionalidade do trabalho, da noite para o dia, não é tarefa fácil, reconhece **Aureliano Babilônia**:

— (...) e nisso eu consegui vencer uma coisa que vinha me deprimindo que era assim... é minha identidade... eu tinha era o “João do banco”... Então, assim, eu tinha altos convites... quando eu era bancário, para trabalhar em outras coisas. Quando eu saí do banco, todas as pessoas que me convidavam, nem me recebiam... Porque eu servia enquanto eu era o “João do banco”, né? Isso é uma coisa meio doida, né? (...) Todos os caras, grandes empresários, “pô..., cara, eu precisava de você para trabalhar comigo aqui na empresa”. Aí eu: Pô cara, me desliguei do banco. “Vou ver”. E, nunca me deram o retorno. (...) Então, isso me gerou umas crises de depressão... aquelas coisas.... (...) Todas as crises de pós-separação... Aí, eu fiz a minha pós-graduação,

passsei, apresentei a monografia, aí emendei na outra, comecei a trabalhar... aí pintou uma chance...

Para aqueles que ocupam uma posição social privilegiada em razão das disposições que possuem, portadores de significativo capital simbólico, os momentos de crise são mais difíceis de serem vividos, pois dotados de um *habitus* totalmente adaptado ao *status quo*. Já aqueles que pertencem aos níveis sociais menos favorecidas possuem maior chance de se adaptar a novas situações sociais porque obrigados permanentemente a se autocorrigir e se policiar para superar as deficiências de seus respectivos *habitus* de origem, ressalta Bourdieu (1997).

Como **Aureliano Babilônia**, durante o processo do PDV-Plano de Desligamento Voluntário¹⁴⁵ do Banco do Brasil, em 1995, por exemplo, levas e levas de funcionários resolveram trocar a vida de bancário pela de comerciante. Raros tiveram sucesso. A grande maioria perdeu tudo que juntou em anos de carreira bancária. Pior, naquele ano de 1995 doze¹⁴⁶ funcionários se suicidaram movidos pelo desespero que se instaurou na empresa, em razão da forte pressão sobre os funcionários mais antigos para deixarem seus empregos. Os suicídios foram segredados. Oficialmente não houve nenhuma manifestação da empresa e até hoje é assunto tabu, não se consegue ter acesso às informações sobre o ocorrido.

Na medida em que as organizações político-sindicais não viram na subjetividade do trabalhador um ponto de vulnerabilidade nas relações de trabalho, os empresários, os legítimos representantes do capital se aproveitaram dessa lacuna disseminando “novas utopias sociais” (DEJOURS, 2000) que escondem ou camuflam o “sofrimento no trabalho” (idem). Essas novas utopias pregam o alcance da felicidade individual por meio da adesão às “culturas empresariais” (idem), fundamentadas na negação da centralidade do trabalho.

A empresa, ao mesmo tempo em que era o ponto de partida do sofrimento e da injustiça (planos de demissões, “planos sociais”), acenava com a

¹⁴⁵ Zilda Pfeilsticker (2008) salienta que o Banco do Brasil adotou significado diferente para a sigla PDV. No lugar de Plano de Demissão Voluntária a instituição achou menos forte denominar Plano de Desligamento Voluntário. A palavra demissão foi substituída, não por acaso, por desligamento.

¹⁴⁶ O número exato não sabemos porque foi proibido qualquer divulgação a respeito do que acontecia. Uns dizem 6 outros chegam até 12 o número de pessoas que se suicidaram em razão da implantação do PDV-Programa de Desligamento Voluntário.

promessa de felicidade, de identidade e de realização para os que soubessem adaptar-se a ela e contribuir substancialmente para seu sucesso e sua “excelência” (DEJOURS, 2000, p. 41).

Na nova racionalidade da gestão empresarial aqueles que não são atingidos pelos planos de demissão e permanecem na empresa, introjetam um comportamento que expressa a vergonha de revelar o sofrimento no trabalho. Eles passam a se ver como privilegiados dentro de um processo que não hesita em puxar o tapete de quem estiver atrapalhando os objetivos da empresa. Por objetivo leia-se a ganância extrema pelo lucro máximo. E, segundo Dejours, é essa vergonha de protestar que redundando na ausência de interlocução entre o trabalhador e a empresa, e provoca nos indivíduos uma negação do sofrimento alheio. O que para Dejours significa a negação antes de mais nada do próprio sofrimento.

Assim, a vergonha de revelar o sofrimento no trabalho, diante do sofrimento dos que correm o risco de demissão, termina por impedir que o suicídio seja analisado, explicado e discutido. A vergonha de queixar-se cria um terrível precedente: alguém pode agora suicidar-se nas dependências dessa fábrica sem que isso cause espécie. Terrível precedente de banalização de um ato desesperado, (...) manifestadamente dirigido à coletividade do trabalho e à empresa. Assim, a morte de um homem, de um colega de empresa, pode fazer parte da situação de trabalho e ser relegada à condição de um incidente comum (DEJOURS, 2000, p. 45).

As conseqüências advindas desse processo desumano de descarte de mão-de-obra espelha a condição atual em que vivemos, a de precarização social (APPAY, 1997).

Também nas economias avançadas, onde predominou a política do Estado do bem-estar social por algumas décadas, proliferaram os deslocamentos de produção, as terceirizações, o trabalho em tempo parcial, o trabalho por tempo determinado, os contratos temporários e, em última instância os “bicos” e o subemprego do setor informal

que, até recentemente, era característico somente dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Para Dejours essas mudanças da gestão empresarial são estratégias políticas de dominação onde o mundo empresarial se transformou no centro desse poder: “Não é de se espantar se admitimos a tese da centralidade política do trabalho. Por centralidade política do trabalho definimos que trabalhar não é somente produzir, é também viver junto”¹⁴⁷(DEJOURS, 2006, p. 55). Salienta ainda que essa estratégia, a de um novo modelo de produção que busca intensificar a extração da mais-valia, objetiva a racionalização e o fortalecimento da dominação capitalista por meio de:

Instaurar a terceirização, e permitir a terceirização em cascata, (e) 1/ quebrar os sindicatos mais poderosos; (...) 2/ constranger e tornar improvável a reconstituição de uma força sindical numa base dividida entre assalariados estáveis e terceirizados precários; 3/ garantir uma mão-de-obra dócil, submissa e dispensável sem motivo¹⁴⁸(DEJOURS, 2006, p. 58).

O trabalho informal se apresenta, portanto, como o rosto da modernidade tardia (HABERMAS 2001), onde se consolida uma tendência para o contrato temporário em todas as relações, sejam amorosas, sexuais, políticas, econômicas etc. tal qual percebe Perry Anderson (1999). Forjando com isso uma sensação de insegurança, incerteza, vulnerabilidade e precariedade.

A incerteza, marca fundante da informalidade, está impressa com toda intensidade nas relações do trabalho flexibilizado, sobretudo o precarizado. Podemos mesmo dizer que ela se transformou num significativo método de controle social.

¹⁴⁷“Ce n’est pas étonnant si l’on admet la thèse de la centralité *politique*¹⁴⁷ du travail. Par ‘centralité *politique* du travail’, on signifie que travailler n’est pas seulement produire, c’est aussi vivre ensemble” (tradução livre).

¹⁴⁸«Installer la sous-traitance, et laisser faire la sous-traitance en cascade (et) 1/ briser les syndicats très puissants; (...) 2/ gêner et rendre très improbable la reconstitution d’une force syndicale sur une base divisé entre salarié stables et sous-traitants précaires ; 3/ s’assurer une main-d’œuvre docile, corvéable et congédiable sans motif» (tradução livre).

6. SIM! ESTAMOS NOS TORNANDO AINDA MAIS PRECÁRIOS: A JORNADA NO CENTRO DO DEBATE NA LUTA CONTRA O DESEMPREGO

No capítulo anterior abordamos a questão do desemprego, que nos tempos atuais é uma arma poderosa nas mãos capitalistas, agindo como um importante instrumento de produção de mais-valia. Durante a década de 1980, assinala Pochmann, o Brasil tinha em torno de 2 milhões de pessoas desempregadas, número que sofreu um brutal aumento nos anos seguintes, atingindo, em 2003, 8,5 milhões de pessoas, segundo o IBGE (POCHMANN, 2006). Diante dessa condição de vulnerabilidade, o trabalhador não tem outra saída senão se submeter, se flexibilizar ante o poder do patrão, se dobrar, capitular, sob pena de não ter como sobreviver. Esse processo, que não atinge somente os desempregados, impõe uma nova condição para aqueles que estão empregados: a incerteza do emprego. E, empunhando a arma do desemprego contra a população de trabalhadores, o empregador tira proveito da situação impondo: reduções salariais (direitos econômicos); intensificações e extensividade das jornadas de trabalho, reduções ou extinções de direitos trabalhistas e condições precárias de trabalho (direitos sociais); proibição de proteção associativa (direito político), etc.

Aspectos que tratamos tanto no capítulo anterior quanto neste capítulo, considerando a jornada de trabalho como central para a verificação da hipótese, segundo a qual a extração da mais-valia vem se recrudescendo em virtude da desregulamentação das leis trabalhistas ao reduzir os direitos dos trabalhadores e propiciar condições precárias de vida. Assim, abordamos, o fenômeno da extensividade e da intensividade da jornada de trabalho e da falta de autonomia do indivíduo no atual quadro de precarização social.

6.1 EXTENSÃO DAS JORNADAS DE TRABALHO: A MAIS-VALIA ABSOLUTA

Há bem pouco tempo atrás, alguns intelectuais da sociologia acreditavam na possibilidade da descentralização da categoria trabalho na vida cotidiana da sociedade ocidental. Dentre eles, Claus Offe (1991), que ao analisar os efeitos das políticas do Estado do bem-estar social liberal do pós-guerra (2ª. Guerra Mundial) na Europa Ocidental,

defendia que a proporção do tempo de trabalho na vida de uma pessoa diminuía consideravelmente. As horas livres aumentavam e provavelmente iriam aumentar ainda mais, o que significava que as experiências paralelas, as orientações e outras necessidades, além daquelas baseadas no trabalho, estariam se tornando proeminentes. Naquele momento, a situação do trabalho aparecia mais como uma variável dependente de “humanização” do trabalho assumida pelo Estado do bem-estar e pelas políticas sociais e trabalhistas.

Na sociedade do *welfare state* o valor ético do trabalho se perdia na medida em que o Estado protegia qualquer desempregado através de seguros previdenciários. O desempregado não mais seria visto como alguém marginal e único responsável pelo seu destino. O Estado e a sociedade assumiriam a responsabilidade das conseqüências negativas do sistema capitalista: exclusão e pauperização crescentes. Por isso Offe entendia que tanto o trabalho como um dever ou como uma necessidade não estaria mais no centro da vida dos homens pertencentes a essa sociedade. Ele chegou a dizer que estímulos salariais não provocavam maiores efeitos, pois existia uma saturação com os bens de consumo na Europa Ocidental.

Provavelmente, se o sistema capitalista caminhasse para assimilar e permitir a expansão das políticas de bem-estar social, quiçá em um futuro próximo não estivéssemos mais presos à obrigatoriedade do trabalho como dever e como necessidade. Porém, com o fim dos Estados socialistas da Europa Oriental, o que vimos foi o declínio de todas as políticas sociais e trabalhistas dos Estados europeus. Contrariamente ao que Offe vislumbrou, a categoria trabalho continua sendo central nas pesquisas sociais e condição essencial para explicar as sociedades modernas, como demonstra os depoimentos dos entrevistados ao se referirem à jornada de trabalho a que são submetidos.

A jornada de trabalho, na perspectiva teórica de Marx (1988), deve ser compreendida como composta por trabalho necessário e mais-trabalho. O trabalho necessário sendo o tempo necessário para que o trabalhador garanta a sua subsistência, o que chamamos de salário, e o mais-trabalho o tempo que ele trabalha para o capitalista sem nada receber em troca, também compreendido como mais-valia. O mais-trabalho é pois a parte que o dono

do capital se apropria do trabalho que seu empregado realiza. É a forma que o empregador tem de explorar a mão-de-obra que para ele trabalha.

Com o avanço tecnológico do século XX surgem novas configurações de jornada de trabalho. Não vivemos mais na era exclusivamente industrial. O setor de serviços se faz cada dia mais presente no mercado de trabalho. Com isso o trabalho pode ser realizado numa fábrica, num escritório, na rua, em casa, em trânsito, enfim, situações que sugerem que devemos diferenciar o horário de trabalho — tempo em que efetivamente o empregado realiza tarefas para o empregador — da jornada de trabalho — período de tempo em que o empregado está à disposição do empregador. Fruto do avanço das tecnologias da comunicação, por exemplo, o trabalhador, mesmo não se encontrando no seu local de trabalho continua à disposição do seu empregador, conectado a este por meio dos modernos aparelhos celulares, computadores etc., podendo ser solicitado a qualquer momento do dia ou da noite. Então, como diferenciar o horário de trabalho da jornada de trabalho daqueles que seguem trabalhando em casa, ou daqueles que compõem a categoria do teletrabalho, que tanto pode ser realizado na empresa, em casa ou mesmo em espaços públicos?

Caso ilustrativo é o de **Úrsula**, funcionária de uma empresa de consórcio de concessão de rodovias, obrigada pelo patrão a ficar permanentemente conectada com a empresa por meio de um rádio:

— Eu trabalhava 24 horas com um rádio ligado e esse homem [o chefe] me perseguia. Aí eu falei que eu iria viajar em uma sexta-feira e eu só iria voltar na segunda, e ele me pergunta se ele precisasse de mim no final de semana... Eu falei que estava indo para um casamento e precisava descansar. Aquilo foi a morte. Aí o meu amigo falou que ele estava querendo me demitir.(...) Eu já sabia que iria ser mandada embora, porque eu falei que iria viajar. E ele sabia que eu precisava do emprego, até então o melhor emprego que eu tinha tido.

Apesar do artigo 7, inciso XIII da Constituição Brasileira determinar “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva

de trabalho”, o art. 62 da CLT deixa claro que para esse tipo de situação, fora do local de trabalho, a lei não protege o trabalhador. Ao contrário, a redação do artigo favorece o patronato, por entender impossível a comprovação efetiva de trabalho. Exemplo análogo, publicado em um jornal japonês, foi reproduzido por Mézaros, sobre a jornada de trabalho de um condutor de trem no Japão:

Os empregados impõem cotas estritas aos trabalhadores, o que significa longas horas de trabalho, e trabalho não pago colocado nas costas dos trabalhadores (...) Um condutor de trem, por exemplo, trabalhando para a East Japan Railways Co., a maior estrada de ferro do Japão, realmente cumpriu os seus deveres durante 14 horas e 5 minutos e manteve-se no local de trabalho durante 24 horas e 13 minutos, e a companhia não lhe pagou pelas 10 horas e 8 minutos restantes, dizendo que essas horas “não são nem horas de trabalho nem períodos de descanso (MÉZAROS, 2006, p.35).

Não foram consideradas nem horas de trabalho, nem horas de descanso, porque a empresa está considerando apenas as horas efetivas de trabalho e não a jornada de trabalho do condutor que ficou à disposição do patrão por 24 horas e 13 minutos. Como não foi caracterizado nem trabalho nem descanso, as horas não foram pagas. Essa condição está também presente na legislação brasileira como já salientamos.

O Japão, segundo Mézaros, vem tentando mudar a jornada de trabalho de 9 horas para 10 horas e de 48 h para 52 h a semana de trabalho, bem como instituir a permissão para que o trabalhador receba somente por 8 horas de trabalho, mesmo que trabalhe mais horas, caso seja necessário à produção. Método similar ao banco de horas já em uso no Brasil. Entretanto, o exemplo a seguir, assinalado por Mézaros, mostra que essa modalidade de tecnologia de gestão pode matar o trabalhador.

Alguns exemplos assustadores dos efeitos destrutivos desumanos do tal “trabalho arbitrário”, (...) mostram que atualmente as jornadas são ainda mais prolongadas. Por exemplo: um jovem programador de computador morreu devido ao excesso de trabalho, segundo a sentença do Tribunal

Distrital de Tóquio, na qual constava que ‘o tempo médio de trabalho anual era superior a 3 mil horas. Nos três meses anteriores à sua morte, o rapaz chegou a trabalhar trezentas horas por mês. Naquele momento ele estava ocupado em desenvolver um sistema de software para bancos’ (Japan Press Weekly, 28/3/1998). Outro caso de um jovem rapaz que morreu de ataque de coração devido ao excesso de trabalho: ‘nas duas semanas anteriores à sua morte, ele trabalhou em médio 16 horas e 19 minutos por dia’ (Japan Weekly, 4/4/1998) (MÉZAROS, 2006, p.35).

Na lógica do banco de horas, o rapaz poderia estar trabalhando em média 10 horas por dia, com a promessa de compensar tal esforço assim que o projeto estivesse acabado. Mas, antes de chegar ao fim, o trabalhador pode morrer, como demonstra esses dois casos no Japão. Parece inacreditável, mas estamos voltando aos tempos do período industrial do século XIX. Será que de nada valeram as longas e desumanas jornadas a que eram submetidos os operários — homens, mulheres e crianças — e os mineiros, que, com o suor do sangue foram conquistando por meio de lutas sindicais a redução e determinação de uma jornada mais humana de trabalho?

Mézaros expõe toda a sua perplexidade com “o reaparecimento do impulso à mais-valia absoluta, uma das mais retrógradas tendências do desenvolvimento do século XIX, em um dos mais privilegiados países do ‘capitalismo avançado’ [a Inglaterra]” (MÉZAROS, 2006, p. 38). Mas não é só no mundo avançado que a jornada de trabalho vem sendo estendida e intensificada. Aqui também a situação se agrava.

6.1.1 Jornadas extensivas e trabalho intensificado

Aureliano Buendía diz que sempre trabalhou duro nas empresas por onde passou. Em quase todas, com a exceção da instituição de poupança do setor público, sofreu longas jornadas de trabalho. No atual emprego é ainda pior:

— Três a quatro anos...assim é...não tem vida. Eu digo que quando eu ganho liberdade condicional eu vou dormir em casa.

E, enfatiza ainda mais sua metáfora quando compara o mundo do trabalho com o mundo prisional, ao complementar:

— banho de sol de 8h às 9h...

Sua observação, dita de forma irônica mas reveladora, traduz o inferno do seu cotidiano. A precarização das condições de trabalho e a precarização social que dela decorre está estampada com toda as suas matizes nessa metáfora. É preciso rir do seu próprio sofrimento para não pensar na tristeza que o excesso de trabalho lhe traz. Ironizar o sofrimento é uma forma de recalá-lo. Ao comparar a sua rotina profissional com a de um preso numa prisão, **Aureliano Buendía** se trai e inconscientemente desvela a infelicidade e o sofrimento contido dentro dele. Também não é para menos, sua jornada de trabalho é de aproximadamente 12 horas diárias, ao menos durante três semanas por mês:

— 9h, 9h30 eu tô lá. Teoricamente eu tenho duas horas de almoço, tem dia que eu tiro duas horas, tem dia que eu tiro menos, e...fico até 9h, 9h30... da noite. [...] Uma semana por mês que eu consigo sair 7h... 7h30, que é um horário assim, mais tranquilo... e o final de semana quando sobra. Mais ou menos dois já estão comprometidos. Ou compromete de manhã... ou compromete à tarde ou o dia inteiro... então isso tem que ser administrado.

Experiência de vida bem parecida é a de **Renata Remédios**, analista de sistemas, que tampouco tem uma jornada de trabalho definida e fica à disposição da empresa praticamente 24h por dia, 7 dias na semana:

— Eu não tenho horário pra entrar e nem horário pra sair, tem muita gente que fala ‘ai que legal isso é ótimo!’ Isso não é ótimo, muitas vezes essa rotina faz falta pra vida, entendeu? Pra você...organizar, pra você poder fazer um curso, poder se comprometer... um dos motivos que todo mundo fala hoje, eu tenho 5 anos de casada, eu não tenho filhos e não quero ter, aí eu já pensei várias vezes, eu gosto muito do que eu faço, adoro o que eu faço, pra eu ter um filho eu vou ter que parar de fazer o que eu faço, ou eu vou criar um filho igual você cria uma planta, e eu vou pagar alguém pra cuidar... Pra olhar... E no final de semana que eu chegar em casa, quando eu volto pra casa no final de semana, porque as vezes eu tô num lugar

longe e tem que voltar na segunda feira pra trabalhar eu fico lá, então pra você ter uma planta em casa e pagar pra alguém é melhor você não ter.

Filha de família classe média de Sergipe, entre ter filhos e formar uma família e trabalhar, ela optou pelo último. Mas, para justificar a sua escolha afirma gostar muito do que faz. Porém, não deixa de identificar os prejuízos da falta de rotina, do excesso de horas dedicadas ao trabalho.

Sennett acredita que a flexibilização do trabalho provoca no indivíduo um impacto no caráter pessoal, pois uma das principais características da mudança é a nova organização do tempo. A vivência cotidiana de um “Estado de incerteza”, Estado com letra maiúscula como anuncia Zygmund Bauman em sua obra a Modernidade Líquida, “faz da vida um inferno” (BAUMAN, 2001, p.28), porque mesmo que a vida se torne maçante, sem grandes emoções ou novidades, uma vida marcada pela rotina traz a sensação de proteção (SENNETT, 2000). Se todos os dias faço a mesma coisa acabo por criar a certeza que farei sempre a mesma coisa. Isso pode me entediar, mas também acena com a possibilidade de que não irei sofrer grandes transformações ou mudanças bruscas na minha vida diária e, portanto, mantereí o mesmo estilo de vida. Continuarei portador daquele *habitus* específico que me garante as disposições necessárias para conhecer as regras do jogo do campo (espaço social) do qual faço parte e assim jogar o jogo sem grandes desequilíbrios de força em relação aos outros jogadores do mesmo campo (BOURDIEU, 1997).

Assim, Sennett sublinha que a rotina reduz a liberdade individual, “pode apequenas, mas ela também pode proteger” porque “imaginar uma vida de impulsos momentâneos, de ações de curto prazo, destituída de rotinas sustentáveis, uma vida sem hábitos, é imaginar, de fato, uma existência sem sentido” (SENNETT *in*: BAUMAN, 2001, p.28). De certa forma é o que **Renata Remédios** demonstra, uma existência com sentido único, trabalhar. Sua jornada de trabalho, além de incerta, sem horários fixos, é bastante estendida:

- Na realidade eu entro na (empresa) por volta de umas 09h... 8h30min, 9h, às vezes tem uma reunião ou outra.
- “Então quer dizer que você não bate ponto?”

— Não! Não bato ponto, 9h, saindo 6h, mas ninguém sai 6h. Eu saio do trabalho 9h, 10h, aí às vezes você... Como acontece, meu marido tá viajando, e eu não tenho nada pra fazer em casa, não tem ninguém em casa me esperando, você fica até tarde no trabalho, então você fica até... Se você procurar, você trabalha por dia 24h por 7dias.

Ainda assim ela leva trabalho para ser feito em casa, como é comum aos profissionais da área de tecnologia de processamento de dados. O trabalho acaba por preencher todos os momentos do seu dia. O único fator inibidor para não se dedicar de corpo e alma é a presença do marido em casa. Do contrário,

— Levo, a gente tem um notebook e ele vive com a gente.

— “Mais o celular, evidentemente”.

— É! O celular também.

— “Assim o pessoal pode te achar”?

— Eles tem o telefone de casa da gente, e eles tem o celular, então assim... é normal meu celular tocar 9h da noite.

— “E fim de semana?”

— Fim de semana se for necessário sim.

Tanto a vida de **Renata Remédios** quanto a de **Aureliano Buendía** se resume ao trabalho. Mas não são só eles que agem dessa forma. Apesar de trabalhar em uma empresa de capital misto (estatal/privado), no Banco do Brasil há quase 26 anos, **Remédios** tem um cotidiano muito parecido, pois fica à disposição da empresa ou do chefe toda e qualquer hora do dia ou da noite:

— Chego no Banco às 9h e não tenho horário de sair. Quer dizer, venho almoçar em casa porque meu marido faz questão de almoçar em casa. De uma às três. Aí, volto pro Banco e não tenho horário de sair. Nas duas últimas semanas, eu saí, uns quatro ou cinco dias, onze da noite. O meu normal d’eu sair é oito e meia, nove horas. Nunca trabalho só oito horas, nunca. Eu tomo remédio pra dormir e remédio pra acordar. É verdade. Olhe só: eu recebo de trabalho, em média, duzentos e-mail por dia, fora as atividades normais, fora as reuniõezinhas, fora as conversas, é muito, é muito. É assim... fora os funcionários que demandam atenção por e-mail,

qualquer passo que eles fazem eles mandam uma cópia por e-mail. O e-mail deixa a gente maluco, o e-mail é o maior culpado. Deixa eu explicar a estrutura do trabalho que estou fazendo, o projeto tá começando com piloto em seis estados, já com uma meta de dois bi e duzentos, um pilotinho pequeno, em cada estado tem uma gerência regional e uma gerência de núcleo, cada gerente regional pode ter até uns cento e vinte pessoas. Então, eu controlo, eu trato do desenvolvimento do produto e eu tenho ainda que controlar uma rede. Então, por exemplo, um cara laaaaá de Fortaleza manda um e-mail: “Remédios, o negócio é o seguinte, o que aconteceu hoje aqui foi assim... essa situação é nova, como a gente faz?” Depois, outro e-mail: “Remédios, você não acha que estou trabalhando muito?” Lá vou eu pra DIPE (setor de RH) e assim por diante, não pára.

Ela também só tem como limite às jornadas intermináveis o marido que exige a sua presença em casa para almoçar. Fora isso, sua vida se resume ao Banco do Brasil. Não existe vida fora do mundo do trabalho. A intensividade e a extensividade lhe deixam com um nível de angústia tal que faz com que ela só durma e acorde a base de calmante e estimulante.

Contradizendo as correntes da Sociologia que não vêem mais o trabalho como determinante da formação do sujeito, **Renata Remédios, Remédios e Aureliano Buendía** mostram claramente a presença marcante e sufocante do trabalho em suas vidas. É difícil imaginar um trabalhador, preso às metas que condicionam a sua remuneração, e, portanto, definem o seu padrão econômico, conseguir se desligar dos problemas e das pressões diárias do trabalho para livremente fruir suas horas de não trabalho. É incrível que esses três executivos ao sair do escritório se livrem das questões que ficaram pendentes durante o dia, e não as levem consigo quando voltam para casa. Ao contrário, eles se dão conta e aceitam pragmaticamente o fato de cada vez mais o trabalhador, seja da iniciativa privada ou não, seja cooptado a permanecer o mais tempo possível no local de trabalho. Há alguns anos eram apenas os operários que passavam todo o dia trancafiados numa fábrica. Atualmente, além das categorias mais frágeis do sistema produtivo tais como os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os operários da construção civil no Brasil, as empregadas das *maquiladoras* na América Central ou operários na China, os

grandes executivos do setor privado também são constrangidos a passar a maior parte de seu tempo dentro da empresa ou em função desta.

Por isso Dejours sublinha que “ a empresa é o centro estratégico da nova dominação”¹⁴⁹ condição que denota, segundo ele, a “centralidade política do trabalho” (DEJOURS, 2006). A noção de « centralidade política do trabalho » difere da noção de centralidade subjetiva do trabalho, esta responsável pela formação do “me”, como também responsável pela boa saúde do trabalhador, acrescenta o autor. O trabalho, é segundo ele, um objeto de desejo da nossa sociedade que se apresenta a nós como uma promessa de algo positivo. Essa promessa pode se concretizar em função de determinadas relações de trabalho resultando na constituição de um “me” positivado, confiante em si mesmo, valorizado socialmente. Entretanto, ela pode falhar e aí provocar a autodepreciação do indivíduo, podendo levá-lo, em última instância, ao suicídio. Vale lembrar que o ano de 2007 foi marcado por seis suicídios de funcionários da indústria automobilística Peugeot, na França, somente no primeiro semestre¹⁵⁰, e três na indústria Renault.

A centralidade política do trabalho se verifica, por exemplo, nas estratégias adotadas pelas grandes empresas e corporações para manter o seu empregado o maior tempo possível preso no escritório, por meio da prática de oferecer serviços dentro das suas instalações, tais como: restaurante, academia, massagem, e às vezes mesmo bebidas alcoólicas, sob o argumento de que está dando um algo mais aos seus executivos. Um algo mais que praticamente o “obriga” a passar a maior parte do seu tempo no trabalho e uma ínfima parte fora dele, em casa, com a família ou com amigos. O que reclamar de uma empresa tão ciosa do bem-estar de seus empregados?

O debate atual tem se fixado em discutir se vale a pena ou não trabalhar tanto, apenas pelo dinheiro, abrindo mão de usufruir uma vida com mais qualidade, com mais tempo livre para si. Por isso, temerosas de perder um competente funcionário, e interessadas em otimizar a relação custo/benefício, as empresas oferecem “mimos” para mostrar que se

¹⁴⁹ “l’entreprise est le centre stratégique de la nouvelle domination » (tradução livre).

¹⁵⁰ LEMONDE, Économie : “Sixième suicide chez PSA depuis le début de l’année », em 16.07.2007. disponível em : www.lemonde.fr , acessado em 16.07.2007.

preocupam também com a qualidade de vida do ser humano que para ela trabalha. Ser humano que ela irá “arrancar-lhe o couro” em busca de produtividade máxima.

Contra o estresse, a ansiedade e a tensão, vale tudo, até patrocinar bebidas alcoólicas aos empregados durante o expediente como relatado na matéria “O futuro do trabalho” publicada na Revista Época, em novembro 2007. Ao invés do cafezinho, uma cervejinha. Não importando, é claro, o quanto isso poderá repercutir na saúde do trabalhador. O que importa são resultados econômicos, produtividade, lucro.

A empresa, na qual **Aureliano Buendía** trabalha, não foge à regra. Também lá oferecem plano de saúde, fundo de pensão, clube, ticket restaurante e assistência odontológica. Porém, a direção entendeu que esses benefícios não estavam sendo suficientes para promover o bem-estar dos seus funcionários e assim desenvolveu um projeto social¹⁵¹, voltado exclusivamente para o público interno. Essa proposta, “comprometida” com a qualidade de vida dos trabalhadores, realizou convênios com instituições tais como academia, fisioterapeuta, psicólogo etc., garantindo ao usuário um desconto no preço da prestação de serviço. Ora, por que desenvolver um projeto que promove o acesso a serviços da área de saúde considerando que os funcionários já são contemplados com plano de saúde? Por que oferecer serviços especializados como fisioterapia e psicólogo, se não for em razão de um alto índice de incidência de doenças do trabalho decorrentes de precárias condições de trabalho? Por que não oferecer mais acesso ao lazer?. Ao invés disso a empresa aprimora os benefícios a tratamentos médicos.

Ao que parece só vamos ao médico quando estamos com algum problema de saúde, alguma doença. Entretanto, o “algo mais” que a empresa de **Aureliano Buendía** oferece denuncia a postura de uma instituição mais preocupada em não deixar o seu funcionário perecer para poder sugar ainda mais a energia que ainda lhe resta, do que proporcionar momentos que ele possa de fato usufruir prazeres que lhe dêem melhor qualidade de vida. Por trás desse discurso preocupado com a qualidade de vida do trabalhador, com a sua felicidade, se esconde, quem sabe, a preocupação institucional com os males da

¹⁵¹ A fim de resguardar a identidade do nosso entrevistado o nome do projeto foi omitido.

LER/DORT - Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, ou ainda doenças depressivas como o estresse.

Mas também o professor do ensino superior privado cumpre longas jornadas, não exclusivamente em sala de aula. Esse é o caso de **Pilar Ternera**:

— Agora estou dando aula... Faculdade particular.

— “Em quantas faculdades particulares você dá aula?”

— Duas. Agora... dois turnos. Uma loucura. É atualmente eu estou trabalhando em três atividades diferentes. É um magistério em uma faculdade, um magistério em outra faculdade e advogando. Advogando eu estou desde 2001, tipo o ano que eu formei. Na faculdade mais antiga eu estou desde 2004.

— “Agora eu quero que você me explique como você se organiza em termos de tempo, o seu tempo de trabalho e o seu tempo de lazer? Quantas horas você trabalha por dia? Não quero só de sala de aula não. Você tem vários empregos. Quantas horas do seu dia você se dedica ao trabalho e quantas horas do seu dia você tem para você?”

— Pois é... Essa é uma pergunta muito difícil. Nos dias atuais eu reputo que eu só tenho trabalhado eu tenho pouco tempo... Eu não faço nada de lazer e eu só durmo quando eu chego em casa. (...) Eu acordo cedo. 6h40 da manhã porque eu tenho que estar na faculdade às 8h e no lugar onde eu moro engarrafa, então tem que sair cedo. Eu começo a trabalhar às 8h e fico até 15 para o meio-dia, aí, enfim... almoço e tal. (...) é uma coisa meio irregular, mas vamos assim... na média... deve ser meio-dia até uma e meia, às vezes duas... às vezes eu começo mais tarde mas aí... tal... a tarde como eu me dedico para advogar eu não tenho um horário fixo. Existem dias da semana que tem audiência ou que eu tenho coisas a fazer no tribunal aí eu vou e fico lá... esperando a audiência, aquela coisa.

— “Mais ou menos quantas vezes por semana você tem que ir ao tribunal?”

— Vamos colocar uma média de 2 vezes por semana. Duas tarde por semana eu estou no tribunal, que eu tenho que fazer algo efetivamente, ou eu tenho que olhar acompanhamento ou tenho que fazer audiência. Nas outras três tardes, ou eu estou fazendo os processos, aí eu estou na minha casa, eu reputo que isso é um pouco mais calma por você estar em casa...

— “Mas você continua trabalhado ?”

— Continuo trabalhando... aí ou eu faço as peças ou eu corrijo provas... a tarde toda. No final da tarde já é aquele período de fazer um lanchinho e tomar banho porque já tenho que sair também porque a aula começa às 7 horas e também engarrafa para sair, então eu tenho que sair de casa por volta das 6h10, 6h15. A aula termina às 11 para às 11. Até os alunos terminarem de conversar com a gente e chegar em casa às 11h15, 11h30 (da noite). Isso de segunda a sexta.

— “A sua jornada de trabalho está aí entre... Exatamente está entre 7h30 da manhã e às 11h30 da noite”

— É.. sem parar!

— “E no final de semana?”

— Aí sábado... (gargalhada) aí sábado eu estou na monografia de 8h da manhã até 11h30.

— “Trabalho também?”

— Trabalho. Orientação de monografia.

— “A manhã toda?”

— A manhã inteira... de 8h30 às 11h30, vai, porque eu não chego lá às 8 horas.

— “Quando você sai? Tarde de sábado, noite de sábado e domingo o que você faz? Você trabalha alguma hora desses dias?”

— Dependendo do período do semestre, sim. Muitos semestres eu estou preparando prova para aplicar, fazendo, elaborando as provas e quando não estou corrigindo as provas.

— “Em que momento você não tem nada para fazer?”

— Que momento eu não tenho nada para fazer? Normalmente sábado à tarde eu pego para não fazer nada.

Certamente em razão dessas jornadas alucinadas de trabalho, em busca de formar uma renda de pouco mais de 10 salários mínimos, o ano de 2007 foi particularmente difícil para ela¹⁵². Ela sofreu deslocamento de retina nos dois olhos que a obrigou a se afastar do trabalho por um semestre para fazer duas cirurgias e se recuperar. Como trabalha com carteira assinada pode entrar de licença junto ao INSS.

6.1.2 *Intensidade versus extensão*

¹⁵² Em contato posterior ao da entrevista ela narrou esse fato numa troca de email.

Os relatos desses entrevistados, três executivos no nível de gerência média, de três importantes setores da economia — telecomunicações, tecnologia da informação e finança, respectivamente, e uma advogada professora do ensino superior privado comprovam o quanto são submetidos tanto à intensidade da jornada de trabalho quanto à sua extensão. As jornadas desses profissionais são ao mesmo tempo quase que intermináveis e ainda intensificadas em razão dos meios tecnológicos que eles utilizam: computador, celular, internet, avião... enfim, a instantaneidade da comunicação favorece essa intensidade, quando permite que tudo seja resolvido aqui e agora. O processo de informação em tempo real os sobrecarrega de fatos novos, muitas vezes problemas a serem resolvidos. Soluções que precisam ser dadas o mais rápido possível, porque o capital, como diz Sennett (2000), tem pressa.

O avanço tecnológico dos meios de produção vêm promovendo um fenômeno que não é novo, mas pensava-se já ultrapassado: a extensão da jornada de trabalho. A jornada continua sendo determinante para estipular o preço da força de trabalho, que segundo Marx (2005), é definido pelo valor dos meios de subsistência; custos de formação do trabalhador que variam de acordo com o modo de produção e as diferenças de gênero e idade. No entanto, ele apenas considera, na sua análise, o valor dos meios de subsistência para o cálculo da remuneração do trabalho.

Considerando a jornada de trabalho como variável e composta por trabalho necessário — tempo em que o trabalhador trabalha para pagar a sua subsistência — e trabalho excedente —, é preciso pois compreender o papel que tanto a extensão quanto a intensificação da jornada têm no cálculo da força de trabalho, ou melhor, do salário. O tempo de trabalho necessário é constante, mas a jornada total é variável. O trabalhador sempre trabalha algumas horas a mais que o tempo de trabalho necessário. Esse a mais, Marx chamou de mais-trabalho, ou mais-valia. Se o tempo de trabalho necessário de um trabalhador equivale a 6 horas e a sua jornada é de 8 horas, a mais-valia ou o mais-trabalho roubado pelo patrão equivale a 2 horas de trabalho. Mas o capitalista consegue ampliar o seu ganho com o mais-trabalho, sem contudo alongar a jornada de trabalho. A produção da mais-valia se limita às horas de trabalho excedentes. Portanto, para aumentá-la o capitalista precisa conseguir reduzir o tempo do trabalho necessário. O prolongamento do mais-

trabalho corresponderia à redução do trabalho necessário, ou seja, de uma parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora, utilizava de fato, para si mesmo, e passa a ser tempo de trabalho para o capitalista.

Assim que se estabelece o modo de produção capitalista e se torna modo geral de produção, sente-se a diferença entre a mais-valia absoluta e a mais valia relativa, quando o problema é elevar a taxa de mais-valia. Admitindo que a força de trabalho seja paga pelo seu valor, ficamos com a alternativa: dados a produtividade do trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível elevar a taxa de mais-valia com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho¹⁵³; dada a duração da jornada de trabalho, só é possível elevar a taxa de mais-valia variando relativamente as magnitudes das suas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente, o que pressupõe (admitida a hipótese de que o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho) variação da produtividade ou da intensidade do trabalho¹⁵⁴ (MARX, 2005, p. 580).

Marx (2005) ressalta então que para calcular o preço da força de trabalho somado à mais-valia, ou seja, o preço do trabalho necessário e do mais-trabalho, que compõem juntos uma jornada de trabalho, é preciso considerar a duração do trabalho, a intensidade do trabalho e a produtividade do trabalho. Nesse sentido, podemos notar que há uma clara distinção entre a jornada estendida e a jornada intensiva. A primeira se dá apenas pelo prolongamento da duração de tempo do trabalho, e o mais-trabalho corresponde ao que Marx denomina de mais-valia absoluta. Já a segunda, a jornada intensiva refere-se à intensificação da produção aliada a uma produtividade positiva ou negativa, onde os meios tecnológicos exercem um papel determinante, aumentando a mais-valia sem contudo ter necessariamente que aumentar o tempo da jornada. A intensificação da produção, nessas condições, produz então a mais-valia relativa. Sadi Dal Rosso salienta a importância de:

Distinguir intensidade de produtividade do trabalho [pois] se ambas as categorias são responsáveis por expressar incrementos nos resultados

¹⁵³ Grifo nosso.

¹⁵⁴ Grifo nosso.

obtidos do trabalho, as origens e as forças responsáveis pela produção de tais resultados são completamente diferentes. Reserva-se a categoria de produtividade para a obtenção de resultados superiores em qualidade e quantidade, decorrentes de investimentos em tecnologias materiais inovativas e organizativas que não requeiram maior consumo das energias pessoais. Por outro lado, a categoria de intensidade refere-se ao esforço gasto pelos indivíduos no processo de trabalho. A intensidade tem a ver com o investimento das energias das pessoas com o trabalho. Refere-se ao desgaste da pessoa com o trabalho (DAL ROSSO, 2006, p. 4).

Já no século XXI imagina-se que não mais seria necessário longas jornadas de trabalho. Fala-se sempre da substituição do homem pela máquina. Os avanços tecnológicos são de tal ordem propagandeados que ninguém acredita na necessidade do homem dedicar tantas horas ao trabalho, haja vista a parafernália eletrônica que tudo pretende resolver. Mas o que estamos assistindo, como disse Mézaros (2006), é o retrocesso nas relações de trabalho, pois não satisfeito com a produção da mais-valia relativa, o capital necessita intensificar o ganho também por meio da exploração da mais-valia absoluta. Contrário ao que pensou Claus Off, cada vez mais os avanços tecnológicos estão permitindo aos capitalistas manterem seus empregados presos a eles por longas e intensivas jornadas de trabalho em busca de maior produtividade.

Mas, graças a elevação da intensidade do trabalho e ao prolongamento forçado da jornada de trabalho, a mais-valia aumentou, então, absoluta e relativamente. Foi o período em que o prolongamento sem limites da jornada de trabalho conquistara direitos de cidadania¹⁵⁵, período que se caracterizara especialmente pelo incremento do capital, de um lado, e pelo pauperismo, do outro (MARX, 2005, p. 600).

Essa passagem do século XIX, que retrata a intensificação da extração da mais-valia, bem poderia estar descrevendo situações dos dias atuais. Porque tanto **Aureliano Buendía**,

¹⁵⁵ Quando Marx, nesta passagem, faz alusão aos direitos de cidadania dos trabalhadores forçados a longas jornadas de trabalho, ele está na verdade sendo irônico em relação a uma passagem de Malthus que tece elogios aos esforços da classe trabalhadora em favor do crescimento capitalista em tempos de carestia.

quanto **Renata Remédios** e **Remédios** são roubadas diariamente horas de mais-trabalho ao estarem à disposição do patrão quase que as 24 horas do dia. **Aureliano Buendía** tem longos períodos de trabalho, mas sua jornada não termina ao sair do local de trabalho pois está conectado com a empresa o tempo todo. **Renata Remédio**, não só leva trabalho para ser feito em casa, como atende clientes em seu celular a qualquer hora do dia e da noite, além de sonhar com as atividades que precisa realizar.

— você não consegue desligar a roda viva dentro de você, tem dia que você sonha com o que você está fazendo, você está envolvida num projeto... Você dorme pensando nessa meta e o cliente complicado, qual minha próxima estratégia, a sua cabeça não para, lógico.

Remédios, do Banco do Brasil, vive caso semelhante. Então, como calcular, mensurar a intensificação da extração da mais-valia absoluta? Marx sugere, a partir de relatórios feitos por inspetores de fábrica, entre 1856 e 1858, um cálculo rápido desses roubos de horas não pagas em razão do alongamento da jornada, para além do tempo de mais-trabalho oficializado nos contratos de trabalho, que podem significar aumentos significativos de mais-valia para o capitalista, ao final de um ano de trabalho:

‘Se se prolonga a jornada de trabalho diariamente em 5 minutos, acima da duração normal, obtém-se 2 ½ dias de produção por ano’. ‘Uma hora adicional diariamente, ganha, com furto de um pedacinho de tempo aqui, logo ali de outro pedacinho, faz, dos 12 meses do ano 13’ (MARX, 1988, p. 185).

1. Tomemos o exemplo de **Aureliano Buendía**. Ele trabalha em média 11 horas por dia durante a semana de cinco dias, sem considerar os sábados que ele também trabalha. Ora, se a jornada normal, como prevê a Constituição Federal, é de 8 horas, ele ultrapassa esse limite em 3 horas. Considerando apenas os 5 dias da semana, são 15 horas semanais, 60 horas mensais. Se ele trabalhasse 8 horas por dia, durante 5 dias na semana, seriam 40 horas semanais, o que mostra que as 60 horas mensais a mais equivalem a 1 semana e meia de roubo de mais-trabalho pelo empregador, durante 1 mês apenas de trabalho. A cada mês de trabalho, **Aureliano Buendía** está

sendo extorquido, além da mais-valia que compõe a jornada normal, em 1 semana e meia de mais-trabalho sem ter como denunciar tal arbitrariedade. A cada mês ele contribui com 1,5 semanas de mais-trabalho gratuito, e em um ano, o capitalista rouba dele 18 semanas de mais-valia absoluta, o que equivale a trabalhar mais 4,5 meses gratuitamente, ao longo de um ano.

Chegaremos a resultado bastante parecido se fizermos as contas de quanto **Renata Remédios** e **Remédios** são também expropriadas anualmente, além do já previsto na jornada normal de 8 horas de trabalho. É preciso pensar que esses executivos não só trabalham de forma intensiva, como também estão submetidos a longuíssimas jornadas de trabalho se considerarmos também o tempo em que ficam à disposição do empregador ou, que dá no mesmo, dos clientes. E para que isso funcione bem, a gestão baseada em valor exige do empregado cumprimento de metas, instituindo a prática do salário variável, em forma de aposta, conforme mostrou o exemplo de **Renata Remédios** (analista de TI), citado no capítulo 5.

Isso sem contar o impacto que a intensificação e extensão da jornada de trabalho, isto é, a intensificação da expropriação da mais-valia produz na saúde do trabalhador. Além de ser roubado na sua capacidade de produzir, o trabalhador é também roubado no seu direito à vida, a ter uma vida longa e saudável, como se verifica no relato de **Pilar Ternera** que quase perde a visão. Mas, vejamos também o caso de **Amaranta**. Sua situação de trabalho difere um pouco da de **Aureliano Buendía**, **Renata Remédios**, **Remédios** e **Pilar Ternera**, porque ela é funcionária pública, técnica hospitalar e trabalha num hospital público, situado em uma das regiões administrativas do Distrito Federal. Apesar de trabalhar numa instituição pública, a sua condição de trabalho não é melhor do que a deles.

Sua jornada de trabalho, por exemplo, é intensa, longa e variável. Ela tanto trabalha de dia quanto dá plantões à noite, e pode trabalhar por quase dois dias ininterruptamente. Atualmente trabalha na emergência, em regime de plantão, das 19h às 7h, mais ou menos três plantões semanais. Sua carga horária, diz ela, é de 36 horas semanais. Entretanto, como estava substituindo a chefe do setor de emergência, no dia da entrevista,

— eu estou passando aqui 24 horas, 36 horas corridas. (...) Aí faltou funcionário eu tenho que cobrir. Hoje o meu horário é das 19 às 7 da manhã. Mas amanhã eu terei que ficar o dia todo porque terá só um funcionário no setor e não pode ficar um só. Como eu estou escalada à noite eu vou ficar amanhã à noite também, então só saio depois de amanhã às 7 da manhã”.

— “Você começou hoje às 3h da tarde?”

— hoje eu estava às 3h da tarde com o menino. Fui levar o garoto no SARAH156. quando a carga horária está certa, ninguém falta, eu faço 3 plantões e descanso o resto.

Não há dúvidas de que é humanamente impossível alguém trabalhar, ou melhor, responsabilizar-se pela área de atendimento ao público do setor de emergência de um hospital público, sobretudo no Brasil, durante trinta e seis horas corridas. **Amaranta** apenas cochila num quartinho bem apertado e sem banheiro, equipado com uma cama beliche e um armário de ferro onde os funcionários guardam os seus pertences.

Diante de tanta precarização do trabalho que se comprova pelas péssimas condições de trabalho, não há como não se perguntar como um ser humano consegue atender pessoas em estado grave, considerando que as suas condições físicas e psicológicas já ultrapassaram em muito os limites que o organismo pode suportar? Como exigir de um ser humano que ele trabalhe por 36 horas corridas? Que reflexos têm na sua saúde física e mental?

Amaranta explica que o serviço de atendimento aos pacientes que chegam à emergência não pode jamais parar. Mas para que isso aconteça o funcionário que está no plantão só pode deixar o turno quando o colega chegar para substituí-lo. No entanto, pode haver atrasos, faltas etc... E quando isso acontece o plantonista precisa aguardar que o chefe, no caso **Amaranta**, providencie a substituição. Geralmente é ela mesma quem assume o posto, como mostra o caso recente, por ela narrado: sob a sua supervisão no setor de emergência, ao completar às 24h no plantão, o funcionário pegou as suas coisas e foi embora largando o setor sem ninguém. Isso, segundo ela, é uma falta grave, conforme as

¹⁵⁶ Uma das suas funções é acompanhar o paciente durante a transferência de hospital. No caso em questão, precisou acompanhar um menino doente que estava sendo transferido para o Hospital Sarah Kubitchek.

regras da instituição. Mesmo que o funcionário do turno seguinte não tenha chegado, ele não pode se ausentar antes da chegada de algum outro que venha cobrir o plantão do faltoso:

— Ele abandonou o setor. Lá na emergência não pode, lá é 24 horas. Se der 7 horas da manhã e eu for embora, se chegar um paciente e ele morrer, eu que respondo o processo. Aí ele sabe disso. Para ele não assumir a culpa e eu estou de chefe, e estava aqui no retorno... ele jogou pra cima de mim, falou que ligou no meu celular. Mas ele não ligou... e que não tinha lei nenhuma que dizia que ele não podia sair de lá. Mas existe. Eu olhei no diário oficial e existem várias leis dizendo. Mas ele está morrendo de medo porque ele sabe que vai sobrar pra ele.

Aqui também os riscos e as culpas devem ser individualizados. É patente a falta de solidariedade entre os funcionários. Cada um quer se livrar da culpa jogando-a para cima do outro sem se dar conta de que a responsabilidade por qualquer falha é, nesse caso, administrativa. É o funcionário quem deve assumir sozinho a responsabilidade por um problema da ordem da administração hospitalar. Se o seu substituto falta, você deve continuar no trabalho até que resolvam colocar alguém no seu lugar, independente dos compromissos que porventura você tenha que cumprir fora do trabalho, após o seu horário de expediente. Será que o funcionário não tem horário determinado para chegar a casa e assumir os cuidados com o filho para que a sua companheira possa sair para trabalhar? A gestão do trabalho age como se só houvesse o tempo de trabalho na vida do trabalhador. Por isso as administrações funcionam de forma enxuta, com o mínimo necessário de mão-de-obra, sem sobra para eventuais ausências, doenças, licenças, férias, etc. São os funcionários que arcam com esse mais-trabalho gratuitamente, sob o risco de serem ainda responsabilizados pela morte de algum paciente, mesmo que não sejam médicos.

Não só **Amaranta**, mas todos ali trabalham sob pressão máxima, tanto em razão do horário de trabalho quanto ao tipo de serviço: o de ter que lidar rotineiramente com a doença e a morte de adultos e crianças. Trabalho considerado de risco, por ser realizado em lugar insalubre, propício a contaminar os trabalhadores com vários tipos de doenças. A precariedade das condições em que esses profissionais trabalham se reflete, certamente também, nos cuidados que requer um paciente em estado grave.

Esse quadro não é apenas uma característica dos países em desenvolvimento, ele se verifica também nos países desenvolvidos, fenômeno que levou os sociólogos Michel Gollac e Serge Volkoff a privilegiar os processos de extensão da jornada de trabalho, como fator importante para a compreensão das condições de trabalho. Diante da realidade que encontraram, formulam uma pergunta bastante pertinente: “Isso é hora de se trabalhar?”

Após analisarem estudos feitos sobre a produtividade do trabalhador em atividade, nos diferentes horários do dia e da noite, observam que:

A maioria das funções biológicas ou psicológicas apresenta uma ritmicidade durante as vinte e quatro horas dita circadiana [Quéinnec, 1993]. A temperatura do corpo, a força muscular, a frequência cardíaca em repouso, a rapidez das respostas motoras, mas também as performances da memória de curto prazo e as capacidades de raciocínio lógico são maximizadas a um determinado momento do dia, e minimizadas em outro momento. Esses ritmos não se dão em uma mesma fase: para a memória o máximo é atingido em torno do final da manhã, para as respostas motoras por volta de meio-dia, para a força motriz no início da noite. As conseqüências de uma exigência do organismo humano não são portanto as mesmas numa determinada hora ou noutra. Se o trabalho obriga a memorizar informações, exercer força ou permanecer vigilante em horas anormais, esses atos não se efetuarão de forma fácil, performante, e protetores da saúde. Por outro lado, os horários de trabalho determinam os períodos de sono e as horas das refeições. Ora, os diferentes momentos do dia e da noite não são tampouco propícios à alimentação, nem sobretudo ao sono [Foret, 1978] (GOLLAC e VOLKOFF, 2000, p.47)¹⁵⁷.

¹⁵⁷«La majorité des fonctions biologiques ou psychophysiologiques présente une rythmicité sur vingt-quatre heures, dite circadienne [Quéinnec, 1993]. La température du corps, la force musculaire, la fréquence cardiaque au repos, la rapidité des réponses motrices, mais aussi les performances de la mémoire à court terme et les capacités de raisonnement logique sont maximales à tel ou tel moment de la journée, minimales à d'autres moments. Ces rythmes ne sont pas tous en phase : pour la mémoire le maximum est atteint vers la fin de matinée, pour les réponses motrices au milieu de l'après-midi, pour la force motrice en début de soirée. Les conséquences d'une sollicitation de l'organisme humain ne sont donc pas les mêmes d'une heure à l'autre. Si le travail oblige à mémoriser des informations, exercer de la force, ou rester vigilant, à des heures anormales, ces actes ne s'effectueront pas de façon aussi aisée, performante, et protectrice pour la santé. Par

São fatores, dizem eles, que precisam ser observados em relação a aspectos específicos do cotidiano do trabalhador como por exemplo: o conteúdo do trabalho que realizam em horário anormal e o nível de pressão que um atendimento de urgência demanda ou o público exige, como sugere a prática das atividades hospitalares. A desorganização dos horários de trabalho tem reflexos importantes na vida do trabalhador. Podemos levantar múltiplas questões a respeito: como coincidir o horário de trabalho com os horários dos transportes públicos urbanos, já que esses não circulam dia e noite em Brasília? De que maneira a jornada estendida afeta a sua saúde? Como se ressentem, física e psicologicamente, dessa jornada de trabalho caótica? Como afeta a sua subjetividade? Que estratégias adota para suportar essa sobrecarga física e emocional? Quais os efeitos na relação familiar, tanto com os filhos, como também com o marido ou a mulher? Principalmente se for mulher, como organiza a vida doméstica?

A questão familiar foi apontada por **Amaranta** como sendo a sua maior fonte de insegurança em relação às incertezas que seu trabalho lhe traz:

— A única insegurança que eu tenho, que às vezes me aflige muito, é só... eu fico pensando nos meus filhos e no meu marido. Ele me fala que qualquer hora dessas vai me largar. Me fez um monte de proposta para eu largar aqui. Ele me pagaria o que eu ganho aqui para ficar em casa para eu não ficar estressada. A insegurança é só porque eu fico longe dos meus filhos.

Seu desabafo mostra o quanto o trabalho precarizado tem efeito negativo nas relações mais preciosas do sujeito, as da sua intimidade, as do seu lar, da sua família. Com dois filhos adolescentes, sabe da importância da presença diária da mãe no processo de socialização dos filhos. Como sabemos, o trabalho, por ter característica relacional, quando precário, precariza a vida do agente e daqueles que fazem parte do seu universo de relações, sociais, econômicas, políticas ou culturais.

ailleurs les horaires de travail déterminent les périodes de sommeil et la prise des repas. Or les divers moments de la journée et de la nuit ne sont pas également propices à l'alimentation ni, surtout, au sommeil» (tradução livre).

Até certo ponto, o desgaste da força de trabalho inseparável do prolongamento da jornada de trabalho pode ser compensado com maior salário. Além desse ponto, o desgaste aumenta em progressão geométrica e se destroem ao mesmo tempo todas as condições normais para a reprodução e a atividade da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de exploração desta deixam de ser grandezas comensuráveis (MARX, 2005, p. 599).

Seguindo o raciocínio de Marx, verificamos que a associação da extensão da jornada com a intensificação da mesma põe em risco a saúde do trabalhador que sente o impacto dessa dupla exploração tanto no sistema físico, quanto mental. As excessivas e intensas jornadas de trabalho também atingiram a saúde de **Rebeca Montiel** (doméstica desempregada):

— Agora eu trabalhei, trabalhei em uma casa que a mulher ficava nervosa e queria descontar em mim. Trabalhava de segunda a sábado, quando tinha feriado eu trabalhava feriado e ainda trabalhava domingo quando tinha festa e ela não me dava um centavo. Um dia minha mão estava inchada, eu tive uma infecção de tanto passar roupa aí ela pegou, chegou para mim e começou a gritar comigo. Eu fui no hospital de Base, deu infecção. Eu tô na lista de espera. Eu fui falar para ela que eu não podia fazer as coisas porque eu estava com dor no braço. Eu estava trabalhando de atestado, estava trabalhando para não deixar ela na mão porque ela tinha operado de câncer. Quem tem dó... tem um dizer... eu fui ter dó dela e acabei... ficando prejudicada porque ela me deu o aviso só que eu tava fazendo de tudo para ela me dar aviso, só que ela não me dava. De quando eu saí de lá já entrou bem umas 16, 17 meninas, fica uma semana e sai. O filho dela ninguém gosta dele porque ninguém agrada ele em nada. Mas eu segurei as pontas. Ela fala que gosta muito de mim. Ela já deu referências minhas muito boas.

Ela trabalhou tão intensivamente que chegou a contrair uma infecção na mão de tanto passar roupa. O grande problema das empregadas domésticas no Brasil é a inexistência de fiscalização trabalhista, tanto por parte dos sindicatos quanto por parte dos órgãos oficiais competentes. Os patrões podem fazer de tudo sem nunca serem molestados por delegados do trabalho, por exemplo.

Isto posto, é importante destacar que a extensão indiscriminada da jornada de trabalho, para além do que prevê a CLT, vem se tornando uma realidade corriqueira, não só entre os executivos de todos os níveis, mas em diversas categorias profissionais no Brasil, bem como a dos trabalhadores informais e a das empregadas domésticas:

Entretanto, os órgãos oficiais de pesquisa quantitativa ainda não incorporaram o fenômeno das jornadas extensivas em suas variáveis. O próprio Dieese, autor da Nota Técnica nº 57, de novembro 2007, defendendo a redução da jornada de trabalho de 44h para 40h semanais, visando à promoção de novos empregos, não faz menção à exploração desumana que vem sendo praticada com a extensão indefinida da jornada. Segmentos como o setor de finanças, o de telecomunicações, o de tecnologia da informação, o de magistério privado, o de comunicação de massa, o de serviço doméstico, o de trabalho informal e mesmo determinados setores do serviço público, como os hospitais, vem impondo jornadas de 60 horas semanais, em média, como mostram os relatos de representantes desses setores aqui analisados. Pochmann concorda também com a proposta de redução da jornada pois acredita que o país tem condições de ser tão produtivo quanto tem sido, ocupando todos os trabalhadores em jornadas de apenas 36 horas semanais. Estratégia que poderia ser adotada para reduzir significativamente o desemprego diz ele:

Todos poderiam ter trabalhado se a jornada fosse melhor distribuída. Trabalhadores com jornada zero equivalem a 8,4% do total, 36% com jornadas acima de 45 horas e tem muita gente trabalhando com jornada de 60, 70 e 92 horas por semana; e muitos ainda têm jornada bastante reduzida (POCHMANN, 2008b, p.1).

O DIEESE trabalha apenas com a possibilidade do trabalhador realizar horas extras, isto é, trabalhar mais 2 horas além da jornada prevista, o que está previsto na lei. Nesse sentido ele identifica que algumas categorias estão mais sujeitas que outras a alongar por mais 2 horas a sua jornada normal. É o caso do comércio que excede percentualmente bem mais do que a indústria e o setor de serviços nas horas a mais da jornada legal¹⁵⁸, como mostra os dados da série histórica a seguir reproduzida:

¹⁵⁸ Fonte: www.dieese.org.br. Por jornada legal o Dieese define a jornada de 44h semanais.

Assalariados que trabalham mais do que a jornada legal, por setor da economia Distrito Federal 2003-2006 (em %)

Região	Indústria				Comércio				Serviços ⁽¹⁾				
	Série Anual	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Distrito Federal		43,5	43,4	40,6	37,9	64,6	67,2	65,2	61,7	20,6	20,9	20,5	19,7

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/Fat e convênio regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE

⁽¹⁾ Exclui serviços domésticos.¹⁵⁹

Apesar de demonstrar que as horas a mais realizadas pelos trabalhadores assalariados, no Distrito Federal, tanto na indústria, quanto no comércio e setor de serviços, vem diminuindo, isso não significa na prática que o trabalhador não tenha trabalhado para além da jornada legal. É preciso considerar o recurso ao banco de horas, ao cumprimento de metas, ao salário variável, ao PLR-Participação nos Lucros e Resultados, como um instrumentos de redução do pagamento de horas extras pelo método da compensação, além de considerar também a coerção que a organização empresarial exerce sobre o trabalhador para alongar informalmente a jornada. Trabalhar apenas com a contabilização oficial da empresa não revela o que esta vem fazendo para desonerar a sua folha de pagamento, com discursos do tipo: “o contexto econômico está impondo sacrifícios a todos, devemos fazer sacrifícios extras”, “o esforço de todos será recompensado futuramente” etc. Mas por trás dessa tática comunicacional, ou “distorção comunicacional” como denuncia Dejours (2000), está a estratégia de gestão baseada na ameaça da demissão para submeter os empregados a trabalhar para além do permitido.

6.2 O MEDO DA DEMISSÃO: ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO E TÁTICA DA GESTÃO

Mas como conseguir que as pessoas trabalhem cordeiramente horas e horas a fio, sem reclamar, ao contrário, entendendo muitas vezes que a regra é essa mesma e não há nada a fazer?

¹⁵⁹ Fonte: www.dieese.org.br Anuário do Trabalhador, 2007.

6.2.1 *Flexíveis*

Flexibilizar tanto pode ter uma conotação positiva quanto negativa. Uma pessoa flexível pode significar alguém que não é intransigente, que é compreensível, dócil, maleável no sentido positivo da palavra. Alguém fácil de se conviver, que não cria caso, que sabe ponderar, que reflete ante uma situação. Nesse sentido, o termo foi muito bem apropriado pelo mundo do trabalho para designar o trabalhador que aceita o novo, a mudança, não é intransigente diante das necessárias transformações que o “mercado” vem exigindo do mundo corporativo. O trabalhador flexível é visto como aquele inteligente, moderno, não arraigado a antigas formas de trabalho, tidas como totalmente ultrapassadas. A palavra de ordem é ousar, e só quem é flexível é capaz de ousar, correr risco, assim concorda **Aureliano Buendía**, analista de finanças de uma grande empresa de telecomunicações, dotado de capital simbólico que lhe abre um amplo leque de possibilidades. Ele não recua diante de nenhum desafio no campo profissional, ao contrário, isso o move, o estimula:

— sempre pedi demissão... buscando desafios novos.

Para Sennett, um jovem americano deverá mudar de emprego onze vezes durante a sua vida profissional em 40 anos de trabalho, e ainda, mudar pelo menos três vezes de aptidão profissional. A mudança permanente é necessária porque o “capital é impaciente”. Contexto que instiga Sennett e o faz levantar as seguintes perguntas sobre o momento em que vivemos:

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? (SENNETT, 2000, p.10).

O lema é: “Não há longo prazo” (SENNETT, 2000). Se antes existia a carreira profissional, com um único conjunto de qualificação, construída passo-a-passo, hoje, ao

contrário, tudo tem que acontecer de imediato. Na sua perspectiva teórica: “o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal¹⁶⁰” (SENNETT, 2000, p.33).

Sempre houve situações de instabilidade social fruto de guerras, desastres naturais, crises econômicas etc., no entanto, hoje a instabilidade pretende se constituir como algo normal no cotidiano dos indivíduos. Assim, em um paralelo com Durkheim (1995), podemos dizer que a incerteza não seria o resultado de um estado de anomia social, fruto de momentos de instabilidade social, mas se constituiria como uma característica da própria normalidade social. Em consonância com Sennett, a incerteza não é também para David Harvey passageira, eventual, como verificamos nesta passagem:

(...) a adaptabilidade e a flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista. Os trabalhadores em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação e reabilitação no curso da vida. A destruição e reconstrução acelerada das habilidades dos trabalhadores foram, (...), uma característica central na passagem do fordismo para os moldes flexíveis de acumulação (HARVEY, 2003, p.210).

Segundo o dicionário Houaiss, flexível significa algo ou alguém “que se dobra ou se curva com facilidade, arqueável, flexo; que revela agilidade, elástico, elegante; que tem aptidão para diferentes atividades”, e ainda, “fácil de manejar, domável; que se acomoda facilmente às circunstâncias, que é facilmente influenciável; dócil, maleável, compreensivo” (HOUAISS, 2001 p. 1356). A acepção da palavra se presta para pensar a noção de trabalhador multifuncional, pois flexível; compreensivo, logo aberto às novidades da gestão administrativa. Fazendo crer que ele pondera, reflete e concorda ao final, com as novas idéias trazidas pelas reestruturações produtivas. Portanto, nada lhe é imposto, pois ser flexível denota um indivíduo que pesa as suas decisões não age por impulso, nem irrefletidamente. Ele faz “escolhas”.

¹⁶⁰ Grifo nosso.

O termo traz também a conotação negativa de alguém que se curva submissamente, dócil, influenciável, maleável, domável, característica de alguém que não faz uso da sua racionalidade para decidir o que fazer. Apenas segue aquilo que lhe impõem, ou sugerem. Quem se curva, se deixar domar é alguém que se submete. E é justamente essa acepção que interessa na presente relação capital/trabalho, apesar do mundo corporativo desejar fazer crer o contrário.

Não por acaso Dejours salienta que a flexibilização das relações de trabalho é uma maneira diferente de dizer servidão, isto é, a flexibilização imposta pelas regras trabalhistas leva a uma forma de escravidão. E o interesse por trás da ideologia do trabalhador flexível não é outro senão aprofundar a exploração da mão-de-obra, afirma o autor: “Em todos os casos, que seja para transformar o trabalho em terceirização ou que seja para deslocar a produção, o objetivo é duplo: aumentar a dominação e extrair ainda mais a mais-valia”¹⁶¹ (DEJOURS, 2006, p. 53).

A rotina de **Remédios** denuncia que ela bem assimilou a ideologia do trabalhador flexível, servil:

— Já aconteceu d’eu acordar cinco horas da manhã e ir trabalhar às seis, porque eu fico tão nervosa com tanta coisa que tenho pra fazer que eu levanto e vou. Não é por conta de metas. A coisa funciona assim: por exemplo, meu chefe, hoje, chegou de seis semanas de férias, aí, ele sentou na minha mesa, aí, a gente conversou por uma hora e ele passou uma lista de dez coisas pra eu fazer, no final do dia, fui pra mesa dele entregar as dez coisas, ele me passou mais dez. Então, assim, eu saio de lá não satisfeita. Eu saio agoniada, agoniada porque eu estou preocupada com as dez coisas que ele me passou pra fazer essa noite. E esse chefe não dorme, não dorme, ele é pior do que eu. Ele acha que isso é normal. Esse é o mundo que se vive hoje.

— “Nesta passagem pelo Banco, você sentiu medo do desemprego ou de perder a comissão?”

— Hoje isso faz parte, que você tem que conviver. Hoje, você sente isso diariamente. Aquilo que um tempo atrás você sentia de vez em quando, hoje faz parte da sua rotina.

¹⁶¹ «Dans tous les cas, qu’il s’agisse de faire passer le travail à la sous-traitance ou qu’il s’agisse de délocaliser, l’objectif est double : accroître la domination et extraire davantage de plus-value» (tradução livre).

E o que eu percebo hoje: um ambiente extremamente machista. Férias com períodos curtos, medo de demissão ou destituição da comissão. Vou contar uma história depois que retornei de viagem a Salvador. Quando eu cheguei de Salvador, eu estava super bem, não sei, foi quando fui carregar a mala, não sei... só sei que três da manhã, acordei entevada, o ciático, uma dor insuportável, aí, três da manhã acordei com aquilo. (...) Tomei remédio e dormi. Mais tarde acordo com a mesma dor. Aí, falei pro P. (marido): você tem que me levar pra o médico, porque estou que não posso me mexer. Aí, a Cassi, pra variar, naquele dia tinha cancelado todos os convênios, fomos pro Santa Lúcia, não atendia. Não, fomos primeiro pro Ortosul, e lá, “não minha querida você é emergência, vá pro Santa Lúcia”, fomos pro Santa Lúcia, “não minha querida aqui não te atende porque não atende Cassi”, eu disse: sacanagem, não vou pagar particular, vamos voltar pro Ortosul, voltamos pro Ortosul. Lá, falei pro médico: não, doutor, eu preciso trabalhar. Porque, imagina, nós ficamos três dias montando o planejamento estratégico do projeto e os outros dias era pra apresentar pro conselho diretor do Banco, imagina, fiquei domingo, segunda e terça, aí, cheguei dez horas da noite e tinha que preparar a tal apresentação, aí, dia seguinte, aquela dor, fui pro médico, disse toda a minha história, aí, o médico disse: “você quer duas semanas de licença-saúde?” Aí, eu disse: o senhor não está me entendendo, eu preciso trabalhar, resultado: não fui trabalhar, mas fiquei em casa trabalhando de onze às três da manhã, graças a minha caixa de e-mail que me permite acessar o meu trabalho. Então, por exemplo, neste final de semana, o meu celular está com recados de neguinho me pedindo coisas pra fazer, ou seja, hoje meu trabalho continua dentro de casa.

Apesar de pertencer a uma categoria sindicalmente organizada e forte, os bancários, se considerarmos a grande maioria das categorias profissionais, **Remédios** se dobra à nova racionalidade da gestão. Nem uma dor forte detém seu ímpeto produtivo. A dor deve ser sublimada ou contida por quanto for necessário de medicação, mas o trabalho não pode parar. Não porque esteja regulada por cumprimentos de metas, ao contrário, sua satisfação está em cumprir todas as tarefas que o chefe deseja dela, mesmo que temporalmente seja impossível. Quando isso acontece, termina o dia com uma sensação de frustração. Se superar é o seu fim. O bom funcionário é aquele que busca permanentemente sua auto-superação, trabalhando sempre mais, mais e mais. Para isso, ela entra numa competição contra o relógio que se possível fosse quebraria a velocidade da barreira do som. O instrumento flexibilizador do trabalhador é o medo da demissão ou, no caso de Remédios,

medo de perder o cargo comissionado, a vergonha do fracasso, que a faz não realizar que o corpo tem limites. Como um computador, seu corpo a qualquer momento vai travar de vez, vai parar, em consequência de alguma doença, grave ou não.

6.2.2 *Vulneráveis*

Por outro lado, **José Arcádio** (radialista), portador de um *habitus* representativo das classes menos favorecidas, fruto de uma infância e adolescência vivida com muito sofrimento, tem plena consciência da sua fragilidade, do quanto é vulnerável e, portanto, o quanto precisa se dar para não sucumbir no mundo do trabalho.

— Eu tô na (empresa de comunicação), e aí é onde começa um lado complicado, eu entro num universo que eu não tinha conhecimento, entendeu? Eu tava no meio de predadores, sendo um rato, entendeu? E aí a única coisa que me restava era me dedicar então eu entrava na (empresa) 07h30, 08h da manhã e saía 02h da madrugada, meia noite, pra poder aproveitar... Muitas vezes eu pegava o primeiro ônibus saindo de Sobradinho e voltava no último, entendeu? Se não você não volta mais, fora as vezes que eu dormi lá, então eu fiz isso por muito tempo, eu me esmerei assim realmente muito em conseguir.

— “Você deu tudo e mais um pouco pra não perder o emprego?”

— Tudo, realmente tudo, entendeu? Tudo que eu... Toda a minha energia acabou... Eu tinha um cabelo no meio das costas, tô careca, não é? (risos) Eu tinha um cabelo bem aqui ó... Entendeu então... Eu fiz de tudo pra...

— “Você trabalha fim de semana?”

— Tô trabalhando, todo fim de semana, tô indo trabalhar agora, às 23 horas.

— “Você trabalha todos os dias?”

— Todos os dias.

— “Você não tem folga?”

— Não tenho agora, a gente tá com uma tabela melhor, que é uma tabela onde você tem um fim de semana sim, e um fim de semana não, entendeu? Então, eu não trabalho um fim de semana e trabalho o outro, agora impreterivelmente se isso é Natal, Ano Novo, Dia das Mães, um abraço... Entendeu? Um abraço. Você vai tá lá.

Sua condição de vulnerabilidade o faz trabalhar praticamente todos os dias da semana, inclusive em dias feriados. O tipo de trabalho que exerce não o permite por exemplo planejar celebrações familiares como Natal, Ano Novo etc. Em primeiro lugar o trabalho, depois vem o “resto”. Resto que é de fundamental importância para o equilíbrio físico e emocional do trabalhador. Como se constituir como ser humano subjetivo que é se não há vivência social, se não há relação com os outros, condição determinante para a formação do “me”?

O termo vulnerável tem origem na palavra latina “*vulnus, ěris* ‘ferida’, (...) *vulnerabilis, e* que causa lesão”. Alguém vulnerável é aquele “que pode ser fisicamente ferido, (...) sujeito a ser atacado, derrotado, prejudicado ou ofendido”, diz o dicionário Houaiss (2001, p.2884). Ser vulnerável significa então para o universo do trabalho simbolicamente alguém fraco, frágil, sem resistência, isto é, que não reage ao ser agredido. A noção é bem próxima da idéia de alguém flexível, como vimos acima. Quando o trabalhador “aceita” jornadas de trabalho intensivas e extensivas, com ou sem o devido pagamento, tanto podemos adjetivá-lo como vulnerável por não reagir à exploração, quanto flexível no sentido de que se submete docilmente. Ser vulnerável é estar desprotegido, passível de ser abatido. Nesse sentido podemos dizer que o medo de perder o emprego faz do trabalhador alguém vulnerável no processo de flexibilização das relações de produção. Podemos dizer que a causa atual do estado de vulnerabilidade do trabalhador é:

(...) o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder ter uma vida social e de viver apenas do trabalho para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de uma avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social (VASAPOLLO, 2006, p.45).

Mas essa vulnerabilidade é sobretudo das classes menos favorecidas, menos instruídas como a de **Aureliano José**, desempregado que se vira como diarista informal. Para trabalhar 12 horas por dia, ele recebe entre R\$ 25,00 a R\$ 30,00 por jornada, a metade do valor da diária praticada na região onde trabalha: Lago Sul e Lago Norte, local de moradia da população mais rica do Distrito Federal. Ele recebe a mesma diária que aqueles

que trabalham na mesma condição no Riacho Fundo II, por exemplo. Só para se ter uma idéia da diferença de renda entre as regiões administrativas, o Lago Sul apresenta uma renda domiciliar mensal de 43,4 SM - salários mínimos, o Lago Norte 34,3 SM e o Riacho Fundo II de 3,3 SM, considerando o salário mínimo de 2004, conforme aponta a pesquisa da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal¹⁶².

Quanto mais essa cadeia de precarização das relações de trabalho se expande, mais e mais as categorias dos trabalhadores pertencendo às classes mais bem remuneradas são atingidos. É importante para o sistema que os contrastes entre empregados e desempregados, entre contratação normal e contratação flexibilizada (DIEESE) sejam publicizados e fiquem explícitos, pois só assim a vulnerabilização das relações de trabalho se constituem como instrumento de pressão para baratear a mão-de-obra qualquer que seja o nível econômico ou social.

Mas, vulneráveis são sobretudo as mulheres no mercado de trabalho. Duas das entrevistadas sofreram inclusive assédio sexual: **Amaranta e Úrsula**.

O relato profissional de **Amaranta** (funcionária pública-técnica de administração hospitalar) põe a nu a realidade da vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho, e a conseqüente precarização das suas relações sociais. Ela foi demitida da maioria dos empregos formais que conseguiu por pertencer ao universo feminino, em razão exclusivamente da sua condição de gênero.

Na BrasilTelecom, após quase dois anos, e por necessidade de corte de pessoal, foi demitida junto com mais três mulheres, todas exercendo a função de atendente do setor que dava suporte aos instaladores de novas redes telefônicas.

— E aí eles tiraram quatro funcionários...aí eu tava no meio das quatro. Eles mandaram todas as quatro mulheres que tinha. Porque tinha quatro mulheres e quatro homens. Tudo atendente. Eles acharam melhor ficar com os quatro homens.

Na CONAB – trabalhou durante aproximadamente quatro anos como secretária. Lá conheceu seu primeiro marido, se casou e..., teve seu segundo filho:

¹⁶² Fonte: www.codeplan.df.gov.br “Síntese de informações socioeconômicas”, Relatório de 2006.

— Eu engravidei e quando eu voltei de licença eles me mandaram embora. Esperou só acabar tudo e me mandaram embora.

Ainda trabalhou numa transportadora de mudança, durante um ano, e por razões de redução de mão-de-obra, foi também demitida só que desta vez passou por sério constrangimento moral. Foi descaradamente assediada pelo chefe, coagida a ter uma relação com ele, condição para continuar na empresa:

— Lá eu trabalhava no departamento pessoal. Depois de um ano eles me mandaram embora. Esse foram... eu e mais duas meninas. Esse eu acho que o cara queria alguma coisa. Eu chorei muito esse dia. Ele me chamou pra sair e eu sou curta e grossa e falei que não. Pode me mandar embora. Mas esse ele me mandou embora, eu e uma outra lá. Só que a outra ele mandou embora porque ela saía com ele mesmo. Mas eu fui porque falei que ele não fazia o meu tipo.

Essa foi a única situação, segundo **Amaranta**, em que ela teve uma relação conflituosa com o chefe. Os outros e outras chefes sempre foram corretos e respeitosos. No caso de **Úrsula** (informal-chefe de cozinha), seu chefe na empresa de consórcio de concessões rodoviárias, resolveu assediá-la quando parece já estava decidido a mandá-la embora.

— Um clima péssimo na empresa. Eu não estava mais agüentando, não estava mais agüentando até que um dia ele me mostrou um site pornô. Esse dia ele me chamou na sala dele e me mostrou uma site pornô. Eu já sabia que iria ser mandada embora. Porque eu falei que iria viajar. (...) Nota-se que você é massacrado nas empresas, não é respeitado, trabalhei 8 meses sobre pressão e humilhação.

Mas **Úrsula** reagiu, foi à sede da empresa em São Paulo e mostrou à diretoria que sabia do lobby sujo que seu chefe praticava. Denunciou-o, recebeu ameaças de morte pelo celular, conseguiu que o chefe fosse rebaixado e enviado para um escritório menos importante fora de Brasília, e recebeu uma boa “indenização” para esquecer o caso. E se orgulha de ter tido coragem para reagir:

— (...) achei que foi muita coragem. Enfrentei uma diretoria poderosíssima, de maiores propinas com o governo federal. Mas ele foi tão louco... ele me subestimou.

6.2.3 *Precários*

Um pouco distinto de vulnerável e designando um estado latente de fragilidade, a precariedade denota um estado concreto de falta, de ausência, de escassez de algo, pois, precário, também do latim *precarius, a, um* significava, no século XVII, obter algo por meio de prece, ou que era concedido por compaixão. Nos dias atuais significa alguém que “tem pouca ou nenhuma estabilidade, incerto; [e ainda,] com pouca resistência, frágil, débil, delicado” (HOUAISS, 2001, p.2280). No que concerne o campo do trabalho o dicionário define precarizar como “tornar (algo) precário, inseguro” (ibidem). Nota-se que é muito tênue a distinção entre vulnerável e precário, como sublinhou Vasopollo (2006).

A precarização é, pois, um estado de incerteza no qual o indivíduo não vislumbra o futuro. Está associada à idéia de risco. É a condição daquele que está à mercê do dia-a-dia, do aqui e agora. Alguém que, ao menos implicitamente, não possui autonomia de si (CONCIALDI, 2007). Recentemente, a presidente do MEDEF (Mouvement des Entreprises de France) lançou a seguinte pergunta : “A vida, a saúde, o amor são precários. Por que o trabalho não seria?”¹⁶³, numa clara alusão de que devemos nos conformar com essa situação pois ela está dentro da normalidade das coisas, sublinha Concialdi (2007, p. 10). Discordando dela, ele rebate : « precariedade não é uma fatalidade. Não contraímos a precariedade como contraímos uma doença »¹⁶⁴ (CONCIALDI, 2007, p.11).

No que tange a precarização das relações de trabalho, podemos elencar aspectos tais como as más condições de trabalho, a redução ou eliminação de direitos trabalhistas, a redução salarial, as longas jornadas de trabalho e o desemprego, como centrais para o debate.

¹⁶³«La vie, la santé, l’amour sont précaires. Pourquoi le travail ne serait-il pas ?» (tradução livre).

¹⁶⁴«la précarité n’est pas une fatalité. On n’attrape pas la précarité comme on attrape une maladie» (tradução livre).

Existem diferentes maneiras de reduzir o salário do trabalhador, uma delas é a forma que a empresa adotou com **José Arcádio** (radialista):

- A maior dificuldade que eu tive foi o que, nego reduziu meu salário em 50%.
- “Mas pode?”
- Não! Não é que reduziram primeiro me tiraram do horário, porque eu tenho adicional noturno ganho hora extra né, isso me dá bonificação muito grande, né? Aí essa bonificação somada ao meu tempo de casa melhor ainda.
- “Comissão sobre comissão?”.
- Exatamente! Aí você perde, você faz e vai perdendo algumas coisas e aí nego começou a não pagar as horas extras, começou a não...

A mudança de horário é um dos recursos para flexibilizar, precarizar o rendimento salarial. Prática que também foi adotada pelo IESB – Instituto de Ensino Superior de Brasília, no segundo semestre de 2006, ao reduzir em 15 minutos cada hora aula, conseguindo com isso que o turno da noite terminasse às 22h. Dessa forma a instituição conseguiu reduzir significativamente o salário dos professores: redução de 45 minutos por turno nas horas aulas e fim do adicional noturno, sem redução do conteúdo dos cursos. Neste caso particular promoveram a redução da jornada efetiva em sala-de-aula ao mesmo tempo que a intensificam. Mas, de fato, houve um importante aporte aos cofres da empresa privada da área de educação superior. Assim, como fizeram com **José Arcádio**, é um golpe que os empresários aplicam legalmente no empregado sem que este possa reagir.

- “E como você cobrou suas horas extras?”
- Não, não pude, assim, na verdade como eu não... Eu cobre como...
- “Mas você recebeu?”
- Recebi, você recebe, só que vai na manha, e aí, você não... Eu meto o pé na porta mesmo, e aí acontece o quê? Só que nego chegou num momento que, né? Precisava fazer uns remanejamentos, precisava arrumar isso, arrumar aquilo, e eu acho que nego viu que eu não reclamei que eu não fui lá chorar, que eu não fiz nada, entendeu? Simplesmente entrava e saía, fazendo o meu trabalho.
- “Você recuperou aquele mesmo espaço?”
- Não, não recuperei... Mas eu recuperei o que, eu recuperei o respeito.
- “Credibilidade...”

— A credibilidade, na verdade eu não perdi, entendeu? Esse teste foi bom porque eu não perdi isso, eu consegui manter uma... Um respeito, um respaldo, e aí... Aí é onde tiveram algumas reformas, algumas reformulações e eu acabei caindo na ponta, entendeu? Disso... Eu... Melhorei em tudo assim, por exemplo, a minha função hoje eu não tenho pra onde ir mais, eu cheguei no teto, acabou... Dali eu não viro chefe, né?

Não está bem clara na sua fala, mas ele deixa transparecer que o medo de ser demitido produziu nele uma mudança. Se antes ele teria reagido de forma até agressiva, dando um pontapé na porta do chefe para cobrar as horas roubadas, hoje ele já se adequou à gestão do medo. Ele acredita que tenha recuperado o respeito, quando na verdade ele se mostrou flexível às novas regras, cordato. Como fugiu do confronto, se calou diante do seu sofrimento, acredita que está sendo respeitado. Mas o confronto não houve porque ele capitulou. Na verdade o reconhecimento do seu trabalho não estava em jogo, mas sim uma queda de braço da gestão com o funcionário para mostrar quem de fato manda, o que manda e como manda.

Entretanto, o estado de precarização não deve ser compreendido apenas como um fenômeno da esfera do trabalho. A precarização do trabalho, fruto da flexibilização produtiva, alcança todos os aspectos da sociedade, o que faz com que Béatrice Appay (1997) decida adotar o conceito precarização social. A precarização das relações sociais, resultante do processo de mundialização da flexibilização das relações de trabalho, não deve ser entendida, tampouco, como algo natural, no sentido evolucionista da palavra. Não deve ser vista como fatalidade do sistema capitalista, algo irremediável. Ela decorre de uma decisão política, de uma escolha de sociedade, afirma Concialdi (2007). Para este também, a precarização é um fenômeno multidimensional que abrange o trabalho, a família e a vida social.

Aureliano Babilônia (economiário) sofreu e sofre até hoje com os tempos difíceis em que era um empregado precarizado, ex-funcionário do Banco do Brasil, experimentou tanto o trabalho no setor público quanto no setor privado e tem uma visão desalentadora sobre as relações de trabalho na iniciativa privada.

— Eu era uma criança, com 15 anos eu fui trabalhar no Banco do Brasil, trabalhei lá quase até 30 anos, né? Mas, assim, eu posso te dizer o seguinte: entre ter

emprego na iniciativa privada, que eu tive durante 2 anos, assim... um horror. Eu não sei como é que é assim... numa grande empresa, um grande diretor, isso é muito bom. Porque você sendo cara... assalariado... em empresa... é o cão! Você não tem hora, é uma exploração imensa, os caras arrancam o seu corô e ameaçam a toda hora a cortar o pouco que você tem, tipo: “não pagou? Desconta do salário, desconta do salário, desconta do salário”. Mas amanhã é feriado!. “Se não vier perde o emprego”. E é assim mesmo, eu tenho essa experiência, no ramo de vendas é assim.

Mas sua pior experiência foi com o desemprego:

— Aí fiquei desempregado um tempão. Aí eu tive um problema. Eu estava no Sesi trabalhando há setenta e poucos dias, não tinha 3 meses. Aí, eu tive que fazer uma cirurgia. Aí, eu tive que ficar internado, fiz a cirurgia e como eu não tinha 90 dias, eu não pude ter o meu contrato de trabalho renovado. Então, assim, eu me peguei desempregado e no hospital... (...) Então, eu fiquei 7 meses no hospital, fiquei 7 meses desempregado. Vivendo do salário da minha mulher... um negócio bem doido... muito doido mesmo...

— “Mas não foi nenhuma doença grave?”

— Foi. Tive um tumor benigno. Eu tive que fazer uma cirurgia pré-nasal para tirar uma bolota, do tamanho de um limão, aqui, dentro da minha cabeça.

— “Por causa de stress?”

— Não sei. Eu só descobri porque comprimiu meu nervo óptico e eu comecei a perder a visão. Doido, né? Como se fosse uma bolha de água... Uma bolha d’água que foi dando e foi comprimindo o nervo óptico. Aí eu fiquei 7 meses internado. Aí, não curava, não curava de jeito nenhum, tive 7 meningites de contato porque ficou aberto e o ambiente...

— “Teve sorte, hein? De estar vivo ainda...”

— Tive... não morri porque vaso ruim não quebra, né? Aí, eu fiz a primeira cirurgia, o cara curou o tumor só que não fechava. Aí, eu fiz uma segunda para, sei lá, aí o cara colocou coleifribina, osso, músculo, sofá, aí fechou, aí eu fui pra casa...

No entanto, há quatro anos, vive no céu segundo ele, desde que passou a ser um servidor público de banco estatal, a CEF – Caixa Econômica Federal:

— Eu estou em estado de graça atualmente, porque é assim, eu tenho um emprego, quer dizer...

Um emprego! O seu maior objeto de desejo enfim reconquistado. Mas, apesar de ter recuperado sua condição de estabilidade material e emocional ficou com fortes marcas da precarização que o trabalho e o desemprego lhe deixaram, como demonstrou a sua dificuldade em explicar que tipo de lazer tinha, ou melhor, o seu quase não lazer:

— “Seu lazer?..”

— Meu lazer?

— “Seu horário de trabalho como é?”

— Meu horário de trabalho é de 8 da manhã às 5, 6 horas da tarde.

— “Tá. E depois do banco você faz o quê?”

— Eu gosto de correr. Então, assim, eu procuro correr 2 vezes por semana, quando dá são 3 vezes por semana.

— “E lazer seu como é?”

— Eu não vou assim... Eu sou muito pão-duro... Porque é assim,

— “Você passou muita dificuldade.”

— É... Eu não tenho coragem de dar 20 pratas no cinema, não tenho coragem de dar 70 reais num jantar. Não tenho. Então, o meu lazer é correr. Final de semana sair com a mulher, com a menina para dar uma volta. A minha mulher é artista plástica, então, às vezes a gente vai numa exposição. A Caixa aqui tem um teatro e a gestão do teatro pertence aqui à nossa superintendência. Às vezes eu consigo um 0800165 para ir no teatro.

— “Você não viaja pelas regiões aqui, já que você gosta de mato... São Jorge?”

— Nunca fui para nada que tenha que se afastar de Brasília. Porque tem que pagar estadia...Eu comprei um apartamento aqui, eu estou pagando... E assim... Eu não me sinto confortável, cara, para gastar. Não rola. Minha cabeça não funciona assim. Pela época, como é que é: “dia de muito, véspera de pouco”... Eu fico meio com medo...

Férias? Quando eu tenho vou para o Rio, fico na minha mãe. Ficava no meu apartamento lá, mas eu vendi. Então, assim, férias quando eu vou para o Rio fico

¹⁶⁵ Na gíria conseguir um 0800 é conseguir algo de graça, no caso, não pagar para assistir a uma peça de teatro.

na casa da minha mãe. Eu não viajo. Tipo, pegar a mulher e viajar, eu não viajo há muitos anos. Pegar um avião e vamos para um hotel... a gente nem sabe o que é isso.

A violência simbólica que a perda do emprego provocou em **Aureliano Babilônia** foi de tal ordem que ele hoje não se permite viver. O pânico da incerteza do amanhã o faz se auto-excluir do mundo. Sua rotina se resume ao trabalho, à sua casa, à casa da mãe no Rio de Janeiro, e a umas corridas ao ar livre alguns dias na semana. Correr é permitido porque claro, não custa nada. Ele vive até hoje sob o medo, mesmo sabendo que tem um emprego que lhe dá bastante estabilidade e conforto. A dor do desemprego e as experiências negativas no setor privado, estruturado na gestão do medo, o desestruturou por completo. E nesse sentido Bourdieu salienta que: “É porque o trabalho propicia nele mesmo um benefício que a perda do emprego leva a uma mutilação simbólica imputável igualmente à perda do salário, à perda das *razões de ser*¹⁶⁶ associadas ao trabalho e ao mundo do trabalho (BOURDIEU, 1997, p. 241)”¹⁶⁷.

A permanente sensação de medo é hoje uma estratégia na luta cotidiana do poder capitalista para quebrar a estrutura emocional do trabalhador, disciplinando-o a aceitar, ou melhor, a se submeter às permanentes mudanças que o sistema exige. Dessa forma, camufla as situações de conflitos própria à relação capital/trabalho, na busca intensiva de maior expropriação da mais-valia.

6.3 A FALTA DE RECONHECIMENTO: FALTA DE AUTONOMIA

A falsa sensação de liberdade e, portanto, de exercício de poder gera nos indivíduos impotência, frustração e medo como sublinha tanto Bauman quanto Sennet, formando sujeitos frágeis, sem o apoio de instituições sociais sólidas de outrora, forjadas a partir de relações superficiais.

¹⁶⁶ Grifo do autor.

¹⁶⁷ «C'est parce que le travail procure, en lui-même, un profit que la perte de l'emploi entraîne une mutilation symbolique qui est imputable, autant qu'à la perte du salaire, à la perte des *raisons d'être* associées au travail et au monde du travail» (tradução livre).

Na verdade não há liberdade individual e no jogo da individualização quem se responsabiliza pelo fracasso é o próprio ator. Desemprego, insucesso profissional, doença etc. são fracassos atribuídos exclusivamente ao agente que o sofre. A sociedade se exime de qualquer responsabilidade já que foi o indivíduo quem escolheu “livremente” o seu caminho.

O homem buscou dominar a natureza com o intuito de garantir para si e para a sua espécie uma vida cada vez melhor. No entanto, esse ideal de um mundo de todos e para todos, devido à abundância que haveria na terra, graças ao domínio tecnológico, não mais soa como possível. Estamos diante de um mundo onde alguns irão usufruir dessa abundância em detrimento de uma maioria que cada dia mais se sente desamparada, insegura, abandonada à sua própria sorte. A sensação de proteção que o modo de produção fordista de certa forma promovia, não mais existe.

A precariedade não atinge somente os trabalhadores precários. Ela tem grandes conseqüências para a vivência e a conduta dos que trabalham. Afinal, são seus empregos que se precarizam pelo recurso possível aos empregos precários para substituí-los, bem como às demissões pelo mínimo deslize (quase não há absentéismo, os operadores continuam a trabalhar mesmo estando doentes, enquanto tenham condições para tanto) (DEJOURS, 2000, p.50).

Houve um tempo em que ter um emprego, ser um empregado, um assalariado, era algo familiar, ou *heimlich* diria Freud. Atualmente o medo do desemprego surpreende o trabalhador que vivencia um “inquietante estranhamento” (FREUD, 1985), uma sensação de desconforto. Ele se vê frente a frente a um mundo não mais familiar (*unheimlich*), um mundo de assombrações, fantasmas que rondam o seu dia-a-dia. O medo da privação, da castração de algo que a civilização define como sendo vital a toda humanidade – trabalho! (FREUD, 1985), assim demonstra o relato de **Aureliano Babilônia**.

Podemos talvez associar o medo do desemprego que a classe trabalhadora vive à noção de *unheimlich*, algo não familiar, tanto pela sensação de incerteza intelectual quanto pela sensação de castração de algo que se pretende vital a todo ser humano. Como bem

ressaltou Marx, o homem se faz no e pelo trabalho. Ele só poderá ter a possibilidade de alcançar a sua autonomia enquanto sujeito por meio do trabalho. Sem isso continuará sendo alienado, cada vez mais submetido aos ditames e às modas do capitalismo que se revoluciona permanentemente, produzindo cada vez mais mão-de-obra fragilizada e passível de maior expropriação da mais-valia.

Também Dejours (2000) identifica, no mundo contemporâneo, novas modalidades de dominação nas relações de trabalho quando ressalta:

(...) que os trabalhadores submetidos a essa nova forma de dominação pela manipulação gerencial da ameaça da precarização vivem constantemente com medo¹⁶⁸. (...) Assim, o medo produz uma separação subjetiva crescente entre os que trabalham e os que não trabalham (DEJOURS, 2000, p. 52).

A experiência generalizada dos trabalhadores da sensação de medo que Freud define como um “inquietante estranhamento” é consequência do exercício do poder, que atua para submeter os corpos dos trabalhadores à exploração capitalista. Os modelos de gestão baseada em valor buscam disseminar a incerteza por meio do medo permanente do desemprego, para submeter e produzir corpos dóceis às novas formas da racionalidade capitalista. O poder do capitalismo flexível busca vulnerabilizar e precarizar a classe trabalhadora, pois assim percebe que a extração da mais-valia se dá em um grau de maior intensidade.

É preciso quebrar a autoconfiança do trabalhador. Tê-lo nas mãos, ou melhor, sob as botas do patrão. Fazê-lo entender o quanto é frágil, o quanto depende daquele emprego, por pior que seja. Apesar de ter apenas 29 anos de idade, e 5 anos de empresa **Renata Remédios** já se deu conta das novas estratégias de gestão:

— “Então você teve essa crise nervosa, afinal por quê?”

— Eu tive essa crise nervosa, porque é... Pegaram uma cota absurda e me deram uma meta, uma coisa é você botar um doce em cima da geladeira e diz pra criança

¹⁶⁸ Grifo do autor.

que se ela conseguir pegar é dela, outra coisa é você pegar o doce e mandar pra lua, né? Então... Fizeram isso comigo, então assim... (...) Depois que ganhei o prêmio, no ano seguinte.

— “Pra te desafiar, vamos ver se ela é boa mesmo?”

— Não foi nem por isso, foi aquele assim, pô se a gente... Já colocamos tanto desafio e ela conseguiu fazer, agora eu vou dar uma coisa que ela não consegue fazer pra não brilhar, porque tem que brilhar as pessoas que nasceram pra brilhar aqui são os protegidos. (...) Te baixar tua bola, então assim, é... Foi um ano difícil porque, foi um ano que eu tive muita mudança de valores, e é difícil a gente trabalhar. (...) Eu tentei buscar e chegou uma hora que talvez eu conseguisse buscar mesmo assim nesse ano eu consegui fazer 90% da minha cota, eu não fiz porque a (empresa) passou 6 meses sem... ‘CICAF’, que é uma documentação do governo que se tem pra assinar contrato com o governo, então os contratos que a gente tinha não, não foram assinados, quando você não assina e fatura, você não ganha, então assim, eu tive mudanças de valores, eu dava muito valor ao meu trabalho porque meu pai, a família do meu pai, todo mundo veio do nordeste então, eles sempre trabalharam, sempre foi fruto do esforço, nada caiu do céu e nada é de graça, e eu sou a caçula de uma família, então eu sou aquela revolucionária que quer mudar tudo, porque não e vamos fazer diferente... Ah mais fulano não gosta, mas eu gosto, eu quero, e eu comecei a trabalhar cedo pra ter a minha independência eu com 18, 19 anos já tinha a minha independência, com 20 eu tinha comprado meu carro, com o dinheiro do meu bolso, então assim... Eu busquei minha independência muito cedo, e isso fazia parte dos meus valores, então de repente a possibilidade de eu perder o meu emprego, ainda mais, já casada, isso pra mim era melhor me matar logo, mata porque eu... Ficar desempregada pra mim é a morte, então foi um ano difícil que além da pressão do trabalho era uma questão interna de você refazer os seus valores, né? E quando foi no final do ano, foi interessante que meu pai eu não tinha falado nada pra ele, acabou que meu marido comentou com ele, porque eu não queria ir na festa de natal, nem de ano novo, e meu pai chegou me abraçou e falou assim: Minha filha se a (empresa) um dia acabar e você não tiver mais emprego, o seu marido não tiver mais emprego você tem a casa do seu pai, e você não vai passar fome, nem... E a minha preocupação não era passar fome, a minha preocupação era, o que que... (...) é aquela assim, de você fracassar...

A sua dor estava na falta de reconhecimento profissional por parte da empresa. A vergonha de ficar desempregada, fato que a fazia desistir de participar das festas familiares de final de ano, era devida ao medo da censura social em razão do seu fracasso pessoal. A única culpada por esse fracasso seria ela. Num ano ela ganha um prêmio por ter sido a melhor da empresa, no ano seguinte eles lhe impõem uma meta inatingível para quebrar a sua autoconfiança. Fazem-na sentir o gosto do fracasso, a dor da derrota.

Essa experiência lhe fez enxergar o trabalho de maneira um pouco diferente de quando começou a trabalhar. Ao mesmo tempo em que afirma adorar o que faz, a ponto de preferir o trabalho a ter filhos, ao longo da entrevista vai mostrando que a sua trajetória profissional a fez mudar um pouco de opinião. Aqui ela diz, usando o verbo no passado, que “dava muito valor ao seu trabalho”. Também ao falar das férias ela demonstra que não veste o modelo neoliberal sem questionamentos.

— Você tem direito a um mês de férias por ano, ninguém tira um mês de férias no ano, um mês seguido não, pica as férias em 10x10, ou 2 semanas, 2 semanas, mas... assim a regra, a lei permite um mês, mas ninguém tira com medo de que alguém perca o seu lugar. (...) Eu passei 3 anos sentindo na pele isso. Quando eu passei três anos já faziam 6 que eu não tirava férias, porque como eu tava na faculdade fazendo estágio eu não podia tirar férias. (...) Aí eu comecei a trabalhar não podia tirar férias porque eu não tinha um ano, antes de completar um ano eu troquei de emprego aí não podia tirar férias, quando eu completei um ano de (empresa) já faziam 5 que eu não tirava, eu não podia tirar férias, porque eu tava envolvida num projeto, então eu fui tirar férias quando eu casei, e eu quase pirei, então quando... Quando foi no ano seguinte eu não tirei férias porque eu não tinha dinheiro pra sair de férias, então... eu tava num ano difícil e eu não tirei férias porque eu não tinha dinheiro, mas quando foi em 2004 eu comecei a ter problema de saúde, e eu analisei. Poxa, eu tenho 24, 25 anos sabe? Tô tendo pressão alta, tô tendo problema de... de gastrite problema de não sei o quê... Vou sair de férias! Com ou sem consentimento a lei permite e eu vou sair de férias. E eu saí 22 dias de férias, ninguém morreu, nada aconteceu, nada parou, a empresa não faliu, ninguém quis o meu lugar, então sabe? De 2004 pra cá eu tiro 25 dias, 26 dias seguidos de férias. Geralmente é, em vez de tirar 30 eu tiro 25, 26 e deixo três dias pra tirar assim, ah vai ter um feriado? Emendo o feriado.

A gestão baseada na disseminação do medo provocou em **Renata Remédios**: crise nervosa, desregulação hormonal que a fez engordar 20k e um quadro de distúrbios de cunho emocional fruto de estresse, que diz ela:

— quase entrei em parafuso, quase entrei em parafuso.

Situação que ela consegue superar, ou digamos, reagir porque, como nos ensina Dejours, a alienação está quando negamos a nossa própria dor e assim negamos também a existência do sofrimento alheio:

Assim, a intolerância afetiva para com a própria emoção reacional acaba levando o sujeito a abstrair-se do sofrimento alheio por uma atitude de indiferença — logo, de intolerância para com o que provoca seu sofrimento. Em outras palavras, a consciência do — ou a insensibilidade ao — sofrimento dos *desempregados*¹⁶⁹ depende inevitavelmente da relação do sujeito para com seu próprio sofrimento (DEJOURS, 2000, p. 46).

Ao reagir, ao se dar conta do seu sofrimento e o dos outros no trabalho, ela mostra que a racionalidade da gestão do medo não a submeteu por completo. Não a fez se calar diante do seu sofrimento que também é do outro. Apesar de reagir individualmente, pois ciente de seus direitos trabalhistas, e, de certa forma, garantida economicamente pela estrutura familiar, ela acaba por mostrar ao conjunto das pessoas com quem trabalha que todo sofrimento tem limite. Não aceita o processo de alienação onde o trabalhador assimila a “estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez” (DEJOURS, 2000, p. 51). Estratégia que Dejours constata em pesquisa que realizou numa montadora de automóveis na França onde “todos, dos operadores aos gerentes, se defendem da mesma maneira: *negando o sofrimento alheio e calando o seu*”¹⁷⁰ (DEJOURS, 2000, p. 51).

Sua atitude demonstra que há espaços para uma certa autonomia de ação do trabalhador. Podemos dizer que a reação de **Renata Remédios** ao sofrimento foi paliativa,

¹⁶⁹ Grifo do autor.

¹⁷⁰ Grifo do autor.

não foi suficiente para eliminar a causa da dor, pois continua na mesma empresa, trabalhando alucinadamente para conseguir cumprir suas metas, apesar de ter conquistado o direito a algum oxigênio extra, o gozo das férias em um único período. Devemos pois considerar as circunstâncias socioeconômica, política e cultural que viabilizam uma reação de independência no agir, porque observa-se que a sorte de **Rebeca Montiel** não é a mesma, apesar das duas terem vivenciado a dor do não reconhecimento profissional, a falta do respeito.

Pertencendo a uma das categorias profissionais mais precárias, empregada doméstica, a condição econômica e social de **Rebeca Montiel** não lhe permite reagir à exploração e as humilhações constantes:

— ela falou para mim que eu encarava tudo, até burro de carga, que eu era corajosa. Ela me elogiava de um lado e do outro ela gritava comigo, ela gritava, me humilhava, dizia que eu não tinha onde cair morta. Se eu tivesse um gravador eu teria gravado, teria processado ela por danos morais. Fora as outras coisas que ela já havia me falado, porque aqui não dá para ficar falando. Eu chorava, mas eu não pedi conta, porque eu não pedi conta? Porque eu tenho três filhos, pago aluguel, conta de água, luz, tenho minhas contas. A gente se humilha, eu me humilhava para ela. Inclusive eu iria fazer um ano agora, dia 21 de dezembro, eu iria tirar férias e não iria mais voltar lá. Mas ela me mandou (embora).

Seu sofrimento no trabalho era intenso pois agravado pela dor da impotência. Como reagir quando se tem que comer, morar, criar filhos sozinha? Só lhe resta imaginar que poderia ter processado seu patrão por danos morais se..., não teria mais voltado a trabalhar se... Entre o discurso e a ação existe uma significativa defasagem. Subjetivamente ela deseja se rebelar contra a injustiça, mas a ação prática não se concretiza. A realidade da vida precária não lhe esconde o estigma da condição de doméstica. Estigma que Christiane Nunes e Mário Theodoro ensinam que pode ser compreendido por meio do estudo das representações e dos preconceitos que a sociedade constrói em relação a essa categoria profissional:

Além disso, é ainda importante no caso das domésticas as representações e os preconceitos associados à profissão, que têm a ver com uma homogeneização de algumas características construídas no social sobre essa categoria profissional: baixa escolarização, discriminações diversas (a partir da cor, da região de origem, de gênero, entre outras), desvalorização da atividade e estigmatização da mesma. Esses elementos, construídos culturalmente, influenciam significativamente na formalização e sobretudo nas trajetórias observadas (NUNES e THEODORO, 2000, p.10).

A trajetória de **Rebeca Montiel** mostra o quanto a subjetividade cria mecanismos que mascaram a sua impotência para agir, como forma de também mascarar a dor que sentia. Estratégia defensiva, diria Dejours (2000) porque consciente da sua condição de inferioridade, cria desculpas para conseguir se calar diante do seu sofrimento. É interessante ainda perceber o uso da mesma estratégia de dominação simbólica tanto pela administração da empresa onde **Renata Remédios** trabalha quando pela patroa de **Rebeca Montiel**: um dia premia-se ou elogia-se o empregado e no outro o humilha.

Mas nem todos os entrevistados vivenciam a dor do trabalho, ou pelo menos dizem que não a vivenciam. Este é o caso de Aureliano Buendía, um técnico da área financeira, mas também alguém preocupado em adquirir certo capital cultural e social que o distingue no campo profissional. É um executivo do setor privado, solteiro, que vive sozinho e possui forte visão crítica do mundo em que vive. Por isso mesmo, está ciente da sua capacidade profissional e confiante em si mesmo:

— “Você já sofreu alguma ameaça?”

— Hummm. Não! Ameaça... (...) Não nenhuma. Acho assim que...da forma como eu estou estabelecido hoje, pelo meu conhecimento que eu tenho hoje, isso me dá uma certa segurança. (...) Muita visibilidade. Tanto é que é meu relacionamento com a empresa inteira... a empresa inteira sabe quem eu sou. A empresa é grande, são seis mil funcionários, tem uma diretoria em cada filial, tem todas as diretorias lá dentro. E assim, eu cuido de toda parte de estratégia da receita (das três principais áreas da empresa). Então assim eu tô sentado em cima de 1 bilhão e

meio ali. Entendeu? Toda parte de análise de segurança de informações tá comigo. Então isso me dá um certo conforto.

— “Mas têm pessoas que sofrem?”

— É... tem. Tem. Diretamente eu nunca sofri isso, e assim... não conheço ninguém que tenha sofrido.

Confiança e reconhecimento que sempre recebeu dos pais:

— (...) sempre felizes de saber que eu tô sempre alcançando um degrau a mais... Mas... é muito assim... ‘ah! Eu sei que você tem competência e que você vai chegar lá!’ Então tá muito tranquilo pra eles nesse sentido”.

Se sente também bastante reconhecido profissionalmente pela empresa em que trabalha. Reconhecimento que Dejours ressalta ser essencial à formação do sentido que cada um confere ao trabalho e, portanto, à saúde mental do trabalhador. A sensação de estabilidade no emprego, que o reconhecimento profissional traz ao trabalhador, é condição primordial para a garantia de uma certa segurança existencial, sublinha também Concialdi: “O emprego representa hoje o primeiro modo de acesso à segurança pessoal. A situação em relação ao emprego pode portanto fornecer um bom índice do risco de precariedade”¹⁷¹(CONCIALDI, 2006, p.17). Reconhecimento, próprio ao capital simbólico que na perspectiva de Bourdieu é essencial nos processos de dominação:

O capital simbólico assegura formas de dominação que implicam na dependência em relação àqueles que ele permite dominar: só existe de fato na e pela estima, reconhecimento, crença, crédito, confiança dos outros, e só pode perpetuar-se indefinidamente quando ele consegue obter a crença na sua existência (BOURDIEU, 1997, P. 200)¹⁷².

Mas, **Aureliano Buendía** parece compreender que, como explica Bourdieu (1997), esse capital simbólico é dotado de disposições que tendem a favorecer ações que o agente

¹⁷¹«L’emploi représente aujourd’hui le premier modo d’accès à la sécurité personnelle. La situation par rapport à l’emploi peut donc fournir un bon indice du risque de précarité» (tradução livre).

¹⁷² «Le capital symbolique assure des formes de domination qui impliquent la dépendance à l’égard de ceux qu’il permet de dominer: il n’existe en effet que dans et par l’estime, la reconnaissance, la croyance, le crédit, la confiance des autres, et il ne peut se perpétuer qu’aussi longtemps qu’il parvient à obtenir la croyance en son existence» (tradução livre).

deseja realizar. E essas disposições não são determinantes das ações, pois dependem também das circunstâncias em que a ação irá se dar. Nesse sentido, ao se referir ao futuro, ele diz estar amadurecendo a idéia de montar um negócio próprio, uma consultoria na área em que atua. Mas é bastante realista em relação ao mercado de trabalho e admite a hipótese de poder vir a ser um funcionário público, se necessário for:

— eu não consigo me ver em trabalho público, hoje, pegar fazer um concurso, assim... não vou dizer que amanhã eu não venha a fazer, até por uma questão de estabilidade... ou alguma coisa que me incentive.

Apesar de se mostrar tão autoconfiante em si mesmo, ao longo da entrevista concorda que a grande massa de empregados está sujeita à lógica do “se não quiser, tem quem queira” trabalhar sob essa ou aquela condição. Lógica que ao capital interessa que todo trabalhador a tenha internalizado e que a sua subjetividade demonstra ter assimilado, caso contrário não cogitaria a possibilidade de vir a ser um servidor público por razões de estabilidade. Lógica que ele traduz ao definir o sistema produtivo contemporâneo:

— Para mim o mundo tá canibalizado, é cobra engolindo cobra, então você tem que ser mais esperto que todo mundo, você tem que ser melhor que todo mundo, você tem que saber mais que todo mundo... então tá nessa competição.

Para poder sobreviver nesse mundo ele acredita que é importante ter capacidade de adaptação, ser meio camaleão, saber absorver muita coisa, ter foco, buscar alguma coisa. Deixar um pouco de lado o que se aprende em sala-de-aula e conhecer o mundo prático.

Sua visão pragmática da vida e, sobretudo, em relação aos desafios, riscos típicos do mundo do trabalho contemporâneo denota talvez uma estratégia defensiva contra o sofrimento do trabalho. Um indivíduo blasé, como Simmel¹⁷³ define o homem moderno, pois apesar de bastante crítico é também irônico ao falar de si. Fala como se não falasse dele próprio, como se não sentisse o sofrimento do trabalho, bem traduzido na analogia do

¹⁷³ WAIZBORT, Leopoldo, 2000. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Ed. 34.

trabalho com a “vida de presidiário”, que a metáfora deixa transparecer. Um jovem que possui uma visão desalentadora do mundo atual.

Mas, também **Renata Remédios**, a analista em tecnologia da informação com apenas 29 anos de idade vê o mundo de forma bem pessimista:

— Eu vejo o mundo hoje muito sem valores. Tanto os jovens quanto as pessoas de meia idade. Muitas vezes... eu tive um ano que eu ganhei muito dinheiro e eu não tive tempo para sair para comprar um chocolate na rua. E logo depois eu tive um ano onde me sacanearam muito e eu quase fui para a rua. Você começa a pensar que em um ano você é rei e no outro você não é nada. Um ano você é o melhor do mundo, o melhor da América Latina e no outro ano eu não sou ninguém. Ou eu sou ou não sou. Eles não podem te jogar... no fundo eu sou, pô! Se eles não me quiserem vai ter quem queira. E se eu não... se eu sair da (empresa) eu não trabalho para mais ninguém. Talvez eu vá para um emprego público ou vá abrir uma empresa, vá mudar a minha vida e não trabalhar para ninguém. (...) Quando eu comecei na (multinacional de TI) o meu sonho era ser um... um grande executivo. E se você quiser ser grande você tem que abdicar da sua família, ou sei lá, tratar a sua família de um jeito diferente. Colocar sua família em segundo plano. Não existe nenhum executivo que tenha família como principal foco de vida.

— “E é algo que você não está a fim de fazer?”

— Não estou afim porque o dinheiro e o emprego você ganha e perde e a sua família é sua. E é pra sempre. Quando você está na meada quem te ajuda é a sua família. Quem te dá a mão são os seus amigos. Dinheiro e emprego você consegue em qualquer lugar.

O processo de dominação sustentado na violência simbólica para a submissão do trabalhador produziu nela uma crise de identidade. Afinal de contas ela precisa saber se ela é uma boa funcionária ou não. O que não consegue é conviver com essa dubiedade identitária.

Porque a noção de identidade, pertence ao campo do real e do imaginário, como afirma Martuccelli (2002). É um discurso onde o sujeito forja um sentido de continuidade

entre o passado e o presente que busca ser coerente. Todo indivíduo procura, por meio dessa narrativa que o identifica, traçar um perfil de si mesmo que mostre uma coerência do conjunto, para tanto ele faz uma seleção de passagens da sua vida. Apesar de parecer ficcional, o sentimento do indivíduo é o de estar narrando a sua biografia a partir de um discurso racional que mostre a noção de unidade.

Assim sendo, **Renata Remédios** se percebe incapaz de construir um discurso identitário capaz de mostrar uma pessoa que faça sentido para os outros. Alguém que tenha uma trajetória, seja ascendente ou descendente, mas compreensível e coerente. Afinal a sociedade cobra ações racionais e coerentes dos agentes sociais. Porém, as incertezas do mundo do trabalho podem de uma hora para outra, de um dia para o outro ou, como ela diz, de um ano ao outro levá-la ao céu e depois ao inferno. Por isso ficou doente, por isso tem uma visão negativa da sociedade atual, a de uma sociedade sem valores.

São justamente nesses momentos de crise, de ruptura, que a subjetividade nos desnuda aos nossos próprios olhos. São nesses momentos difíceis de sensação de abandono que a subjetividade se faz presente, “(...) não contra o mundo mas frente ao vazio que nos circunda”¹⁷⁴ (MARTUCCELLI, 2002, p.504). São nesses momentos de distanciamento do mundo, frente a um vazio, que geralmente nos permitimos refletir sobre nossas vidas, sobre o futuro, sobre nossas relações, nos descobrimos um pouco mais. “E essa experiência profundamente moderna nos transmite uma sabedoria do mundo estranhamente anti-moderno”¹⁷⁵(MARTUCCELLI, 2002, p.506).

Foi assim com **Renata Remédios**, que ao viver um momento importante fruto de uma crise profissional, que solapou a sua noção de identidade para si e para o outro, momento em que para, e reflete, buscando respostas no mundo tradicional da família. Não é mais o espaço da modernidade, do trabalho que dá sentido à sua existência, mas sim o espaço familiar, isto é, o mundo da tradição.

¹⁷⁴«(...) non pas contre le monde, mais face au vide qui nous entoure» (tradução livre).

¹⁷⁵«Et cette expérience profondément moderne nous transmet une sagesse du monde étrangement antimoderne» (tradução livre).

Porém, acrescenta Martuccelli, precisamos entender que nossas experiências subjetivas são sempre fragmentadas e efêmeras. Rapidamente fugimos dela e voltamos ao mundo que nos cerca. É somente um instante vivido enquanto nossas esperanças se ausentaram. “A preocupação com o futuro invade de novo o nosso presente, e a experiência da brevidade do tempo de vida acaba por nos deixar novamente, mais ou menos definitivamente”¹⁷⁶ (MARTUCCELLI, 2002, p.507). Porque vivemos em sociedade e logo ela volta a exercer sua coerção sobre nós, seu controle e nos fazer ver todos os “dever ser” que precisamos seguir para continuar vivendo em sociedade. Nem a família tem essa autonomia de ação para concordar e proteger sua filha desempregada porque sobre essa instituição social também pesa a ordem racional da sociedade moderna. Basta pensar como Weber e Marx definiram a ação do homem moderno. Para Weber o sistema capitalista desenvolve uma racionalidade essencial ao seu funcionamento onde todos devem agir como pessoa livre, o que significa dizer agir de forma racional-final. A forma racional-final, diz Weber (1972), define uma relação responsável entre meio e fim. No entanto, ele observa e conclui que a cultura moderna é caracterizada pelo que denominou de inverso da racionalidade, ou segundo Lowith (1997), a insensata “irracionalidade” de condições autônomas e auto-suficientes que passam a dominar o comportamento humano. É neste aspecto que os dois clássicos da sociologia se encontram, pois Marx demonstra a sua concordância ao observar o processo de geração de valor quando ele percebe a transformação de dinheiro em capital expressado através da inversão da fórmula econômica M-D-M por D-M-D, e identifica-o como sendo o processo de coisificação do homem onde a “coisa”, o dinheiro, domina o “homem”, de compartimentalização do próprio homem.

Na modernidade essas experiências vão se tornando cada dia mais frequentes e conseqüentemente promovem cada vez mais o distanciamento social dos indivíduos. A subjetividade se apresenta assim como uma verdadeira experimentação de si mesmo. Entretanto: “O reconhecimento da subjetividade pode, geralmente, de forma paradoxal, ser

¹⁷⁶«Le souci de l’avenir envahit de nouveau notre présent, et l’expérience de la brièveté du temps de la vie finit par nous quitter plus ou moins définitivement à nouveau» (tradução livre).

um verdadeiro obstáculo para a formação da solidariedade”¹⁷⁷ (MARTUCCELLI, 2002, p.509).

Na análise das subjetividades é fundamental ter clara a diferença entre reflexão e introspecção. A introspecção é um “(...) traço constitutivo da consciência e um exercício mais ou menos solitário, cuja literatura e a filosofia atestam a antigüidade”¹⁷⁸ (MARTUCCELLI, 2002, p.509). Por outro lado a reflexão é um fenômeno característico da modernidade.

Ela se apóia sobre uma certa representação dos efeitos do saber de si. E ela modifica nossa relação da ação. O encontro desses pólos faz com que o indivíduo desenvolva uma capacidade historicamente que ele jamais ouvir dizer, a de tomar-se por objeto, aumentando excessivamente seu distanciamento do mundo. Graças ao conhecimento discursivo e ao retorno crítico de si e dos acontecimentos, o indivíduo permanece senhor de si ao mesmo tempo em que afirma a sua distância face a eles. Ora, para o estudo da subjetividade, é o retorno reflexivo indutivo e crescente para si que deve ser o objeto de atenção (MARTUCCELLI, 2002, p.510).¹⁷⁹

É, pois, por meio da reflexão que de alguma maneira o *self* se autoconstrói. Assim, a reflexão reforça o espaço da subjetividade. Mas é somente pelo sofrimento que conseguimos expressar a nossa subjetividade, sublinha o autor.

A reflexão, filha mais velha das Luzes, se apresenta tanto sob a forma otimista quanto a pessimista. Giddens (1991) é um importante porta voz dessa modalidade otimista

¹⁷⁷ “La reconnaissance de la subjectivité peut ainsi, généralement, et non sans paradoxe, être un véritable obstacle à la fabrication de la solidarité” (tradução livre).

¹⁷⁸ «trait constitutif de la conscience et exerce plus ou moins solitaire, dont la littérature et la philosophie attestent l’ancienneté» (tradução livre).

¹⁷⁹ «Elle s’appui sur une certaine représentation des effets du savoir sur soi. Et elle modifie notre relation à l’action. La rencontre de ces pôles fait que l’individu développe une capacité historiquement inouïe à se prendre lui-même pour objet, accroissant excessivement sa propre distance au monde. Grâce à la connaissance discursive et au retour critique sur soi e sur les événements, l’individu en reste maître tout en affirmant la distance face à eux. Or, pour l’étude de la subjectivité, c’est le retour réflexif induit croissant vers soi qui doit être objet d’attention» (tradução livre).

do exercício da reflexão. Ele acredita que na modernidade a necessidade permanente de reflexão promove a autonomia do indivíduo. Para essa corrente de pensamento as ciências e o conhecimento dão acesso ao universal, em razão da existência de uma cultura racional, objetiva e acumulativa. Todo espírito moderno se caracteriza por exercitar a reflexão.

No entanto, Martuccelli chama a atenção para uma supervalorização do papel das ciências sociais – sociologia e psicologia, que passam a se comportar como elementos de auto-ajuda para os indivíduos. Elas pretendem hoje preencher todas as lacunas as quais o indivíduo se mostra incapaz de fazê-lo. Mas também não devemos desconsiderar os efeitos benéficos das técnicas de reflexão do cotidiano, das terapias etc.

Por outro lado a reflexão possui também o seu lado sombrio, negativo e perigoso, como aponta Foucault (2001). Para este a racionalização moderna produziu sujeitos submissos, frutos do exercício do poder disciplinar, e portanto, dóceis a uma determinada ordem do discurso que inibe o espaço da subjetividade. Os sujeitos são resultados das práticas do exame, da confissão e da medição. No que Martuccelli concorda ao comentar que,

Essa produção de si é cada vez mais constrangedora que ela passa pela expansão de uma massificação do desejo subjetivo de exploração e de realização de si, por essa considerável literatura dando conselhos práticos para se vender,... (...) Por fim, são essas atividades que ditam a verdadeira natureza da ‘subjetividade’¹⁸⁰ abolindo o próprio da subjetividade (MARTUCELLI, 2002, p. 517)¹⁸¹.

Pelo viés otimista ou pessimista devemos considerar que existem diferentes tipos de reflexão instigados por distintos meios simbólicos. Perceber, pois, a extensão da reflexividade do sujeito é se ater a observar a distinção que existe entre a encarnação e o distanciamento do sujeito em relação ao papel que exerce. Isto é, é preciso estar atento para

¹⁸⁰ Grifo do autor.

¹⁸¹ «Cette production de soi est d’autant plus contraignante qu’elle passe par l’expansion d’une massification du désir subjectif d’exploration et de réalisation de soi, par cette considérable littérature donnant des conseils pratiques pour se vendre, ...[...] À terme même, ce sont ces activités qui dictent la véritable nature de la ‘subjectivité’ en abolissant le propre de la subjectivité» (tradução livre).

a ação do indivíduo em relação à sua reflexão. “A subjetividade se constitui justamente não na própria ação, mas no comentário mais ou menos engajado que a segue ou a acompanha”¹⁸²(MARTUCCELLI, 2002, p.521). A reflexão crítica não leva necessariamente à ação não alienada, porque ao contrário do que muitos acreditam, a reflexão acontece a posteriori do agir. Ela se dá em retrospectiva.

A defasagem cresce entre o saber discursivo e o saber prático, espaço que Sloterdijk chama de “cinismo moderno”¹⁸³, a saber, uma “falsa consciência esclarecida”¹⁸⁴, um saber impotente, uma consciência sem prática. Assistimos então, de certa forma, à inversão do projeto das Luzes¹⁸⁵ (MARTUCCELLI, 2002, p. 522).

Porque o conhecimento não é por si só emancipador. Segundo Martuccelli, essa prática reflexiva faz que cada vez mais o sujeito passe mais tempo justificando a sua ação do que propriamente agindo. Tudo deve ser explicado e justificado nos mínimos detalhes. Mas, não devemos nos esquecer, salienta ele, que é pela ação que conseguimos provar a nossa existência social e experimentar os nossos limites. A reflexividade ao invés de nos viabilizar o domínio do mundo, o autocontrole, ela revela uma consciência contraproducente das nossas ações. Por mais incongruente que possa parecer, o exercício da reflexão tem levado à alienação do mundo no qual vivemos, diz ele:

A vida social é o teatro de um conhecimento muitas vezes excluído de toda prática. O mundo, como nossas vidas não são forçosamente aquilo que gostaríamos que fossem e, porque somos cada vez mais persuadidos que não poderão voltar a ser na prática, fugimos imaginariamente na reflexividade, fazendo de tudo que acontece o resultado de uma escolha (ou de uma não-escolha) passada. É somente a custa desse preço que

¹⁸²«La subjectivité se constitue justement non pas dans l’action elle-même, mais dans le commentaire plus ou moins engagé qui la suit ou l’accompagne» (tradução livre).

¹⁸³Grifo do autor.

¹⁸⁴Idem.

¹⁸⁵«Le décalage s’accroît entre le savoir discursif et le savoir pratique, l’espace de ce que Sloterdijk appelle le « cinisme moderne », à savoir une « fausse conscience éclairée », un savoir impuissant, une conscience sans pratique. On assiste ici, d’une certaine façon, à l’inversion du projet des Lumières» (tradução livre).

conseguimos de vez em quando restabelecer uma relação prática positiva com o mundo(MARTUCCELLI, 2002, p. 526)¹⁸⁶.

Nesse sentido, a análise da subjetividade do trabalhador tem sido cada vez mais determinante para a compreensão das novas configurações do mundo do trabalho. A multiplicidade de atividades profissionais, bem como a exigência cada vez maior de mão-de-obra polivalente não se traduz mais em classes sociais nem tampouco em grupos profissionais pois numa mesma empresa, executando funções análogas, podemos encontrar trabalhadores precarizados como os estagiários, flexibilizados na condição de terceirizados e assalariados formais. Todos produzem mais-valia para a organização empresarial, mas são vistos como sendo grupos de profissionais diferentes. A exploração e a expropriação não os une, ao contrário, a disparidade dos contratos de trabalho é fator de pressão, de ameaça, de imposição do medo da demissão. A precariedade da posição que ocupam os estagiários e os terceirizados é fator determinante para a legitimidade do poder simbólico dos novos líderes gerenciais. Como diz Bourdieu (1997) é uma violência doce que se estabelece na relação entre a ameaça de demissão e o medo. Violência simbólica que é assimilada por meio da distorção comunicacional, da mentira instituída e da eliminação dos vestígios da antiga administração com a supressão dos trabalhadores mais antigos do quadro funcional da empresa, ressalta Dejours (2000). Crédulo de que ele tem liberdade de decisão, pois sempre reflete sobre suas ações, sem perceber, internaliza o discurso neoliberal da flexibilização produtiva. Aqueles que não o fizerem serão descartados.

Foi portanto a partir da análise das subjetividades dos entrevistados que conseguimos compreender o impacto que a gestão empresarial instrumentalizada na ameaça e no medo da demissão produz nos trabalhadores. Sob a tirania do medo eles trabalham quase que ininterruptamente. Suas jornadas se mostram tanto intensivas quanto desumanamente extensivas. Entretanto as conseqüências dessa exploração desmedida se fazem logo sentir: doenças, dor física e mental, identidades frágeis e inseguras, estratégias de defesa que levam à paralisia diante do sofrimento no trabalho e ao individualismo.

¹⁸⁶«La vie sociale est le théâtre d'une connaissance souvent coupée de toute pratique. Le monde comme nos vies ne sont ni forcément ce que l'on voudrait qu'ils soient et, parce que nous sommes de plus en plus persuadés qu'ils ne pourront plus redevenir pratiquement, nous fuyons imaginativement dans la réflexivité, faisant de tout ce qui arrive le résultat d'un choix (ou d'un non-choix) passé. Ce n'est qu'à ce prix que l'on parvient parfois à rétablir un rapport pratique positif avec le monde» (tradução livre).

Podemos então confirmar que a manutenção do trabalhador em constante estado de medo da perda do seu meio de sobrevivência, o trabalho, é uma estratégia do mundo contemporâneo, do capitalismo não mais produtivo, mas especulativo.

Em outras palavras, o medo do desemprego como instrumento ideológico de controle social por meio de relações de poder intangíveis, se expressa em toda parte ou lugar, a todo tempo. Uma microfísica do poder capitalista, como observou Foucault, visando uma maior expropriação de mais-valia. Poder que agora não mais traz garantias mas institui incertezas, medo, angústia por desconhecer o amanhã, o futuro.

Com medo, trabalha-se em jornadas alucinadas e intermináveis; trabalha-se doente; trabalha-se humilhado. Com medo aliena-se, perde-se a autonomia de si.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo principal demonstrar que a incerteza vem sendo utilizada como uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder do atual estágio do capitalismo especulativo, para produzir corpos dóceis sujeitos a uma mais intensa exploração do capital, na medida em que viver sob condições incertas produz clara sensação de medo do porvir. Medo, expressado na permanente ameaça de demissão, que as novas tecnologias de gestão do capital sabem bem explorar para submeter, subjugar os trabalhadores a jornadas intensificadas, em razão do avanço tecnológico cada vez mais aprofundado, bem como estendidas em horas e horas a mais de trabalho não remunerado, gratuito, pois muito além da jornada legal prevista na legislação brasileira.

O recorte analítico colocou em relevo a ameaça do desemprego experimentada pelos onze entrevistados. Constatou-se então que para compreender o fenômeno social do desemprego há de se debruçar sobre a análise das subjetividades dos trabalhadores, ocupados ou desocupados, empregados ou desempregados, pois a lógica das novas gestões se inscreve na subjetividade dos agentes sociais. Por isso desencavar o dado oculto no não dito foi essencial para fazer aparecer a existência do discurso do medo da demissão subjacente às estratégias defensivas dos trabalhadores quando obrigado a se confrontar com o próprio sofrimento no trabalho. Somente por meio do exame das práticas sociais conseguimos conhecer a subjetividade do trabalhador que nos revelou a nova racionalidade da gestão do capital. Verificamos nas entrevistas que a principal questão reveladora do medo que os fragiliza e os inflige uma vida de incertezas, levando-os a uma intensa submissão aos gestores do capital, está na contraposição entre o tempo de trabalho e tempo de não-trabalho.

No entanto, verificamos a incipiência no Brasil de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a imposição de longuíssimas jornadas de trabalho fazendo que tempo de trabalho e tempo de não-trabalho praticamente se confundam, repercutindo de forma significativa tanto na saúde do trabalhador quanto nas suas relações sociais, inclusive a mais preciosa, a família, como demonstraram as entrevistas realizadas. Tanto o IBGE quanto o DIEESE

ainda não adotaram essa variável tão significativa para a compreensão do mercado de trabalho e elaboração de políticas públicas para eles direcionadas.

No que concerne ao campo empírico constatamos que os bancos de dados estatísticos nos disponibilizam dados qualitativos insuficientes para delinear o perfil do Distrito Federal como os índices de Gini, PIB, PIB *per capita*, e o índice do IDH, se considerarmos que o movimento urbano de Brasília vai além das fronteiras geográficas. É a prática social que dá vida e define os limites de uma cidade, portanto, os índices socioeconômicos do DF não traduzem sua real configuração socioeconômica. Brasília e seus índices tanto é Distrito Federal quanto as cidades do seu entorno que hoje exercem papel social político e econômico relevante para a compreensão da vida dos habitantes de Brasília, como reconhece a CODEPLAN, órgão do governo distrital. Indagamos, pois, a tendência de universalização em tomar dados estatísticos feitos por meio de recortes arbitrários, onde se concebe realidades que não são estáticas como se assim fossem. A ligação entre os trabalhadores moradores do entorno e os trabalhadores moradores do Distrito Federal salienta o desenho comum a todas as grandes metrópoles brasileiras rodeadas que são por um cinturão de pobreza fundamental às economias locais.

Numa economia totalmente globalizada, onde o capital financeiro hoje predomina e se faz representar pelo seu protagonista o “mercado”, a pesquisa bibliográfica sobre a temática da mundialização pode salientar que o modelo econômico baseado no livre mercado tem bases frágeis e incertas como sublinhou Polanyi. Modelo que fundamenta-se nos ideais do liberalismo cujo sistema democrático e o progresso econômico se apresentam como os principais paradigmas, mas que na prática não se efetivam. Observa-se que a adoção da democracia ocidental tem sido uma tática de colonização contemporânea “imposta” pelas economias mais ricas do globo aos países em desenvolvimento, com o intuito de fidelizar mercados e garantir fontes de matéria-prima. Vale salientar que o processo não se impõe de forma unilateral. Essa “imposição” se dá por meio de negociações bilaterais ou multilaterais onde as elites locais são cooptadas a defender e trabalhar pela implementação desse sistema político.

Outros aspectos que configuram as relações de trabalho contemporâneas são a incidência do trabalho escravo contemporâneo, isto é, a escravidão por dívida, em vários países em desenvolvimento como a China, a Coreia do Sul e mesmo o Brasil. Além da prática de deslocamentos da produção em busca de mão-de-obra barata como no caso das *maquiladoras* da América Central, onde empresas de montagem situadas em zonas francas que empregam geralmente mulheres para trabalhar em péssimas condições de trabalho e por horas a fio, sem quase nenhuma proteção legal.

Importante no debate sobre a mundialização para a comprovação da hipótese foi a verificação do impacto do processo de mundialização, ou melhor, de financeirização do capital nas relações de assalariamento, fato que confirma-se ao se compreender a lógica do capital, a da gestão baseada em valor (VBM) que se apóia no índice EVA - *Economic Value Added* (Valor econômico agregado) a fim de estabelecer uma parcela do risco do capital que caberá ao trabalhador se responsabilizar. Na prática essa modalidade de divisão do risco capitalista se faz quando se institui salários com parte fixa e parte variável, já adotado por muitas empresas no Brasil e exemplificado no relato de Renata Remédios, analista de tecnologia da informação de uma grande multinacional.

A fragilização do trabalhador brasileiro também submetido à lógica do capitalismo financeirizado, pode ser constatada pela observação dos campos: cultural, jurídico, econômico e social. No que tange ao campo econômico, a divisão do risco do investimento entre capital e classe trabalhadora é determinante. Com relação ao campo cultural observa-se que especificidades culturais como a prática do comportamento baseado na lógica do “homem cordial” desenhado por Buarque de Holanda, é fundamental para a compreensão da lógica clientelista que geralmente define, como vimos, a forma de se conseguir trabalho no Brasil. Em razão de termos um mundo no qual o público e o privado se confundem, a busca do emprego ou da promoção, mesmo que numa instituição onde o acesso se dá por concurso público, dependem das amizades que o agente social possua. Comportamento que evidentemente tem consequência significativa para a compreensão e a prática da cidadania no Brasil.

No campo jurídico a desestruturação das relações de trabalho se mostra mais evidente. A informalidade é aspecto constitutivo do mundo do trabalho brasileiro, desde sempre, e o desmonte da legislação trabalhista vem precarizar ainda mais essa realidade. Segundo o que revelou a pesquisa do IPEA, no seu relatório Radar 2006, o nível de informalidade que havia sido reduzido em 2003 voltou a subir em 2004, e representa aproximadamente 46% da população ocupada. Se considerarmos apenas os trabalhadores por conta própria, os empreendedores no jargão atual, aqueles que pertencem ao pólo positivo da informalidade, na perspectiva de Lautier, a informalidade chega a 82,1%. Porém dados mais atuais vêm divulgando um aumento na contratação com carteira assinada. Mas não podemos considerar isoladamente a variável informalidade, é o que mostrou a nossa pesquisa. As mudanças realizadas na lei trabalhista brasileira trazem novas modalidades de contratação como o contrato em tempo parcial, o contrato por prazo determinado, o estágio, e a universalização do FGTS, formando um conjunto normativo que vêm permitindo a precarização das relações de trabalho não mais necessariamente pelo caminho da informalidade. A carteira assinada pode aumentar, mas o trabalhador pode estar sendo contratado por tempo determinado para realização de um projeto específico, prática hoje muito comum dentro do serviço público. O Estado tem feito concurso público para contrato temporário, isto é, contratação por dois anos renovável por mais dois anos, por exemplo. Também a contratação indiscriminada de estagiários é uma forma usual de precarização do trabalhador sem contudo entrar na informalidade do trabalho, segundo o que os órgãos de pesquisa oficiais compreendem ser. Assim, para a constatação de que também no Brasil há um claro processo de precarização das relações de trabalho e com isso de precarização da vida do trabalhador, é preciso considerar o informal em relação ao tipo de trabalho formal que vem sendo exercido atualmente. Além do mais, o elenco de novas leis vem permitindo uma rotatividade intensa, a prática indiscriminada do *turn over* como observou Pochmann, fator significativo de precarização porque não viabiliza que o trabalhador tenha uma continuidade de recolhimento do INSS, prolongando assim a sua permanência no trabalho por mais anos que os previstos para a aposentadoria, caso tivesse um contrato de trabalho por tempo indeterminado.

A partir dos estudos feitos por Cahuc e Zylberberg que denotam a importância para o crescimento econômico da prática do empregar e desempregar, preconizada por

Schumpeter, verifica-se mais um aspecto da lógica do capital financeirizado, o *turn over*, fator de fragilização da classe trabalhadora. Se o emprego se transformou em fonte de direitos e cidadania, como ressalta Gorz, a prática do *turn over* restringe ou retira do trabalhador a possibilidade de se constituir como cidadão, como alguém que possui autonomia de si. Se a base do sistema democrático se constitui na igualdade de direitos a todos os cidadãos então como negá-los a uma maioria de trabalhadores precarizados?

Junta-se a esses aspectos o do campo político, o desmonte promovido no sistema sindical brasileiro desde o governo Collor de Melo. Dos entrevistados apenas um deles tem uma imagem positiva do papel do sindicato para a proteção da classe trabalhadora. Os outros, ou desconhecem o que seja um sindicato ou não vêem nessa instituição classista o contraponto necessário para uma relação mais digna e humana entre capital e trabalho.

Portanto, a questão central da precarização está na relação dialética entre empregado/desempregado. Publicizar o quanto negativo, o quanto sofrido é ser um desempregado é ensinar aos empregados o futuro que terão caso não aceitem cordatamente e até entusiasticamente as regras do jogo. Como sugere Demazière comprovamos que há interpretações diferentes sobre o que seja um desempregado, tanto para o IBGE e DIEESE, quanto para os próprios desempregados, atestados nas declarações do diarista que diz ser um desempregado apesar de trabalhador informal e de Úrsula que afirma nunca ter ficado desempregada, mesmo sendo informal. A contradição na compreensão entre ser e estar desempregado é fator complicador para o pesquisador e, portanto, para a formulação de políticas públicas no Brasil.

Por outro lado, mesmo que os índices de desemprego venham mostrando queda, temos que considerar, para pensar as relações de trabalho, os diferentes tipos de contratações, como acima citamos: trabalho temporário, trabalho terceirizado, trabalho em estágio, trabalho em tempo parcial, trabalho sem diferenciação entre tempo de trabalho e de não-trabalho e trabalho informal, são aspectos que mostram como as relações de trabalho no Brasil pioraram a condição do trabalhador.

Dentre as diferentes possibilidades do capitalista explorar o trabalhador, escolhemos analisar a que decorre dos processos de intensificação e extensão da jornada de trabalho, aspecto que aparece nos relatos de todos os entrevistados com exceção daquele que trabalha como catador de bolas de tênis. Consideramos a jornada de trabalho todo o tempo em que o trabalhador realiza efetivamente uma atividade quanto fica à disposição do empregador. Com isso constatou-se que eles trabalham em longuíssimas jornadas, em média de 60 horas mensais, sem aí considerar os finais de semana que também trabalham ou ficam disponíveis para qualquer eventualidade. Como consequência dessas condições desumanas de trabalho suas falas revelam o quanto a intensividade e a extensividade é prejudicial à saúde física e emocional dos trabalhadores. Apesar de contraírem doenças e relacionarem estas às condições de trabalho, constroem estratégias defensivas, pois na sociedade em que vivemos o trabalho é central na vida das pessoas. Perder o emprego é perder tanto o seu rendimento, quanto o respeito social, e ainda o contato social, assim demonstrou Renata Remédios ao imaginar a possibilidade de demissão.

Mas essa é justamente a intenção da nova gestão do capital, quebrar a autoconfiança do trabalhador, mostrá-lo o quão vulnerável ele é, por meio da flexibilização das normas, o transformando num ser precarizado, sem condições de escolha. Só lhe resta obedecer, obedecer. E uma das maneiras de quebrá-lo é recorrendo a tática de ameaçá-lo de demissão, como revelou o estudo das subjetividades dos trabalhadores de diferentes categorias profissionais, diferentes condições financeiras, tanto homens quanto mulheres, de idades variadas. Essa maneira de administrar pessoas sobressai tanto na fala de Renata Remédios, analista de TI, quanto na de Rebeca Montiel, empregada doméstica. As trajetórias foram de fundamental importância pois possibilitaram observar, a partir da subjetividade de cada interlocutor, quais as estratégias desses profissionais para sobreviver num universo onde a autonomia foi cassada.

Nesse sentido, as entrevistas que realizamos, bem como os dados sobre o desmonte das relações de trabalho no Brasil apontam para um processo já instaurado onde a incerteza das relações de trabalho se apresenta como um instrumento ou técnica de microfísica do poder, expressa na ameaça permanente do desemprego, que inviabiliza a possibilidade de autonomia do sujeito, promovendo assim a intensificação da expropriação da mais-valia,

essencial ao fortalecimento do atual estágio do capitalismo especulativo, comprovando, portanto, a nossa hipótese.

Num mundo de economia globalizada, no qual todos os mercados estão permanentemente interconectados, e que cada pequeno abalo sísmico financeiro num lado do globo pode fazer despencar a economia de algum país situado no lado oposto, muito se discute sobre o processo de flexibilização das relações de trabalho, bem como da vulnerabilidade da população economicamente ativa e da precarização social dos trabalhadores, colocando o acento sobretudo nos países desenvolvidos, já que eles tiveram, em certo período histórico, uma condição de quase pleno emprego, sob a égide do Estado do bem-estar social. Entretanto, com a financeirização do capital esses fenômenos rompem todas as fronteiras do globo, piorando ainda mais as condições de vida daqueles que já se encontram em situação de precariedade no que tange as relações econômica, política e social. Talvez a comprovação dessa precarização seja menos aparente do que nos países ricos, mas ela se faz presente cada vez mais, também no Brasil, não só de forma subjetiva, como sugere os depoimentos dos entrevistados, como também objetiva, observado no processo de desregulamentação da norma trabalhista bem como em dados estatísticos socioeconômicos. Processo que esta pesquisa pretendeu ao menos delineá-lo já que para compreendê-lo se faz necessário pesquisas mais abrangentes em termos qualitativos e mesmo quantitativos.

8. BIBLIOGRAFIA

8.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, 1999. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ANTUNES, Ricardo, 1999, **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 6.ed.
- APPAY, Béatrice, 2005. **La Dictature du Succès : le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation**. Paris : L'Harmattan.
- _____, 1997. **Contrôle Social et Flexibilité** in : APPAY, Béatrice et THÉBAUD-MONY, Annie (org.) *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris : Iresco/CNRS.
- ASSAF NETO, Alexandre, 2003. **Finanças corporativas e valor** in: FERREIRA, Ailton Passos e LOPES, Luciano Nascimento; **Indicadores contábeis X EVA: um estudo setorial**. Disponível em:
<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos52005/410.pdf>, acessado em 05.02.2008.
- ATTALI, Jacques, 2007. **L'Avenir du travail**. Paris: Fayard et Institut Manpower.
- BARDIN, Laurence, 1977. **L'analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France.
- BAUMAN, Zygmund., 2001, **A modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- _____, 2003. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, **Folha de São Paulo**, caderno Mais, entrevista concedida em 19 de outubro de 2003.
- BECK, Ulrich, 1999. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à Globalização**. São Paulo: Paz e Terra.
- BENTHAM, Jeremy, 2000. **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica.
- BERMAN, Marshall, 1986. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre, 1997. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil.
- _____, 2001. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 4ª ed.
- BRUNSCHWIG, Henri, 2004. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva.

- BURTSZYN, Marcel e ARAÚJO, Carlos Henrique, 1997. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan.
- CAHUC, Pierre e ZYLBERBERG, André, 2005. **Le Chômage: fatalité ou nécessité?** Paris: Flammarion.
- CASTEL, Robert, 1998. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2^a.ed.
- CASTELLS, Manuel, 2002. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 3^a ed.
- CARVALHO, José Murilo de, 2004. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Wladimir, 1997. **Conterrâneos Velhos de Guerra: opinião da Crítica e Roteiro**. Brasília: GDF/Secretaria de Cultura e Esporte/ Fundação Cultural do DF.
- CLARKE, Tony, 2001. **L'hégémonie des transnationales et ses mécanismes in: GOLDSMITH, Edward et MANDER, Jerry, Le procès de la mondialisation**. Paris : Fayard.
- CONCIALDI, Pierre, 2007, **Non à la précarité**. Paris: Mango.
- _____, 2006, **La France précarisée: un état des lieux In: HUSSON, Michel (org.), «Travail flexible, salariés jetables : fausses questions et vrais enjeux de la lutte contre le chômage»**. Paris : La Découverte.
- CONCISE DICTIONARY, 2001. Glasgow: Harper Collins Publisher, 5a.ed
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2000. Rio de Janeiro: DP&A, 6^a.ed.
- DAL ROSSO, 2006, **Jornada de trabalho: duração e intensidade**. Ciência e Cultura, v.58, out/dez 2006, São Paulo.
- DAMATTA, Roberto, 2003, **Profissões industriais na vida brasileira-ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Senai: Ministério do Trabalho e Emprego.
- _____, 1997. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema**
- DEJOURS, Christophe, 2000. **A Banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3^a.ed.
- _____, 2006. *In: HUSSON, Michel (org.), **Travail flexible, salariés jetables : fausses questions et vrais enjeux de la lutte contre le chômage***. Paris : La Découverte.
- DEMAZIÈRE, Didier, 1995. **La Sociologie du Chômage**. Paris: La Découverte.

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2001. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- DIEESE, 2001. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE.
- DURKHEIM, Émile, 1995. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____, 1996. **O Suicídio**. Lisboa: Editora Presença. 6a ed.
- ELIAS, Norbert, 1994. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FALQUET, Jules, 2006. **Hommes en armes et femmes “de service”: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle et internationale du travail** In: FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (Org.), *Travail et mondialisation : Confrontations Nord/Sud*. Paris : L’Harmattan.
- FERNANDES, Florestan, 2002. *A Revolução Burguesa no Brasil* in “Intérpretes do Brasil” vol.3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2^a.ed.
- FERREIRA José Otávio de Souza, 2006, **Modernização econômica, estado e relações de trabalho no Brasil** in Krein et alli (org.) *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos Trabalhadores*. São Paulo: LTr.
- FOUCAULT, Michel, 1997. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____, 1979. **A microfísica do Poder..** Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.
- _____, 1996. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola.
- _____, 2001. **Dits et écrits**, vol. 1 e 2. Paris: Gallimard.
- FREUD, Sigmund, 1985. **L’inquiétante étrangeté**. Paris: Gallimard.
- GARCIANDÍA, Natacha Borgeaud, 2006. **La vie sous-traitée des ouvrières des maquilas du Nicaragua**, in : FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (Org.), *Travail et mondialisation : Confrontations Nord/Sud*. Paris : L’Harmattan, 115-136.
- GEHRINGER, Max, 2006. **O melhor de Max Gehringer na CBN: 120 conselhos sobre carreira currículo, comportamento e liderança**. São Paulo: Globo.
- GENDARME, René, 2006. **De la domination économique** in : *Manière de Voir* nr. 87, juin-juil, *Vies et mort du tiers-monde*. Paris: SA Le Monde Diplomatique, pg. 19- 21.
- GERTZ, René E (org.), 1997. **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: Editora Hutitec.
- GIDDENS, Anthony, 1991. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

- GOFFMAN, Erving, 1999. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva.
- GOLDSMITH, Edward et MANDER, Jerry, 2001. **Le procès de la mondialisation**. Paris : Fayard.
- GORZ, André, 2004. **Misérias do presente, Riqueza do possível**. São Paulo: Annablume.
- GOLLAC, Michel et VOLKOFF, Serge, 2000. **Les conditions de travail**. Paris : La Découverte.
- GOUVÊA, L.A. Campos, 1995. **Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação**. São Paulo: Annablume.
- HABERMAS, Jurgen, 2001. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, nº 15. São Paulo: Ática.
- HARVEY, David, 2003, **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, *in*: KOJÈVE, Alexandre, 2002. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- HOBSBAWN, 2001. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1987. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- JAKOBSEN, K., MARTINS, R. e DOMBROWSKI, O. (organizadores), 2001. **Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- KANT, Immanuel, 2002. *In*: ANDRADE, Regis Castro, **Kant: a liberdade, o indivíduo e a república**. *In*: WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. 2º vol. São Paulo: Ática, 10ª ed.
- KOLKO, Gabriel, 2007. **La Finance aux mains d'apprentis sorciers**, *in* : *Manière de Voir*, nr. 91, *Les Dossiers de la mondialisation*. Paris : SA Le Monde Diplomatique, pg. 48-53.
- LATOUCHE, Serge, 2001. **Préface** *in* : GOLDSMITH, Edward et MANDER, Jerry, 2001. **Le procès de la mondialisation**. Paris : Fayard.
- LAUTIER, Bruno, 1991. **L'Etat et l'informel**. Paris: Editions l'Harmattan.
- _____, 1994. **L'économie informelle dans le tiers monde**. Paris: Editions La Découverte.

- _____, 2006. **Mondialisation, travail et genre : une dialectique qui s'épuise** in : FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (Org.), *Travail et mondialisation : Confrontations Nord/Sud*. Paris : L'Harmattan, pg. 39-65.
- LORDON, Frédéric, 2000. **Fonds de pension, piège à cons? : mirage de la démocratie actionnariale**. Paris : Raison d'Agir.
- LUCIO, Magda, 2007. **Nova Periferização Urbana: políticas públicas com financiamento internacional e o impacto na produção de direitos sociais**. Brasília, Tese de Doutorado em Sociologia, UnB – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia.
- LYPOVETSKY, Gilles, 1983. **A Era do Vazio**. Lisboa: Edições Gallimard.
- _____, 2004. **Les Temps Hypermodernes**. Paris: Grasset.
- MAFFESOLI, Michel, 2001. **Sobre o nomadismo**. Rio de Janeiro: Editora Record.
- MARQUES-PEREIRA Jaime et THÉRET, Bruno, 2004. **Régimes politiques, médiations sociales et trajectoires économiques : À propos de la bifurcation des économies brésilienne et mexicaine depuis les années 1970** in LAUTIER e MARQUES-PEREIRA, *Brésil, Mexique: Deux trajectoires dans la mondialisation*. Paris : KARTHALA.
- MARTUCELLI, Danilo, 2002. **Grammaires de l'individu**. Mesnil-sur-l'Estrée, France: Société Nouvelle Firmin-Didot.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, 1982. **Obras Escolhidas**, tomo 1. Lisboa: Editorial "Avante!".
- _____, 1961. **Obras Escolhidas**. vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- _____, 1988. **O Capital**, vol 1. São Paulo: Editora Nova Cultura.
- _____, 2005. **O Capital**, vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARQUEZ, Gabriel Garcia, 1998, **Cem Anos de Solidão**. Rio de Janeiro: Record.
- MERTON, Robert K., 1970. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou.
- MÉSZÁROS, Istvan, 2006. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda** in: ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- MILLER, Arthur, 1976. **A Morte do Caixeiro-Viajante**. São Paulo: Abril Cultural.
- NUNES, Brasilmar Ferreira, 2004. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15.

- NUNES, Christiane Girard e THEODORO, Mário, 2000. **Atividades Informais em Brasília: análise e desafios**. Texto apresentado no seminário « Mondialisation économique et gouvernement des sociétés: l'Amérique latine, un laboratoire ? ». Paris, 7-8 juin, mimeo.
- ORWELL, George, 2003. **1984**. São Paulo: IBEP Nacional.
- OFFE, Claus, 1991. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** *in: Trabalho e Sociedade: a crise*. Vol.1. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 85, p. 13-41.
- OIT, 2007. **Possibilidade Jurídicas de combate à escravidão contemporânea**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, p.39.
- PAVIANI, Aldo, 2006. **Urbanização no Distrito Federal** *in: Revista Minha Cidade*, nr.169, disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc169/mc169.asp>, acessado em 09.11.2007.
- PFEILSTICKER, Zilda Vieira de Souza, 2008. **Demissão Voluntária: passagem da estabilidade para as vulnerabilidades do mundo do trabalho**. Brasília, Tese de Doutorado em Sociologia, UnB – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia.
- POCHMANN, Márcio, 2001. **O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, Márcio (org.), 2002. **Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade: Novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez e Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____, 2003. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**, vol 1,2, 3 e 4. São Paulo: Cortez.
- _____, 2006, **Desempregados do Brasil** *in: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- _____, 2008a. **Anacronismo no processo seletivo e apação da qualificação**, Valor Econômico, caderno A15, em 17 de abril.
- _____, 2008b. **Portal Vermelho: Redução da jornada ganha apoio popular**, Fonte: www.ipea.gov.br acessada em 03.06.2008.
- POLANYI, Karl, 2000. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus.
- RAMONET, Ignacio, 2007. **Le marché contre l'État** *in: Manière de Voir*, nr. 91, jan-fév. *Les dossiers de la mondialisation*. Paris : SA Le Monde Diplomatique, pg. 4-5.

- SACHS, Ignacy, 2003. **Inclusão Social pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, Trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTISO, Javier, 2004. **Circulação das Idéias e relações internacionais** in: SMOUTS, Marie-Claude (org.), *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias.* Brasília: UnB, pg. 217-239.
- SANTOS, Milton, 2004. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: EdUsp.
- SASKEN, Sassen, 2006. **Ver une analyse alternative de la mondialisation: les circuits de survie et leurs acteurs** in : FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (Org.), *Travail et mondialisation : Confrontations Nord/Sud.* Paris : L'Harmattan, pg. 67-89.
- SENNETT, Richard, 2000, **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record.
- SEVCENKO, Nicolau, 2001. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras.
- TARGA, Maria Inês Corrêa de C.C., 2006. **A regulamentação do trabalho doméstico no Brasil e sua aplicação nas decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região** in: Krein et alli (org.) *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos Trabalhadores.* São Paulo: LTr.
- THEODORO, Mário, 2002. **O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal.** Brasília: IPEA.
- TOURAINÉ, Alain, 2004. **Um apelo ao Presidente.** In: Folha de São Paulo, Caderno Mais, 09.05.2004.
- TOURAINÉ, Alain, 2001. In : BAUMAN, Zygmund, **A modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- THIOLLENT, Michel, 1987. **Crítica metodológica, Investigação social e enquête operária.** São Paulo: Editora Polis, 5ª edição.
- WALLENRSTEIN, Immanuel, 2006. **C'était quoi le tiers-monde?** in : Manière de Voir nr. 87 juin-juillet, *Vies et mort du tiers monde.* Paris : SA Le Monde Diplomatique, pg.6-13.
- VASOPPOLLO, Luciano, 2005. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular.
- WEBER, Max, 1972. **Economia e Sociedade.** Brasília: Editora UnB

8.1.1. Jornais, Revistas e Sites

FOLHA DE SÃO PAULO, *Entre Davos e Porto Alegre existem convergências possíveis*, Folha Brasil, em 27 de janeiro 2005.

Revista Época nr. 496, **O futuro do trabalho**, 19 novembro 2007.

8.2 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTUSSER, 1985. **Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítico-histórica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed.

ANTUNES, Ricardo, 2000. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo.

_____, 2004. **O Averso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular.

_____, 2005. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro, 1997. **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta.

ARENDT, Hanna, 2000. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª ed.

BAUMAN, Zygmunt, 1997. **Ética Pós-Moderna**. São Paulo: Paulus.

_____, 1999. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____, 2005. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____, 2005. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BEAUD, Michel, 2006. **L'art de la thèse**. Paris : La Découverte, 6ª ed.

BEAUD, Michel et VERNIÈRES, Michel (org.) , 1991. **L'Avenir des Tiers Mondes**. Paris : PUF.

BELL, Daniel, 1977. **Las contradicciones culturales del capitalismo**. México: Alianza Editorial Mexicana.

BOURDIEU, Pierre, 1996. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus.

- _____, 1999. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2^a.ed.
- CABANES, Robert, 2002. **Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière**, São Paulo, Brésil. Paris : IRD et Karthala.
- CATTANI, Antonio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes e Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.
- CARVALHO NETO, Antonio Moreira de, 2001. **Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio: estudo em quatro setores dinâmicos da economia**. Belo Horizonte: Vozes, IRT, PUC Minas.
- CASTEL, Robert , 2003. **L'insécurité sociale**. Paris: Éditions du Seuil.
- _____, 2005. **Peut-on vaincre l'insécurité sociale?** France: Le Temps des Crises.
- CLOT, Yves, 1998. **Le travail sans l'homme? Pour une psychologie des milieux de travail et de vie**. Paris : La Découverte.
- CONCIALDI, Pierre, 2005. **Retraites on vous ment !** Paris : En Clair, Mango.
- CORCUFF, Philippe, 2002. **La société de verre: pour une éthique de la fragilité**. Paris: Armand Colin.
- COSTA, Jurandir Freire. **Tempo de Desejo – Sociologia e psicanálise**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- COSTER, Michel e PICHAULT, François (Éds), 1998. **Traité de Sociologie du Travail**. Paris: De Boeck & Lacier s.a.
- DAL ROSSO, Sadi, 1996. **A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de prometeu**. São Paulo: LTr.
- _____, 1998. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**. São Paulo: ABET.
- DAL ROSSO, Sadi; LIMA, Ricardo Barbosa e SILVA, José Fernando (org.), 2001. **Violência e trabalho no Brasil**. Goiânia: Ed. Da UFG; Brasília:MNDH.
- DALBOSCO, Eduardo e KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. **Os desafios de compreender o trabalho informal**. 'Ser Social: Trabalho e Cidadania'. In Márcia de Melo Martins Kuyumjian org. Brasília: UnB, 1999.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix, 1995. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DEJOURS, Christophe, 1992. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré.

- _____, 1999. **Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo. Fundap: EAESP/FGV.
- DEMO, Pedro, 2002. **Politicidade: Razão humana**. Campinas, SP: Papirus.
- _____, 2003. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DUBAR, Claude, 2003. **La crise des identités: interprétation d'une mutation**. Paris : PUF.
- DUMONT, Louis, 2000. **Homo aequalis: Gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru, SP: EDUSC.
- FAORO, Raymundo, 1979. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo.
- FORRESTER, Viviane, 1997. **O Horror Econômico**. São Paulo: UNESP.
- FOUCAULT, Michel, 2002. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6a ed.
- FREUD, Sigmund, 1997. **O Mal-Estar da Civilização**. Rio de Janeiro: Imago.
- _____, 1997. **O Futuro de Uma Ilusão**. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- _____, 2001. **Psicologia de las masas**. Madrid: Alianza Editorial.
- GADREY, Jean, 2006. **En finir avec les inégalités**. Paris : En Clair, Mango.
- GLAYMANN, Dominique, 2007. **L'intérim**. Paris : La Découverte.
- GOFFMAN, Erving, 1975. **Estigma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, 1999. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes.
- GORZ, André, 2005. **O Imaterial: conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume.
- GORZ, André, 2003. **Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo e HIRATA, Helena, 2006. **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Editora Senac.
- HALL, Stuart, 2002. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio, 2004. **O Império**. Rio de Janeiro: Record.

- KONDER, Leandro, 2002. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia das Letras.
- KRISTEVA, Julia, 1991. **Étrangers à nous-mêmes**. Paris: Gallimard.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LASH, Christopher, 1986. **O mínimo eu**. São Paulo: Brasiliense.
- LAUTIER, Bruno, 2006. **Le difficile cheminement vers l'universalisation de la protection sociale en Amérique Latine**. Texto apresentado no Colloque International « État et Régulation Sociale », setembro 2006. Paris : Université Paris I.
- LAUTIER, Bruno e PEREIRA, Jaime Marques, 2004. **Brésil, México: deux trajectoires dans la mondialisation**. Paris: Karthala.
- LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio, 2001. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEITE, Márcia de Paula Leite, 1994. **O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Página Aberta Ltda.
- LEMERT, Charles. **Pós-Modernismo não é o que você pensa**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LESSA, Sergio, 2005. **Para além de Marx?: crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã.
- LEVI-STRAUSS, Claude, 1995. **L'Identité: Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss au Collège de France (1974—1975)**. Paris: Quadrige, 3ème. Ed.
- LYPOVETSKY, Gilles, 1987. **L'empire de l'éphémère**. Paris: Gallimard.
- _____, 2006. **Le bonheur paradoxal**. Paris: Gallimard.
- LYON, David, 1998. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus.
- LYOTARD, Jean-François, 2000. **A condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MALAGUTI, Manoel Luiz, 2001. **Crítica à razão informal**. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl, 1997. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**, vol 1 e 2. México: Siglo veintiuno editores.
- MÉSZÁROS, Istvan, 2002. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Editora Unicamp.
- MOUHOUD, El Mouhoub, 2006. **Mondialisation et délocalisation des entreprises**. Paris : La Découverte.

- NEGRI, Antonio, 1996. **Marx au-delà de Marx: cahiers de travail sur les “Grundrisse”**. Paris Editions L’Harmattan.
- NUNES, Christiane Girard, 1999. *Economia Solidária em Tempos Sombrios*. “Ser Social: Trabalho e Cidadania”, In Márcia de Melo Martins Kuyumjian org. Brasília: UnB.
- _____, 2002. **Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal?** Brasília: mimeo.
- THEODORO, Mario e NUNES, Christiane Girard. **Setor Informal no Df, análise e desafios**. Relatório para a Secretaria do Trabalho do DF. Brasília: 2001.
- OLIVEIRA, Francisco, 2003. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo.
- PALMADE, Jacqueline (org.), 2003. **L’incertitude comme norme: Identités et parcours professionnels**. Paris: Presses Universitaires de France.
- PAUGAM, Serge, 2000. **Le salarié de la précarité**. Paris : PUF - Presses Universitaires de France.
- PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi org., 2003. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto.
- PRADO JR, Caio, 2002. **Formação do Brasil Contemporâneo in “Intérpretes do Brasil” vol.3**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2^a. ed.
- _____, 1947. **Evolução Política no Brasil: ensaio de interpretação dialética da história brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- POCHMANN, Márcio, 2000. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2^a ed.
- _____, 2002. **@-trabalho**. São Paulo : Publisher Brasil.
- PRIGOGINE, Ilya, 2001. **La fin des certitudes**. Paris: Éditions Odile Jacob.
- _____, 2004. **Les lois du chaos**. Paris: Flammarion.
- RAFAEL, Márcia Cristina e ZENNI, Alessandro Severino Vállér, 2008. **Remuneração e jornada de trabalho**. Curitiba: Juruá Editora.
- RAMALHO, Jether e ARROCHELLAS, Maria Helena (org.), 2004. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez e Petrópolis: CAALL.
- ROCHA, Paulo Santos Rocha, 2006. **Flexibilização e desemprego**. Rio de Janeiro: Forense.

- ROMITA, Arion Sayão, 2008. **Flexigurança: a reforma do mercado de trabalho**. São Paulo: LTr.
- SACHS, Ignacy, 2004. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____, 2003. **Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond.
- SALAMA, Pierre, 2002. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, Milton, 2002. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP.
- SENNETT, Richard, 2001. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record.
- _____, 2004. **Respeito: a formação do caráter de um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record.
- SIMMEL, George, 2005. **Les Pauvres**. 3^{ème} édition. Paris: Quadrige/PUF.
- SILVA, José Fernando; LIMA, Ricardo Barbosa; ROSSO, Sadi Dal, 2001. **Violência e trabalho no Brasil**. Goiânia: UFG; Brasília: MNDH.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), 2001. **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica.
- TÉBAUD-MONY, Annie, 2007. **Travailler peut nuire gravement à votre santé**. Paris : La Découverte.
- THEODORO, Mário Lisboa, 2000. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Brasília: IPEA.
- THEODORO, Mário Lisboa et alii, 2002. **Atividades informais: evolução e condicionamentos atuais – o caso dos trabalhadores autônomos do Recife**. Brasília: IPEA.
- TOSTA, Tânia Ludmila Dias, 2008. **Antigas e novas formas de precarização do trabalho: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade**. Brasília, Tese de Doutorado em Sociologia, UnB - Departamento de Sociologia.
- VILLETTE, Michel, 1996. **Le manager jetable : récits du management réel**. Paris : La Découverte.
- WAGNER, Eugênia Sales, 2002. Hanna Arendt & Karl Marx: **o mundo do trabalho**. São Paulo: Atelier Editorial.

WEBER, Hélène, 2005. **Du Ketchup dans les veines: pourquoi les employés adhérents à l'organisation chez McDonald's?** Paris: Éditions Érès.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1996, 11^a. ed.

ANEXO 1

Quest.nr. _____

Data: _____

Nome: _____

Sexo: F () M ()

Idade: _____

Estado civil:

() solteiro () casado () separado/divorciado

Religião:

- () afro-brasileira
- () agnóstico
- () ateu
- () budista
- () católica
- () espírita kardecista
- () islâmica
- () judaica
- () evangélica/protestante
- () outras _____

Naturalidade:

Cidade _____

UF ()

Região administrativa onde reside:

- () Brasília
- () Brazlândia
- () Candangolândia
- () Ceilândia
- () Cruzeiro
- () Gama
- () Guará
- () Lago Norte
- () Lago Sul
- () Núcleo Bandeirante
- () Paranoá
- () Planaltina
- () Recanto das Emas
- () Riacho Fundo
- () Samambaia
- () Santa Maria
- () São Sebastião
- () Sobradinho

Taguatinga

outros

Escolaridade:

1º Grau incompleto completo

2º Grau incompleto completo

3º Grau incompleto completo

Pós-graduação incompleta completa

Qual _____

Já fez cursos de qualificação profissional?

SIM

NÃO

Caso afirmativo cite quais? _____

Profissão: _____

Atividade principal: _____

Atividades complementares: _____

Qual é a sua renda mensal?

1 salário mínimo

2 salários mínimos

3 salários mínimos

até 5 salários mínimos

até 7 salários mínimos

até 9 salários mínimos

mais de 10 salários mínimos

mais de 20 salários mínimos

Qual é a sua renda familiar mensal?

1 salário mínimo

2 salários mínimos

3 salários mínimos

4 ou mais salários mínimos

Reside sozinho (a) ? SIM NÃO

Com quem? _____

Proposta de perguntas:

1. Fale sobre sua infância, adolescência, e relações familiares.
2. Como foi a sua formação escolar?

3. Como e quando ingressou no mundo do trabalho?
4. Você se sustenta sozinho (a)? Mora por conta própria?
5. Com quantos anos começou a trabalhar?
6. Você tem uma profissão? Qual é a sua profissão?
7. Por que escolheu exercer esta profissão? Explique.
8. Você trabalha? Aonde? Com carteira assinada? Recolhe INSS? Há quanto tempo está nesse emprego/trabalho?
9. Como conseguiu ingressar nesse trabalho/emprego? Através de agência de emprego? Amigos? Familiares?
10. Como organiza seu tempo de trabalho e de não trabalho. Em qual ou quais horários está trabalhando? Como é a sua rotina de trabalho? Quantas horas trabalha por dia? O que faz?
11. Conte como foi até hoje a sua vida profissional. O que já fez; o que gostou ou não gostou de fazer; que obstáculos/dificuldades encontrou; como foram as relações com seus colegas e chefes;
12. Você se sente ameaçada?
13. No seu trabalho a palavra desemprego é dita/utilizada constantemente?
14. O que gosta de fazer quando não está trabalhando?
15. Fale sobre suas relações de amizade. Quem são seus amigos? Como, quando e onde se encontram?
16. O que mais gosta de consumir/comprar?
17. Como você se vê no mundo atual, na sociedade onde você vive?
18. O teu trabalho te dá perspectivas de futuro? Carreira? Segurança? Quais?
19. Quais são as suas perspectivas de futuro?
20. Em quantas áreas profissionais diferentes já atuou/trabalhou? Em quantos lugares ou para quem já trabalhou?
21. Como v. aprendeu sua profissão e chegou a ser o que é hoje?
22. Desde que v. começou a atuar em sua profissão, quais foram as mudanças mais importantes que v. tem percebido?
23. Que tipos de conhecimentos e experiências alguém precisa dominar para ser aceito como bom profissional em sua especialidade?
24. V. acredita que o bom desempenho nessa profissão depende de algum dom, talento ou habilidade especial? Explique.
25. V. tem orgulho de sua profissão? Explique.
26. V. sente que seus colegas, chefes, amigos, família, a sociedade e o governo valorizam devidamente a sua profissão/trabalho? Explique.

27. Como v. vê o futuro da sua profissão? Quais serão as exigências mais importantes da sua profissão daqui para frente?